

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

---

OS COLONOS DO RIO URUGUAI

Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense

INDIO CAMPOS

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO - 1987

INDIO CAMPOS

OS COLONOS DO RIO URUGUAI

Relações entre Pequena Produção e Agroindústrias no Oeste Catarinense

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO EM ECONOMIA, Área de Concentração em ECONOMIA RURAL, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

RENÉ LOUIS DE CARVALHO

- Orientador -

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO - 1987





C331c Campos, Índio.  
Os colonos do rio Uruguai : relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense / Índio Campos. - Campina Grande, 1987.  
373 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1987.  
"Orientação : Prof. Renê Louis de Carvalho".  
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Agroindústria. 3. Produção Agrícola e Capitalismo. 4. Colonização Agrária - Santa Catarina. 5. Dissertação - Economia. I. Carvalho, Renê Louis de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338.43(043)

Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense

INDIO CAMPOS

DISSERTAÇÃO APROVADA EM:

.....

---

.....

---

.....

---

.....

---

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO - 1987

## LAVRA-DOR

Vai lavrador  
lavrar a tua dor,  
alegria da terra  
que não faz guerra  
ao teu arado de louvor

Em dias de sol,  
tua dor suada  
mata sem piedade  
a erva daninha,  
que espezinha a tua dor

Em dias de chuva,  
tua dor molhada  
deixa encharcada  
a terra do teu amor

Em noites enlucadas,  
tua dor prateada  
vislumbra a alma  
dos campos lavrados,  
repletos de pão

O pão que é alimento  
de tantas jornadas,  
da dor lavrada,  
da alma penada  
deste herói sofredor

De pés no chão,  
trabalha-dor  
De mãos calejadas,  
sofre-dor  
De arado em punho,  
lavra-dor

Lavra a terra  
Lavra-dor.

EUNALDO VERDI (1954/1986)

Saudades

À DENISE MARIA DE ARAÚJO,  
amada compnheira em todos  
os momentos. Marca indel  
tível neste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

- A Reginaldo, Israel, Agripino, Rêgo, Eliseu, Helena e Socorro, bem como a todos os colegas dos Mestrados em Economia e Sociologia de Campina Grande, pelo excelente ambiente de amizade e discussão.
- A Reinaldo, Nakatani, Campanário, Regina, Beto, e demais professores do Mestrado em Economia de Campina Grande.
- A Paulo, Socorro, Nad, Suely, Ramalho e Salete.
- A Renê Louis de Carvalho, orientador e querido amigo.
- A todos que, de uma forma ou de outra, auxiliaram na conclusão deste trabalho.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho constitui um estudo das relações de produção que evoluem a pequena produção familiar na Micro Região Colonial Oeste Catarinense. É constituído basicamente por um conjunto de averiguações empíricas e reflexões teóricas que possibilitaram o resgate da gênese e desdobramentos posteriores das relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria na referida micro região.

Nos propomos precipuamente a analisar a forma assumida pelas relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria. Desta forma a M. R. C. O. C. é tomada como o substrato concreto de nosso estudo.

A opção por esta micro região deve-se por dois motivos. Primeiramente já detínhamos um conhecimento da região onde realizamos dois estágios junto a comunidades rurais. Por outro lado esta micro região, somada com a Micro Região Colonial do Vale do Rio do Peixe conforma a principal região produtiva de suínos e aves do Brasil. A pequena produção familiar constitui a base da agricultura desta região.

No texto, o termo "Oeste Catarinense" refere-se ao conjunto bastante homogêneo formado pelas duas micro regiões do oeste catarinense. A precariedade de nossas condições de pesquisa fizeram com que concentrássemos nossos esforços de pesquisa na M. R. C. O. C.

Entre março e julho de 1986 visitamos cerca de 20 municípios da região e realizamos 76 entrevistas entre peque



nos produtores sob diversas condições de vida. Visitamos e realizamos entrevistas junto a frigoríficos; sindicatos; acampamentos de "sem terra"; prefeituras; centros de pesquisa agropecuária; CPTs e etc..

Com isto nos armamos de base empírica para realizarmos nosso estudo, tentando reter as determinações mais essenciais para atingir o objetivo a que nos propomos.

Este trabalho encontra-se dividido em 5 partes. Na parte primeira fazemos um resgate do debate sobre a pequena produção familiar e o capitalismo, desde os clássicos do pensamento marxista até os desdobramentos atuais deste debate. Igualmente colocamos as delimitações teóricas gerais que norteiam este trabalho.

Na segunda parte, nos capítulos 2 e 3 reconstituimos histórica e economicamente o processo de colonização da M. R. C. O. C.. Resgatamos o processo de mercantilização da pequena produção familiar e surgimento do capital agroindustrial. Bem como o desenvolvimento deste processo até meados da década de 60.

Na parte terceira nos capítulos 4 e 5, analisamos a expansão dos capitais agroindustriais originados no oeste catarinense e sua transformação em grandes conglomerados econômicos de expressão nacional. Concomitantemente analisamos as condições históricas que proporcionaram o estreitamento das relações entre pequena produção e agroindústria. Ou seja, o afloramento das relações de subordinação da pequena produção que propiciaram a grande expansão dos capitais agroindustriais locais.

Na quarta parte, nos capítulos 6 e 7 analisamos o processo de integração das unidades familiares ao capital agroindustrial e seus desdobramentos, objetivando analisar as

transformações a nível da unidade familiar e a nível do con  
junto da pequena produção.

A parte quinta constitui a conclusão deste traba  
lho.

## APRESENTAÇÃO

## PARTE I - PEQUENA PRODUÇÃO E CAPITALISMO

1. A PEQUENA PRODUÇÃO CAMPONESA: UM DEBATE EM ABERTO .....	1
1.1 - A TRANSITORIEDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA E A ANÁLISE DOS CLÁSSICOS .....	5
1.2 - O CAMPESINATO COMO MODO DE PRODUÇÃO .....	10
1.3 - O CAMPESINATO COMO FRUTO DA REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA .....	22
1.3.1 - A REDEFINIÇÃO DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NA AGRICULTURA .....	22
1.3.2 - O CAMPESINATO DERIVADO DOS OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS À PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA .....	33
1.4 - O DEBATE BRASILEIRO .....	34
1.4.1 - PREDOMÍNIO DA GRANDE EMPRESA CAPITALISTA E DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA .....	35
1.4.2 - MODOS DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA BRASILEIRA .....	38
1.4.3 - O DEBATE SOBRE O PREDOMÍNIO DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO NO BRASIL .....	40
1.5 - O CAMPESINATO COMO UM COMPONENTE HISTÓRICO E ATIVO NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA .....	47
1.6 - POR UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR. ....	55
1.6.1 - METODOLOGIA GERAL .....	55
1.6.2 - AGRICULTURA E LEI DO VALOR .....	57
1.6.3 - POR UMA ONTOLOGIA DO CAMPESINATO .....	61
1.6.3.1 - CAMPESINATO E MPC .....	63

## PARTE II - COLONIZAÇÃO E PRIMEIRAS ATIVIDADES MERCANTIS .....

2. A OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE .....	66
2.1 - PRIMEIRAS OCUPAÇÕES .....	66
2.2 - A COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE .....	70
2.3 - O FLUXO MIGRATÓRIO E A OCUPAÇÃO DA MICRO REGIÃO COLONIAL OESTE CATARINENSE .....	74
2.3.1 - A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA .....	75
2.4 - O FLUXO MIGRATÓRIO E A OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA MICRO REGIÃO COLONIAL DO OESTE CATARINENSE .....	83



3. O PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO NA M.R.C.O.C. E O MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL .....	90
3.1 - A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PRE-COLONIZAÇÃO .....	90
3.2 - ANTECEDENTES À COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE ....	92
3.3 - COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA .....	99
3.3.1 - PEQUENOS PRODUTORES E A NOVA TERRA .....	102
3.3.2 - PRIMEIRAS ATIVIDADES .....	105
3.3.3 - A IMIGRAÇÃO PÓS-1940 .....	117
PARTE III - ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL E AFLORAMENTO DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO .....	141
4. A EXPANSÃO AGROINDUSTRIAL PÓS-64 E AS TRANSFORMAÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR .....	142
4.1 - A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL E PEQUENA PRODUÇÃO NO OESTE CATARINENSE .....	143
4.1.1 - AS QUATRO FASES DA RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E PEQUENA PRODUÇÃO NO OESTE CATARINENSE .....	144
4.2 - AS BASES DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO OESTE CATARINENSE PÓS-64	147
4.3 - A EXPANSÃO DOS GRANDES FRIGORÍFICOS .....	154
4.3.1 - AS 5 GRANDES .....	159
4.3.1.1 - GRUPO SADIA .....	159
4.3.1.2 - GRUPO PERDIGÃO .....	162
4.3.1.3 - GRUPO SEARA .....	164
4.3.1.4 - COOPERCENTRAL .....	165
4.3.1.5 - SAICC .....	167
4.3.2 - CONCENTRAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO OESTE CATARINENSE ...	168
5. AS NOVAS RELAÇÕES ENTRE PEQUENA PRODUÇÃO E O CAPITAL AGROINDUSTRIAL .....	177
5.1 - A AÇÃO TRANSFORMADORA DO MERCADO .....	177
5.2 - A AÇÃO TRANSFORMADORA DA AGROINDÚSTRIA .....	188
5.3 - A AÇÃO DO ESTADO .....	192
5.3.1 - EXTENSÃO RURAL .....	193
5.3.2 - CIDASC .....	199
5.3.3 - PESQUISA .....	200
5.3.4 - CRÉDITO AGRÍCOLA .....	202
5.5 - A SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL	205
PARTE IV - A INTEGRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E OS DESDOBRAMENTOS DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO .....	215
6. SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO NA M.R.C.O.C. ....	216
6.1 - INTEGRAÇÃO DE SUINOCULTORES .....	216

6.1.1 - O DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE A PARTIR DA CRISE DE 1981 E A EXPANSÃO DAS INTEGRAÇÕES .....	244
6.1.2 - AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS NA PROPRIEDADE FAMILIAR .....	265
6.2 - INTEGRAÇÃO DE AVICULTORES .....	270
6.2.1 - AS RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO NA AVICULTURA .....	276
6.2.2 - A EXPANSÃO DAS INTEGRAÇÕES .....	284
6.3 - AS ALTERNATIVAS PARA OS NÃO INTEGRADOS .....	308
6.3.1 - A PRODUÇÃO DE GRÃOS .....	308
6.3.2 - OUTRAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO .....	320
6.3.3.1 - A INTEGRAÇÃO DE FUMICULTORES .....	321
7. AS TRANSFORMAÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR OU TENTANDO DESMISTIFICAR ALGUNS MITOS .....	329
7.1 - O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO .....	331
7.2 - O AFLORAMENTO DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO .....	336
7.3 - AS TRANSFORMAÇÕES A NÍVEL DA UNIDADE FAMILIAR SOB AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO .....	341
7.4 - O PROCESSO DE LUTA DE CLASSES SOB AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÕES.....	352
PARTE V - CONCLUSÃO .....	355
BIBLIOGRAFIA .....	364

MAPAS

## LISTA DE TABELAS

TABELA	pág.
1- CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NA M. R. C. O. C. 1920-1980 .....	1
2- ESTIMATIVAS DE SALDOS MIGRATÓRIOS NA M. R. C. O. C. ....	82
3- EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA 1940/1980 .....	88
4- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E POR PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ EM 1940 .....	116
5- SANTA CRUZ DO SUL - PARCELAMENTO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA E EMIGRAÇÃO .....	119
6- ARRENDAMENTO E PARCERIA NA M. R. C. O. C. ....	124
7- EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FUMO EM SANTA CRUZ DO SUL .....	131
8- PRODUÇÃO DE FUMO NA M. R. C. O. C. ....	132
9- EVOLUÇÃO DA SUINOCULTURA NA M. R. C. O. C. ....	138
10- PRODUÇÃO DE MILHO NA M. R. C. O. C. ....	139
11- FUNDAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE CATARINENSE .....	155
12- ABATE SIF DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA .....	158
13- ABATE DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA EM 1984 .....	171
14- ABATE DE AVES (FRANGOS E PERUS) EM SANTA CATARINA EM 1984 ....	172
15- PRODUÇÃO NACIONAL DOS 5 CONGLOMERADOS DO OESTE CATARINENSE/85.	175
16- PARTICIPAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE NO SETOR DE CARNES FRIGORIFICADAS E INDUSTRIALIZADAS, INCLUINDO EMPRESAS CONTROLADAS EM 1984 .....	176



17- PRODUÇÃO DE SUÍNOS, MILHO E FEIJÃO NA M. R. C. O. C. ....	181
18- EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA NA M. R. C. O. C. ....	184
19- DADOS TÉCNICOS DOS CONDOMÍNIOS .....	196
20- CRÉDITO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA .....	202
21- CRÉDITO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA E M. R. C. O. C. ....	204
22- SUÍNOS ABATIDOS SIF E NÃO SIF, EXCLUINDO AUTO-CONSUMO .....	219
23- EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO KILO DO SUÍNO PAGO AO PRODUTOR EM SANTA CATARINA 1970 à 1985 .....	221
24- DISTRIBUIÇÃO DE INTEGRADOS POR FRIGORÍFICOS EM 1978 .....	226
25- SUINOCULTURA - ÍNDICES DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE COMPARATIVOS ENTRE BRASIL E ALGUNS PAÍSES DE SUINOCULTURAS MAIS EVOLUIDAS .....	228
26- PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA .....	231
27- PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA QUE REALIZARAM VENDAS EM 1980, POR ESTRATO DE ÁREA .....	232
28- PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA POR GRUPO DE CABEÇAS .....	234
29- DISTRIBUIÇÃO DE SUINOCULTORES EM SANTA CATARINA .....	236
30- EVOLUÇÃO DA SUINOCULTURA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA .....	246
31- EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO MILHO PAGOS AO PRODUTOR EM SANTA CATARINA 71/81 .....	250
32- CORRELAÇÃO PREÇO DO SUÍNO/PREÇO DO MILHO EM SANTA CATARINA 1981/1984 .....	251
33- EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA 1970/1985...	260
34- ÍNDICE DE DADOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA .....	262
35- EFICIÊNCIA ECONÔMICA E TÉCNICA PARA OS DIVERSOS SEGMENTOS DA AMOSTRA .....	267
36- CUSTO DA PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES EM SANTA CATARINA - 1980/1985 - Cz\$/kilo .....	268-B

37- EXPANSÃO DO ABATE SIF DE AVES EM SANTA CATARINA .....	273
38- DISTRIBUIÇÃO DO ABATE DE AVES EM SANTA CATARINA(em mil cabeças)	274
39- PARTICIPAÇÃO DA AVICULTURA NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE DE FRANGOS (toneladas) .....	275
40- PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NAS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO (Toneladas) .....	275
41- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INTEGRADOS .....	279
42- DISTRIBUIÇÃO DOS INTEGRADOS EM AVICULTURA POR FRIGORÍFICOS EM SANTA CATARINA EM 1977 .....	280
43- PERFIL DOS PRODUTORES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1980 .....	281
44- DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DOS AVICULTORES POR ESTRATO DE ÁREA ..	282
45- NÚMERO DE AVIÁRIOS NA INTEGRAÇÃO SÁDIA AVÍCOLA .....	284
46- FINANCIAMENTO DE GRANJAS AVÍCOLAS EM SANTA CATARINA .....	286
47- DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DE INTEGRADOS E AVIÁRIOS POR EMPRESA ..	287
48- RESULTADO MÉDIO DO FRIGORÍFICO - PRODUTOR DE AVES DE CORTE .	291
49- EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FRANGO PAGOS AO PRODUTOR EM SANTA CA TARINA .....	294
50- CUSTO DE PRODUÇÃO DE UM LOTE DE 12.000 AVES .....	302
51- TEMPO DE TRABALHO GASTO PARA A PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTU RAS NO OESTE CATARINESE .....	312
52- RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA AGRÍCOLA DE UM PE QUENO PRODUTOR .....	316
53- EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO NA M. R. C. O. C. .....	324
54- VALOR MÉDIO DOS HA DAS PRINCIPAIS CULTURAS NA M. R. C. O. C. SAFRA 1984/1985 - Cz\$/MARÇO DE 1986.....	325
55- PRODUTORES SEGUNDO HORAS DE TRABALHO .....	343
56- COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR NA M. R. C. O. C. - 1980 .....	346

PARTE I

PEQUENA PRODUÇÃO E CAPITALISMO



## CAPÍTULO I

### A PEQUENA PRODUÇÃO CAMPONESA: UM DEBATE EM ABERTO

A grande indústria capitalista determinou tamanha transformação no processo produtivo que tornou praticamente inviável a sobrevivência de formas artesanais de produção de mercadorias. A expansão do capitalismo a nível mundial destruiu ou tornou marginal todas as formas de produção de mercadorias não específicas ao modo de produção capitalista, onde o processo de produção foi e é constantemente revolucionado atendendo às necessidades da acumulação capitalista. Vale dizer que esta é uma das condições históricas do próprio modo de produção capitalista, onde os trabalhadores são "livres" dos meios de produção e igualmente livres para venderem a única mercadoria que ainda possuem e única condição de sua sobrevivência: a força de trabalho.

A história ilustra amplamente este processo cujo corolário lógico é a crescente monopolização da economia e a polarização dos homens em duas classes antagônicas: burgueses e proletários. Mesmo as novas interpretações apologéticas da revolução tecno-científica se revelam incapazes de dissimular esta bipolarização que se manifesta também nas transformações atuais das sociedades capitalistas.<sup>1</sup>

---

1 - Para uma crítica das teorias da Sociedade Industrial e Pós Industrial e da Revolução dos "Managers" vide:  
MILEIKOVSKI, A. G. et alli. Economia Política no Marxista Atual: Um Análisis Crítico. Moscou, Editorial Progreso, 1977.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo não é linear e muito menos isento de contradições. Em seu desenvolvimento histórico, um setor fundamental da produção social não apresentou os contornos acima citados, ao menos de forma clara e definida como no setor industrial. Nos referimos logicamente à agricultura.

Em primeiro lugar, a forma capitalista de produção na agricultura supõe três e não duas classes sociais envolvidas. Contudo, a realidade demonstra que nem sempre a separação entre capitalistas e proprietários de terra se efetiva. Por outro lado, a penetração de relações capitalistas no campo é problemática e assume uma série de especificidades.

Constata-se facilmente que a produção agrícola familiar ou camponesa é, ainda hoje, uma realidade expressiva nos países capitalistas, mesmo entre os mais avançados. Os camponeses detêm terras e outros meios de produção, são responsáveis por razoável parcela da produção agrícola, fazem greves, fecham estradas e gestam movimentos políticos de grande expressão. Frequentemente causam sérias dores de cabeça a muitos que pretendem estudá-los.

Mesmo uma pequena resenha sobre alguns estudos já empreendidos sobre o campesinato revela uma multitude de abordagens teóricas. De produtores anacrônicos a assalariados disfarçados, é vasto o espectro de conceitos a que estão submetidos.

Dentro do quadro burguês, o estudo sistemático do campesinato é coisa recente, mormente no período pós guerra. China, Cuba e Vietnam, entre outros, constituem exemplos acachapantes para os atônitos interesses do capitalismo mundial da força desta "escória social" em levante. De mais a mais,



os percalços da acumulação capitalista demandavam novas perspectivas de acumulação de capital. Era necessário integrar os milhões de camponeses do terceiro mundo no circuito de acumulação do capital, podendo-lhes concomitantemente seu potencial revolucionário.<sup>2</sup>

Sucederam-se inúmeros estudos econômicos, antropológicos, sociais, etc., mormente financiados no terceiro mundo pelas Fundações Ford e Rockefeller, visando a integração dessa massa marginal aos "benefícios da nova sociedade Capitalista", à dominação política e econômica do capital. Estas teorias culminaram no moderno conceito de "Agrobusiness", das cadeias alimentares oligopolizadas<sup>3</sup> e da sistematização da extração do excedente camponês.

Dentro do quadro marxista, a discussão da questão agrária esteve sempre presente, tendo como meta a união das classes trabalhadoras urbanas e rurais no processo de revolução socialista. Se nos estudos burgueses as análises tendem a ser mais homogêneas, seguindo padrões herméticos, nos estudos marxistas temos um maior espectro de abordagens. Essa diversidade encontra raízes, por um lado, em determinadas estruturas dogmatizantes, mas, por outro lado, principalmente por refletir a própria diversidade do real, na complexidade e riqueza da realidade concreta. Complexidade só desvelada à luz de análises históricas e dialéticas.

Mais recentemente novos "insights" e abordagens têm surgido dentro do marxismo acadêmico e que, apesar de suas

---

2 - Sobre esta questão vide:

WOLF, Eric R. Guerras Camponesas no Século XX. São Paulo, Global Editora, 1984.

SANTOS, José Vicente T. dos. Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, Ícone Editora, 1985.

3 - Para uma crítica ao conceito de Agrobusiness vide:

BELATO, Dinarte. Os Camponeses Integrados. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campinas. 1985, mimeo.



limitações e frequentes tendências a modismos desnecessários, têm contribuído para o conhecimento cada vez maior do outrora desconhecido campesinato.

No debate sobre Capitalismo, Agricultura e Campesinato identificamos quatro enfoques básicos e que podem ser sistematizados do seguinte modo:

- 1) A transitoriedade da produção camponesa e o predomínio crescente das relações capitalistas no campo. Esta abordagem está presente nos textos clássicos de Marx, Lênin e Kautsky.
- 2) O campesinato como um modo de produção, cuja origem chayanoviana recebeu novo alento quando de sua fusão com o marxismo acadêmico francês.
- 3) O campesinato como fruto da redefinição das relações entre agricultura e a indústria; esta corrente pode ser dividida em duas vertentes:
  - 3.1 - O campesinato como forma específica de relação capital-trabalho; esta vertente de análise se pauta pela redefinição das relações entre capital e trabalho no campo, tendo por base estudos franceses mais recentes, sendo de grande aceitação nos meios acadêmicos brasileiros.
  - 3.2 - O campesinato derivado dos obstáculos estruturais à produção capitalista no campo; estas análises centram fogo nas causas da baixa lucratividade dos investimentos capitalistas na agricultura.
- 4) O campesinato como um componente histórico, ativo, nas transformações da agricultura e fruto das contradições do próprio capitalismo; esta vertente de análise é das mais recentes e ainda não esta

tã suficientemente desenvolvida. Podemos encontrã-la principalmente nos trabalhos de Bernardo Sorj e alguns teóricos de origem inglesa.

Examinemos mais de perto estas análises:

### 1.1 - A TRANSITORIEDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA: a análise dos clássicos

Quando Marx analisa a agricultura, supõe

"... que o modo capitalista de produção domina... a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída sã se distinguem de outros capitalistas pelo setor em que aplicam o capital..."<sup>4</sup>.

Estudarã

"...uma forma específica de propriedade fundiãria, em que se transformou por influência do capital e do modo capitalista de produção a propriedade fundiãria feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência".<sup>5</sup>

Conforme a análise de Marx, por ser assencial ao processo produtivo e com a característica de não ser reprodutível, a terra determina uma manifestação distinta de lei do valor na agricultura. O valor dos produtos agrícolas não é determinado pelas condições médias de produção, mas sim pelas piores condições de produção socialmente demandadas. Agrega-se que mesmo a terra em piores condições sã é cultivada quando auferem uma determinada renda a seu proprietário. As terras melhores auferem, portanto, uma renda diferencial e uma absoluta, sendo que a pior terra demandada corresponde apenas uma renda absoluta.<sup>6</sup>

4 - MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Livro III, Vol VI, Cap. XXXVII, p. 705.

5 - Idem, pp. 705/706.

6 - Idem, Livro III, Parte sexta "A conversão do lucro Suplementar em Renda Fundiãria".



Assim, na agricultura temos os capitalistas que empregam os meios de produção e se apropriam de mais-valia na forma de lucro. Para tal, arrendam a terra ao proprietário que, em troca, recebe a renda da terra — parcela da mais-valia após descontado o lucro do capitalista. Aos trabalhadores agrícolas restam os salários que recebem em troca da sua força de trabalho. Temos então a clássica fórmula trinitária: capitalistas, proprietários fundiários e trabalhadores assalariados. A pequena produção camponesa é vista apenas como transição e sua ocorrência se dá apenas onde o capitalismo se ache pouco desenvolvido.<sup>7</sup>

Seguindo o raciocínio de Marx, o fato de o valor da produção camponesa estar acima do preço de produção é compensado pela também baixa composição orgânica média do capital nas economias pouco desenvolvidas. Esta diferença é pequena e permite uma certa folga à produção camponesa, já que o lucro médio e a renda fundiária não constituem obstáculos a esta produção que só encontra limites absolutos na remuneração do trabalho camponês após deduzidos os custos.<sup>8</sup>

Com o desenvolvimento da economia e a elevação da composição orgânica social média alarga-se o hiato entre o valor da produção camponesa e o preço de produção regulador do mercado. A manutenção de um mínimo vital para a sobrevivência camponesa torna-se cada vez mais difícil. Desta forma, as causas da ruína camponesa estão ligadas ao próprio desenvolvimento do capitalismo urbano e rural.

---

7 - "Essa forma de propriedade fundiária (parcelária)... supõe que a população rural seja muito maior que a urbana, portanto que o modo de produção capitalista embora reine no resto da economia, é relativamente pouco desenvolvido, e que nos demais ramos da produção é bastante limitada a concentração de capitais, que predominantemente se encontram dispersos". Idem, pp. 922.

8 - Idem, pp. 922 e seguintes.

O objetivo de Marx é chegar ao âmago da produção capitalista na agricultura, às suas leis internas. Para tal, toma por base a agricultura inglesa do século passado, a economia capitalista mais desenvolvida até então.<sup>9</sup> São muito pertinentes as observações de Tepicht<sup>10</sup> quando afirma que Marx não trata da pequena produção na forma que ela existe atualmente e que não apontava este caminho como tendência para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Portanto é um erro metodológico se reportar às considerações de Marx no livro III para analisar a pequena produção atual.

Kautsky<sup>11</sup> segue de perto os passos de Marx, devidamente transportados para o quadro germânico na virada para este século. Esmiúça a questão agrária, os problemas que se colocam para a expansão do capitalismo no campo e as diferentes formas que este processo assume.

Para Kautsky a separação agricultura-indústria de terminou relações de dependência da primeira frente à última e seus produtos. As diversas formas de transferência de valor para a indústria, bem como a concorrência por força de trabalho colocam dificuldades para a acumulação capitalista no campo.

Em Kautsky a manutenção da produção camponesa é vista num processo simbiótico com a grande exploração capitalista. A falta de "braços" determina que a grande exploração mantenha em seu redor uma legião de pequenos produtores como reserva de força de trabalho. Em períodos de crise pa

---

9 - Para maiores esclarecimentos, vide:

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. In: Trabalho e Dominação. Estudos CEBRAP, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

10- TEPICHT, Jerzy. Marxisme et agriculture: Le Paysan Polonais. Paris, Librairie Armand Colin, 1973. pp. 14/15.

11- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.



ra a grande exploração há uma liberação de trabalhadores. Em fases de auge estes são reabsorvidos. A sobrevivência destes pequenos produtores está condicionada às possibilidades de auferirem ganhos acessórios nas grandes empresas agrícolas ou nas indústrias próximas.

O desenvolvimento das forças produtivas e a maior aproximação da agricultura com a indústria tenderão, por fim, a afirmar a superioridade da grande exploração. Segundo o autor, trata-se de um processo lento e marcado pela descontinuidade, mas que caminha no sentido da supressão do divórcio agricultura-indústria: no trabalho industrial assalariado do pequeno camponês e na indústria do grande lavrador.<sup>12</sup>

São inúmeras as contribuições de Kautsky. No entanto, é com base em Lênin que surge uma das principais correntes de análise de dinâmicas camponesas.

Segundo este autor, a universalização do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis determina a diferenciação do campesinato e sua desintegração.<sup>13</sup> Ou seja, o campesinato se desdobra progressivamente em burguesia rural e proletariado rural, caminhando o campesinato mêdio para um desses extremos.<sup>14</sup>

Lênin avança quando coloca as formas diferenciadas de desenvolvimento capitalista no campo. Temos de um lado a diferenciação camponesa — via farmer ou americana — e de outro lado a modernização dos antigos domínios feudais — via

---

12 - Idem, p. 323.

13 - LÊNIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

14 - Para uma crítica a tese da diferenciação camponesa de Lênin, vide:  
SHANIN - opus cit. (1980); e  
WILKINSON, John. O Estado, A Agroindústria e a Pequena Produção, São Paulo, Editora HUCITEC-CEPA/BA, 1986.

Junker e Prussiana.<sup>15</sup> Em suas análises sobre a agricultura americana,<sup>16</sup> Lênin aponta para o mesmo processo de diferenciação, para o predomínio das unidades mais capitalizadas e produtivas, mas ressalta que a expropriação dos pequenos produtores pode assumir a forma de um longo processo de ruína onde o capital subordina a pequena produção sem necessariamente eliminá-la.<sup>17</sup> Para Lênin, a transformação dos pequenos produtores de mercadorias coloca-os sob o jugo do capital, sobretudo nas esferas do comércio, da indústria e do capital financeiro.<sup>18</sup>

Marx, Lênin e Kautsky são unânimes em considerar que a tendência do desenvolvimento do Capitalismo no campo é o avanço da grande exploração capitalista sob relações de assalariamento. No entanto a história tem mostrado a flexibilidade da pequena produção camponesa e sua expressividade no modo de produção capitalista.

No debate da 2.<sup>a</sup> Internacional <sup>a</sup> e descampesinização era uma indiscutível questão de tempo comandada pelo dinâmico e revolucionário capitalismo. Inegavelmente a diferenciação camponesa representou importante papel, bem como a industrialização da agricultura é um fenômeno crescente. Não obstante, a agricultura não caminha unicamente para clássicas relações de assalariamento. Na Europa houve inclusive uma reversão deste quadro.<sup>19</sup> Nos EUA, grosso modo, trata-se de uma modernização seletiva das Farms familiares, estreitamente contro

15 - LÊNIN, V. I. O Programa Agrário. São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas, 1980, pp. 29 à 33.

16 - LÊNIN, V. I. O Capitalismo e a Agricultura nos Estados Unidos.

17 - Idem, p. 91.

18 - Idem, pp. 91.

19 - Vide:  
FAURE, Claude. Agriculture et Capitalisme. Paris, Editions Anthropos, 1978. e  
TEPICHT, Jerzy. Opus cit. (1973).



lada pelo capital agroindustrial e financeiro.<sup>20</sup> No terceiro mundo as dinâmicas são bem mais diversas.<sup>21</sup>

O campesinato se transforma, supera antigas determinações e adquire novos traços sob o capitalismo, processo este que se acelerou com a concentração e centralização de capitais. Tal realidade, logicamente, determinou novos estudos e contribuições. Ao lado da clássica descampesinização e diferenciação camponesa junta-se ao debate as teses que enveredam pela externalidade do campesinato ao <sup>capitalismo</sup> ~~campesinato~~. Sigamos em frente.

## 1.2 - O CAMPESINATO COMO MODO DE PRODUÇÃO

É dentro da economia política não marxista que sai uma das primeiras sistematizações conceituais e analíticas da pequena produção camponesa em sua expressividade na agricultura moderna. Trata-se da "Escola Russa da Organização da Produção", tendo em Alexander Chayanov sua figura mais proeminente.<sup>22</sup>

Chayanov se coloca contrário às teses de que tudo é capitalismo e vê a sociedade capitalista como a coexistência de diferentes sistemas econômicos (formação social). No caso que nos interessa, o sistema econômico da unidade de trabalho familiar é uma estrutura econômica distinta do capitalismo. Ambas coexistem, se relacionando em seus termi

---

20 - Vide:

BURBACH, Roger & FLYNN, Patricia. Agroindústria nas Américas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

21 - Vide: SHANIN, Teodor. Opus cit. (1980).

22 - Para um pequeno histórico da Escola da Organização da Produção e crítica às teorias de Chayanov, vide: KERBLAY, Basile. Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy. IN: Peasants and Peasant Societies. Teodor Shanin (Ed.). Middlesex, England, Penguin Education, 1973.

nais — trocas mercantis — porê<sup>m</sup> mantêm suas lógicas internas prô<sup>p</sup>rias.<sup>23</sup>

As unidades de trabalho familiar não utilizam trabalho assalariado e, portanto, estão fora dos sistemas conceituais capitalistas (lucro líquido, renda da terra e etc.). O produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível e é determinado por fatores internos como: tamanho e composição da família; número de membros capazes de trabalhar; produtividade do trabalho; grau de esforço e auto exploração do trabalho.<sup>24</sup>

O objetivo de tal unidade é a manutenção das condições de vida familiar. Esta é obtida através do equilíbrio interno entre a satisfação da demanda familiar e a prôpria penosidade do trabalho. Trata-se de avaliações subjetivas entre o emprego da força de trabalho disponível, dos meios de produção disponíveis e a situação do mercado. Como o objetivo é a pura sobrevivência da família, dada pelo produto do trabalho familiar, em períodos de alta de preços as unidades familiares apresentariam uma curva de oferta invertida, pois com menos trabalho conseguiriam idêntico produto familiar. Está, portanto, excluída a acumulação e, por conseguinte, a diferenciação camponesa.

Em Chayanov o sistema econômico da unidade de trabalho familiar é visto como bastante estável e não contendo irracionalidades, pois busca o máxímo rendimento do trabalho. O único fator capaz de determinar diferenciações no seio deste sistema econômico seria o demográfico, dado pela relação entre o número de bocas a alimentar e a quantidade e qualiq

---

23 - CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: A Questão Agrária. Org.: José Graziano da Silva. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1981. pp. 133 à 135.

24 - Idem, pp. 136 à 140.



dade (faixa etária, sexo e etc.) da mão-de-obra disponível.

A análise de Chayanov se reveste de particular importância por colocar novos "insights" sobre a produção e suas especificidades. No entanto, suas teses sobre as bases subjetivas da produção camponesa e da sua externalidade ao capitalismo — como um sistema econômico específico dotado de forte estabilidade — dificilmente se sustentariam, como de fato mais tarde ocorreu, frente a análises epistemologicamente mais avançadas que se atessem mais rigorosamente às dinâmicas camponesas sob o capitalismo.

Infelizmente a Chayanov sucederam-lhe, de um lado, o dogmatismo, materializado nas coletivizações forçadas e que custou-lhe a própria liberdade. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas e o próprio processo de crise dos grandes partidos operários no pós guerra determinaram um certo hiato no tratamento teórico marxista do campesinato.

E com o marxismo acadêmico, florescente na década de 70 na Europa, que a análise de Chayanov é retomada, não na perspectiva de sua superação, mas com seu acasalamento com novas abordagens marxistas. Tal se deu com novas leituras de Marx e tentativas de sua fusão com correntes estruturalistas francesas, tendo a frente L. Althusser.<sup>25</sup>

Estas análises se pautam por privilegiar as estruturas e suas articulações, sendo o todo resgatado sob o conceito de formação social. O conceito de modo de produção é a unidade de análise, a estrutura com determinantes (lógica) próprios. Assim, a formação econômica e social é entendida

---

25 - Para uma interpretação crítica do pensamento de Althusser e seus discípulos, vide:

FAUSTO, Ruy. Marx — Lógica & Política. Tomo I. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. Especialmente o Cap. II.

como a articulação, num espaço nacional, de distintos modos de produção (estruturas). O conceito de modo de produção foi progressivamente estreitado. Num primeiro momento, o modo de produção subordinado (tributário, camponês e etc.) surge com o mesmo estatuto teórico que o conceito de modo de produção capitalista, feudal e etc.. Em seguida, os "novos" modos de produção diferenciam-se dos clássicos pelo fato de nunca ocorrerem isoladamente e jamais de forma dominante. Por fim, em algumas análises o conceito de modo de produção aparece simplesmente como um dado técnico, como uma simples forma de produzir.<sup>26</sup>

Exemplo clássico desta vertente de análise constitui o célebre trabalho de Samir Amin & Kostas Vergopoulos intitulado "A Questão Agrária e o Capitalismo".<sup>27</sup> Segundo estes autores o mundo atual é formado por um sistema de formações sociais ligadas entre si por relações mercantis. As formações capitalistas tendem a homogeneidade e os modos de produção dominados são profundamente alterados e muitas vezes esvaziados em seu conteúdo. Os autores se propõem exatamente a resgatar este domínio do modo de produção capitalista, como se articula e transforma o modo de produção que lhe deu origem histórica.<sup>28</sup> Para tal, faz-se mister a análise da propriedade da terra e renda fundiária. Com isto passamos do simples estudo do modo de produção capitalista para o conceito de formação social.

Isto se dá porque para estes autores a renda da terra é uma categoria pré-capitalista que existe simplesmente pelo fato de o capitalismo não nascer do vazio. A acumu

---

26 - Vide:  
SHANIN, Teodor. Opus cit. (1980), pp. 60 à 65.

27 - AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

28 - Idem, pp. 13 e 14.



lação primitiva é uma necessidade histórica para o surgimento do capitalismo e foi realizada graças a aliança de classes entre burguesia e proprietários de terra. Dessa forma Amin & Vergopoulos concluem que a renda absoluta é a expressão econômica desta aliança. Da mesma forma, a renda diferencial, como produto da circulação de mercadorias, difere-se do sobre lucro industrial apenas por ser anterior ao capitalismo.

Percebe-se aqui uma clara reinterpretação das considerações de Marx sobre a renda fundiária contidas no livro III de O Capital, onde as contradições do capitalismo são expurgadas por vieses meramente teóricos. Utilizando a argumentação de Marx podemos afirmar que a renda absoluta é fruto da apropriação privada da terra e que a renda diferencial sô adquire expressão econômica quando da generalização da circulação de mercadorias. Estas duas premissas sô tiveram seu pleno desenvolvimento sob o modo de produção capitalista.

Mas prossigamos com a análise de Amin & Vergopoulos.

A aliança entre burguesia e proprietários fundiários determinou a formação de um imenso exército industrial de reserva, um enorme desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação de capital. No entanto, a renda fundiária representa uma contradição nessa aliança, subtraindo do capital uma parcela da mais valia social em prol dos proprietários de terra. A acumulação de capital passa a ser tolhida pela renda fundiária e esta apresenta seu caráter não capitalista.

Adentramos, então, na fase mais avançada da agricultura onde esta se moderniza, reduzindo o montante das rendas fundiárias. Altera-se a antiga aliança de classe. Com quem irá se aliar a burguesia? Amin & Vergopoulos, com base em Chayanov, introduzem o conceito de modo de produção camponês, pertencentes à família dos modos de produção pequeno

mercantis simples, os quais não têm existência isolada e ja mais de forma dominante.

Tal modo de produção, segundo os autores, é profundamente esvaziado em seu conteúdo pelo modo de produção capitalista. O camponês concorre no mercado capitalista em função do baixo nível de vida a que se sujeita, pois a renda da terra é anulada e seu trabalho é remunerado segundo o valor da força de trabalho. Dispõe apenas da posse formal dos meios de trabalho e apenas aparentalmente é um comerciante. Ou seja, o moderno complexo agroindustrial reduz o camponês à condição vizinha de um proletário à domicílio. Na verdade, é um vendedor de força de trabalho.<sup>29</sup>

Encontramos em Roger Bartra a vertente destas análises para os países do terceiro mundo.<sup>30</sup> Segundo este autor, a realidade da agricultura mexicana é a articulação de modos de produção onde as formas de propriedade da terra se adaptam e são expressão da base econômica, ou seja, das peculiaridades da produção agrícola. Temos, então, a coexistência de dois modos de produção – capitalista e mercantil simples – com apenas uma superestrutura assegurando a existência de ambos.

Segundo Roger Bartra, a reforma agrária implantada no México no primeiro quartel do século XX é uma versão adaptada a um país dependente do que Lênin chamou de via "Farmer". Os minifúndios e "ejidos" mexicanos compõem um modo de produção mercantil simples que, junto com a burguesia agrária e urbana, constituem uma formação sócio-econômica subcapitalista. Num país dependente, a articulação destes modos de produ

---

29 - Idem, p. 29.

30 - BARTRA, Roger. Estructuras Agrárias y Clases Sociales en México. 3ª Ed. México D. F. Ediciones Era, 1978.



dução assume a forma de uma acumulação primitiva permanente.<sup>31</sup>

Esta acumulação primitiva tem origem na existência, lado a lado da agricultura capitalista, de camponeses semi-proletarizados e pauperizados e de jornaleiros sem terra num crescente processo de diferenciação. Isto determina que as empresas possam obter lucros elevados com uma reserva de força de trabalho muito barata. A auto-exploração familiar nos "ejidos" e minifúndios familiares determina fortes transferências de valor do setor mercantil simples para a economia capitalista.

A diferenciação camponesa processa-se de uma forma mais rápida que o desenvolvimento industrial. Cria-se, portanto, uma massa marginal de trabalhadores que, somados às outras características desta dinâmica, determinam uma acumulação primitiva permanente.<sup>32</sup> Isto, como o próprio Bartra resalta, no âmbito da dependência externa aos países imperialistas.

Adentrando-se na agricultura dos países socialistas, no ensaio "Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais" de Jerzy Tepicht<sup>33</sup> encontramos uma das mais interessantes abordagens do campesinato em seu desenvolvimento histórico, analisando os determinantes internos e externos dessa dinâmica. Nos prolongaremos um pouco mais nos aportes de Tepicht por apresentarem inúmeras contribuições que julgamos de grande importância para este tema.

Este autor observa que a fórmula trinitária de Marx não se confirmou historicamente e que, apesar de suas

31 - Idem, p. 23.

32 - Idem, pp. 24 à 30.

33 - TEPICHT, Jerzy. Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais. Paris, Librairie Armand Colin, 1973.

condições técnicas, a pequena produção camponesa guarda preponderância na Europa. É empiricamente comprovado que o movimento das relações capitalistas é de dentro para fora da agricultura daquele continente. Substituem-lhes as relações entre a economia camponesa e os grandes monopólios que dominam a agricultura.

Assim, Tepicht propõe

"Se inspirar no espírito e não necessariamente em textos (letra), quando a prática contradiz estes, corrigir com a ajuda do método marxiano os inevitáveis erros de ótica, sem recuar, se for necessário, ante a necessidade de ajustar o próprio aparelho conceitual".<sup>34</sup>

Passando ao largo dos aportes franceses mais recentes, Tepicht considera essencial a contribuição dos neo-populistas russos de influência marxista (Makanov) ou de influência da Escola Austríaca "matemático-psicologista" (Chayanov). Para o autor, é necessário tomar posição frente a estes estudos anteriores.<sup>35</sup>

A economia camponesa em Tepicht é tratada como um modo de produção num sentido próximo ao de Marx, ou seja, conjunto coerente e distinto de forças produtivas e de relações de produção entre os homens. Próximo, não igual, porque

"...o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular (tal como o capitalista), ele se incrusta numa série de formações, se adapta, interioriza de sua maneira as leis econômicas de cada um e, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, deixa em cada uma delas a sua marca. Nisto reside...o segredo de sua surpreendente longevidade que inspirava as predições sobre sua perenidade".<sup>36</sup>

---

34 - "S'inspirer de l'esprit et pas nécessairement de la lettre, quand la pratique vient la contredire, corriger à l'aide de la méthode marxienne les inévitables erreurs d'optique, sans reculer, s'il a lieu, devant la nécessité d'ajuster l'appareil conceptuel lui-même". Idem, p. 15.

35 - Idem, p. 17.

36 - "...le mode de production paysan, ..., n'est pas generateur d'une formation particulière, il s'incruste dans une série de formations, s'y adapte, interiorise à sa façon les lois économiques de chacune d'elles de son empreinte. C'est là que reside, ..., le secret de sa surprenante longévité que inspirait les prédictions sur sa perennité".



A divisão social do trabalho é o determinante externo do fenômeno da economia camponesa. Tal economia surgiu quando uma parcela da produção social passou a ser atividade urbana, nas fases iniciais da desagregação das economias feudais. Como determinantes endógenos temos: no domínio das forças produtivas uma sucessão de técnicas, das mais rudimentares às mais avançadas, empregando força de trabalho familiar; no domínio das relações de produção observa-se uma simbiose entre empresa agrícola e a economia doméstica, bem como o germe de uma diferenciação de classe que, não obstante, não evolui até o fim.

Estas duas características determinam a reprodução interna e a flexibilidade externa. Contudo, no entender de Tepicht, nas sociedades industriais (socialistas ou capitalistas), ao invés de contribuírem para a persistência, esta simbiose leva à desagregação rápida da economia camponesa. Portanto, assistimos a uma fase de decadência das economias camponesas.

A economia camponesa, de acordo com Tepicht, apresenta os seguintes traços:

- 1- Caráter familiar — individualismo externo, porém forte coletivismo interno. Há uma simbiose entre a unidade de exploração e a unidade de consumo.
- 2- Relação entre os fatores de produção — substituição crescente do fator trabalho por capital; substituição parcial do fator terra por capital; e por último, substituição de terra e trabalho por capital, o que determina o germe da diferenciação de classe.
- 3- Relação da Economia Camponesa com o mercado — a unidade camponesa é parcialmente mercantil. Na terminolo

gia de Tepicht, a venda de mercadorias pela unidade camponesa constitui a Intensidade II. Esta reflete uma intensa utilização de recursos internos sob a forma de consumo intermediários e implica em explorações camponesas polivalentes. Atualmente assiste-se na Europa uma crescente substituição da Intensidade II pela Intensidade I — compra de mercadorias —, o que implica em maior especialização das unidades camponesas sem, contudo, alterar a auto-exploração e baixa remuneração camponesa.

- 4- Relações entre trabalho e renda camponesa — há uma diferenciação no trabalho camponês e nas rendas correspondentes.<sup>37</sup>

Vejamos mais de perto este último traço. Tepicht está de acordo com as premissas de Chayanov (vide Chayanov neste trabalho), no entanto, diverge dos desenvolvimentos ulteriores daquele autor por não corresponderem ao processo histórico. Ou seja, não está de acordo com a abordagem demográfica e subjetiva da economia camponesa.

Vejamos como o próprio Tepicht coloca suas diferenças em relação a Chayanov:

"Em Chayanov, o esforço da família camponesa é apresentado como um "continuum", onde cada unidade de sucessiva de trabalho não se distingue qualitativamente da precedente, senão que do ponto de vista do camponês é sempre mais árduo e menos útil. (Segundo Tepicht)..., é um trabalho com posto ao menos de duas partes qualitativamente distintas: segundo o caráter da força de trabalho utilizada (transferível ou não transferível a outros setores econômicos); segundo o caráter

---

37- Idem, pp. 20 a 30.



material de seu produto e a remuneração do trabalho contido no preço destes produtos".<sup>38</sup>

Este trabalho marginal (não transferível) é constituído pelo trabalho de membros da família como crianças, velhos e mulheres. Estas forças marginais da unidade camponesa são aplicadas em atividades que demandam grande intensidade de trabalho. Portanto, nestas atividades a unidade camponesa apresenta uma capacidade maior de concorrência com empresas capitalistas ou estatais. A força de trabalho do chefe da família, por não ser marginal, tem possibilidades de remuneração idêntica à de um trabalhador para empresas capitalistas ou estatais.

Uma tal forma de economia familiar sofre muito diretamente o desenvolvimento das forças produtivas. Reage de forma que a caracteriza, procurando todo crescimento possível de ganho, independente do esforço a fornecer em contrapartida. Desta maneira, os termos de troca tornam-se a expressão mesma das relações entre a agricultura e a economia industrial que a engloba.

"O centro de gravidade das relações de classe, no que concerne à agricultura, se desloca para fora na direção das relações entre a economia camponesa e o capital monopolista".<sup>39</sup>

As análises do desenvolvimento do capitalismo que

---

38 - "Chez Tchayanov, l'effort de la famille paysanne est présenté comme un continuum, où chaque unité successive de travail ne se distingue pas qualitativement de la précédente, se ce n'est que du point de vue du paysan lui même elle est toujours plus pénible et moins. D'après nous, c'est un travail composé au moins de deux parties qualitativement différentes: de par le caractère des forces qu'il met en valeur (transférables et non transférables à d'autres secteurs économiques), le caractère matériel de leurs produits et la rémunération du travail cachée dans le prix de ces produits". Idem, p. 40.

39 - "...le centre de gravité des rapports de classe en ce que concerne l'agriculture, se déplace vers l'extérieur: vers les rapports entre l'économie paysanne et le capital monopoliste". Idem, p.46.

viam no campesinato um modo de produção específico tiveram rápida aceitação no início da década de 70, a ponto de se tornarem um modismo. Inegavelmente contribuíram ao debate, não obstante sua rápida propagação se deve muito mais a sedução de um viés que permite facilmente a explicação de fenômenos complexos e contraditórios como a produção camponesa sob o capitalismo.

A técnica se apresenta de forma simples, porém é questionável sua validade heurística. Basta seccionar a realidade em unidades mais ou menos estanques — estruturas teoricamente capazes de serem sistematizadas — para posterior reagrupamento sob a forma de articulação dessas unidades resgatando assim a noção de totalidade. Para completar esta caricatura, cabe à realidade se enquadrar nas análises. Nos termos de John Wilkinson, combinando uma microanálise Chayanoviana da exploração familiar com uma teoria da articulação dos modos de produção.<sup>40</sup>

A sedução do modismo parece ter se dissipado na posterior estigmatização do pensamento althusseriano, gravemente enfermo e que nem mesmo a morte trágica de seu autor não o salvou da reputação de ser demasiado estruturalista e de distorcer a dialética: novo e sedutor modismo.

Apesar de terem sido inúmeras as contribuições dessa vertente de análise — mormente no que se refere<sup>VA</sup> a estrutura interna do campesinato —, as causas mais profundas de sua superação se relacionam a sua incapacidade de proporcionar uma visão "in locu" dos fenômenos sociais sem reduzir ou absoltizar determinadas categorias de análise.

Logicamente novas análises surgiram, abordando a questão sob novos ângulos. Prossigamos.

---

40- WILKINSON, John. Opus cit., p. 46.



### 1.3 - O CAMPESINATO COMO FRUTO DA REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA

Assistiu-se nas últimas décadas a uma violenta reaproximação entre a indústria e a agricultura. De um lado, desenvolveu-se o setor produtor de insumos agropecuários (sementes, vacinas ~~e~~ etc.) e de máquinas e implementos agrícolas (tratores, ceifadeiras ~~e~~ etc.). De outro lado, grande parte dos produtos agrícolas atualmente são processados industrialmente antes de chegarem ao consumidor.

Igualmente desenvolveu-se largamente a intermediação financeira na agricultura, já que as novas bases produtivas demandam créditos crescentes. Desnecessário colocar que estes setores a montante e a jusante da agricultura são fortemente oligopolizados e que a ação mediadora do Estado é crescente.

Não obstante a forte modernização da agricultura, a sua maior aproximação com a indústria não determinou o desaparecimento da pequena produção familiar, tendo inclusive, em alguns casos, lhe dado novo alento. As interpretações aqui tomaram dois rumos, porêm ambos apontando para o avanço da produção familiar.

#### 1.3.1 - A REDEFINIÇÃO DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NA AGRICULTURA

As elaborações teóricas sobre o campesinato, neste novo quadro, deslocaram o foco de análise para o estudo das novas relações entre pequenos produtores familiares e o capital. Redefine-se a relação capital-trabalho. O conceito de proletarização passa a ser também empregado em situações onde o capital não expropria completamente o trabalhador de

seus meios de produção, porém domina o processo produtivo e acumula excedentes com base na produção familiar. Ascendem ao primeiro plano de análise os conceitos de subordinação, subsunção formal, subsunção real e suas variantes.

Segundo Marcel Jollivet<sup>41</sup> formalmente não há nada de capitalista na estrutura de produção do campesinato francês, porém não as considera como um corpo estranho ao capitalismo. Ao contrário, o campesinato apresenta uma série de vantagens, a saber:

- produção de mercadorias a baixo custo. O camponês exige por seus produtos apenas o necessário a sua reprodução enquanto tal.
- permite a extração do sobre trabalho camponês.
- mantém gratuitamente uma reserva de mão-de-obra.
- resolve da melhor maneira possível o problema da renda fundiária capitalista.<sup>42</sup>

O próprio Jollivet nos relembra que este quadro é esquemático e funcionalista. Visa apenas demonstrar a compatibilidade da produção camponesa com o capitalismo. Não explica, porém, porque o pequeno produtor se reproduz e como se articula aparentemente de forma tão perfeita ao capitalismo. As respostas a estas indagações são <sup>o</sup> <sup>is</sup> possível, segundo este autor, através de análises históricas da sociedade e das formas assumidas pela luta de classe.

O principal aporte de Jollivet é demonstrar, grosso modo, a possibilidade de uma evolução da agricultura via

---

41 - JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classe: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. Revista Raízes, Campina Grande, UFPb, 1982.

42 - Idem, p. 11.



manutenção da pequena produção camponesa sem questionar os interesses burgueses e servindo à própria acumulação de capital. No entanto em seu desenvolvimento da análise se resume quase que meramente a descrever um processo histórico, não desenvolvendo categorias analíticas que extrapolam um quadro meramente funcionalista.

Claude Faure vai mais além, em seu ensaio "Agriculture et Capitalisme",<sup>43</sup> nos proporcionando interessantes contribuições sobre as relações da produção camponesa com a economia globalizante. Sua análise se reveste de particular importância por servir de referência para inúmeras análises desenvolvidas no Brasil.

Faure critica a idéia de que as formas de produção capitalistas vão substituir outras formas arcaicas ou não adequadas ao capitalismo, ou seja, de que o mercado vai repetir na agricultura o que fez na indústria há a muito tempo.<sup>44</sup> Pelo contrário, o capital não cessa de se apoiar em formas de produção que em sua estrutura nada tem de comum com ele próprio.

O objetivo de Faure é ver, sob a autonomia aparente, as relações subjacentes à pequena produção agrícola, ou seja, a sua subordinação ao capital.

"A autonomia da pequena produção é sua capacidade de escolher de que forma será explorada, como o proletário pode escolher o patrão. A autonomia se transforma em seu contrário: em submissão, ou seja, em coação de sobre trabalho".<sup>45</sup>

Vejamos como Faure chega a estas conclusões. In

---

43 - FAURE, Claude. Agriculture et Capitalisme. Paris, Editions Anthropos, 1978.

44 - Idem, p. 19.

45 - "Des lors, l'autonomie du petit paysan n'est rien d'autres que sa capacité à choisir, le mode sur lequel il sera exploité, tout comme le prolétaire a le choix entre divers patrons. ...l'autonomie se transforme en son contraire: en soumission, c'est-à-dire en contrainte au surtravail". Idem, p. 48.

cialmente constata a persistência no capitalismo de formas de produção que aparentemente lhe são estranhas. Cita os exemplos da pequena produção agrícola e do pequeno comércio. O conjunto das formas de produção se reproduzem sob a égide do modo de produção dominante. O MPC é dominante por ser o único capaz de reproduzir ampliamente o seu domínio, ou seja, a reprodução ampliada do campo de extração de mais-valia, da massa de mais-valia extorquida.

Assim, ao se reproduzir ampliamente, o modo de produção capitalista reproduz o conjunto das formas de exploração. As distintas formas de produção, em sua reprodução, são meios e condição umas das outras. Portanto, estas formas não especificamente capitalistas, embora aparentialmente não são transformadas, são transformadas naquilo que são elementos do processo de reprodução de um modo de produção distinto daquele a que são remetidos historicamente.<sup>46</sup>

A articulação destas formas de produção no MPC se recobrem de relações de dominação deste último e submissão <sup>a</sup> dos <sup>a</sup> primeiros. Portanto não são exteriores ao campo de ação do capital. A dominação se dá no processo social de produção capitalista e, neste, a circulação é privilegiada. A produção é apenas um momento da circulação, de acordo com Faure.

"O trabalhador não tem escolha entre trabalhar e não trabalhar, vender ou não sua força de trabalho; da mesma maneira, o camponês não tem socialmente a escolha, a liberdade, de utilizar tal ou tal processo técnico, de fazer tal ou tal especulação ou de decidir o uso de seu produto: nos dois casos, a ausência da propriedade real dos meios de produção determina, antes mesmo que o processo de produção seja iniciado, o que será este último".<sup>47</sup>

46 - Idem, p. 21.

47 - "Le prolétaire n'a pas le choix entre travailler et ne pas travailler, vendre ou ne pas vendre sa force de travail, pas plus que le petit paysan n'a socialment le choix, la liberté, d'utiliser tel ou tel procédé technique, de engager telle ou telle spéculation ou de décider de l'usage de son produit: dans le deux cas, l'absence de tout propriété réelle des moyens de production détermine, avant même que le procès de production ne soit engagé, ce que sera ce dernier".



Segundo Faure, operários e pequenos produtores têm em comum o fato de recorrerem periodicamente ao mercado para venderem força de trabalho ou suas mercadorias. Esta sujeição (contraint) do trabalho Faure conceitua como submissão do trabalho.

Faure toma o conceito de submissão (soumission) presente no capítulo VI<sup>o</sup> inédito de "O Capital", agregando-lhe algumas alterações. Temos então: submissão formal, formal de transição e submissão real do trabalho ao capital.

A submissão formal e formal de transição ocorrem quando os processos técnicos não são essencialmente modificados e, portanto, o produtor goza de relativa autonomia. A submissão real e formal de transição correspondem a formas de produção especificamente capitalistas, pois mesmo na submissão formal de transição (formal em Marx), as relações imediatas já são capitalistas.

Na submissão formal do trabalho camponês, o produtor vê sua prática sobredeterminada pelas relações sociais de produção e mesmo o processo imediato de produção sofre grandes transformações internas. Funciona como um modo específico de extorsão de sobretabalho, onde o capitalismo não revolucionou o processo de trabalho completamente. Neste caso, a análise da dominação do capital é a análise das relações dos pequenos produtores com a circulação capitalista.<sup>48</sup>

A partir do momento que o produto do pequeno produtor familiar destina-se à troca de mercadorias, este perde o domínio sobre as decisões de produção. De acordo com Faure a produção camponesa se dá conforme os ditames da produção social. O seu produto não deve conter além do socialmen

---

48 - Idem, pp. 33 à 35.



te necessário e isto já pressupõe o emprego de determinadas técnicas e etc.

O mercado é o mercado do capital e o controle do mercado já é, virtualmente, o controle da produção. O capital, embora não apareça ao nível preciso da produção camponesa, é o dirigente e o chefe do processo de produção imediato. A aparente independência do pequeno produtor no processo de produção imediato desaparece quando analisada sob a ótica do conjunto da produção social. A submissão ao nível da circulação é concomitantemente submissão do processo de trabalho camponês.<sup>49</sup>

A reprodução do setor formal da submissão do trabalho ao capital obedece a leis muito particulares. Basta que o produto das vendas camponesas proporcionem apenas um equivalente do salário e dos meios de produção materiais do processo de trabalho original. A multiplicação das relações mercantis entre os pequenos produtores e o Capital é condição para a realização de um valor crescente do produto, destinado a acumulação própria e ao desenvolvimento da produtividade do trabalho do produtor direto. Tal reprodução ampliada reproduz em escala ampliada a exploração dos produtores diretos.<sup>50</sup>

Cada produtor é forçado a ter uma produtividade superior à média. Isso é fruto das relações capitalistas subjacentes. Instaura-se uma concorrência entre os pequenos produtores cujos beneficiários serão os distintos capitais com os quais mantêm relações progressivamente. A pequena produção assegura uma supremacia relativa — baseada na exploração permanente da força de trabalho familiar — sobre a con

---

49 - Idem, pp. 37 à 39.

50 - Idem, pp. 80 à 81.

corrência capitalista. A melhor produtividade capitalista é compensada pelas características da produção familiar, onde a falta de lucro não é limite à produção.

A empresa capitalista só teria condições de concorrência caso seu diferencial de produtividade compensasse a falta de lucro e renda da terra nos preços da pequena produção familiar. Não obstante, o próprio Faure relembra que o nível atual das forças produtivas na agricultura não permite este diferencial de produtividade.<sup>51</sup>

A maneira como se formam os preços agrícolas é, portanto, um freio ao desenvolvimento da produção capitalista propriamente dita. Contudo, reflete uma forma de dominação capitalista bastante estável, a reprodução do setor da submissão formal.<sup>52</sup>

No Ensaio "Petite Agriculture et Capitalisme"<sup>53</sup> Evrard, Hassan e Viau<sup>54</sup> partem do mesmo referencial de Faure, porém vão mais longe em suas conclusões. Estes autores partem da problemática do lucro. Toda produção de mercadorias tem por objetivo auferir um lucro que necessariamente deve constar no preço destas. Considerar o pequeno produtor familiar um capitalista implica em que os preços de suas mercadorias sejam preços de produção, ou seja, contenham lucro.

Surge o problema: a percepção do lucro não é condição "sina qua" para a produção camponesa. A única exigência é receber o suficiente para manter-se enquanto tal. Tal

51 - Idem, p. 39.

52 - Idem, pp. 80 à 81.

53 - EVRARD, P.; HASSAN, D.; VIAU, C. Petite Agriculture et Capitalisme. Cahiers D'Economie Politique, Paris, P. U. F., 1977.

54 - A partir deste momento nos referiremos a estes três autores simplesmente por Evrard.



não significa que, eventualmente, o pequeno produtor não possa obter um excedente. O objetivo do ensaio de Evrard é teorizar sobre esta falta normal de lucro no preço dos produtos dos pequenos produtores. Com base nesta resposta, pretende de terminar o estatuto dos pequenos produtores agrícolas frente ao capital.

Evrard coloca alguns pressupostos metodológicos: primeiramente questiona o fundamento histórico da idéia de que a submissão do trabalhador ao capital só ocorre quando o primeiro está separados dos meios de produção. Da mesma maneira, não se pode considerar a posse dos meios de produção como autonomia frente ao capital. Este tipo de análise o autor considera mecanicista e não histórico. A propriedade dos meios de produção é uma abstração e sua concreção só é possível quando relacionada aos elementos da totalidade social onde está inserida. Esta totalidade — que não é a soma de modos de produção — é o campo histórico no qual o capital — relação de produção — se reproduz de forma ampliada.

A reprodução ampliada do capital choca-se com formas pré-capitalistas ou não capitalistas, podendo conservá-las. Necessariamente estas formas sofrem transformações. Os capitais particulares utilizam estas formas camponesas como base para sua valorização. Evrard conclui que a propriedade jurídica, por si só, não basta para definir o estatuto do pequeno produtor agrícola. Faz-se necessário a análise das relações concretas que estes têm com o capital. A inserção do pequeno produtor à economia mercantil equivale à perda da posse dos meios de produção. E, ao produzir para auferir renda monetária, sua produção torna-se alienada como a produção industrial capitalista.

Segundo Evrard não há pilhagem da agricultura, onde a exploração se daria apenas através da circulação e não



diretamente na produção. A transferência de valor para os monopólios não é uma característica específica ao pequeno produtor, mas comum a todo o setor não monopolizado da economia. Muito menos a posse formal dos meios de produção reside no endividamento do pequeno produtor. Isto também não considera específico à pequena produção.

Evrard considera falsa a idéia de exploração na comercialização por retirar da exploração capitalista seu traço principal: criação e extorsão do sobretrabalho se dão ao mesmo tempo. Do contrário o capital seria apenas um parasita que abocanha um excedente preexistente. Trata-se de uma concepção naturalista do excedente.

Para este autor os capitais à montante (bancos, fornecedores de insumos e máquinas, etc.), determinam apenas relações de repartição com os pequenos produtores. Somente a agroindústria à jusante (processadora de produtos agrícolas) tem a capacidade de apoderar-se das condições de valorização do trabalho camponês. A agroindústria à montante permite a adaptação do processo de trabalho às exigências do capital à jusante. Os pequenos produtores estão, então, num estado de submissibilidade ao capital. Se a submissão existe e qual sua forma, a resposta só pode ser dada pela análise concreta das relações entre pequenos produtores e capital.

Evrard passa a análises concretas. Primeiramente analisa os produtores semi-integrados franceses. A ligação entre integrados e integradora se reveste da aparência jurídica de troca mercantil. No entanto os pequenos produtores perdem o domínio técnico do processo de produção, das decisões de produção e dos meios de produção a utilizar e em cuja compra se endivida.<sup>M</sup> Ocorre a perda do domínio econômico do produto do trabalho. A pré-destinação contratual do produto do trabalho retira a possibilidade do pequeno produtor

se colocar como possuidor de mercadorias. Evrard conclui, neste caso, que é a força de trabalho a mercadoria comercializada.

São dois os mecanismos que as integradoras se utilizam para aumentar a massa de sobretrabalho expropriada aos pequenos produtores: de um lado, baixando a remuneração da força de trabalho através da baixa dos preços dos produtos agrícolas. De outro lado, aumentando a produtividade do produtor por iniciativa e graças à sustentação financeira da agroindústria.

Desenvolve-se uma pressão constante pelo progresso técnico, determinando a diferenciação dos pequenos produtores e forçando alguns a abandonarem o ramo. Aos que permanecem, melhorias passageiras serão rapidamente anuladas pela concorrência.<sup>55</sup>

As cooperativas não escapam aos mecanismos da concorrência capitalista monopólica e sua ação pouco se difere das empresas de capital privado.

"A integração da pequena produção é uma forma de desenvolvimento do capital na agricultura onde reencontra-se a finalidade essencial desta relação de produção: a produção de mais-valia absoluta e relativa".<sup>56</sup>

Evrard reconhece que esta forma de relação capital-trabalho está longe de cobrir todo o conjunto da produção agrícola. Ocorre principalmente na exploração de produtos como: aves, carnes em geral, frutas e legumes em conserva e etc.

---

55 - Idem, pp. 52 e 53.

56 - "...l'intégration des petits producteurs est une forme du développement du capital en agriculture où l'on retrouve la finalité essentielle de ce rapport de production: la production de plus-valia absolue et relative". Idem. p. 53.



Numa outra análise concreta, como a produção leiteira na França, embora não hajam relações contratuais entre as empresas agroindustriais e os produtores, o autor chega a conclusões semelhantes. A estrutura da produção leiteira francesa permite a instauração de relações de sujeição sem a necessidade de institucionalizá-las por meio de um contrato. A relação monetária entre a agroindústria e os pequenos produtores torna-se uma relação salarial e o preço do leite um salário por peça.

Segundo Evrard, nos dois casos acima, os meios de trabalho camponeses são meios de trabalho do capital. Os camponeses estão submetidos a estes meios de produção, ou seja, os meios de trabalho do camponês são parte necessária dos meios de produção necessários ao funcionamento do trabalho coletivo envolvido no processo agroindustrial. Esta posse nominal dos meios de produção tem forte conteúdo ideológico, dissimulando a condição assalariada dos camponeses e impedindo sua organização classista. Constitui mais um dos grilhões dos pequenos produtores.

As análises que se pautam pela redefinição das relações entre capital e trabalho na agricultura devolveu a esta uma maior abrangência e uma melhor inserção na totalidade englobante. Contudo, gostaríamos de tecer duas considerações gerais: primeiramente, o emprego de conceitos como subsunção formal e/ou real para designar as novas relações entre o campesinato e o capital não correspondem à forma em que foram originalmente utilizados por Marx. No Capítulo 6º inédito<sup>57</sup> o conceito de subsunção (formal ou real) se refere exclusivamente à situações onde o trabalhador é despossuído dos meios de produção.

---

57 - MARX, Karl. Capítulo VIº inédito de O Capital: Resultado do Processo de Produção Imediata. São Paulo, Editora Moraes, 1985. pp. 87 à 108.



Não se trata aqui de mero apelo à ortodoxia. Na realidade tentamos nos contrapor a absolutização dos mecanismos de dominação do capital que tudo determina. Se nas análises do campesinato via modos de produção havia uma polarização nos aspectos internos, aqui há o inverso: polarização nos aspectos externos. HÁ uma certa tendência funcionalista nestas análises dado que a produção camponesa é sempre colocada "ex-poste" nos marcos analíticos. Necessário se faz ater-se à interação entre pequena produção e capitalismo sem absolutizar a sobredeterminação da primeira pelo último.

### 1.3.2 - O CAMPESINATO DERIVADO DOS OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS À PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA

Encontramos em Mann & Dickinson um claro exemplo destas análises. No trabalho "Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture"<sup>58</sup> estes autores afirmam que os motivos da sobrevivência e expansão da pequena produção familiar não devem ser buscados na dinâmica dessas formas de produção, mas sim nas necessidades da própria produção capitalista. Em outras palavras, a expansão da produção familiar deve ser buscada nos motivos da fuga de capitais de determinadas esferas da agricultura.

Dickinson & Mann se reportam a Marx na análise dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Para tal, baseiam suas conclusões na diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção<sup>59</sup> na atividade agropecuária. Ou seja, em determinadas esferas da produção agrícola o tempo de

---

58 - DICKINSON, J. & MANN, S. "Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture". The Journal of Peasant Studies, vol.5, nº4, 1978.

59 - Para esclarecimentos vide:  
MARX, Karl. Opus cit. (1979) Livro II, Parte Segunda: A Rotação do Capital.

produção de uma mercadoria — lapso de tempo entre o início de sua produção e a data em que está pronta, na forma acabada; para o consumo — é maior que o tempo de trabalho — número de horas ou dias efetivamente trabalhadas para sua produção — requerido para a produção desta mercadoria. Tomemos um exemplo bastante simples para ilustrar esta questão. O tempo de produção de uma lavoura de trigo (aproximadamente 5 meses) é bem maior que o tempo de trabalho efetivamente gasto para esta produção.

Os efeitos disso sobre a rotação dos capitais aplicados na agricultura, bem como a ociosidade dos equipamentos e a perecibilidade dos produtos agrícolas, determinaria uma menor taxa de lucro aos capitais aí investidos. Portanto, haveria uma fuga de capitais de determinadas esferas da produção agrícola, mormente onde os avanços tecnológicos não conseguiriam estreitar o hiato entre tempo de produção e tempo de trabalho. É criado, assim, um espaço para a reprodução da produção familiar.

Estas conclusões apresentam problemas que serão abordados quando comentarmos as análises desenvolvidas no Brasil com base nestes dois autores.

Antes de avançarmos no debate sobre a pequena produção, julgamos necessário adentrarmos no debate brasileiro sobre este tema a fim de não comprometermos o encaminhamento desta exploração.

#### 1.4 - O DEBATE BRASILEIRO

Num largo período histórico o desconhecimento da realidade agrária brasileira foi tamanho a ponto das análises se refugiarem na ortodoxia ao quadro geral da transição feudalismo-

capitalismo europeu.<sup>60</sup> Caio Prado Júnior jogou uma verdadeira pã de cal nas teses feudais e dualistas.<sup>61</sup> Entretanto, a simples colocação da agricultura brasileira como uma realidade capitalista não resolve o problema. Tem o mérito de abrir o debate sob bases mais lúcidas e consequentes com a realidade.

A gama de análises que sucederam Caio Prado Júnior sô encontram limites concretos na própria diversidade revelada pela agricultura brasileira. De forma geral, estas novas análises muito tem contribuído para o estudo da diversidade das relações sociais na agricultura no quadro da totalidade do capitalismo no Brasil. Procuraremos aqui resgatar apenas as análises que mais diretamente se ateêm ao nosso objetivo, ou seja, que tratam da problemática da produção familiar sob o capitalismo.

Grosso modo, o debate brasileiro segue a mesma sistematização apresentada no início deste capítulo. Vejamos:

#### 1.4.1 - PREDOMÍNIO DA GRANDE EMPRESA CAPITALISTA E DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA

Ao analisar o fenômeno do "Bóia Fria" em São Paulo, D'Incao<sup>62</sup> argumenta que o avanço do capitalismo no campo determina a concentração da terra e a modernização da grande propriedade como formas de acumulação de capital. Estas mudanças tornam supérflua a preservação de minifúndios ou de

60 - Para uma síntese do debate: capitalismo x feudalismo no Bra sil, vide:  
TOPALOV, Christian. Estruturas Agrárias Brasileiras. Rio de Janei ro, Francisco Alves Editora, 1978.

61 - PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Editora Bra siliense, 1966.

62 - D'INCAO, Maria Conceição. O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria. 9.<sup>a</sup> ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1983.



relações de assalariamento disfarçadas na agricultura (parceria, colonato e etc.), pois provocam a formação de um excedente de trabalhadores que se sujeitam ao trabalho volante e à baixa remuneração de sua força de trabalho.

D'Incao vê a generalização deste processo na expansão da agricultura comercial que, substituindo a agricultura de subsistência, se desenvolve concentrando a terra e substituindo antigas relações (arrendamentos, parcerias, etc.) por relações de assalariamento puro.<sup>63</sup>

Para Paulo Sandroni<sup>64</sup> a compatibilidade de interesses da grande burguesia com a permanência da produção camponesa é questionável. A funcionalidade econômica da produção camponesa é contestada. Sua perda de importância reflete a intensificação da diferenciação do campesinato e ascensão da produção capitalista. Para Sandroni a modernização do campesinato é sua transformação para formas capitalistas de produção.

Geraldo Müller, em seu ensaio "Agricultura e Industrialização do campo no Brasil",<sup>65</sup> dá ênfase ao complexo agroindustrial, que define como

"...o conjunto dos processos técnico-econômicos sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes..."<sup>66</sup>

Müller argumenta que a partir dos anos 70 a agricultura brasileira passou a desempenhar importante papel pa

63 - Idem, p. 148

64 - SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato. São Paulo Editora Polis, 1980.

65 - MÜLLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização do Campo Brasileiro. São Paulo, Revista de Economia Política, Vol. 2/2, nº 6, abril-junho/1982.

66 - Idem, p. 48.

ra a acumulação das indústrias de bens de capital, além dos já tradicionais setores a jusante e de exportação que sempre dependeram da agricultura. A posse da terra, simplesmente, não mais é condição para a produção agrícola. A existência de um certo capital passou a ser uma determinação social desta produção.

"neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se ao capital, num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital".<sup>67</sup>

Müller pouco se atém na análise das relações sociais de produção e propõe uma estratificação social no campo com base no nível tecnológico das unidades produtivas. Observa, então, um aumento da burguesia e pequena burguesia (produtor familiar capitalizado <sup>e burguesia</sup> (industrializada rural) em detrimento da burguesia e pequena burguesia tradicional e dos trabalhadores autônomos, pequenos arrendatários e parceiros). Observa também a elevação do número de trabalhadores assalariados e trabalhadores à domicílio,

"...isto é, daquela enorme massa de gente que, quanto proprietária territorial, não passa de trabalhadores agrícolas para a indústria e comércio".<sup>68</sup>

Segundo Müller os setores a montante e a jusante da agricultura são oligopolizados e dependentes fortemente das políticas creditícias do governo. Para tal se organizam institucionalmente em defesa de seus interesses, o mesmo acontecendo com a burguesia e pequena burguesia rural modernizada. Este processo de industrialização dos CAIs é, de acordo com Müller, a tendência dominante e irreversível na agricultura brasileira.

67 - Idem, p. 49.

68 - Idem, p. 52.



Nota-se na análise de Geraldo Müller fortes matizes com origem em Kautsky e uma clara tendência a identificar capitalismo com progresso técnico,<sup>69</sup> passando por cima da riqueza das relações sociais no campo acobertadas nos dados censitários e que, em grande parte, não se enquadrariam nesta análise.

Não se trata de negar a presença e importância de relações capitalistas na agricultura brasileira. No entanto, tal não pode ser absolutizado, no quadro atual, como tendência dominante, mesmo com o avanço da industrialização da agricultura. O mesmo é válido para as análises de D'Incao e Sandroni.

#### 1.4.2 - MODOS DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA BRASILEIRA

As discussões sobre modos de produção na agricultura não são recentes no Brasil. Por muito tempo o debate sobre a ocorrência do modo de produção feudal, ou de seus resquícios, dominou as discussões no Brasil. Mais recentemente o conceito de modo de produção foi utilizado como unidade de análise principalmente nas pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional, tendo como arcabouço teórico o debate europeu do início da década de 70. Entre os diversos trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional, se destacam os de Moacyr Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes e Afrânio Garcia, entre outros.

Tomemos como exemplo a obra "Terra de Trabalho", de autoria de Afrânio Garcia.<sup>70</sup> Quando de seu estudo sobre

---

69 - Vide a este respeito as críticas de: SORJ, Bernard; GOODMAN, D. E.; WILKINSON, J. Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. Revista de Economia Política, Vol. 5, nº 4, outubro-dezembro/1985.

70 - GARCIA, Afrânio. "Terra de Trabalho".



a pequena produção familiar na Zona da Mata pernambucana, este autor baliza suas pesquisas na concepção da especificidade do modo de produção camponês. As particularidades distintivas desse modo de produção são dadas pelas relações de parentesco que determinam as unidades de produção e consumo e pelo caráter familiar da divisão do trabalho.

O modo de produção camponês é entendido como sendo subordinado, podendo se articular a outros modos de produção e cujo movimento é determinado pelo modo de produção dominante. Para Afrânio Garcia este modo de produção — unidade específica de forças produtivas e relações de produção — suporta avanços técnicos até o ponto em que não se rompam suas relações de produção, basicamente familiares. Da mesma forma, o seu caráter subordinado não lhe permite gerar uma superestrutura político-ideológica.

Afrânio Garcia, com base no conceito de modo de produção camponês, se propõe a tentar reconstruir a economia do pequeno produtor através de uma análise etnográfica e da prática econômica destes. O desenvolvimento de seu trabalho é riquíssimo, não obstante, ao nosso ver, reconstrói não a economia do pequeno produtor, mas sim sua subordinação histôrica e sua prática econômica sobredeterminada pelos ciclos da acumulação canavieira. Processo este que não exclui totalmente e muito menos prescinde da pequena produção.

São inegáveis as determinações particulares desta pequena produção, porém a sua incapacidade orgânica de gerar uma dinâmica própria, capaz de lhe dotar de uma superestrutura político-ideológica invalida sua conceituação como um modo de produção, a não ser por reducionismos conceituais. Dizer isto não implica em invalidar a contribuição destas anãlises, porém vislumbra seus limites heurísticos.

### 1.4.3 - O DEBATE SOBRE A REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO NO BRASIL

O estreitamento das relações entre o capital agro industrial e a produção agrícola familiar não é um fenômeno apenas das economias capitalistas mais avançadas. Propaga-se também na agricultura dos países do terceiro mundo. No Brasil este processo teve especial alento a partir de meados da década de 60 e atualmente assume particular importância, mormente no centro-sul do país.

Guardadas as devidas especificidades, ocorre<sup>71</sup> também no Brasil dinâmicas semelhantes a aquelas analisadas, por exemplo, por Faure, Dickinson e outros. Não é de se admirar que estas análises tenham inspirado diversos estudos de pesquisadores brasileiros.

Assim, Nazareth Baudel<sup>71</sup> propõe uma nova abordagem teórica para a não proletarização da totalidade da força de trabalho no Brasil, que não adentre por vieses do tipo: formas de produção pré-capitalistas e/ou afins. Para a autora, a força de trabalho não proletarizada é um elemento capitalista; é um dos elementos do desenvolvimento do capitalismo na criação do espaço para sua reprodução ampliada.

De acordo com a hipótese de trabalho de Baudel, o capital em seu desenvolvimento no setor agrícola cria um espaço ocupado pelo campesinato. O camponês se transforma em um "trabalhador para o capital", distinto do proletariado por ser distinta a forma de exploração de sua força de trabalho. A reprodução do campesinato se insere nas condições históricas do funcionamento do capital e das lutas políticas subjacentes.

---

71 - WANDERLEY, M. de N. B. "O Camponês: Um Trabalhador para o Capital". São Paulo, mimeo, 1979.



Este camponês se difere do camponês feudal, da mesma maneira que a propriedade camponesa sofre transformações no capitalismo. A terra tem um preço: é renda capitalizada. Se o camponês se apropria da renda, tende a tornar-se um capitalista. Do contrário, ele não é o real proprietário capitalista.<sup>72</sup>

Com base na análise do produtor parcelário em Marx, Baudel coloca:

"O único limite à continuação da atividade produtiva do camponês é, assim, dado pelo trabalho necessária à sua reprodução, uma vez repostas suas condições de trabalho. Por conseguinte, o camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais-valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global da acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. A exploração camponesa constitui, portanto, a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura".<sup>73</sup>

De acordo com Baudel, a transferência do sobretabalho no camponês é mediatizada pelo mercado capitalista, onde recebe um tratamento diferenciado, podendo ser transferido, inclusive, parte do valor da força de trabalho camponesa. Esta mediação do mercado interfere na própria organização interna da exploração camponesa. Vê-se aqui uma nítida influência de C. Faure na análise de Baudel.

José Graziano da Silva, em seu trabalho "A Modernização Dolorosa",<sup>74</sup> propõe uma análise das transformações da agricultura brasileira no conjunto das transformações do capitalismo no Brasil atual. A principal característica desta transformação é a chamada industrialização da agricultura, en

---

72 - Idem, p. 49.

73 - Idem, p. 50.

74 - SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.



tendida como o domínio progressivo do homem sobre as condições naturais, transformando as bases naturais da agricultura.

Graziano entende que no Brasil esta modernização foi conservadora, basicamente porque na fase do capitalismo monopolista a transformação da agricultura perde algo de seu dinamismo. Em nosso país houve uma aliança entre o grande capital e o latifúndio, sob a égide do Estado. Esta aliança ainda hoje mantém a velha dominação do capital comercial e usurário ao lado do moderno capital financeiro. Portanto, formas arcaicas ainda são reproduzidas.<sup>75</sup>

Hã, segundo este autor, uma certa debilidade nas transformações capitalistas na agricultura, onde o capital não consegue expropriar completamente o trabalhador rural, nem revolucionar o processo produtivo. Esta é a forma específica da dominação capitalista na agricultura brasileira, estando ainda presentes o capital comercial e usurário. A modernização se dá apenas em alguns setores e é fortemente sustentada pelo Estado.<sup>76</sup>

A subordinação da agricultura brasileira ao capital comercial ligado à exportação é o elemento histórico que determina a debilidade das transformações na agricultura. O morador, o colono, o agregado, o posseiro, meeiro, pequeno arrendatário, etc., embora tenham a posse da terra, têm um elo em comum: o de serem trabalhadores para o capital, embora produzam parte de sua subsistência com base no trabalho familiar.<sup>77</sup>

Para analisar o "novo Camponês" Graziano se reporta a Beskov. Este aponta duas formas concretas de subordina

---

75 - Idem, p. 126.

76 - Idem, p. 126.

77 - Idem, p. 128.

ção da pequena produção:

- a) formas subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário.
- b) formas subordinadas à agroindústria e "cooperativas capitalistas".

A primeira é mais comum em zonas de fronteira agrícola e a segunda no sul do Brasil. Analisando as duas formas Graziano conclui que

"...a produção camponesa no Brasil de hoje está subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção que necessita".<sup>78</sup>

De acordo com o autor, em determinadas situações concretas a pequena produção familiar é adequada ao movimento de acumulação de capital, ou seja, é um elemento da reprodução ampliada do capital. Assim o camponês é recriado segundo os interesses do capital e não por ter uma lógica própria ou por ter uma superioridade técnica e econômica à produção capitalista. O pequeno produtor é, portanto, um trabalhador para o capital.

Graziano introduz o conceito de subordinação indireta e direta (formal e real) do trabalho ao capital. A primeira refere-se à subordinação sob a forma de capital dinheiro (capital comercial e usurário). A subordinação direta ocorre quando a subsunção se dá no próprio processo produtivo — formal quando tem por base as formas concretas de produção anteriores; real quando o capital revoluciona o processo produtivo e o trabalhador perde o controle do processo de trabalho — onde o objetivo é gerar mais-valia.

---

78 - Idem, p. 130.

A proletarização do camponês é entendida por Gra<sup>z</sup>iano não como seu simples assalariamento, mas sim como um processo gradativo de perda de autonomia e progressiva subor<sup>d</sup>inação direta do trabalhador ao capital.

"Esse processo de 'descampesinização' pode levar tanto a uma expropriação do camponês de fato, transformando-o num 'assalariado puro', como a uma tecnificação de sua unidade produtiva, na qual ele permanece apenas formalmente proprietá<sup>r</sup>io dos meios de produção. Em qualquer desses dois movimentos, o sentido é o mesmo: subordinar o trabalho ao capital. Esse é o ponto fundamen<sup>t</sup>al da questão: submetido a esse processo de pro<sup>l</sup>etarização, (entendido em seu sentido amplo) o camponês se 'descampesiniza', isto é, converte-se num trabalhador para o capital, num "novo cam<sup>p</sup>onês".<sup>79</sup>

Dentro das análises inspiradas em Dickinson & Mann, relacionamos os trabalho de Nakano e Aidar & Perosa.

Com base nas recentes tendências de evolução da agricultura americana e européia que apontam para um avanço das propriedades familiares modernizadas ("adequates"), Aidar & Perosa<sup>80</sup> procuram explicar este fenômeno pelo seu inverso, ou seja, pelos limites dados à produção capitalista na agri<sup>c</sup>ultura.

Esta inversão do ângulo de análise se pauta por buscar as razões pelas quais a taxa de lucro no setor agrope<sup>c</sup>uário é relativamente mais baixa que em outros setores da economia. Para Aidar & Perosa o não controle do processo pro<sup>l</sup>utivo pelo capital — dado por: não coincidência de tempo de trabalho e tempo de produção, fato este que reflete o carã<sup>t</sup>er ainda natural da produção agropecuária; o risco dessa pro<sup>l</sup>ução, dado pelas adversidades climáticas e biológicas; a dispersão espacial do trabalho — pode inviabilizar o sucesso

79 - Idem, p. 135.

80 - AIDAR, A. C. Kfourri & PEROSA J., R. Mario. Espaços e Limites da Em<sup>p</sup>resa Capitalista na Agricultura. São Paulo, Revista da Econo<sup>m</sup>ia Política, Vol. 1, nº 3, julho-setembro/1981.



da grande empresa capitalista em muitas atividades do setor agropecuário.

Segundo estes autores estes problemas são minimizados na produção familiar pelas próprias características dessa forma de produção. Assim, as propriedades familiares modernizadas ("adequates") são mais eficientes tanto em relação às grandes propriedades, quanto às menores sem condições de acompanhar o progresso técnico.

Concluem que a grande produção capitalista ocorre preferencialmente quando esta pode usufruir das vantagens da integração vertical ou do maior controle do processo produtivo em determinadas atividades agrícolas ou de pecuária. Para isto contribui também o legado histórico das grandes propriedades (não necessidade de maiores imobilizações de capital na compra de terras pela posse histórica destas) e a política de subsídios e incentivos estatais.

Nakano<sup>81</sup> parte das mesmas evidências empíricas tomas por Aidar & Perosa, porém difere um pouco em seu desenvolvimento teórico. Para este autor a expansão monopolista da economia destrói os requisitos da produção capitalista na agricultura, a saber: taxa de lucro e renda da terra. Isto ocorre basicamente devido às diferentes condições de <sup>a</sup> produção agropecuária frente aos outros setores da economia. Verifica-se, então, uma fuga de capitais do setor agropecuário para outros setores econômicos mais rentáveis<sup>eis</sup>. Temos, dessa maneira, um espaço deixado pelo capital, ocupado pela produção familiar.

Antecipando-se à pergunta de porque a pequena produção ocupa este espaço, Nakano constrói um modelo teórico

---

81 - NAKANO, Yoshiaky. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na Agricultura. São Paulo, Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 3, julho-setembro/1981.

que, ao nosso ver de forma funcionalista, nos dá esta resposta. Ou seja, a produção familiar é entendida como uma produção simples de mercadorias onde se imporia a lógica do valor e não a do capital, apesar de estar externamente subordinada à lógica do capital.

Como os interesses deste produtor simples de mercadorias não vão além da pura reprodução da família, há um perfeito casamento com os interesses do capital agroindustrial, apropriando-se este do excedente. Da mesma maneira são compatíveis à produção familiar os patamares técnicos impostos pela agroindústria.

Estas análises que, digamos assim, derivam o campesinato de determinados obstáculos — a nível da produção e da circulação — estruturais à produção capitalista na agricultura tendem a dar uma concepção funcionalista à pequena produção familiar. Frequentemente utilizam argumentos como: o capitalismo "cria um espaço ocupado pelo campesinato", ou ainda, "o capitalismo recria o campesinato". Há uma certa fetichização do capital, como se este fosse capaz de criar alguma coisa.

A diminuição do montante das rendas fundiárias é perfeitamente compreensível, dado o progresso técnico da agricultura. E isto, pelo contrário, não constitui um obstáculo a inversões capitalistas na agricultura. Não obstante, a questão da destruição das rendas e dos lucros dificilmente pode ser compreendida dentro dos esquemas teóricos acima propostos. Vejamos porque.

Segundo os autores desta, digamos, teoria da derivação do campesinato, a agricultura apresenta peculiaridades à nível de produção e à nível de circulação. Argumentamos que, abstraindo os monopólios e supondo que toda a produção social se dê de forma capitalista, o movimento de capitais



determinaria também aos capitais aplicados na agricultura uma taxa média de lucro, apesar de suas especificidades. Trazendo a monopolização da economia à análise, a especificidade da agricultura a nível de circulação - que entendemos como sua incapacidade, salvo raras exceções, de formar setores oligopolizados - também determinaria aos capitais aplicados na agricultura uma taxa média de lucro correspondente à taxa média de lucro do setor não monopolizado da economia.

Portanto, ao partirmos da análise dos obstáculos estruturais à empresa capitalista no campo chegamos não a destruição da renda e dos lucros, mas sim a uma tendência à diminuição do montante das rendas fundiárias e a formação de uma taxa de lucros na agricultura correspondente a taxa média de lucros vigente no setor não monopolizado da economia. A colocação "ex poste" do campesinato ocupando um espaço criado pelo capital é demasiada funcionalista e constitui a própria limitação dessa visão invertida do campesinato. Acreditamos que só é possível analisarmos uma suposta destruição da renda e dos lucros na agricultura quando, concomitante com a produção capitalista, analisemos também a produção familiar. Ou seja, a produção familiar não é um produto (não é criada ou, da mesma forma, não ocupa um espaço criado) de um processo, mas agente deste e neste processo.

#### 1.5 - O CAMPESINATO COMO UM COMPONENTE HISTÓRICO E ATIVO NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA

Durante quase um século esperou-se por uma proletarização do campesinato que, grosso modo, não se apresentou como tendência inexorável. A redefinição do conceito de proletarização como saída teórica para resolver esta "contradição" tem colocado mais problemas que resolvido, mormente quando utilizada em situações práticas.



Concretamente se coloca para a pesquisa a necessidade de novas abordagens, de novos referenciais analíticos que possam dar conta desta realidade. Diríamos que as recentes transformações do quadro agropecuário somadas à gama de conhecimentos acumulados sobre esta realidade nos colocam atualmente no limiar do surgimento de novas análises. Este novo salto qualitativo já pode ser observado em contribuições como de Bernardo Sorj, John Wilkinson, Delma Peçanha e Theodor Shanin entre outros.

Em poucas palavras podemos dizer que estas abordagens se pautam pela não polarização do debate entre uma visão que toma o campesinato como foco de análise e uma outra que centra este foco na sobredeterminação capitalista. Iniciemos com Theodor Shanin que, ao nosso ver sintetiza bem esta questão em seu ensaio "A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações".<sup>82</sup>

Neste ensaio Shanin se posiciona ante as análises da transitoriedade do campesinato, identificando não uma, mas três tendências de evolução camponesa que podem inclusive ocorrer simultaneamente em diversas regiões do mundo ou mesmo num único país.

Para Shanin a diferenciação camponesa representou um importante papel na transformação da agricultura. No entanto tem como pressupostos uma economia de mercado livre e a produção de empregos para os recém pauperizados. Contudo, modificaram-se as condições de apropriação de mais-valia que passou a ser acumulada pelos grandes monopólios. Temos, então, uma tendência declinante sem a correspondente ascensão. O resultado não é pequenos burgueses e assalariados, mas sim

---

82 - SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. In: Trabalho e Dominação, Estudos CEBRAP, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

um processo de pauperização, com inúmeros exemplos empíricos atuais.

O capitalismo tem uma imensa capacidade de tudo explorar em prol da acumulação de capital, porém não tem a mesma capacidade de transformar tudo a sua semelhança. Ou seja, sob certas condições o campesinato não se diferencia, nem mesmo se pauperiza. A importância do campesinato decresce na economia nacional. A expansão de sua produção se atrasa frente à expansão mais rápida da economia englobante. O campesinato se presta ao capital fornecendo uma mão-de-obra barata, alimentos baratos e consumindo produtos industrializados ("acumulação primitiva permanente"). Simplesmente são marginalizados dentro da economia.<sup>83</sup> Acreditamos que aqui Shanin se refira ao caso mexicano analisado por Bartra.

Shanin também se posiciona ante as abordagens que se utilizam do conceito de modo de produção como unidade de análise e que tem origem no pensamento Althusseriano. Segundo esta corrente "o científico" e "o rigoroso" esta oculto nas estruturas, por trás do observável. Redefine-se o conceito de formação social e ascende o termo articulação,<sup>84</sup> como em Amin & Vergopoulos.<sup>85</sup>

A principal crítica de Shanin à conceituação do campesinato como um modo de produção é não existência neste de uma superestrutura político-econômicos relativamente auto-suficiente. Da mesma maneira, Shanin vê pouca validade heurística nas variantes que consideram o conceito de modo de produção camponês como secundário, articulado ou não isolado. Trata-se de compreender o real e não puro jogo de conceitos.

---

83 - Idem, pp. 54 à 60.

84 - Idem, p. 62.

85 - Vide neste trabalho, pg. 13.



O autor propõe uma abordagem que chegue mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Remete a análises às questões epistemológicas mais amplas como as relações entre a totalidade e suas subunidades.

"A análise marxista é, sem dúvida, corretamente estruturalista na medida em que se recusa a aceitar a redução de qualquer totalidade à soma de suas subunidades... A conclusão que daqui não se pode tirar é a redução 'pelo lado contrário', isto é, uma tentativa de redução das subunidades a partir das características do todo, através do 'desenvolvimento simples, lógico, da verdade geral'. Deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades. Sendo assim, não há como virá-la do lado contrário. Aqui as palavras 'relação dialética', frequentemente empregadas em excesso, não estarão fora do lugar. Para exemplificar, as classes sociais refletem as contradições e as leis do movimento dos modos de produção, mas nenhuma dedução das primeiras a partir dos segundos (ou vice-versa) pode substituir a análise específica".<sup>86</sup>

Assim, para Shanin:

"...aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses 'intermodos' de '(produção' é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade".<sup>87</sup>

O camponês não é visto como componente de um único modo de produção (feudal), mas podendo existir em distintos modos de produção, da mesma forma que o capital mercantil não pode ser remetido exclusivamente ao capitalismo. Em síntese, há uma interação entre as características sócio-econômicas do campesinato com as características do sistema englobante. Captar esta dinâmica é perceber a riqueza do desenvolvimento histórico, sem cair em reducionismos como: tudo é capitalismo, ou no seu inverso: trata-se de algo que lhe é estranho (modo de produção camponês).<sup>88</sup>

86 - Idem, p. 68.

87 - Idem, p. 68.

88 - Idem, pp. 65 à 71.



No trabalho "Lavradores e Pequenos Produtores de Cana"<sup>89</sup> Delma P. Neves nos apresenta uma análise que igualmente procura fugir da polarização acima citada. Propõe um esforço teórico no sentido de permitir uma explicação mais integradora destas unidades de análises (especificidade da produção camponesa versus dominação capitalista).<sup>90</sup>

Em sua análise concreta

"...procura enfatizar o processo de dominação do capital através do entendimento das relações sociais à produção social, destacando os fatores externos que atuam à nível da organização e da transformação do processo imediato de produção".<sup>91</sup>

No entanto Delma Peçanha vai buscar a subordinação da pequena produção no processo de circulação que mediatiza as várias formas de organização da produção. Dessa forma, novamente vamos encontrar "a racionalidade econômica camponesa" que não visa lucro ou reprodução de capital. Entendemos que este modelo teórico apenas justapõe as duas unidades de análise e contradiz o próprio desenvolvimento da pesquisa desta autora. A interação entre as duas unidades pressupõe a própria internalização camponesa da subordinação, determinando sua transformação, bem como um concomitante rearranjo capitalista.<sup>92</sup>

Chamemos então outras análises que procuram superar esta questão.

Bernardo Sorj, D. E. Goodman e John Wilkinson, em seu ensaio "Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Rurais; análises recentes sobre a agricultura brasileira"<sup>93</sup> têm

89 - NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

90 - Idem, p. 16.

91 - Idem, p. 17.

92 - Desenvolveremos esta questão no próximo capítulo.

93 - SORJ, Opus cit., (1985).

como questão central a dominação da agricultura pela agroindústria e a natureza particular do processo de trabalho agrícola.

Segundo Sorj<sup>94</sup> nas análises brasileiras que tratam da agroindústria há uma conceituação errônea de complexo agroindustrial; uma caracterização incorreta dos processo de trabalho no campo; e um certo funcionalismo ao identificar a empresa familiar como aliada privilegiada da agroindústria. Estas falhas não se limitam ao debate brasileiro, mas também se encontram nas análises européias e americanas. Por detrás destas formulações está a idéia de duas alianças: a primeira entre os próprios capitais agroindustriais e a segunda entre estes e a estrutura agrária. A noção de complexo agroindustrial pressupõe que existam em seu interior capitais homogêneos e não contraditórios. Muito pelo contrário, eles são autônomos e sua interação mútua e limitada.<sup>95</sup>

Para Sorj os diferentes ramos agroindustriais apresentam distintas exigências à agricultura. A própria ação do Estado não pode ser tomada como privilegiando uniformemente os distintos capitais individuais. Embora com um referencial teórico distinto, encontramos também em Angel Palerm<sup>96</sup> referências a não tomar os distintos capitais que atuam na agricultura como um bloco coeso e isento de contradições entre si e de como suas ações e interesses determinam tendências distintas.

O segundo problema apontado por Sorj na noção da complexo agroindustrial é supor a existência de um processo unificado de produção no setor agrícola. Para o autor a

---

94 - A partir deste momento nos referiremos aos três autores deste ensaio simplesmente por Sorj.

95 - SORJ, opus cit., (1985) pp. 37 e 38.

96 - PALERM, Angel. Sobre a Fórmula M-D-M. Mimeo, s. ref.



própria diversidade do CAI demonstra a inexistência deste processo unificado. As distintas frações do CAI se apropriam sucessivamente, porém parcialmente de determinados aspectos do processo de produção.

"Ao produtor rural cabe, então, precisamente unir em si aqueles elementos que não foram ainda incorporados à produção industrial. Ou seja, ele deve coordenar ou 'gerir' séries de apropriações industriais parciais, representadas pelos insumos agrícolas: equipamentos, fertilizantes e etc."<sup>97</sup>

Trata-se do esforço contínuo do capitalismo em transformar a produção agrícola num processo industrial. Portanto, segundo Sorj, o complexo agroindustrial representa uma fase de transição cuja duração e limites são dados pelas inovações tecnológicas. Por ter este caráter transitório, é impossível estabelecer uma relação privilegiada entre os capitais agroindustriais e determinada estrutura agrária.

A expropriação do processo de trabalho na agricultura por distintos capitais agroindustriais inviabiliza o trabalho assalariado como um paradigma para a agricultura.<sup>98</sup>

Assim

"a moderna unidade de trabalho familiar pode ser encarada como a estrutura de produção rural mais compatível com o processo de apropriação industrial. Mas isto apenas na medida que os capitais industriais se revelam incapazes de eliminar completamente terra 'natureza' como a base da produção rural".<sup>99</sup>

A natureza do processo de produção agrícola ainda fortemente dominado pela terra (natureza) é um forte obstáculo à penetração do processo de trabalho capitalista no campo. Isto impede a geração da renda capitalista no campo e

---

97 - SORJ, opus cit. (1985), p. 38.

98 - Idem, p. 38.

99 - Idem, p. 39.



reforça determinadas estruturas sociais como a pequena produção apenas em caráter conjuntural.<sup>100</sup>

John Wilkinson<sup>101</sup> retoma a questão das características internas da pequena produção, questionando o próprio conceito de trabalho familiar. Para este autor, com a modernização da agricultura cresce a importância do trabalho não familiar como parte constituinte do processo de trabalho da exploração familiar.

Para Wilkinson a característica definidora da subordinação à agroindústria é sua intervenção no próprio processo interno de trabalho da exploração familiar<sup>102</sup> — não reside na clássica superexploração e subconsumo familiar, embora isto possa estar presente —, portanto, o próprio trabalho não familiar pode estar incluído neste processo de trabalho. Assim...

"A forma e o grau de subordinação ao capital permite oscilações na articulação das unidades camponesas com o mercado de trabalho, sem implicar, necessariamente, em proletarização ou Kulakização".<sup>103</sup>

Em síntese, a subordinação da pequena produção familiar à agroindústria determina que a primeira tenha que atingir determinados patamares tecnológicos e a consolidação de uma camada de produtores familiares modernizados cada vez mais é dependente da capacidade destes para absorver força de trabalho temporário.<sup>104</sup> Wilkinson ilustra isso com suas análises sobre os PDRI's implantados na Bahia.

---

100 - Idem, p. 39.

101 - WILKINSON, John. O Estado, A Agroindústria e a Pequena Produção. Opus cit. (1986).

102 - Idem, p. 46.

103 - Idem, p. 68.

104 - Idem, pp. 88 à 93.

Concluimos, portanto, que uma análise mais apurada das relações entre camponeses e capitalismo não pode ater-se apenas à mediação do mercado, mas a considerá-lo também um campo de realização do trabalho excedente produzido pela subordinação do campesinato ao capital.

De posse destas contribuições, nos julgamos estar suficientemente preparados para propormos uma base metodológica de análise para uma situação concreta definida em moldes da subordinação da produção agrícola familiar ao capital agroindustrial.

## 1.6 - POR UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

### 1.6.1 - METODOLOGIA GERAL

Não nos propomos a elaborar uma nova forma de análise da pequena produção, mesmo porque achamos esta possibilidade no mínimo duvidosa. Trata-se, pelo contrário, de reter aquelas contribuições que nos acenem caminhos possíveis de análise em situações concretas, já que este é o objetivo desta pesquisa.

Adotamos, portanto, determinados pressupostos metodológicos que em seu conjunto nos fornecem as delimitações teóricas desde um quadro mais geral até as questões mais particulares. Consequentemente norteiam este trabalho desde a pesquisa de campo até seu resultado final.

Partindo do quadro mais geral, o real, por ser um todo em movimento, só pode ser compreendido em seu movimento e totalidade. Parece mera tautologia, no entanto nisso reside toda a riqueza do método dialético. Compreender o real é percebê-lo enquanto unidade na diversidade, fruto de múltiplas determinações, cujos movimentos, muitas vezes contraditórios entre si, produzem uma síntese, um todo em movimento.



Para compreendermos o real faz-se mister mergulhar, através da abstração, em suas categorias mais simples e es sen ciais para, através de concreções sucessivas, chegarmos novamente à "superfície". Tal "demarche" nos revela a tot ali dade, ou seja, nos permite compreender o real não como al go ca o t ico, mas ordenado e dotado de leis que determinam seu movimento.

Os distintos níveis de abstração nos permitem a determinação das categorias mais essenciais e das leis inter nas que regem o movimento do todo. E quanto menor o nível de abstração, maior a necessidade de se fazer mais mediações, de se agregar novas determinações a níveis cada vez mais con cretos. Portanto, não se pode reduzir o movimento das cate gorias mais concretas como puro reflexo de categorias mais abstratas. As categorias mais concretas não podem ser com pre en didas como manifestação "pura" de leis e/ou categorias mais essenciais. Caso fossem, seria desnecessário o próprio processo de mediação e, porque não dizer, ~~da~~ própria ciên cia. Sem as devidas mediações, fica difícil compreender o movimento das categorias da aparência, que pode, inclusive, contradizer as categorias mais essenciais.

Trazendo estas questões para o modo de produção ca pitalista, seu movimento concreto não pode ser percebido co mo manifestação "pura" de leis internas. Necessário se faz todo um processo de mediações. As leis do modo de produção capitalista são produto de desenvolvimentos históricos con cretos. Assim, trazem em si as próprias contradições do real. Não são eternas, pois o modo de produção a que se re metem também não o é. Muito menos são estáticos, pois suas determinações estão em constante movimento. Da mesma mane ira, o modo de produção capitalista não apresenta, em sua ma nifestação concreta, apenas formas puras — como, por exem



plô relações de trabalho assalariado — pois estas formas são s̄nteses e não meros reflexos.

Fazemos aqui uma chamada à Shanin<sup>105</sup> quando este coloca que o modo de produção capitalista não pode ser reduzido à soma de suas partes, mas não vai daí nenhuma redução das partes a partir do todo. Necessário se faz analisar a relação "dialética" entre o todo e suas partes. Não compreender o modo de produção capitalista desta forma força a análise a enveredar — algumas vezes mesmo sem dar conta — por certos vieses como considerar o MPC apenas uma abstração, um tipo ideal Weberiano, ou ainda, analisar a diversidade no capitalismo como manifestação de realidades distintas, de modos de produção distintos, chamando em auxílio o conceito de formação social para resgatar a noção de totalidade.

Dito isto, nos sentimos mais seguros para avançar mos nossas delimitações metodolôgicas para campos mais específicos como a agricultura e a pequena produção familiar.

#### 1.6.2 - AGRICULTURA E LEI DO VALOR

Tomando o pressuposto de Marx de que a agricultura é apenas mais um campo de aplicação de capitais, a sua especificidade reside no meio de produção terra que não é reproduzível. Como vimos, isto determina uma manifestação distinta da lei do valor na agricultura, onde o preço de produção que regula o mercado é dado pelas piores condições de produção socialmente demandadas, acrescido de uma renda absoluta.

A fórmula trinitária, onde temos capitalistas, proprietários fundiários e assalariados, constitui a forma de exploração capitalista da agricultura. Para o capitalista

---

105 - Vide pág. ... (46).

apresenta a vantagem de não precisar imobilizar capitais na compra de terras, pagando por esta apenas uma renda em determinados intervalos de tempo. Nem por isto a renda fundiária deixa de representar uma contradição no seio do capitalismo pois determina uma sucção da mais-valia social que, portanto, não entra na perequação da taxa de lucro. Com isto, o preço dos produtos agrícolas se mantêm em patamares mais elevados, com reflexo sobre o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, sobre a taxa geral de lucros.

É de se supor, como de fato ocorreu, que a questão da renda fundiária assumisse a forma de embate entre capitalistas e proprietários de terra. No caso inglês do século passado temos uma ótima ilustração deste embate, onde o capital deu mostras de sua hegemonia. Contudo a principal arma do capital é a própria industrialização da agricultura, a "fabricação de terras", e o conseqüente estreitamento das rendas. Nesse sentido, o aviltamento da renda fundiária é reflexo da modernização da agricultura e a inversão capitalista na agricultura passa de forma mais determinante, a comandar o processo produtivo.

A possibilidade do investimento no setor agrícola auferir um lucro médio era maior num sistema onde a livre mobilidade de capitais imperava. No entanto, com a ascensão do capital financeiro, modificaram-se as condições de apropriação de mais-valia. Na fase do capitalismo financeiro a possibilidade de auferir elevados lucros está intimamente ligada à formação de mercados oligopolizados. O setor agrícola novamente apresenta especificidades. O processo produtivo no campo é distinto. O nível atual das forças produtivas não conseguiu, ainda, transformar o processo de trabalho no campo nos moldes em que é realizado na indústria. Conforme



vimos em Sorj,<sup>106</sup> a natureza ainda responde por parcela significativa das condições de trabalho no campo. E é por esta razão que não podemos falar em desaparecimento da renda da terra, mas sim em seu aviltamento.

Devido a esta natureza específica do processo produtivo, as possibilidades de conformação de monopólios na agricultura são limitadas e colocam os capitais aí investidos em desvantagem frente aos setores oligopolizados da economia. Conforme argumentamos anteriormente, cabe a estes capitais apenas uma taxa de lucro correspondente a taxa de lucro médio dos setores não oligopolizados. Assim, o investimento direto do capital financeiro na agropecuária está principalmente ligada às possibilidades de forte desenvolvimento da produtividade do trabalho e da conformação de um mercado oligopolizado, como, por exemplo, a produção de matrizes de frango.

Acreditamos que as demais especificidades econômicas ligadas à agricultura derivam das duas acima apresentadas; renda da terra e natureza peculiar do processo de trabalho. Estas especificidades se colocam, antes de tudo, como especificidades das condições de apropriação de mais-valia no setor agropecuário. Portanto, devem ser analisadas como especificidades que são e não como obstáculos intransponíveis ou estruturais a aplicação de capitais no setor rural. As explorações agrícolas sob relações de trabalho assalariado ou mesmo com a separação entre arrendatário e proprietário fundiário estão longe de serem figuras do passado e constitui pura astrologia prever o seu fim. Mesmo sofrendo as sanções sociais por não ser um setor de ponta e sofrendo a concorrência da produção sob bases familiares, as possibilidades da produção agrícola não monopólica de realizar um lucro

---

106 - SORJ - Opus cit. (1985), pág. 39.



no mínimo compensador estão longe de serem limitadas. Neces  
sário se faz inúmeras mediações para compreendermos esta  
questão que, necessariamente, passa pela ação do Estado, pe  
lo desenvolvimento das forças produtivas e pela própria luta  
de classe. Em resumo, por todo um processo histórico concre  
to.

A compreensão deste processo histórico do desenvol  
vimento da agricultura sob o capitalismo só é possível quan  
do resgatada em todas as suas determinações essenciais, o  
que nos remete ao estudo concomitante do campesinato enquan  
to agente histórico que é. A análise mais concreta da agri  
cultura exige, necessariamente, esta análise histórica do  
campesinato.

Em diversas análises apresentadas no capítulo ante  
rior, o campesinato é abordado num processo de subordinação  
crescente ao capital, como produtor de valor excedente para  
a acumulação deste. Diferem as análises na forma e grau de  
intensidade desta subordinação. Esta definição evidencia co  
mo cada autor se posiciona frente à lei do valor em situa  
ções onde está presente a produção camponesa e qual o estatu  
to desta frente o capital.

Nas análises que definem o campesinato como um mo  
do de produção, a subordinação é externa, via choque entre  
duas lógicas. A primeira, capitalista, se baseia, em suas  
trocas mercantis, no lucro extraído via produção de mais-va  
lia. A segunda, camponesa e mercantil simples, objetiva ape  
nas a parcela de valor correspondente à reprodução da unida  
de familiar. Em Faure, a circulação já determina uma sucção  
de valor que presuppõe um domínio do capital (via circulação)  
no processo produtivo camponês. Para Evrard não há circula  
ção de mercadorias. O camponês que analisa é um assalariado  
a domicílio por peça e, portanto, a mercadoria realmente

comercializada é a própria força de trabalho. Em Nakano trata-se igualmente de uma "salvadora" produção simples de mercadorias onde se impõe a lógica do valor e não a do capital. Segundo Tepicht, ocorre uma avaliação social distinta do trabalho familiar marginal. Já em Sorj, o pequeno produtor gere um processo de trabalho não unificado, apropriado sucessivamente por distintos capitais.

Em quase todos estes posicionamentos há uma tendência a formulações estanques da subordinação do campesinato ou da dominação do capital. É com base em Shanin e Tepicht que vamos procurar dar historicidade ao campesinato e com Sorj e Wilkinson que tentaremos fazer o mesmo com a dominação do capital. E vamos buscar nos princípios metodológicos de Delma Peçanha e Shanin a ótica que resgata a unidade deste processo apenas analiticamente possível de separação.

### 1.6.3 - POR UMA ONTOLOGIA DO CAMPESINATO

Primeiramente, situamos as considerações que seguem num nível de abstração distinto das considerações de Marx contidas no livro III de "O Capital". Ou seja, abandonamos os pressupostos que Marx coloca quando analisa a agricultura.<sup>107</sup> Desta forma trabalharemos num nível bastante concreto. A primeira pergunta que nos assalta é porque propor uma ontologia do Campesinato e mesmo se isto é possível. Muito se tem estudado o campesinato e sua existência frequentemente é remetida a raciocínios lógicos ligados as próprias condições de reprodução do capital e suas contradições. Esta existência "derivada" do campesinato tem como pressuposto implícito que este possui sempre um caráter passivo (não confundir com subordinado). Ou seja, que o capitalismo cria o campesinato, ou que o capital redefine suas relações com o

107 - Vide neste trabalho pág. 4 à 6.



campesinato. Os porquês são definidos sob a ótica do capital, numa visão unilateral — e fetichizada — da relação dialética entre capitalismo e campesinato.

Uma análise de um processo de desenvolvimento da agricultura pode adquirir distintos contornos quando o componente "camponês" é colocado em seu início ou fim, como agente ativo no processo ou como produto do processo. Argumentamos que a manifestação concreta das leis internas do MPC na agricultura sofrem profundas transformações quando da presença de um campesinato nesta. Mas este campesinato é uma abstração. Para ser devidamente analisado é necessário que seja historicamente determinado, da mesma forma que o capital deve ser concretizado em suas distintas formas de manifestação.

Tomando nosso estudo concreto, a pequena produção do Oeste catarinense apresenta diversidades internas, indo deste o "sem terra", parceiro e etc., até o produtor modernizado com estreitas relações com o capital agroindustrial. Essa diversidade, muitas vezes tratada através de tipologias, guarda uma unidade só perceptível quando analisada enquanto processo. E este processo só pode ser resgatado enquanto movimento que determina transformações constantes do campesinato, a perda de antigas determinações a aquisição de novas. Portanto, não é possível tratar o campesinato enquanto conceito, mas sim enquanto processo.

Através da análise da diversidade do campesinato atual deve-se buscar a sua gênese e seu desenvolvimento posterior até chegar aos dias atuais. Na análise deste processo, marcado pela relação dialética entre o campesinato e o todo capitalista e assumindo nuances historicamente determinados, é possível resgatar a dinâmica destas transformações camponesas. É possível chegarmos novamente a unidade, ao



nexo comum, na diversidade camponesa atual. Temos, portanto, uma análise ontológica que parte da forma mais desenvolvida para chegar à sua gênese e posterior evolução através de um processo dialético e histórico.

Claro está que as limitações do presente estudo nos impedem de levar esta análise às suas últimas consequências, que serão desenvolvidas somente com estudos posteriores.

### 1.3.1 - CAMPESINATO E MPC

O modo de produção capitalista é fruto de todo um processo histórico e como tal recebe todo um legado que lhe é anterior. Este legado pode ser suprimido ou dialeticamente incorporado, porém sua presença sempre determina maior ou menor transformação no capitalismo. No caso específico que nos interessa, consideramos o campesinato como um destes legados históricos do capitalismo, como um componente que passa distintos modos de produção. Neste ponto nos baseamos em Tepicht<sup>108</sup> e principalmente em Shanin<sup>109</sup>. Estes autores se referem ao campesinato na época feudal, na França de "O Dezoito Brumário" e na atual, na Polônia, no NEP Soviético e etc.

Na atual fase monopolista do capitalismo as relações entre a agricultura e os demais setores da economia foram profundamente transformados. Cada vez mais a agricultura é dominada pelo capital financeiro e agroindustrial. E o Estado se faz cada vez mais presente na agricultura. O que a um determinado nível de abstração é apenas uma relação entre capitalistas, proprietários fundiários e assalariados, ga

---

108 - TEPICHT (1983).

109 - SHANIN (1980).

nha novas determinações quando analisadas conjuntamente com o campesinato, o complexo agroindustrial e o Estado. Vale dizer que não se trata apenas de um amontoado de categorias, mas sim forças sociais que se relacionam de forma conflitante ou não e que se definem no e ao mesmo tempo definem o processo histórico.

Não se pode absolutizar o capitalismo como "criador" do campesinato ou do espaço por este ocupado. Contudo, é impossível compreender o campesinato atual sem o capital, sem a renda da terra e o complexo agroindustrial. Este campesinato é uma abstração se não percebemos sua diferenciação interno e o processo histórico no qual está inserido. Da mesma maneira que o capital é uma abstração, se não o analisarmos historicamente as suas distintas formas de dominação sobre o campesinato.

As relações atuais entre capital e pequena produção serão, igualmente, ontologicamente resgatadas. Partiremos da forma mais evoluída destas relações. Buscaremos sua gênese e desdobramentos posteriores até chegar a forma atual e mais desenvolvida. Com este "demarche" procuraremos captar a dinâmica destas relações.

PARTE II

COLONIZAÇÃO E PRIMEIRAS ATIVIDADES MERCANTIS



## CAPÍTULO II

### A OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

#### 2.1 - PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

Com 14.222 Km<sup>2</sup> a Micro Região Colonial Oeste Catarinense compreende os atuais municípios de Chapecó, Itapiranga, Mondaí, Caibi, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, São Miguel d'Oeste, Guaraciaba, Descanso, Romelândia, Maravilha, Cunha Porã, Pinhalzinho, Modelo, Saudades, Nova Erechim, Coronel Freitas, Xaxim, Xanxerê, Fachinal dos Guedes, Vargeão, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, São José dos Cedros, Palma Sola, Anchieta, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Galvão, Quilombo, São Domingos e Abelardo Luz. Esta região localiza-se na extremidade oeste de Santa Catarina, tendo como fronteiras a leste a República Argentina, ao Sul e norte os estados do Rio Grande do Sul e Paraná respectivamente. A leste está a micro Região Colonial do Rio do Peixe.

No século passado parte desta área — território das Missões — era reivindicada pela Argentina, tendo os direitos do Brasil sido finalmente reconhecidos pela mediação do Presidente Cleveland dos EUA em 1851<sup>8</sup><sup>1</sup>. Assim, com o fito de proteger os interesses nacionais na região, em 1859 foi

---

1 - OSWALDO CABRAL. História de Santa Catarina. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Editora Lourdes, 1970, p. 333.

criada pelo governo imperial a Colônia Militar de Chapecô, fundada em 1882 e na qual já se contavam 700 habitantes em 1891.<sup>2</sup>

A mesma área esteve depois em litígio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Sucederam-se uma série de intrigas e provocações de ambos os lados, para em 1916 ser firmado um acordo entre os dois estados estabelecendo as divisas atuais, ficando os então chamados "Campos de Palmas" sob controle catarinense.<sup>3</sup> No entanto, haviam em 1917 cerca de 56 concessões de terras feitas pelo governo paranaense na região. Através da lei nº 1181 de 4 de outubro de 1917 os possuidores de terras em Santa Catarina tituladas no Paraná tinham um prazo de 2 anos, a contar de 1º de janeiro de 1918, para registrarem suas terras em Santa Catarina.<sup>4</sup>

As concessões feitas pelo governo do Paraná sucederam as feitas pelo estado de Santa Catarina. Estas concessões atendiam a diversos interesses e eram dadas normalmente em troca de serviços prestados ao Estado — como construção de estradas, levantamentos topográficos, etc... —, doadas a militares ou mesmo pela simples compra de terras devolutas por empresas particulares.

Nestas concessões desenvolveu-se inicialmente a pecuária extensiva, sendo posteriormente deslocada para <sup>por</sup> outras atividades. Entre os problemas enfrentados pelos pecuaristas destacavam-se a escassez de força de trabalho disponível, o isolamento e dificuldades de transporte e comercialização, bem como a topografia acidentada da região se opondo à pecuária em larga escala. Não tardaram a surgir usos mais lucrativos para as terras da região, mormente na atividade

2 - PIAZZA, Walter. Citado por LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina, Dimensões e Perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978. p. 134.

3 - OSWALDO CABRAL. (1970). Opus cit. pp. 313 à 324.

4 - PIAZZA, Walter F. "Sta. Catarina: Sua História". Florianópolis, Ed. da UFSC/Editora Lunardelly, 1983. pp. 534 e 535



colonizadora, no beneficiamento e comercialização da erva mate, ou ainda na exploração das ricas reservas madeireiras da região. A extração e comercialização da erva-mate teve seu início antes da chegada dos primeiros migrantes colonos. Havia a figura do empreiteiro que com sua turma de peões extraía a erva-mate nas fazendas e a vendia a comerciantes, sendo depois exportada para o Paraguai, Argentina e estados vizinhos. Via de regra os peões eram recrutados junto a população cabocla local nas épocas propícias ao corte.

Até a década de 20 a região oeste catarinense era escassamente povoada, sendo habitada principalmente por caboclos e índios. A origem exata da população cabocla não é bem definida. Muitos vieram das estâncias gaúchas, fugitivos, soldados da guerra do contestado, etc.. Peluso, citado por Paulo Lago,<sup>5</sup> remete a questão à construção da estrada de ferro São Paulo-Rio-Grande do Sul. A companhia construtora recrutou em 1910 cerca de 10.000 trabalhadores. Quando da conclusão da obra, muitos se espalharam pelo oeste e meio oeste catarinense, regiões então despovoadas com muitas terras disponíveis e intocadas.

Houve uma grande miscigenação entre esta massa predominante masculina e as índias locais, constituindo famílias geralmente numerosas. Segundo relatos de Wenceslau Breves,<sup>6</sup> estes caboclos levavam vida extremamente simples. Cultivavam a terra através de sucessivos desmatamentos, plantando milho e feijão. Habitavam ranchos rústicos e pouco se diferenciavam dos índios, a não ser pelo uso de alguns instrumentos como foice, machado e armas de fogo para a caça. Isto somado a um cavalo e acessórios de montaria, constituíam suas únicas posses.



Ocasionalmente os caboclos se empregavam junto a empreiteiros de erva-mate, dispondo assim de algum dinheiro para a compra de munições, sal e aguardente. No entanto, esta atividade só era possível durante no máximo 5 meses no ano. No restante do ano a miséria e a fome de muitos era constante. Wenceslau Breves relata o desprezo que os caboclos tinham pelos colonos migrantes e seus hábitos, da enxada e do trabalho feminino na roça, das cercas e cultivos sucessivos da mesma área.

Os caboclos ocupavam sucessivamente novas terras como posseiros. Poucos se fixaram. Após a chegada das colonizadoras, a compra era o único meio de acesso a terra. Com a progressiva colonização da região os caboclos tornaram-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído. Os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paranã mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas. Tornaram-se os párias da região, migrando constantemente em busca de emprego e melhores condições de vida. Ainda hoje constituem o grosso dos trabalhadores volantes da região. A presença dessa massa de deserdados em muito influenciou o desenvolvimento futuro da grande exploração nas regiões mais planas ao norte, próximo ao Paranã. Mais recentemente, junto aos novos deserdados das terras, em muito contribuem para a transformação da pequena produção familiar. Os toscos ranchos de pinho lascado foram substituídos pelas barracas de lona plástica e as matas pelos cinturões de pobreza que envolvem as cidades da região ou pelos acampamentos de "sem terra". Voltaremos a esta questão oportunamente. Por ora retornemos a colonização da região.

## 2.2 - A COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

A ocupação do extremo Oeste Catarinense por pequenos produtores migrantes tem seu marco inicial com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, empreendida pela empresa americana "Brazil Railway Co." A referida empresa iniciou o trecho catarinense em 1908 e por força do contrato estabelecido inicialmente com o Governo Imperial e posteriormente com o governo da República recebeu como pagamento uma série de concessões de terra numa faixa de 15 Km a margem da estrada de ferro.

Esta estrada de ferro corta o Estado de Santa Catarina iniciando-se ao norte no município do Porto União e estendendo-se por todo o Vale do Rio do Peixe. Como grande parte das margens da estrada já se encontrava ocupada, a B. R. Co. recebeu em troca outras concessões no extremo oeste Catarinense. A B. R. Co., com sede em Portland, EUA, constituiu e deixou a cargo de sua filial "Brazil Development & Colonization Co." a tarefa de colonizar estas áreas. A "Southern Lumber & Colonization Co.", filial desta última operava no ramo de madeiras. Montou duas serrarias no atual município de Três Barras (planalto de Canoinhas) e uma terceira mais abaixo no Vale do Rio do Peixe, destinando-se a madeira principalmente à exportação. A relação da Lumber com seus trabalhadores foi marcada por conflitos, havendo relatos de greves ocorridas em 1917.

A B.D.C. Co. foi autorizada a funcionar no Brasil em 1912. Em 1914 iniciou propaganda nas antigas colônias de migração européia em Santa Catarina e R. G. do Sul. Em 1916 fundou a colônia Bom Retiro no atual município de Joaçaba (Vale do Rio do Peixe), formada por descendentes de alemães provindos do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> Em 1916 a B. D. C. Co. estabeleceu contrato com o governo de Santa Catarina onde este

7 - PIAZZA (1983), pp. 532 à 538.



validava as concessões à empresa e esta se comprometeria<sup>na</sup> a colonizar a região num prazo de 15 anos, a contar de 1º de janeiro de 1932. Do contrário as terras reverteriam ao Estado. As concessões foram revistas em 1924 e 1926, cabendo à B. D. C. Co. as seguintes áreas:

- 117.356 ha em Rio Engano no atual município de Concórdia (Vale do Rio do Peixe)
- 32.570 ha em Peperi-Guaçú - fronteira com a Argentina e Rio Grande do Sul (colonial Oeste Catarinense)
- 54.062 ha em Chapecó (Colonial Oeste Catarinense)
- 91.363 ha em Rio Saudades (Colonial Oeste Catarinense)<sup>8</sup>

No total a B. D. C. Co. recebeu 569.057 ha em concessões de terras a oeste do Rio do Peixe, sendo que destes cerca de 419.129 ha na atual Micro Região Colonial Oeste Catarinense. Em novo contrato entre o governo de Santa Catarina e a B. D. C. Co. esta ficava obrigada a demarcar lotes de 20 a 25 ha e lotes maiores de 100 a 1.000 ha quando a topografia permitia explorações agropastoris, bem como construir estradas vicinais que atingissem todos os lotes. A estratégia adotada pela B. D. C. Co. constituiu no repasse de suas concessões e obrigações a outras empresas colonizadoras, realizando seu capital imobilizado em terras.

Em 1918 foi fundada a firma Bertaso, Maia & Cia.<sup>9</sup> de propriedade de Agilberto Maia, então prefeito do município gaúcho de Guaporê, Manoel Passos Maia e Ernesto F. Bertaso radicados em Santa Catarina, com um capital social de Rs 100.000\$000. Em 1920 esta firma comprou cerca de 100.000ha

8 - Idem, p. 536.

9 - Os relatos sobre a B. D. C. Co., bem como das demais colonizadoras são extraídos de Piazza (1982) e (1983), Cabral (1970) e Lago (1978).



de terra junto ao governo estadual, na margem esquerda do Rio Chapecõ, ao preço de Rs 5\$000 o ha. Logo em seguida recebe terras devolutas do Estado em troca da construção da estrada Passo do Goyo-en/Passo dos Índios (sede do município de Chapecõ). Recebe então a fazenda Chapecõ com 53.818ha. Recebe ainda uma outra fazenda no <sup>atual</sup> atual município de Chapecõ com 28.820 ha, sob o nome da Rodeio Bonito, posteriormente entregue à firma Irmãos Lunardi para executar a colonização.

A firma Bertaso, Maia e Cia é dissolvida em 1923, ficando sua propriedade exclusivamente com Ernesto Bertaso. A referida firma adquiriu ainda a fazenda Campina do Gregório, também no atual município de Chapecõ com aproximadamente 51.000 ha. Comprou logo depois junto a B.D.C. Co. a fazenda Rio Saudades com 91.363 ha. No total a firma chegou a controlar 224.924 ha, todos utilizados com fins de colonização. A Bertaso trouxe mais de 8.000 famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, sendo as terras vendidas aos "colonos" com uma entrada de 30% e o restante dividido em 2 parcelas semestrais.

As terras da B. D. C. Co. localizadas no extremo oeste, entre os rios das Antas, Pepery-Guaçũ (fronteira com a Argentina) e Uruguay (fronteira com o R. S.) foram contratadas pela Empresa Chapecõ Pepery Ltda. com sede em Carazinho (R.S.). Em 1919 esta empresa inicia a colonização dos 345.254 ha de sua concessão trazendo colonos de origem Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul. Em 1921 foi fundada "Porto Feliz de Monday", atual município de Mondair, as margens do rio Uruguai. Cada colônia custava Rs 3:000\$000 e foram inicialmente compradas por migrantes vindos diretamente da Alemanha ou por Teuto-Brasileiros da cidade Gaúcha de Panambi.

Em face aos excedentes populacionais nas antigas colônias gaúchas, os padres da Cia. de Jesus fundaram a

"Volksverein für die Deutschen Katholiken" (Sociedade Popular para os Católicos da Língua Alemã). Em 1925 a Volksverein adquiriu junto a Chapecõ-Peperi cerca de 58.000 ha, entre os Rios Uruguay, Peperi-Guacū e Rio das Antas, tendo os primeiros colonos sob a chefia do Pe. Max de Lamberg fundado a colônia de Porto Velho, atual município de Itapiranga. Aqui também parte dos primeiros colonizadores vieram diretamente da Alemanha e parte do R. S., bem como Teuto-Brasileiros de São Ludgero (sul de Santa Catarina), sendo todos católicos, ao contrário dos Teuto-Brasileiros Luterano<sup>s</sup> da Chapecõ-Peperi.

A região entre os Rios Antas e Chapecõ foi inicialmente concedida a José Rupp em troca da construção da estrada de Cruzeiro (Joaçaba) a Passo Bormann (Chapecõ) e de Erval Velho ao Rio Canoas. Os contratos foram firmados com o governo do Estado de Santa Catarina em 1919 e 1920 respectivamente. Logo em seguida José Rupp transfere seus direitos à Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense. Sob o controle desta empresa ficaram as concessões: Rio Uruguai, com 46.707 ha; e mais duas concessões entre o Rio Antas e Chapecõ, uma em 1922 e a segunda em 1923 com 29.766 ha.

A Firma Cia. Territorial Sul Brasil, com sede em Porto Alegre e fundada em 1923, tornou-se sociedade anônima em 1925. Neste mesmo ano assumiu o ativo e passivo da Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, tendo um crédito de Rs 250:740\$179 junto ao governo de Santa Catarina transformado numa gleba com 30.576 ha no atual município de Campo Erê, denominada Fazenda Mundo Novo. Através da Sul Brasil criou-se as colônias de Cascalho (Palmitos); Passarinho (Idem); Palmitos; São Carlos; Ilha Redonda e Iracema, todas até o ano de 1930. Em 1934 já tinham sido assentados 771 famílias de origem Teuto-Brasileira e Teuto-Russa (sul da Rússia).

Houve ainda outras concessões que, por não te



rem efetivado a devida colonização, foram declaradas nulas na década de 40, inclusive terras da B. D. C. Co.. Além das principais colonizadoras supra-citadas houve outras de menor porte, quase todas com suas sedes no Rio Grande do Sul, que adquiriam terras de empresas maiores.

Através do mapa podemos ter uma melhor idéia do início da colonização da micro região colonial oeste catarinense. A partir do rio Pepery-Guaçú, na fronteira com a Argentina, temos inicialmente a área de atuação da Volksverein iniciada em 1925 com a chegada de teuto-brasileiros católicos em Itapiranga. Após a Volksverein até o rio das Antas temos a empresa Chapecô-Peperi responsável pela fundação de Monday em 1922, colonizada por Teuto-Brasileiros Luteranos. Do Rio das Antas até o rio Chapecô e estendendo-se até Campo Erê, na divisa com o Paraná atuou a Sul Brasil responsável por colônias Teuto-Brasileiras como Palmitos e São Carlos. Por último, no município de Chapecô e arredores (Xanxerê, Xaxim, Coronel Freitas, e etc.) temos a área de atuação da Bertaso & Maia, iniciando a colonização já em 1920 principalmente com elementos de origem italiana.

### 2.3 - O FLUXO MIGRATÓRIO E A OCUPAÇÃO DA MICRO REGIÃO COLONIAL OESTE CATARINENSE

A determinação do montante do fluxo colonizador que se dirigiu para a MRCOC entre as décadas de 20 até 1970 constitui tarefa das mais difíceis dado a escassez de estudos e dados precisos. Contudo procuraremos traçar um perfil deste fluxo tomando por base algumas variáveis como evolução demográfica, surgimento de distritos e municípios, ocupação fundiária, e etc.



### 2.3.1 - A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

Para um melhor acompanhamento da ocupação demográfica da região, vamos dividi-la em três cortes longitudinais. O 1º destes, as margens do Rio Uruguai, abrange os atuais municípios de Itapiranga, Monday, Caibi, Palmitos, São Carlos, ~~São Carlos~~, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul e Chapecó, num total de 3.433 Km<sup>2</sup>. O 2º corte, às margens da Br 282, abrange os municípios de São Miguel d'Oeste, Guaraciaba, Descanso, Romeândia, Maravilha, Cunha Porã, Pinhalzinho, Modelo, Saudades, Nova Erechim, Coronel Freitas, Xaxim, Xanxerê, Fachinal dos Guedes e Vargeão, perfazendo 5.045 Km<sup>2</sup>. No terceiro e último corte, próximo à divisa com Paraná, encontramos os municípios de Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Guarujá do Sul, Campo Erê, São José dos Cedros, Anchieta, Galvão, Quilombo, São Lourenço do Oeste, São Domingos e Abelardo Luz, com área total de 5.742 Km<sup>2</sup>. Os três cortes podem melhor ser visualizados no mapa 2.

No início deste século toda esta região era conhecida como Campos de Palmas, Chapecó foi o primeiro município a ser criado, em 1917, e somente após 1950 iniciaram os desdobramentos que geraram os atuais municípios. Portanto os censos de 1920, 40 e 50 nos obrigam a trabalhar com dados distritais que infelizmente não correspondem exatamente às áreas que os 34 municípios ocupam atualmente.

Em 1920 o corte 1 é formado pela localidade de Passo Bormann — sede do município — e pelo distrito de Caxambú, as margens do Rio Uruguai. No corte 2 temos os distritos de Xanxerê (onde se localizava a colônia militar de Chapecó) e Fachinal dos Guedes. No corte três (onde se desenvolvia a pecuária extensiva), tínhamos os distritos de Chapecó Grande (atual Abelardo Luz), Campo Erê e Dionísio Cerqueira (na divisa entre S.C., PR e Argentina).

A distribuição demográfica constante na Tabela I para o ano de 1920<sup>10</sup> antecede a chegada dos primeiros colonos. Nota-se uma maior concentração populacional no corte 3, com 43% da população. Lá funcionavam turmas de extração de erva-mate e principalmente empreendimentos de pecuária. Ao sul, no corte 1, com 31,5% da população, havia já a exportação de madeira em balsas para a Argentina. Toda a região central era um enorme vazio.

A década de 20 marcou o início da migração de colonos oriundos quase que exclusivamente do RS e uma parcela menor diretamente da Europa. = Infelizmente a não existência de dados para 1930 dificultam nossa análise. No entanto, com base na criação de novos distritos podemos ter uma idéia da ocupação da região. Assim, em 1919 cria-se o distrito de São Domingos (corte 3), antiga fazenda São Domingos ligada à pecuária. Em 1921 temos a criação dos distritos de Passarinhos — hoje Palmitos — e Guatambú (novos núcleos de migrantes no corte 1) e ainda Xaxim (corte 2), no entanto esta última localidade já existia desde o século passado. Em 1926 cria-se o distrito de Mondaí, às margens do Rio Uruguai (corte 1). Em 1925 inicia-se a colonização de Itapiranga, elevada à condição de distrito em 1932. Com a crise de 1930, as colonizadoras encontraram dificuldades em realizar seus lotes junto aos agricultores das antigas colônicas. O início dos anos 30 marca também a chegada de novos migrantes vindos diretamente da Alemanha. Muitas<sup>o</sup> eram profissionais liberais que nunca tinham sido agricultores mas que não tinham oportunidades de emprego em seu país natal, conforme atestam alguns depoimentos. O fluxo proveniente do Rio Grande do Sul

---

10 - Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. set.1920, Rio de Janeiro, 1925.



voltou a crescer na segunda metade dos anos trinta, surgindo em 1938 o distrito de São Carlos, também às margens do Rio Uruguai.

Ou seja, dos 7 novos distritos criados até 1940, dois já existiam anteriormente, um no corte 2 e outro no 3. Os outros cinco foram efetivamente criados, todos às margens do Rio Uruguai. Nesta primeira fase da imigração predominou o elemento de origem alemã.

Em 1940<sup>11</sup> o município de Chapecó contava com 44.327 habitantes, ou seja 33.012 a mais que em 1920, num crescimento vertiginoso de 290,75% entre os dois censos, a taxas médias de 7,1% ao ano. A distribuição espacial da população na região muito se alterou, passando o corte 1 a deter 61,1% do total de habitantes. No período houve um crescimento de 661,4% na população deste corte, a taxas médias anuais de 10,7%. Já os cortes 2 e 3 cresceram respectivamente a 4,8 e 3,9% ao ano respectivamente, indicando que a colonização estava se iniciando no corte 2 e sequer tinha começado no corte 3.

Entre 1920-40, os três estados do sul apresentaram um crescimento demográfico da ordem de 61,3%,<sup>12</sup> a taxas médias anuais de 2,3%. Se tomarmos este dado como parâmetro de crescimento vegetativo para a M.R.C.O.C. teremos um saldo migratório de 10.340 indivíduos, dos quais 82,1% se localizaram no corte 1, conforme tabela 2.

O dinamismo demográfico do corte 1 atêm-se a atuação das colonizadoras Volksverein, Chapecó-Peperi e Sul Bra

---

11 - IBGE. Censo Demográfico e Econômico de Santa Catarina, 1940. Rio de Janeiro, 1952.

12 - FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1985. Rio de Janeiro, 1985.



sil com elementos de origem alemã e a Bertaso & Maia com ítalo-brasileiros.

Em 1950<sup>13</sup> o município de Chapecõ, com os mesmos distritos de 1940, apresentava 96.624 habitantes, sendo 90% no quadro rural. O acréscimo de mais 52.297 habitantes corresponde a um aumento de 118% no período, com taxas médias anuais de 8.1%. Nesta década a evolução da população rural foi ligeiramente inferior a geral, ficando em torno de 8.0% ao ano.

Repetindo a sistemática anterior, tomando a taxa anual de crescimento dos três estados como parâmetro, teríamos 3,2% de crescimento vegetativo. Teríamos no período um saldo migratório de 22.801 pessoas. O corte 1 ainda é o principal polo atrator, porém o corte 2 começa a despontar como grande atrator de migrantes, com 23% do total e apresentando taxas maiores de crescimento demográfico. O corte 3 começa a apresentar indícios de colonização, porém ainda ténues.

Com o rápido crescimento dos distritos, assistimos na década de 50 à emancipação política de muitos deles, desmambrando-se de Chapecõ. Concomitantemente novos distritos foram criados. Pela localização dos novos distritos e municípios, muitos deixaram de ter seus dados computados no corte ao qual pertenciam anteriormente. Ocorrerá uma subestimação dos dados do corte 1 e a consequente superestimação dos dados do corte 2.

Segundo os dados do censo demográfico de 1960,<sup>14</sup> a zona oeste — atual micro região Oeste Catarinense — contava com 17 municípios e 25 distritos. Perfazem então 42 locali

---

13 - IBGE - Censo Demográfico de Sta. Catarina. 1950. Rio de Janeiro, 1955.

14 - IBGE - Censo Demográfico de Sta. Catarina. 1960. Rio de Janeiro, 1968.

dades, ou seja, 22 a mais que em 1950. No total somavam 241.941 habitantes. O acréscimo de mais 145.317 habitantes corresponde a um crescimento no período de 150.4% a taxas anuais médias de 9.6%. Verifica-se agora um maior dinamismo da população urbana, pulando de 10% para 15,9% do total. A população rural se expandiu 110,1% no período, com taxas anuais de 7,7%.

Em 1960 o corte 1 é formado por: município de Chapecô e 6 distritos - Águas de Chapecô, Caxambú, Guatambú, Itaberaba, Serrinha e Marechal Bormann; Itapiranga e distrito de São João; Mondaí e distritos de Iporã e Riqueza; Palmitos e distrito de Caibi; São Carlos, sem seus distritos. Este corte perfazia 35,9% da população da região, apresentando taxas de crescimento anuais total e rural respectivamente de 3,4% e 3,7%. Convém relembrar que estes dados estão subestimados, conforme explicação acima.

O corte 2, formado por: dois distritos de Chapecô - Cairu e Coronel Freitas, ambos no atual município de Coronel Freitas; Cunha Porã, Descanso, Fachinal dos Guedes; Maravilha; 2 distritos de São Carlos - Pinhalzinho e Modelo, sendo estes atualmente municípios; São Miguel d'Oeste e 4 de seus distritos - Bandeirantes, Guaraciaba, Paraíso e Romelândia; Xanxerê e seus distritos; Xaxim e seus distritos, exceto São Domingos. No censo de 60, o corte 2 já ultrapassava o corte 1 em população, com 40% do total da região, crescendo 433% no período e a taxas anuais de 18,2%, sendo que a população rural se expandiu a taxas anuais de 18,6%.

Já o corte 3 formado por: Abelardo Luz; Campo Erê; um distrito de Chapecô - Quilombo; Dionísio Cerqueira; Um distrito de São Miguel d'Oeste - Anchieta; um distrito de Xaxim - São Domingos. Na década de 50 este corte evoluiu a taxas anuais médias de 13,5% ao ano, sendo que a população rural elevou-se em média 12,4% ao ano. Em 1960 este corte contava com



TABELA 1

CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NA M.R.C.O.C - 1920 / 1980

ANO		M.R.C.O.C			CORTE 1			CORTE 2			CORTE 3		
		TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
1920	POR TOTAL	11.315	-	-	3.565	-	-	2.886	-	-	4.864	-	-
	% DO TOTAL	100,00	-	-	31,5%	-	-	25,5	-	-	43,3	-	-
	POR TOTAL	44.327	4.138	40.199	27.144	2.880	24.264	7.324	955	6.369	9.859	303	9.556
	% DO TOTAL	100%	8,3	90,7	61,2	10,6	89,4	16,5	13	97	22,2	3,1	96,9
1940	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO PERÍODO %	291,75%	-	-	661,4	-	-	153,8	-	-	102,7	-	-
	TAXA ANUAL %	7,1%	-	-	10,7	-	-	4,8	-	-	3,6	-	-
	POR TOTAL	96.624	9.756	86.868	621,14	6.027	49.044	18.305	3.184	15.121	16.205	547	15.658
	% DO TOTAL	100%	10%	90%	34,3%	9,7%	90,3%	18,9%	17,4%	82,6%	16,8%	3,4%	96,6%
1950	CRESCIMENTO % PERÍODO	118,0%	-	116,4%	128,86%	-	102,12%	149,93%	-	134,4%	64,4%	-	63,85%
	TAXA ANUAL %	8,1%	-	8%	8,6%	-	7,3%	9,5%	-	9,0%	4,5%	-	5%
	POR TOTAL	241.941	38.417	203.525	86.844	16.664	70.180	97.568	14.463	83.105	57.531	72,48	50.282
	% DO TOTAL	100%	15,9%	84,1%	35,9%	19,2%	80,8%	40,3%	14,8%	86,2%	23,8%	12,6%	87,4%
1960	CRESC. % PERÍODO	150,39%	-	110,1%	39,8%	-	43,1%	433%	-	515,73%	255%	-	221,1%
	TAXA ANUAL %	9,6%	-	7,7%	3,4%	-	3,7%	18,2%	-	18,3%	13,5%	-	12,4%
	POR TOTAL	442.213	83.358	359.555	134.489	31.145	103.344	143.822	35.312	148.510	124.602	16.901	107.701
	% DO TOTAL	100%	18,8%	81,1%	30,4%	23,2	76,8	41,5%	19,2%	80,8%	28,1	13,6%	86,4%
1970	CRESC. NO PERÍODO	83,0%	-	76,7%	54,9%	-	47,25%	88,4%	-	78%	116,6%	-	114,2%
	TAXA ANUAL %	6,2%	-	5,9%	4,5%	-	4%	6,5%	-	6%	8,0%	-	7,9%
	POR TOTAL	586.996	196.648	390.348	186.476	78.857	107.619	234.064	77.541	156.523	116.546	40.250	126.206
	% DO TOTAL	100,0	34,5%	66,5%	31,8%	43,3%	57,3%	39,9%	33,1%	66,9%	28,3%	24,2	75,8%
1980	CRESC. NO PERÍODO	32,53%	-	8,5%	38,65%	-	4,1%	27,3%	-	5,3%	33,6%	-	17,2%
	TAXA ANUAL %	2,85%	-	0,8%	3,4%	-	0,4%	2,45%	-	0,5%	2,95%	-	1,6%

FONTE: Censos Demográficos de Santa Catarina - 1920 à 1980.



23,8% da população da região.

Retomando nossas estimativas, na década de 50 os três estados do sul experimentaram um crescimento populacional da ordem de 49,9%, a taxas médias anuais de 4,1%. Teríamos um saldo migratório de 48.664 indivíduos. O corte 2 aparece agora como o grande polo atrator, porém inicia-se a arrancada para a ocupação dos municípios do corte 3. Os dados do corte 2 estão um pouco elevados devido a computação de dados de novos distritos que anteriormente pela sua pouca expressão populacional eram somados a distritos próximos localizados no corte 1, como Cairũ e Coronel Freitas, Saudade, Pinhalzinho etc. Quando a população destas localidades se elevou, passaram a condição de distritos e posteriormente de municípios, tendo sua localização geográfica determinado sua inclusão no corte 2 e melhor refletindo a expansão da colonização no extremo oeste catarinense.

A década de 50 representa o ponto máximo de crescimento relativo do fluxo migratório, porém é na década de 60 que ocorrerá o maior fluxo absoluto de migrantes.

Em 1970<sup>15</sup> a M.R.C.O.C. já apresentava os 34 municípios atuais, tendo terminado o processo de desmembramento e surgimento de novos municípios. Na década de 60 a população da região se expandiu 83%, a taxas anuais de 6,2%. Dos 200.972 habitantes registrados a mais, estimamos que 61.730 tenham sido migrantes, pois a taxa de expansão populacional da Região Sul ficou em 27,8% na década, com médias anuais de 2,5%. A participação relativa da população rural voltou a cair, crescendo em torno de 5,9% ao ano. O grosso da imigração nesta década se concentrou quase meio a meio nos cortes 2 e 3. No entan

---

15 - IBGE - Censo Demográfico de Sta. Catarina. Rio de Janeiro, 1973.

to a expansão populacional no corte 3 é mais dinâmica, atingindo cerca de 8% ao ano, contra 5,5% do corte 2 e 4,5% do corte 1.

Na década de 70 há uma clara reversão das tendências, (vide tabela 1) fruto do fechamento desta fronteira agrícola. Este fechamento ocorreu primeiramente no corte 1, no início da década de 60. O corte 2 teve esgotadas suas possibilidades de receber colonos em meados da década de 60. Já no corte três o início dos anos 70 marca o fechamento da fronteira naquela região. O censo de 1980<sup>16</sup> revela um crescimento populacional da M.R.C.O.C. em torno de 2,85% ao ano, sendo de 1,8% este valor para os três estados do sul. No entanto as taxas médias de crescimento anual da população rural, que nas décadas anteriores estiveram sempre próximas ao índice geral caíram muito, sendo de 0,4 e 0,5% para os cortes 1 e 2. Apenas no corte 3 foi mais expressiva, atingindo 1,6% ao ano. Como estes valores são médias geométricas para os 10 anos entre os censos, acreditamos que em 1980 já eram negativos, momentaneamente nos cortes 1 e 2.

TABELA 2

## ESTIMATIVA DE SALDOS MIGRATÓRIOS DA M.R.C.O.C.

Período	Total	%	Corte 1	%	Corte 2	%	Corte 3	%
1920 a 40	10.340	7.2	8.489	82.1	1.059	10.2	792	7.7
1940 a 50	22.801	15.9	15.827	69.4	5.248	23.0	1.726	7.6
1950 a 60	48.664	33.9	-3.137	-6.4	35.143	72.2	16.658	34.2
1960 a 70	61.730	43.0	7.566	12.3	27.960	45.3	26.204	42.4
Total	143.535	100 %	28.745	20.0	69.410	40.4	45.380	31.6

Fontes Dados Básicos - Censos Demográficos de Sta. Catarina 1920 à 1980.

16 - FIBGE - Censo Demográfico de Sta. Catarina, 1980. Rio de Janeiro, 1983-



Analisando a tabela 2, temos um saldo acumulado em 5 décadas, da ordem de 143.535 migrantes para a M.R.C.O.C. Dados da SUDESUL<sup>17</sup> estimam em 157.947 o número acumulado de migrantes que se dirigiram à esta região. Se ambas as estimativas estiverem corretas, nas 5 décadas, cerca de 14.412 indivíduos deixaram a região. Este número deve ter aumentado em muito a partir dos anos 70, já que as taxas anuais de crescimento da população rural se aproximam de zero. Assim esta região passou de polo atrator de migrantes para gerador de excedentes populacionais cujos destinos são as cidades ou novas fronteiras agrícolas, como o Mato Grosso, Rondônia, Paraguai e etc.

#### 2.4 - O FLUXO MIGRATÓRIO E A OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA MICRO REGIÃO COLONIAL OESTE CATARINENSE

Como limite máximo à capacidade de absorção de imigrantes pela M.R.C.O.C. temos primeiramente a quantidade e qualidade das terras disponíveis. No total são 14.222 Km<sup>2</sup> de topografia acidentada. As áreas mais planas se resumem praticamente às partes baixas dos vales e o planalto mais ao norte, próximo a divisa com o Paraná. Entre esta última e o Rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul, temos uma diferença de cota próxima ao 600 metros em média. Isto faz com que todos os rios da região sejam tributários do Rio Uruguai. Este foi exatamente o critério utilizado no acordo que pôs fim à Questão do Contestado, ficando a divisa entre Paraná e Santa Catarina exatamente no divisor de águas para o rio Uruguai e Iguazú.<sup>18</sup>

17 - Citado por: LAGO (1978) pg. 143.

18 - Conforme depoimento de um funcionário do INCRA em Abelardo Luz, podendo ser comprovado pela simples consulta a uma carta hidrográfica.



Embora seja mais propício à mecanização, é exatamente no planalto ao norte que se localizam as terras com piores condições naturais de fertilidade. O mesmo não acontece nos vales e encostas, onde a fertilidade é muitas vezes bastante elevada, sendo uma das causas da boa produtividade física da terra na região.

Anteriormente à colonização toda a região era ocupada por densas matas. Nos vales predominava a Mata Sub Tropical do Uruguai, exuberante, porém de porte mais baixo, rica em cedros, imbuúas, Ipês, Cabriúvas e outras essências. Nos planaltos domina a Araucária com seu porte alto e elegante. Toda a região era também rica em erva-mate. A exploração da madeira e erva-mate, como veremos mais adiante, será o primeiro foco de desenvolvimento e integração econômica da região.

Tomando por base que aproximadamente 90% da área total da micro região colonial Oeste Catarinense é passível de ocupação por estabelecimentos rurais - o que se aproxima dos 87,4% efetivamente ocupados em 1980 - temos então 1.279.800 ha. Falta-nos um módulo de área. Tomemos como área básica de cada estabelecimento uma parcela de 10 alqueires, ou seja, 24,2 ha. Esta área corresponde às parcelas normalmente vendidas aos colonos pelos órgãos oficiais e empresas colonizadoras privadas, sendo regionalmente denominada "uma colônia". De modo que ao tomarmos este tamanho de parcela como padrão nos aproximamos bastante de como realmente se deu o processo de colonização da região.

Com 1.279.800 ha. teríamos a possibilidade de formação de 52.884 unidades agrícolas familiares, dados estes que se aproximam dos 53.072 estabelecimentos computados no censo agropecuário de 1970 com área média de 19,5 ha. As tendências apontadas tanto pelos censos demográficos quanto pe

Los agropecuários denotam que em meados da década de 60 estava se fechando a fronteira do oeste catarinense, o que vai de terminar profundas mudanças na evolução posterior da pequena produção na região. Analisemos mais de perto os dados dos censos agropecuários.

Até 1920 os então chamados campos de palmas eram ocupados por caboclos posseiros e por algumas dezenas de grandes estabelecimentos de pecuária extensiva. Estas concessões, em sua maioria, ou foram revistas pelo governo de Santa Catarina ou foram desmembradas. Segundo os dados do censo agrícola de 1940<sup>19</sup> haviam na região apenas 6 estabelecimentos com área superior a 5.000 ha.

Conforme a tabela 3, em 1940 haviam no município de Chapecó 2987 estabelecimentos, ocupando 267.836 ha., ou seja, 18,8% do território do município, com área média de 90,2 ha.

O número de estabelecimentos sobe para 9.228 em 1950,<sup>20</sup> ocupando 569.432 ha., com área média de 61,3 ha. Neste ano já estavam ocupados cerca de 40% da área total do município. De 40 a 50 a área ocupada pelos estabelecimentos cre ceu 112,6%, enquanto que o número de estabelecimentos se ex pandiu 211%, ou seja mais que triplicou.

Em 1960<sup>21</sup> o número de estabelecimentos, numa ex pansão de 205,3%, passa para 28.173, enquanto que a área ocu pada sofreu uma expansão de apenas 29,2%, ficando em 735.757 ha. Conseqüentemente a área média dos estabelecimentos vol tou a baixar, ficando em 26,1 ha. Esta queda violenta da área média dos estabelecimentos é resultado da trans forma ção

19 - IBGE - Censo Agrícola. Estado de Sta. Catarina, 1940. Rio de Janeiro, 1952

20 - IBGE - Censo Agrícola Estado de Sta. Catarina, 1950. Rio de Janeiro, 1956.

21 - IBGE - Censo Agrícola. de Sta. Catarina, 1960. Rio de Janeiro, 1965.



de muitos estabelecimentos em projetos de colonização rapidamente realizáveis neste período. Neste ano já estava ocupado cerca de 51.7% do território da M.R.C.O.C..

O censo de 70<sup>22</sup> revela para esta micro região um total de 53.072 estabelecimentos, numa expansão de 88.4%, ocupando 1.036.167 ha. A área ocupada expandiu-se 40,8%, ficando o tamanho médio dos estabelecimentos em 19,5 ha. Cerca de 72,9% da área da região já estavam ocupadas.

De 70 a 75<sup>23</sup> são ocupadas mais 83.232 ha., num crescimento de apenas 8%, enquanto que o número de estabelecimentos cresceu 7,9%. A área média dos estabelecimentos permaneceu nos 19,5 ha. e 78,7% da região estava ocupada.

De 75 a 80<sup>24</sup> a área ocupada pelos estabelecimentos cresce 11%, passando a 1.243.301 ha. e o número destes cresce 15,2%. Mesmo assim a área média dos estabelecimentos sobe para 20, 2 ha.

Analisando os dados da tabela 3 podemos observar claramente que a virada para os anos 70 aponta para uma estabilização e leve reversão das tendências anteriores. Observamos o rápido avanço das propriedades menores de 10 ha. que passaram de 10% do número de estabelecimentos em 1940 para 37% em 1970, passando de 0,6% da área ocupada para 9,9% e mantendo estável a área média em torno de 5,3 ha. no mesmo período. De 70 a 80 este crescimento persiste, porém a taxas bem menores e, passando a representarem 40,7% dos estabelecimentos e a ocuparem 11,5% da área segundo este último censo.

Os estabelecimentos de estrato de 10 a 50 ha.

---

22 - FIBGE - Censo Agropecuário de Sta. Catarina, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

23 - FIBGE - Censo Agropecuário de Sta. Catarina, 1975. Rio de Janeiro, 1978.

24 - FIBGE - Censo Agropecuário de Sta. Catarina, 1980. Rio de Janeiro, 1983.



igualmente experimentaram grande avanço, passando de 20,5% da área em 1940 para 62,3% em 1970. Nota-se que o avanço dos estabelecimentos deste estrato não se dá apenas pela ocupação de novas áreas, mas também pelo desmembramento de propriedades maiores de 200 ha. A partir de 1970 os estabelecimentos do estrato de 10 a 50 ha. se estabilizaram em termos de ocupação relativa das terras e, inclusive, começaram a apresentar um ligeiro declínio, embora o mesmo não se dê em termos absolutos. Digno de nota é a queda lenta, porém gradual, da área média deste estrato, passando de 26,2 ha. em 1940 para 21,7 ha. em 1980.

Os estabelecimentos do estrato de 50 a 200 ha. tiveram sua participação relativa na área ocupada crescendo até 1960. Em 1940 ocupavam 14,5% da área e em 1960 passaram a 18,1%. A partir daí <sup>foi</sup> foram decrescendo sua participação relativa, apropriando-se de 15,1% da área ocupada em 1980. Durante toda a década de 70 mantiveram-se quase inalterados o número de estabelecimentos e área ocupada em termos absolutos.

Até 1970 assistimos um processo contínuo de formação e desmembramento das propriedades maiores de 200 ha. normalmente parceladas e vendidas a colonos. Estas, em 1940, representavam 3,9% dos estabelecimentos e ocupavam 64,3% das terras. Em 1970 representavam 0,4% dos estabelecimentos e ocupavam apenas 11,9% das terras. No entanto, na década de 70 os estabelecimentos maiores de 200 ha. ocuparam a maior parcela das novas terras e passaram em 1980 a representar 0,5% dos estabelecimentos e a ocupar 16,1% das terras.

O escasseamento progressivo de novas terras na região, bem como um maior avanço da grande propriedade colocaram grandes dificuldades para a expansão da pequena produção nos moldes anteriores. Surgem excedentes populacionais e

TABELA 3  
EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA - 1940/1980

HA	ESTABELECIMENTO	%	ÁREA OCUPADA	%	ÁREA MÉDIA	
1940	TOTAL	2.967	100	267.836	100	90,3ha
	- 10	312	10,5	1.659	0,6	5,3ha
	10 a 50	2.053	70,5	55.033	20,5	26,2ha
	50 a 200	436	14,7	38.765	14,5	88,9ha
	+ 200	115	3,9	172.379	64,3	1.498,9ha
1950	TOTAL	9.228	100	569.432	100	61,7ha
	- 10	1.235	7,6	7.543	1,3	5,1ha
	10 a 50	6.787	73,5	66.011	39,5	24,5ha
	50 a 200	1.070	11,6	89.500	15,8	84,0ha
	+ 200	136	1,5	215.978	55,5	2.326,4ha
1960	TOTAL	28.172	100	735.757	100	26,1ha
	- 10	9.508	33,7	48.658	6,6	5,1ha
	10 a 50	16.850	59,9	366.009	49,7	21,7ha
	50 a 200	1.685	5,6	133.501	18,1	79,2ha
	+ 200	129	0,5	187.589	25,5	1.454,2ha
1970	TOTAL	53.072	100	1.036.167	100	19,5ha
	- 10	19.628	37,0	102.727	1,9	5,2ha
	10 a 50	31.112	58,6	645.539	62,3	20,7ha
	50 a 200	2.128	4,0	182.084	17,6	85,6ha
	+ 200	202	0,4	123.407	11,9	610,9ha
1975	TOTAL	57.285	100	1.119.399	100	19,5ha
	- 10	21.572	37,7	116.200	10,4	5,4ha
	10 a 50	32.399	56,5	670.833	59,9	20,7ha
	50 a 200	2.372	4,1	183.065	16,3	77,2ha
	+ 200	245	0,4	149.234	13,4	609,1ha
1980	TOTAL	65.977	100	1.243.301	100	20,2ha
	- 10	26.869	40,7	143.514	11,5	5,3ha
	10 a 50	36.410	55,2	712.870	57,3	19,6ha
	50 a 200	2.373	3,6	187.627	15,1	79,1ha
	+ 200	322	0,5	287.690	16,1	619,9ha

FONTE: IBGE Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1940 a 1980

uma maior pressão pela terra, atestado pelas taxas decrescentes de crescimento da população rural e queda da área dos estabelecimentos menores de 50 ha.



## CAPÍTULO III

### O PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO NA M.R.C.O.C. E O MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

#### 3.1 - A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PRÉ COLONIZAÇÃO

Anteriormente a 1920 eram limitadas as condições de integração econômica do extremo oeste catarinense. A topografia acidentada e as densas matas se colocavam como entraves a sua ocupação econômica. Da mesma forma inexistiam vias fluviais que possibilitassem o escoamento de produtos da região. As condições climáticas subtropicais igualmente não se coadunavam com culturas tropicais como cana de açúcar e café, adversas ao frio e às geadas. De forma que toda essa região era um enorme vazio econômico e demográfico a margem do espaço econômico brasileiro.

Em condições tão adversas, não causa estranheza que a primeira atividade econômica desenvolvida na região fosse a pecuária, principalmente nos campos ao norte da região. Assim, nos então chamados Campos de Palmas onde ocorriam manchas de campos limpos, entre o atual município de Galvão e o rio do Peixe, mais a leste, havia em 1916 cerca de 48 grandes fazendas.<sup>1</sup> O gado era transportado em tropas através do Paraná para os centros de comercialização. Com a cons

---

1 - PIAZA, Walter F. (1982). Opus cit. pp. 181.

trução da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, esta também passou a ser usada no transporte de gado, sendo este embarcado no estado do Paraná. Infelizmente inexistem dados sobre o montante da atividade pecuária naquela época a i desenvolvida.

Além da pecuária, desenvolvia-se a extração da erva-mate. As folhas desta planta, muito abundante na região, eram extraídas por empreiteiros em terras devolutas ou de particulares mediante um pagamento a estes. Após a coleta as folhas eram secadas e transportadas no lombo de cargueiros, exportadas para o R.S. e países vizinhos. Cada empreiteiro comandava uma turma de peões em sua maioria caboclos que durante os 5 meses de coleta no ano tinham ao menos alguns poucos recursos para amenizar sua situação de miséria. No entanto a exploração da erva-mate não gerou uma acumulação maior por parte dos empreiteiros, bem como não havia beneficiadoras de erva-mate na região, estando estas localizadas no R.S.

A extração de madeira era a terceira atividade desenvolvida. Devido às dificuldades de transporte, só ocorria às margens do Rio Uruguai, de costas para a economia brasileira, pois este rio corre em direção à Argentina. A madeira era exportada para a Argentina na forma bruta, em toras, através <sup>e</sup> das balsas que desciam o rio Uruguai em anos de cheias. Wenceslau Breves<sup>2</sup> faz relato de "fortunas" formadas pela compra de balsas de cedro em anos de seca, com as cheias nos anos seguintes. De qualquer maneira a extração da madeira era atividade instável, sujeito a perdas consideráveis em anos em que o rio Uruguai não oferecia condições de escoamento.

No mais, tínhamos a agricultura de subsistência dos caboclos que, de acordo com Wenceslau Breves, formavam

---

2 - BREVES, Wenceslau. (1985). Opus cit. pp. 12 e 13.



praticamente cem por cento da população.<sup>3</sup> Segundo relatos deste, os caboclos praticavam uma agricultura muito rudimentar, utilizando-se de foice, machado e fogo. Derrubavam sucessivamente as matas e plantavam milho e feijão, sem fazer capinas. Nem mesmo um instrumento tão simples como a enxada era utilizada.<sup>4</sup> E Wenceslau Breves, Auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras em Chapecó de 1920 a 1924, relata a pobreza dos habitantes do município, exceto

"...os fazendeiros criadores dos campos da margem direita do rio Chapecó na divisa com o Paraná. Entre estes havia muita gente abastada, mas nunca era vista na sede do município. Moravam em Palmas e Clevelândia (municípios paranaenses próximos a divisa) e fazem todos os seus negócios com o Paraná".<sup>5</sup>

O acordo entre S.C. e P.R. de 1917 definiu as divisas entre os estados, porém não integrou a agropecuária dos campos de Palmas com o restante da economia catarinense. A verdadeira integração à economia catarinense veio mais tarde com o declínio da atividade pecuária. O censo agropecuário de 1940, como vimos, já não registra tão grandes propriedades. Estas foram progressivamente desmembradas.

### 3.2 - ANTECEDENTES À COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

A partir de 1920 o governo do estado de Santa Catarina iniciou a venda de terras devolutas no extremo oeste catarinense, tanto a colonizadores quanto a particulares. Por força da lei de terras de 1850, este era o único meio de acesso à terra. Embora inicialmente os preços oficiais para a terra fossem baixos e os prazos de pagamento bastante longos, os caboclos estavam a margem de fluxos monetários, sem condições de comprar terras. De modo que foram poucos os caboclos

3 - Idem, p. 19.

4 - Idem, p. 19.

5 - Idem, p. 38.



que se tornaram proprietários. Além disto a sua formação histórica lhes deram hábitos pouco sedentários, não praticando cultivos sucessivos na mesma área. Muitos preferiram migrar para novos locais desocupados, longe dos colonos, onde pudessem reproduzir seu velho estilo de vida, na verdade em locais onde a propriedade privada ainda não tivesse chegado, da mesma maneira que não a levavam para lá em sua bagagem ideológica.

No quadro geral da Economia do extremo oeste catarinense até 1920, marcada pelo isolamento e adversidades naturais, haviam poucas condições para um desenvolvimento econômico mais acelerado. Porém, desde o início deste século vagarosamente foram se conformando algumas condições históricas que mudaram totalmente os rumos da evolução econômica do oeste catarinense.

O fenômeno da imigração e formação de pequenos estabelecimentos familiares no sul do Brasil por colonos europeus no século passado se inscreve nos problemas colocados à expansão da economia brasileira naquele século. Havia, por um lado, dificuldades crescentes da produção de alimentos em nosso país, dada a aversão da grande exploração por tal tipo de cultivo. Por outro lado, a expansão da economia cafeeira exigia cada vez mais braços, não mais esta demanda podendo ser satisfeita com o crescentemente caro e pouco produtivo trabalho escravo.

No entanto a migração estrangeira e formação de colônias no sul do Brasil foi um processo extremamente conflitante. Trata-se do secular conflito entre a grande e a pequena propriedade no Brasil no qual, a duras penas, a pequena propriedade pôde finalmente ocupar um espaço.<sup>6</sup>

---

6 - A este respeito vide: GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. Especialmente capítulos V, VI e VII.

Assim, na esteira da expansão cafeeira, tivemos a formação de diversas colônias de pequenos produtores mormente nos três estados do sul. Iniciou-se com a vinda de colonos, principalmente alemães, para o Rio Grande do Sul, primeiramente na região de São Leopoldo em 1824 e logo a seguir em São Pedro de Alcântara, esta em Santa Catarina, a cerca de 50 Km de Florianópolis. Logo vieram outras. No R.S. seguiram São Pedro das Torres, São João das Missões, Três Frooquilhas e São José Hortêncio. Em SC surgiram Blumenau, Brusque e Joinville.

A partir de 1860 aos alemães vieram se juntar os italianos, formando novas colônias no RS e no sul de Santa Catarina. Vieram ainda, em menor proporção, poloneses, suíços e outros.

Apesar de todos os percalços enfrentados pelos colonos a partir de sua chegada ao Brasil e que levou inclusive a Alemanha a proibir a saída de migrantes para o Brasil em 1859, as colônias progrediram.

As colônias alemãs que se localizaram em Joinville e todo o vale do Rio Itajaí apresentaram uma dinâmica muito particular. Cidades como Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul e Joinville desenvolveram desde logo atividades fabris. Surgiram indústria têxteis e mecânicas. A demanda por força de trabalho logo extrapolou o próprio crescimento demogrâfico da região. Da mesma forma que logo se formaram mercados locais. Tal fato é um dos responsáveis pela não formação de excedentes populacionais nessa região em busca da reprodução de situações camponesas. Sendo ainda um processo que exige maiores estudos, a dinâmica da pequena produção nesta região esteve desde logo inserida em contextos capitalistas mais avançados e, portanto, assume contornos particulares.

Situação oposta se colocou para as colônias ale



mãs e italianas no RS, das quais partiram os migrantes que colonizaram o extremo oeste catarinense. Para termos uma melhos noção deste processo tomemos o trabalho de Godinho et alli entitulado

"Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul".<sup>7</sup>

Tomando por base os estudos de Rosa Luxemburgo sobre o avanço do capitalismo num "meio não Capitalista"<sup>8</sup>, os autores propõem, como recurso analítico, uma periodização para o estudo do desenvolvimento do capitalismo em Santa Cruz do Sul.

O primeiro período que vai de 1854 a 1859 é marcado pela chegada dos migrantes e o estabelecimento de pequenas propriedades com 77 ha. A inexistência de maiores relações com a economia nacional fez com que os pequenos produtores desenvolvessem uma agricultura de subsistência, bem como a produção própria de roupas e utensílios. Nas unidades familiares se produzia tecidos rústicos, farinhas, açúcar mascavo e fumo preparado, entre outros. Havia ainda agricultores que esporadicamente prestavam serviços como carpinteiros, ferreiros, sapateiros e etc.

No segundo período, entre 1860 e 1881, a economia local se estrutura. Desenvolve-se o comércio e a artesania. São estabelecidos vínculos entre a economia de Santa Cruz do Sul e o mercado capitalista. Os excedentes agrícolas são trocados por produtos manufaturados vindos do Rio e São Paulo. Em todo período continua a chegada de novos migrantes. A agricultura sofre grande expansão e o fumo torna-se o

---

7 - GODINHO, Ruth, et alli. Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Sta. Cruz do Sul. São Paulo, CEBRAP, vol. VI, 1980, mimeo.

8 - LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação de Capital, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1980.



principal produto econômico da região, seguido pela erva-mate. Estabelece-se a divisão entre produção para o mercado e produção de subsistência, embora sem haver especialização na primeira. Desenvolve-se o artesanato, estimulado pela prosperidade local, como estratégia para a reprodução da unidade familiar sem a necessidade de migração dos filhos.

Nas cidades, artesões de origem não rural tornam-se os precursores da indústria. O comércio desenvolve-se, basicamente na figura do grande atacadista de Porto Alegre, no caixeiro viajante; no comerciante rural, intermediário entre os produtores agrícolas e os centros consumidores.

No terceiro período, que se estende de 1882 a 1917, consolida-se a integração na divisão inter-regional do trabalho, propiciando as pré-condições para a penetração capitalista na economia regional. A agricultura volta-se para o comércio de forma mais efetiva, quando o RS torna-se o grande celeiro nacional. Sta. Cruz exporta fumo, erva-mate, feijão e banha. Esta maior integração econômica da região torna-a vulnerável às oscilações econômicas mundiais. Ocorre então uma estabilização na produção de fumo em razão, entre outros, da queda internacional dos preços deste e da pior qualidade do fumo local devido às rudimentares técnicas de produção.

No entanto, neste período desenvolve-se os meios de transportes e Sta. Cruz do Sul é ligada por via férrea a Porto Alegre. Neste período o comerciante rural tinha grande hegemonia acumulando parcela do excedente monetário do agricultor. Assim, em 1904, por associação de comerciantes locais surge a Caixa Santa Cruzense, destinada a efetuar as operações bancárias ligadas a exportação de fumo. Esta passou também a financiar algumas indústrias locais de fundição, metalurgia, máquinas agrícolas e etc.

O artesanato que atingira o auge em 1890 passa a declinar face a maior integração econômica e a conseqüente importação de produtos manufaturados. Paulatinamente são introduzidas máquinas no processo produtivo, deslocando os artesãos. Temos então um insipiente processo de industrialização, calcado numa agricultura voltada para a exportação.

O quarto período estende-se de 1918 a 1965. Neste período ocorre a dominação capitalista da economia de Santa Cruz do Sul. As relações capitalistas passam a dominar principalmente no setor manufatureiro de fumo. Consolida-se a indústria do fumo na região, surgindo diversas fábricas de preparação de fumo para exportação e confecção de cigarros, das quais a maior delas foi a Companhia de Cigarros Santa Cruz. Esta Companhia foi criada em 1918 com a associação de capitais de fabricantes menores. Em 1919 instala-se na região a Souza Cruz, de capital anglo-americano. Além destas, haviam outras menores.

Os agricultores então passam a condição de fornecedores de matéria prima às indústrias, primeiramente de fumo e, mais tarde, de suínos para frigoríficos locais. Em todo este período ocorre uma especialização do pequeno produtor na produção de fumo. O processo de minifundiarização das propriedades se acentua e inicia-se a evasão da população rural, com a saída entre 1940 e 1950 de grandes contingentes populacionais para o Paraná e Santa Catarina. Segundo Roche,<sup>9</sup> citado pelos autores, este processo é comum a toda a área de colonização alemã no Rio Grande do Sul.

No entanto, ao contrário da indústria local, a agricultura permanece sob bases familiares, ocupando apenas

---

9 - ROCHE, J. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Citado por Go-dinho (1980) p. 78.



4  
 acessoriamente o trabalho contratado. Entretanto, a indústria do fumo passa progressivamente a interferir no processo produtivo agrícola, introduzindo e financiando novas técnicas como a utilização de fertilizantes etc. A partir de 1945 as agroindústrias introduzem nas pequenas propriedades as estufas que vieram a substituir os galpões de secagem de fumo.

5  
 65  
 O quinto período, pós-1965 é marcado pela desnacionalização da indústria do fumo e pelo domínio do grande capital financeiro, pelo avanço da dependência do pequeno produtor frente ao grande capital.<sup>10</sup>

60  
 65  
 Como vimos, temos em Santa Cruz do Sul e, grosso modo, em toda a zona colonial do RS um processo distinto do ocorrido no vale do Itajaí. Lá a economia partiu de uma base agrícola de pequenos produtores sobre a qual se erigiu um parque agroindustrial. Esta dinâmica determinou a formação de correntes migratórias rural-urbano e rural-rural que, de 1920 a 1970 dirigiram-se também para o extremo oeste catarinense.

Temos então no desenvolvimento do capitalismo no RS, no desenvolvimento da indústria processadora de matéria prima e na expansão populacional das antigas colônias uma das condições que determinaram a transformação econômica do extremo oeste catarinense após a década de 20.<sup>11</sup>

Com a gestação de uma forte demanda por terras por parte dos pequenos produtores do Rio Grande do Sul, logo surgiram empresas que viram na colonização de novas áreas uma

---

10 - Toda esta análise, aqui apresentada de forma sucinta encontra-se no Capítulo II da Obra de Godinho. Opus cit pp. 52 a 87.

11 - Para maiores esclarecimentos sobre a dinâmica da pequena produção de origem alemã e italiana no Rio Grande do Sul, vide: LIEDKE, Élide Rubini - Capitalismo e Camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no R.G.S. Brasília, UNB, 1977, mimeo, e SANTOS, José Vicente Tavares dos. Os Colonos do vinho. 2 Ed., São Paulo, Editora Hacitec, 1984.



lucrativa atividade. Por outro lado, havia por parte do governo do estado de Santa Catarina interesse na consolidação de sua soberania sobre os Campos de Palmas.<sup>12</sup> A ocupação da da quele enorme vazio selaria por fim quaisquer divergências e proporcionaria ao estado novas fontes de recursos, mormente com a tributação da exportação de madeira e erva-mate. Assim, casavam-se os interesses do governo do estado de Santa Catarina com os das firmas colonizadoras. Eram bem conhecidas também a prosperidade da colônias gaúchas e catarinenses do rio Itajaí.

Quanto a B.D.C. <sup>CO.</sup> ~~com~~ às dificuldades de aproveitamento econômico de suas concessões <sup>HO</sup> oeste catarinense foram logo superadas destinando-as à colonização e propiciando uma mais rápida realização de seu capital. Tal era o interesse desta empresa em realizar rapidamente seu capital imobilizado em terras que, desde logo, repassou suas concessões a outras empresas colonizadoras.

Desta forma tivemos a conjugação de dois processos históricos - o primeiro relacionado com a evolução econômica das colônias riograndenses e o segundo ligado a questão do contestado - com os interesses da acumulação de capitais. Reuniram-se numa grande empreitada o governo estadual, o grande capital multinacional e o capital nacional.

### 3.3 - COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A atividade colonizadora logo se firmou como a forma mais lucrativa de aproveitamento das terras do oeste catarinense, convertendo inclusive as antigas fazendas de criação em projetos de colonização. A terra de tal maneira se tornou

---

12 - Para maiores esclarecimentos sobre a questão do contestado vide: Cabral (1980) capítulos V, VI e VII.

uma mercadoria que cada novo projeto de colonização era precedido de intensa campanha publicitária nas colônias antigas. A vinda de colonos para o oeste catarinense até 1940 era também fruto do ardil comercial das colonizadoras.

Tendo-se iniciado na década de 20, a atividade das colonizadoras sofreu os reveses da crise econômica que se abateu no início dos anos trinta sobre a economia brasileira, enfrentando dificuldades em realizar seus projetos junto aos empobrecidos pequenos produtores das colônias antigas. Mas o fluxo é retomado na segunda metade da década de 30.

Segundo Paulo Fernando Lago<sup>13</sup> as colonizadoras enfrentaram outros problemas na década de 30. Após a Revolução de 30 o governo federal questionou a legitimidade de algumas concessões feitas a colonizadoras, mormente à B.D.C.. Estes problemas só foram resolvidos em fins da década seguinte.

Conforme nossas estimativas a M.R.C.O.C. obteve um saldo positivo de 10.340 migrantes entre 1920 e 1940. Este número dobrou na década de 40 (vide tabela 2, cap. II) e voltou a dobrar na década seguinte. A década de 60 marca o fim da frente de expansão, registrando um saldo de 62.000 migrantes, representando cerca de 43% do total do saldo acumulado em 50 anos.

A partir da década de 40 o movimento de migrantes para Santa Catarina passa a ser mais expressivo e autônomo por parte dos pequenos produtores agora mais espremidos pelo agravamento da pressão sobre a terra no RS. Contudo, as empresas colonizadoras sempre precederam aos pequenos produtores.

Outra particularidade importante a respeito dos

---

13 - LAGO. (1980). Opus cit. p. 137



colonizadores <sup>as</sup> é sua origem. Na esmagadora maioria eram companhias com sede em municípios coloniais do Rio Grande do Sul, o que fez com que os capitais acumulados por estas empresas não revertissem em aplicações produtivas no extremo oeste catarinense.

A ocupação do oeste catarinense tem particularidades na conjugação de alguns processos históricos numa região onde não se conformou uma burguesia agrária com sólidos interesses na manutenção de vastos domínios. Pelo contrário, trata-se do avanço de uma economia dinâmica e expansiva calcada numa acumulação capitalista que tem na pequena produção familiar a sua base primeira e principal sustentáculo. Claro está que a expansão ampliada deste sistema necessita de sua expanção geográfica para a formação de novas unidades famíliares.

Portanto, as empresas colonizadoras são os primeiros tentáculos da expansão de toda uma estrutura capitalista da qual a pequena produção familiar é parte integrante. A forma e os limites desta expansão são historicamente determina dos e as relações entre produção familiar e o capital se desvolvem orgânicamente. É com base no estudo da dinâmica dessas relações que podemos propor uma ontologia da pequena produção, onde a acumulação capitalista determina e é determinada pela dinâmica da pequena produção. Claro está que não se trata de um processo simbiótico, mas organicamente relacionado. No entanto, mesmo esta organicidade pode ser ontologicamente superada e, portanto, não pode ser absolutizada. Entretanto esta possibilidade historicamente ainda não está colocada, quer a favor do capital, quer a favor da pequena produção.

A forma tomada pelo desenvolvimento capitalista a partir das colônias do Rio Grande do Sul e sua posterior ex



pansão, com a conformação de um razoável parque agroindustrial não pode ser tomada como totalmente autosustentado, prescindindo do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na grande exploração como a expansão cafeeira em São Paulo. Godinho et alli analisando a formação das agroindústrias em Santa Cruz do Sul observam que o fluxo de alimentos das colônias gaúchas para o Rio e São Paulo dotaram os capitais locais das divisas necessárias à importação de equipamentos para a expansão das agroindústrias.<sup>14</sup> Portanto a expansão da agricultura brasileira via pequena produção não se colocou historicamente como um paradigma autosustentado, prescindindo da grande exploração.

### 3.3.1 - PEQUENOS PRODUTORES E A NOVA TERRA

Nos estágios iniciais de desenvolvimento das colônias de migrantes europeus no RS a reprodução numérica das unidades camponesas não se colocava totalmente de forma problemática. Com o casamento dos filhos homens, estes recebiam dos pais uma nova parcela de terra onde seria constituída nova unidade familiar. A disponibilidade de terras e o baixo custo dessas facilitavam tal expansão.

Segundo Godinho,<sup>15</sup> quando da fundação das primeiras colônias as parcelas de terra fornecidas a migrantes eram maiores, com cerca de 77 ha., permitindo o seu desdobramento em duas, talvez três parcelas. Depois do promulgamento da lei de terras em 1854, o tamanho dos lotes coloniais foi reduzido para 48,4 ha. Posteriormente foi reduzido para algo em torno de uma "colônia". Assim, passada a primeira geração de imigrantes, as possibilidades de divisão de terras já se coloca

---

14 - GODINHO. (1980). Opus cit. p. 65.

15 - Idem, p. 55

vam como limitadas. No entanto, era obrigação de cada unidade familiar gerar condições para a formação de tantas novas unidades quanto fossem os filhos homens, diminuindo de um que normalmente ficaria com os pais. Nas colônias italianas predominava o minorato,<sup>16</sup> onde o filho mais jovem ficava com a propriedade dos pais. Esta prática era comum também entre os alemães, já que os filhos mais velhos casavam, geralmente, antes e mais cedo deixavam a casa paterna.

Godinho<sup>17</sup> relata que o crescimento de Santa Cruz do Sul, ainda no século passado atraía não só migrantes estrangeiros, mas também agricultores de regiões vizinhas. A maior facilidade de comércio atraía os pequenos produtores. Assim as terras em torno de centros maiores atraíam mais os agricultores, sendo de preços mais elevados e rapidamente estavam totalmente ocupadas. Em Santa Cruz do Sul havia um mercado relativamente integrado à economia nacional, o que proporcionava facilidades comerciais, possibilidades de ocupar a força de trabalho familiar em atividades acessórias e permitia a sobrevivência em parcelas menores de terras.

O progresso dos meios de transporte permitia a ocupação de novas áreas ainda disponíveis. De forma que num primeiro período a reprodução numérica das unidades familiares não apresentava maiores dificuldades.

Com o progressivo escasseamento de terras disponíveis, os produtores familiares foram obrigados a adotar outras estratégias de sobrevivência familiar. O fracionamento das terras era uma das medidas possíveis, no entanto esbarrava em limites bem definidos. Esta estratégia foi largamente utilizada, substituindo a própria tradição do minorato.

---

16 - SANTOS. (1984). Opus cit. pp. 51 à 54.

17 - GODINHO. (1980). Opus cit. pp. 57 e 58



O processo de industrialização de algumas cidades como Santa Cruz do Sul atraía força de trabalho rural, minorando o problema dos excedentes populacionais. A própria adoção de determinadas culturas como o fumo com fortes demandas por força de trabalho e não exigindo áreas muito grandes em muito retardou o início do processo migratório.

Porém estas estratégias funcionaram como meros paliativos, retardando um pouco a por fim necessária ocupação de novas terras.

O avanço da economia capitalista se, por um lado, absorvia parcela dos excedentes rurais, por outro lado aumentava este próprio excedente deslocando a produção artesanal e introduzindo novas técnicas produtivas poupadoras de força de trabalho.

A decisão pela emigração não é tarefa fácil. Não se pode idealizar o pequeno produtor estando em busca de uma vida bucólica, distante das agruras do mercado capitalista. Pelo contrário, a impossibilidade de manter relações comerciais é muitas vezes um tormento, pois significa abdicar de uma série de pressupostos de sobrevivência com os quais já se está acostumado.

A decisão pela emigração obedece antes de tudo a uma pressão econômica dada pela impossibilidade do pequeno produtor de se reproduzir enquanto tal na região de origem.

A emigração para as novas colônias<sup>as</sup> inicia-se primeiramente dentro do próprio estado do Rio Grande do Sul, dirigindo sempre a noroeste. Assim no início deste século formam-se colônias em Erechim, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha e etc. no Alto Uruguaí Gaúcho.

Inicialmente havia uma certa separação entre colônias alemãs e italianas. A imigração alemã, mais antiga, se



localizou nos vales e encostas do Vale do Rio dos Sinos e Jacuī, em cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Montenegro e Santa Cruz do Sul. Os italianos se localizaram nos planaltos e vales elevados, em cidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi e Flores de Cunha, entre outras. Guaporē e Soledade já são novas colônias formadas a partir de colônias antigas.

A partir dos anos 20 o fluxo migratório começa a atingir Santa Catarina. Inicialmente repete-se a mesma sistemática, com os descendentes de alemães se localizando nos vales e encostas do Rio Urugai, ficando os italianos mais ao norte. Excetuando as primeiras colônias em Santa Catarina, nas demais houve afluência tanto de descendentes alemães quanto italianos.

Os primeiros imigrantes descendentes de alemães se dirigiam ao rio Várzea - que nasce próximo a Carazinho no RS - e de lá desciam de canoa até o rio Uruguai, próximo à cidade gaúcha de Iraī. Novamente descia-se o rio Uruguai à canoa, chegando as novas colônias. Para os italianos que se localizam nos arredores de Chapecō o caminho era um mais curto, porém não tinham a facilidade do transporte fluvial. Após atravessado o rio Uruguai, o restante da viagem era feito no lombo de cargueiros, por picadas estreitas existentes já no tempo dos caboclos.<sup>18</sup>

### 3.3.2 - PRIMEIRAS ATIVIDADES

A vida dos colonos recém chegados ao extremo oeste catarinense não foi das mais fáceis, conforme atestam inúmeros relatos. A mata era densa e o terreno devia ser limpo para a plantação. A topografia acidentada dificultava

---

18 - PIAZZA. (1983). Opus cit. p. 543.

as operações de limpeza. Ao contrário da florescente atividade comercial e agroindustrial das colônias antigas, o isolamento comercial fez da agricultura local uma atividade quase meramente de subsistência.

Como vimos, a colonização de toda a região começou na década de 20, porém o grande fluxo é posterior a 1940. Houve dificuldades em encontrarmos pequenos produtores que chegaram anteriormente a 1940, com seus preciosos relatos. Nem sempre os filhos destes tinham recordações de informações passadas pelos pais. De forma que esta reconstituição é tarefa das mais difíceis.

#### Vejamos o relato de um pequeno produtor

"... meus pais são naturais de Guaporé (RS). Eles eram os dois primeiros a chegar aqui no ano de 1928... meu avô comprou terra, mas quem veio morar aqui foi meu pai. Depois ali uns três ou quatro anos veio mais um irmão dele. Depois vieram mais o cunhado deles, irmãos da mãe. Assim foi aumentando né. Naquele tempo se comprava terra a troco de cavalo encilhado, como se diz. Hoje terminou isso.

...mas eles contavam que foi difícil aqui, porque não existia comércio né. Então eles pra poder levar, de Chapecó de lá pra cá e daqui pra lá, eles formaram essa estrada a base de picareta e enxada. Então quando eles conseguiam carrear um porquinho gordo, era um sacrifício pra vender. Pra criar era fácil, criava solto. Mas quando era pra vender não tinha condição.... Ele (o pai) ia de cargueiro até Erechim aí tinha os caras que compravam... Então era o porco aberto assim pelo meio, botava metade cada lado no cargueiro e ali era o transporte. O produto era a mesma coisa. As vezes quando havia ... chovia, enchia muito o rio Uruguai, não dava passo. Então passavam noites e noites, mês.

... Eles (os pais) se arrependeram até de sair da região onde se criaram, de Guaporé. Lá não era comércio grande, mas já tinha mais população, ..., mais sociedade feita. Mas foi passando os tempos a coisa começou a endereitar né... Mas quando começou a ficar boa mesmo eles se foram, morreram... Levantaram muito peso, então quando o serviço é muito pesado a vida é curta".

(22, São Roque, Chapecó).

Na maioria dos casos, os colonos que migravam para a região eram filhos de pequenos produtores cujas terras eram in



suficientes para a constituição de novos estabelecimentos para os filhos que casavam. As terras eram compradas junto às colonizadoras e deixadas intactas até serem ocupadas com a migração dos sucessivos filhos que casavam.

"...Tenho 52 anos. Vim pra cá com meus pais...Ele veio de Guaporé. Meu finado avô comprou terra pra cá. Ele doou uma colônia para cada filho".  
(02, Linha Tormen - Chapecó).

e:

"Vim do Rio Grande do Sul, de Passo Fundo. Cheguei aqui em 53. Eu vim sozinho com a esposa... Eu já tinha uma colônia que meu pai comprou e me deu...".  
(24, Sede Trentin - Chapecó).

e:

"Nasci no Rio Grande, mas vim de lá com 3 anos. Já faz 47 anos que moro aqui...  
Eu acho que Guaporé a terra era pouca. O pai inclusive tinha uma colônia de terra no Coronel Freitas. Era uma terra que foi o pai dele que deu quando casou".  
(30, Serraria Reato - Chapecó).

e:

"Vim pra cá em 1944... O pai tinha comprado do Volksverein a terra. O pai deixou a terra aqui quando nós era pequeno ainda".  
(62, Linha Becker - Itapiranga).

e:

"Vim de lá com 1 ano. Vim de Arvorezinho, perto de Guaporé. Faz 27 anos... ele (o pai) veio de lá com uma colônia que ganhou do pai".  
(40, Linha Pinheirinho - São Miguel d'Oeste).

e:

"Sou de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Vei fazer 21 anos. Vim sozinho, casado. ...Foi o falecido pai que comprou (a terra). Ele tinha me dado meia colônia".  
(44, Linha Entre Rios - S. M. d'Oeste).

A agricultura mais mercantilizada há muito era praticada nas antigas colônias gaúchas. Portanto a agricultura comercial não era estranha aos colonos que ocuparam o extremo oeste catarinense. O retorno a uma agricultura meramente de subsistência está ligado principalmente ao isolamento e a



inexistência de um mercado consumidor local, nos estágios iniciais de desbravamento da região.

A exportação se colocava como única possibilidade comercial, porém esbarrava na precariedade dos meios de transporte. Entretanto, haviam alguns produtos locais que se prestavam ao transporte em condições precárias, principalmente por encerrarem um alto valor unitário, como a erva-mate, o fumo e a madeira.

A extração da erva-mate para exportação já era praticada anteriormente, porém sofreu grande expansão com a chegada dos colonos. O desbravamento das matas tornaram acessível novos ervais e não tardaram a surgir turmas de empreiteiros contratados por colonos migrantes, pois esta atividade também era comum no Rio Grande do Sul.

"Ele (o pai) era de Soledade. Veio pra cá em 1918. Nós era três irmãos homem. Meu pai tinha umas lo colônias... Criava gado, ovelha e lidava com erva. Porco muito pouco... Isso (erva-mate) era era vendido pro R. G. do Sul. Não tinha guia para Erva moída. Corria tudo meio frouxo naquela época. Tinha pouca fiscalização..."  
(21, Serraria Reato - Chapecô).

Como atestam os depoimentos, inicialmente a erva-mate seca e moída era enviado ao Rio Grande do Sul em lombo de cargueiros para as casas de exportação que a reexportavam para o Rio de Janeiro e São Paulo, também para a Argentina. Em Santa Catarina era basicamente feita a coleta e a secagem, não possibilitando uma maior acumulação local de capitais. A atividade se desenvolveu rapidamente e começaram a surgir casas de exportação sediadas na região. O guia do Estado de Santa Catarina de 1927<sup>19</sup> registra 2 grandes casas

---

19 - ENTRES, Alberto (Editor). Guia do Estado de Santa Catarina. Flo-  
rianópolis, 1927.

exportadoras nesse ano. Este número sobe para 3 em 1935.<sup>20</sup>  
Em 1941<sup>21</sup> são 21 grandes casas exportadoras.<sup>22</sup>

Com isso altera-se a antiga rota de exportação de erva-mate. Esta não mais é encaminhada clandestinamente ao Rio Grande. Estabelecem-se duas rotas principais. A erva para os mercados do Rio e São Paulo é levada até Herval do Oeste (vale do Rio do Peixe) e de lá, por ferrovia, ao centro sul. A erva-mate destinada à exportação para a Argentina segue ~~para os~~ <sup>por</sup> cargueiros até Dionísio Cerqueira, na fronteira com aquele país.

A nível de pequeno produtor, a extração da erva-mate não proporcionava maiores oportunidades, recebendo este apenas uma remuneração pela erva extraída. Todavia, este é inserido dentro de um fluxo de mercadorias, permitindo-lhe comprar certos produtos que não tinha condições de produzir como café, roupas, etc. Por outro lado, a exploração de erva-mate possibilitou a formação de capitais aplicados no processamento e exportação da erva, inserindo a economia local no círculo de trocas nacional.

Nos vales próximo ao Rio Uruguai a ocorrência natural da erva-mate era menos intensa. No entanto o Rio Uruguai, quando de suas cheias, era uma excelente via fluvial voltada para a região platina. A exportação de madeira em toras para a Argentina através de balsas pelo Rio Uruguai era igualmente praticada antes da chegada dos colonos. O desbravamento da região proporcionou imensas quantidades de toras de madeira de excelente qualidade. Assim, se formaram as turmas de arrasto. Consistiam basicamente em um empreiteiro que com sua turma de peões atavam as toras em 3 ou 4 juntas

20 - Idem. 1935. Florianópolis. 1935.

21 - Idem. 1941. Florianópolis, 1941.

22 - O Guia de 1941 cita os principais, seguido de "outros".



de bois e as arrastavam até o Rio Uruguai. Tivemos oportunidade de conversar com um pequeno produtor cujo pai e avô tinham trabalhado em turmas de arrasto:

"Meu avô foi o primeiro que abriu o picadão de Chapecô. Abriu a picadeira de cargueiro e a mudança. Meu pai com 6 anos de idade já começou a fazer fogo no acampamento para os irmãos dele e o pai dele. (eles) Arrastava e ele ficava no acampamento. Com uns 12 anos já começou a chamar fleira de boi".

(25, Serraria Reato - Chapecô).

Ao chegarem no Rio Uruguai as toras eram amarradas formando toscas balsas. Sobre elas fazia-se uma pequena cabana e em comboio desciam pelo rio até a Argentina.

A madeira funcionava como uma certa poupança aos colonos recém instalados. A venda desta dotava-os de uma pequena reserva financeira para enfrentar a dureza dos primeiros anos. Não tardaram a surgir os primeiros engenhos de serra. Eram máquinas a vapor ou movidas a força hidráulica que desdobravam as toras. Embora a exportação de madeira em toras tenha persistido ainda por muito tempo, os engenhos de serra foram tomando-lhe progressivamente o lugar. A favor dos engenhos estavam a demanda local por madeira para as casas dos colonos e a nova rota de exportação via estrada de ferro no vale do Rio do Peixe.

Muitos dos primeiros engenhos de serra ou serrarias eram de propriedade de empresas colonizadoras. Assim, dos engenhos listados em 1927 pelo guia do Estado de Santa Catarina,<sup>23</sup> um estava ligado à Colonizadora Bertaso, outro à colonizadora Irmãos Lunardi e um terceiro à Peperi-Chapecô. Desenvolveu-se entre algumas colonizadoras a prática de primeiro explorarem a madeira para só depois venderem a terra aos colonos. As serrarias autônomas adotavam a mesma prática: compra

---

23 - Guia do estado de Santa Catarina (1927). Opus cit.



vam as parcelas, retiravam a madeira e revendiam a terra. Ao final do processo tinham novamente um retorno de capital a ser aplicado na compra de novas terras intocadas. A compra e venda de terras dava às serrarias acesso barato a novas reservas de madeira. Vejamos o interessante depoimento de um proprietário de serraria:

"Aqui tinha umas 100 colônia nessa região e era tudo de gente de Flores da Cunha, Farroupilha e algumas de Caxias do Sul. Daí eu botei a Serraria e ficou essa área aí que os donos vir morar não queriam. Alguns vinha, via o puro mato e se assustava. Daí que botei serraria. Então o meu plano era o seguinte: vou ver se vou botar povo nessa região, se não vou ficar no deserto, não tem condição. E lá consegui cada 30 dias, 60 dias descia lá em baixo e comprava uma colônia, conforme aumentava o dinheiro. Comprava as terras e vendia as terras. Reservava a madeira. Eu serrava a madeira e vendia. De lá mais um dinheirinho comprava outra colônia. Chegava uma época, em 2 anos e pouco passou 34 colônia por mim, aí começou a se fazer a região".

(44, Linha Entre Rios - S. M. d'Oeste).

O cadastro industrial do Estado em 1927<sup>24</sup> aponta va 32 serrarias em Chapecô, sendo 30 às margens do Rio Uruguai e duas no atual município de Xanxerê. A expansão das serrarias segue o movimento colonizador. Com a extinção das reservas às margens do Rio Uruguai, elas passam progressivamente a se localizar no corte 2 nas décadas de 40 e 50 e posteriormente na divisa com o Paraná, explorando as ricas reservas de Araucária, nas décadas de 50 e 60. Grosso modo, podemos caracterizar a atividade madeireira como a principal atividade comercial e industrial da região até a década de 40, suplantando a exploração de Erva-Mate.

A exploração madeireira provocou uma maior inserção da região na economia nacional e internacional. Os enge

---

24 - IBGE - Cadastro Industrial de Santa Catarina. 1937. Rio de Janeiro, 1938.

nhos de serra a vapor eram em sua maioria importados da Alemanha, podendo-se ainda encontrar alguns em funcionamento.<sup>25</sup> Por outro lado, a madeira beneficiada passou a ser também exportada através da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, exigindo a melhoria das estradas ligando o extremo oeste ao Vale do Rio do Peixe.

O esforço do governo do Estado em integrar a região, o que significava um maior arrecadamento estadual, era então basicamente custeado pelas colonizadoras em troca de concessões de terra. Desde logo a construção de estradas na região passou a ser uma das atribuições das colonizadoras que, em troca, recebiam novas concessões. A cargo das colonizadoras ficava ainda a obrigação de construírem estradas vicinais e intermunicipais. Novamente a natureza impôs seus obstáculos. O solo argiloso da região tornava as estradas impraticáveis em épocas de chuvas. Somente mais tarde com o cascalhamento das estradas houve condições de tráfego durante todo o ano, tal somente quando o governo estadual ou os próprios governos municipais assumiram diretamente a construção e conservação das estradas, a partir dos anos 50.

Além da maior integração econômica da região, a atividade madeireira causou outras mudanças. Primeiramente marca o início da industrialização da região, gestando uma maior acumulação de capitais. Ao contrário das colonizadoras, as madeireiras eram sediadas na própria região. Isto fez com que os capitais nela acumulados posteriormente se destinassem a outras atividades produtivas na região, bem como, junto com as colonizadoras promoveram a colonização da região. No entanto a maior transformação operada pelas madeireiras reside na implantação de relações de trabalho cap

---

25 - Tivemos oportunidade de visitar um em pleno funcionamento no distrito de Coronel Martins, em São Domingos (corte 3).



talistas, com a conseguinte formação de um mercado de trabalho paralelo às atividades eminentemente agrícolas locais.

Para muitos o trabalho nas serrarias era visto como uma espécie de trampolim. Esperavam com o trabalho assalariado fazer uma pequena poupança que tornasse possível a compra de um pedaço de terra.

"Eu sou natural de Venâncio Aires, mas me criei em Soledade. Cheguei aqui em 42. Vim sozinho... O começo da vida foi trabalhar em serraria, depois trabalhei de carroceiro, serraria de novo. Vim pra essa propriedade em 1956. Comprei essa terra e comecei a trabalhar na lavoura e algum pouco na serraria. Tinha uma serraria aí. Plantava arroz, mandioca... e milho. Plantava pra comer e criava porco também. Vendia as sobras.  
(20, Linha Simoneto - Chapecó).

e:

"Nasci em Guaporé. Cheguei aqui em 1945 com meus pais... Eu comprei a terra depois de casado. Vim morar aqui faz 21 anos. Eu tinha uma pequena serraria. Eu trabalhava um pouco na serraria, um pouco na colônia. Depois vendi a serraria e trabalhava só na agricultura".  
(38, Linha Pinheirinho - S. M. d'Oeste).

e:

"Nasci e me criei no R. S., vim pra cá em 1940. Lá era colono, nós trabalhava pouco com colônia e nós tinha picada e açougue. Viemo pra Cascavel (em Chapecó). Nós tinha serraria lá, aí viramo colono de novo. Depois da serraria eu tinha com prado um caminhão, depois fui pro Paraná puxar tora".  
(6, Faxinal da Rosas - Chapecó).

e:

"Nasci aqui em Grapia faz 32 anos. Meu pai veio de Soledade... Era agricultor. Passou a trabalhar numa serraria em Xanxerê. Trabalhamo 2 anos lá, daí não deu certo. E de lá viemos pra cá. Ele já tinha terra aqui".  
(42, Linha Limeira - S. M. d'Oeste).

Ao que parece, as exigências de capital para montar uma pequena serraria não eram muitas, se resumindo basicamente à compra da máquina a vapor. As despesas seriam ainda menores caso houvessem condições de empregar força hidráulica. O tamanho pequeno das serrarias se justificava pela forma de

exploração das reservas florestais. Não eram realizados re florestamentos, sendo a terra destinada ao assentamento de colonos. Portanto, essas serrarias eram de certa forma iti nerantes. Após o esgotamento das reservas de um determinado local a serraria era transportada a um novo local ou vendida a terceiros em nova região. O trabalho nas serrarias como forma de acesso a terra teve grande importância após 1940, com o novo perfil do colono migrante. Voltaremos a este tó pico.

A exploração da madeira e da erva-mate integrou a região no espaço econômico nacional, embora sem provocar maio res alterações na pequena produção, mantendo-a ainda principal mente como produção de subsistência.

Conforme muitos relatos, nas pequenas propriedades haviam pequenas plantações de arroz, feijão, trigo e mandioca destinados ao consumo familiar. Em torno da casa era comum existirem um pequeno pomar e uma horta, bem como galinhas e outros pequenos animais. As plantações de milho destinavam-se a alimentação de suínos e do gado. Havia, portanto, um potreiro destinado à criação. Lá estavam presente uma, tal vez mais vacas de leite, e, quicã, cabeças de gado, cavalos ou cargueiros. Na maioria dos casos os porcos eram criados soltos em mangueiras (pequenos cercados) e em sua alimenta ção era utilizado, além do milho, a abóbora, o aipim e ou tros alimentos disponíveis como restos da alimentação fami liar. Praticava-se na época uma agricultura rudimentar e rudimentar. A criação de porcos em pocilgas e chiquei rões, embora fosse praticada em algumas propriedades, sõ mui to mais tarde se consolidou.

Conforme vimos, os colonos que migraram para o ex tremo oeste catarinense já haviam tido contato com ativida des comerciais nas antigas colônias. Já tinham demandas



por determinados produtos e geravam excedentes que, caso houvesse condições, seriam comercializados. Não tardaram a surgir casas comerciais na região, varejistas e atacadistas que mantinham ligações comerciais com as antigas colônias no Rio Grande do Sul.

O censo comercial de 1940<sup>26</sup> registra no município de Chapecô 66 estabelecimentos comerciais, divididos em 50 varejistas e 16 atacadistas e mistos, ocupando 138 pessoas. No mesmo ano o município contava com 54 empresas industriais, sendo 57 estabelecimentos.<sup>27</sup> Já o Cadastro Industrial do Estado de 1937<sup>28</sup> registrava 101 empreendimentos industriais no município. Além de 32 serrarias, se destacavam 17 ferrarias, 11 indústrias de beneficiamento de cereais (moinhos), 6 fábricas de cerveja, 6 marcenarias, 6 selarias e etc.

Salvo algumas serrarias afiliadas a empresas colonizadoras gaúchas, a grande maioria dos estabelecimentos comerciais e industriais se formaram com capitais localmente acumulados; ou, em alguns casos, transferidos para a região junto a seus proprietários. Em fins da década de 30 já se contavam 5 cooperativas de comercialização junto ao Rio Uruguai, sendo 2 em São Carlos e uma respectivamente em Itapiranga, Mondaí e Passarinho (Palmitos). Entre as diversas casas comerciais se destacava a Sociedade União de Fumos, de São Carlos, a qual fazia a intermediação entre a produção local de fumo e as fábricas em Santa Cruz do Sul.

---

26 - IBGE - Censo Comercial de Santa Catarina, 1940. Rio de Janeiro, 1952.

27 - IBGE - Censo Industrial de Santa Catarina. 1940. Rio de Janeiro, 1952.

28 - IBGE - Cadastro Industrial de Santa Catarina. 1937. Opus cit.

TABELA 4

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E POR PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA  
NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ EM 1940

PRODUTO	PRODUÇÃO	PRODUÇÃO/PESSOAL OCUPADO/DIA
Carne Bovina	175.750 Kg	0,40 Kg
Carne Suína	2.536.900 "	0,60 "
Aves	1.746.672 Cabeças	0,40 Cabeças
Batata	911.000 Kg	0,21 Kg
Trigo	475.000 "	0,11 "
Arroz	235.000 "	0,05 "
Feijão	780.000 "	0,18 "
Mandioca	20.863.000 Kg	4,89 "
Milho	14.518.000 "	3,40 "
Leite	433.000 Litros	0,10 Litros

\*FONTE: Censo Agropecuário de 1940. IBGE.

Os dados da Tabela IV revelam uma agricultura principal-  
mente de subsistência. A carne bovina, praticamente inexis-  
tente junto aos pequenos produtores, era produzida mormente  
nas fazendas ao norte e comercializada no mercado paranaense.  
Dos cereais, somente o feijão oferecia condições de geração  
de excedentes comercializáveis. O milho e a mandioca, embo-  
ra produzidos em maior quantidade, destinavam-se principal-  
mente à alimentação das criações. Mesmo tomando-se uma con-  
versão alimentar de plantel para suínos atual, na época se-  
riam necessários cerca de 13 milhões de kilos de alimentos  
para produzir os 2,5 milhões de kilos de carne suína. Como  
a conversão alimentar na época era bem maior que a atual, é  
de se supor que muito pouco do milho e mandioca se destinas-  
sem a comercialização "in natura", apesar do uso de outros ali



mentos no arraçoamento de suínos. Criava-se na época as raças de suínos tipo banha, sendo este o produto geralmente comercializado e não a carne.

O Guia do Estado de Santa Catarina de 1935,<sup>29</sup> além da madeira e da erva-mate, lista o fumo e a banha como os principais produtos de exportação do município de Chapecô. A produção comercial do fumo na região deve-se principalmente a origem dos primeiros colonos que se estabeleceram às margens do Rio Uruguai. As colônias a oeste do Rio Chapecô — Itapiranga, Mondaí, Passarinho, São Carlos e etc. — foram basicamente ocupadas por migrantes teuto-brasileiros oriundos das antigas colônias de Santa Cruz do Sul e arredores onde, como já vimos, a fumicultura era muito praticada. O fumo, uma vez seco, não oferecia maiores problemas ao transporte, sendo um produto leve e de alto valor unitário. Logo surgiram casas comerciais e mesmo as próprias cooperativas que se encarregavam da intermediação comercial. O censo de 1940 revela em Chapecô a produção de 855 toneladas de fumo em folha em 1312 estabelecimentos e 250 toneladas de fumo em corda em 250 estabelecimentos.

### 3.3.3 - A IMIGRAÇÃO PÓS 1940

A partir de 1940 alteram-se a condição do imigrante que se dirige ao extremo oeste catarinense. Este fato está intimamente ligado a mudança das condições de reprodução da pequena produção familiar no Rio Grande do Sul. O parcelamento contínuo dos pequenos estabelecimentos no Rio Grande do Sul dificultava a sobrevivência das unidades familiares, mormente ante os novos padrões impostos pelo capital agroindustrial. A posse de áreas muito exíguas significava cres

29 - Guia do Estado de Santa Catarina, opus cit. 1935.

centemente o alijamento do pequeno produtor das condições de sua reprodução enquanto tal. A multiplicação das relações econômicas da pequena produção com o capital e o crescente domínio deste sobre a produção agrícola impõe padrões de produção socialmente determinados. Para uma vasta camadas das unidades familiares gaúchas a possibilidade de atingir estes padrões e manterem-se enquanto tal tornava-se cada vez mais difícil, não sō pela escassez e encarecimento das terras, mas também pela crise que se abateu sobre a agricultura gaúcha quando a produção agrícola paulista e mineira começou a substituí-la no fornecimento de alimentos para o Rio de Janeiro e São Paulo. A crise da indústria do fumo em Santa Cruz do Sul — iniciada na década de 40 e sō se recuperando com o "milagre brasileiro" — e novos concorrentes nos mercados do Rio e São Paulo tornaram ainda mais dificultosa a reprodução da já explorada pequena produção rio grandense. Agora não mais estava questionada apenas a reprodução de novas unidades familiares, mas sim a própria reprodução das unidades familiares já formadas. Um número crescente de pequenos produtores tiveram que abandonar as antigas colônias como condição para a própria reprodução das unidades que permaneciam em seu esforço em atingir os novos padrões determinados pela economia capitalista.

Tomando o exemplo de Santa Cruz do Sul, a seguinte tabela compilada do estudo de Godinho<sup>30</sup> é muito reveladora:

---

30 - GODINHO (1980). Opus cit. pp. 79 e 103.



TABELA 5

SANTA CRUZ DO SUL - PARCELAMENTO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA  
E EMIGRAÇÃO

ANO	ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS (ha)	SALDO MIGRATÓRIO DA POP. RURAL NA DÉCADA
1870	45	-
1900	43	-
1920	40	-
1940	26,93	4.035
1950	26,80	2.687
1960	20,13	11.996
1970	18,16	-

FONTE: Godinho (1980)

Vê-se claramente que o processo migratório pós 1940 impediu um maior parcelamento das terras, embora esta tendência tenha continuado nas décadas seguintes, mormente na década de 50 quando o fluxo migratório da população rural reduziu-se em cerca de um terço. Na década de 60 a migração rural foi cerca de 5 vezes superior a dos anos 50 e cerca de 3 vezes a dos anos 40. No entanto não foi suficiente para deter a tendência à diminuição da área média dos estabelecimentos. A migração rural passa não só a ser um reflexo da escassez de terras, mas também da mudança dos padrões produtivos impostos pelo domínio do capital sobre a agricultura, tornando supérfluo a manutenção de quantidades crescentes de trabalhadores na agricultura.

Este processo ocorreu com maior ou menor intensidade nas outras antigas colônias gaúchas. Para o extremo oeste catarinense se dirigiu parte desse excedente populacional que não mais tinha assegurada a própria reprodução enquanto

pequeno produtor no Rio Grande do Sul. São estes os "novos migrantes" como atestam inúmeros depoimentos:

"Eu vim de Guaporé. Vim em 51...eu vendi as terras lá... Aí eu vendi uma colônia e comprei duas aqui. Sai de lá porque a família era grande e a terra era velha. Aí eu digo, vou lá morar no meio do mato".

(19, Linha Sede Figueira - Chapecó).

"Meu pai veio de Guaporé, isso deve fazer aproximadamente uns 25 anos. Ele veio casado. Ele tinha uns 5 alqueires no Rio Grande do Sul. Vendeu e veio pra perto de Chapecó. Depois viemos aqui pro Fachinal das Rosas e de lá viemos pra cá. Faz uns 20 anos. ...Comprou (a terra) de outro pequeno produtor".

(28, Linha Simoneto - Chapecó).

"Eu nasci no município de Guaporé, vim pra cá em 1944. Eu vim sozinho de Carrocinha, com a mulher e 3 filhos... Comprei essa terra já em Guaporé. Fiz duas viagens antes para ver, pra saber onde era... Eu já tinha 31 anos".

(18, Sede Figueira - Chapecó).

"Eu vim do Rio Grande com 12 anos. Morava em Erechim. Vim pra cá com meus pais em 1952. Lá, na época o pessoal saía muito do Rio Grande e ia pro Paraná. Meu pai tinha um parente aqui, então resolveu dar uma olhada e se agradou. Vendeu lá e comprou aqui".

(13, Linha São Pedro - Chapecó).

"Sou de Gramado, Rio Grande do Sul. Saí de lá em 1946 com meus pais... mas porque a terra era mais barata aqui e mais forte também. O pai vendeu a terra lá e comprou aqui. Quatro colônias. Nós era 10 irmãos".

(35, Canela Gaúcha - São Miguel d'Oeste).

"Saí de lá em 1963. Vim cá com a família. Lá não tinha recurso. Ia ficar lá morrer de fome! A terra tava feia. E aqui era puro mato... Comprei (a terra) quando saí de Guaporé. Custei pra pagar".

(37, Município de Guaraciaba).

"Nasci em Frederico Westallen. Vim pra cá em 1966. Nós tinha pouca terra lá, na época. Daí compremo terra aqui e vendemo lá. Veio a família toda, o pai junto. Lá nós tinha 8 ha. Nós brinquemo (trocamos) aquela lá por essa aqui do pai ali em baixo..."

(60, Linha Aparecida - Itapiranga).

"Sou gaúcho,..., faz 6 anos que moro aqui. Nasci em Três de Maio, próximo a Santa Rosa. Lá tinha pouca terra e o lugar é um lugar que começou de entrar os primeiros colonos já quase 100 anos atrás. E daí foram ficando os filhos na mesma



terra e já se foi indo os netos. Então aglomeraram muito o pessoal. E daí deu uma área muito pequena de terra pra cada um que não era mais possível o cara fazer futuro com aquilo. Daí eu consegui vender bem lá. É um lugar que vale bem a terra. Vendi e tripliquei o pedaço aqui. Já dá pra gente se virar. Já dá pra plantar as coisas que a gente que, fazer um potreirinho, plantar arvoredo. Lá tinha 7 ha e aqui 20,5 ha. Lá eu trabalhava bastante pra fora porque não tinha condição de investir. Ficava muito tempo de verde, sem fazer nada. Então vim pra cá".

(68, São Roque - Campo Erê).

Os relatos se sucedem. Fica patente a degradação das condições de reprodução de muitas unidades familiares no Rio Grande do Sul. A pressão sobre a terra agravava-se continuamente pela existência de excedentes populacionais e pelos novos padrões impostos pelas relações econômicas com o capital. O superaproveitamento dos solos, sem a reposição de sua fertilidade, comprometeu a capacidade produtiva das terras diminuindo sua capacidade de sustentação de uma unidade familiar.

Aos pequenos produtores com terra, a venda de um lote no Rio Grande do Sul permitia, conforme sua localização e fertilidade, duplicar ou até mesmo triplicar a área comprada no extremo oeste catarinense. Praticamente intocadas, as novas terras permitiam a reprodução, ao menos inicialmente, das mesmas bases técnicas praticadas já há tempos no Rio G. do Sul. A pequena produção familiar, de certa forma ainda avessa a uma agricultura mais tecnificada que implicasse em aumento de despesas monetárias, teve no oeste catarinense condições de expansão graças à prodigalidade das terras virgens. Mas, como veremos adiante, não tardarão a se alterar as condições econômicas que permitiam esta forma de agricultura.

O baixo preço das terras no oeste catarinense permitia inclusive que com uns poucos anos dedicados a uma atividade assalariada ou em arrendamento de terras fossem sufi

cientes para acumular recursos com os quais podia-se comprar uma pequena parcela.

"Sou de Venâncio Aires. Vim de lá em 1946 e tinha 26 anos. Eu me casei e viemos pra cá. Lá era difícil encontrar terra... Cheguei aqui ainda não tinha terra. No 1º ano, em 1947, trabalhei por aí. Juntei alguma coisa e comprei essa terra. Dá 19,45 ha!"

(50, Linha Toraro - Itapiranga).

"Ele (o pai) é natural de Rio Grande do Sul, de Nova Bréstia, perto de Pouso Novo, pra baixo de Soledade. Chegamos aqui faz 28 anos, em 1958. Ele trouxe três (filhos) de lá e fez mais sete aqui... Lá nós não tinha condição de se colocar e fazer futuro. A gente era agregado igual. Terras velhas. Então nós tinha um conhecido aqui. Saímos pras terras novas. Chegamos aqui, o primeiro vizinho era o... Era puro mato. Nós ficamos um ano de agregado. Depois compramos essa terra. Compramos meia colônia e meia colônia temo. "Ma per que?" Relaxamento!"

(47, Linha Reno - S. M. d'Oeste).

"Nasci em Santa Maria. Vim de Lá faz quase 32 anos. Lá eles (os pais) não tinham terra, trabalhavam de agregado. Aqui sim, ele comprou 2 colônias".

(45, Linha Paraíso - S. M. d'Oeste).

"Cheguei aqui em 1945 com meus pais. Meu pai de solteiro trabalhou de peão, daí comprou a terra aqui. Lá (Guaporé) trabalhou um pouco de agregado, depois veio pra cá".

(38, Linha Pinhalzinho - S. M. d'Oeste).

"Nasci no Rio Grande do Sul, em Lagoa Vermelha. Vim pra cá faz uns 27 anos. Vim sozinho com a esposa. Na época comprei 7 alqueires. Primeiramente vim de agregado, depois foi que comprei a terra. Trabalhei 4 anos de agregado. Depois comprei mais dois alqueires. Naquele tempo foi meio sofrido, mas deu pra sobrá um pouco. Mas foi sofrido".

(26, Linha Antins - Coronel Freitas).

A estes depoimentos podemos juntar outros já apresentados quando abordamos o desenvolvimento da atividade madeireira na região.

As possibilidades de trabalho na forma de arrendamento de terras estão ainda hoje estreitamente vinculadas à própria forma de ocupação fundiária da região. Como vimos, os primeiros imigrantes que se dirigiram à região geralmente já tinham a terra assegurada, sendo esta comprada anteriormen



te à emigração pelos pequenos produtores gaúchos a fim de assegurar terra aos filhos quando estes constituíssem família.

Ocorre que até estes constituírem famílias, a terra muitas vezes era deixada parada, sem cultivo. Posteriormente, entre os pequenos produtores aqui estabelecidos era praxe tentar adquirir novas terras, mesmo que a família não dispusesse de meios para explorá-la, como reserva de terras para a formação dos futuros lares dos filhos. Com o desenvolvimento da região e aumento dos preços da terra se tornou cada vez mais difícil adquiri-las. Embora a disponibilidade destas terras não tenha sido considerável, historicamente tem se prestado ao arrendamento a pequenos produtores até o casamento dos filhos do proprietário.

Nos arrendamentos a pequenos produtores comumente se pratica a terça, com as despesas correndo por conta do arrendatário. Esta relação serve ao proprietário como uma fonte auxiliar de renda, bem como recebe mais tarde a terra desbravada. Ao arrendatário esta relação inicialmente era tomada como uma espécie de trampolim para ascender à condição de proprietário. No entanto, cada vez mais torna-se a única forma de acesso a terra.

TABELA 6

## ARRENDAMENTO E PARCERIA NA M. R. C. O. C.

ANO	Nº DE ARRENDAMENTOS	% DO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA OCUPADA (ha)	% DA ÁREA TOTAL	ÁREA $\bar{X}$ ARRENDADA (ha)
1940	218	7,3	20.271	92,9	7,5
1950	148	1,6	21.871	147,7	3,8
1960	2.941	10,4	28.349	9,6	3,8
1970*	7.287	17,7	81.566	11,2	8,9
1975*	7.795	14,4	84.438	10,8	7,9
1980	11.131	16,8	113.718	10,2	8,5

FONTE: Censos Agropecuários - 40 a 80.

\* - Incluindo arrendatários e parceiros - mudança de metodologia do IBGE.



Os dados de 1940 e 50 refletem basicamente os arrendamentos maiores. A partir de 1950 a predominar os arrendamentos menores onde se constituem estabelecimentos familiares dos novos imigrantes sem terra. Conforme diversos depoimentos, nas décadas de 40 e 50 eram mais fáceis as condições de ascensão à condição de proprietário. A partir dos anos 60 o arrendamento de terras passa a perder a conotação de condição provisória, tornando-se apenas a forma possível de acesso a terra. Vejamos alguns depoimentos nesse sentido:

"Vim do Rio Grande já faz uns 16 anos. Saí de lá porque tinha pouca terra, só um sítiozinho. Não produzi mais nada, terra ruim. Vendi lá e vim morar agregado em Itá (município próximo a Chapecô, mas no Vale do Rio do Peixe). Terra boa. O que plantava dava. Lá eu plantava milho, soja e feijão. Eu dava renda de 30%. Daí vim pra cá. O tempo que eu tava lá, sobrou um pouquinho, com prei aqui. Mas comprei pouco, só 30 mil metros (3 ha). Não dá que chega. Planto em terra arrendada... Tenho três alqueires de terra arrendada".

(09, Praia Bonita- Chapecô).

"Nasci em Erexim. Vim com meus pais. Primeiro foi pro Paraná. Depois vim pra cá faz ano e meio... Lá no Paraná eu plantava também arrendado. Já tive terra e por causa de doença vendi tudo... E hoje quem é fraco não compra mais a terra. Antigamente era fácil. Quando cheguei lá era barato. Faz 25 anos. Eu morava em Nova Prata, depois Cascavel e Toledo. Só que lá pra você arrendar uma terra não é fácil. Lá quem tem terra é tudo mecanizado... Lá eu tinha 10 alqueires. Se eu tivesse hoje aquela terra lá eu tava rico. Mas eu perdi três crianças. Daí desacordei e me mandei. Aqui pro pobre tá bom porque é fácil arrendar a terra. É só ter vontade de trabalhar. Tem muita indústria. Muito galinheiro, é fácil!"

(19, Linha São Pedro - Chapecô).

"Nasci em Três de Maio. Saí de lá faz 7 anos... Eu vim por falta de terras. Lá em baixo no R. G. do Sul é quase tudo plano. Na região onde eu morava, Boa Vista do Pericá, lá também tem peral, mas faltou terra dos agregados. Enton a soluçon, meu cunhado que mora aqui perto me comunicaram que aqui tivesse mais condição de achar terra de plantar. Enton resolvi vim pra cá, isso em 79. Comecei em 79. Comecei aqui a entrar na roça, nessa terra. Eu arrendo e dou a terça parte pro patrão... O filho dele vem morar aqui e ele me deu lugar pra morar ainda, né... Ele(o patrão) não tem muita terra. Ele tem esse peda

ço aí pro seu filho e um pedaço em Conceição. Essa terra vai ficar pro filho dele. Eu vou trabalhar lá do outro lado do (rio) Macaco. Tem 6 há de Peral".

(52, Linha Goreti - Itapiranga).

"Sou do Rio Grande do Sul, de Três Passo. Saí de lá faz 6 anos. Lá eu trabalhava na agricultura. Era arrendatário lá e ainda sou aqui... O meu patrão me convidou. Aqui eu arrendo uma colônia. Eu pago a terça parte e ele não entra com nada.... O arrendatário não pode criar porco que tá sempre se mudando a cada 3 ou 4 anos. Principalmente quando o senhor tem terra preparada, aí o patrão que pra ele plantar. Só consegue terra suja... Agora o patrão tá querendo. O patrão espera limpar depois toma a terra... O contratodiz a lei são 3 anos. Pra nós eles não dá contrato... Bota o arrendatário em cima, depois tem que sair pro filho do dono entrar".

(34, Linha Gramado - S. M. d'Oeste).

Como vimos, os depoimentos mais recentes revelam a impossibilidade crescente do acesso a propriedade da terra. Primeiramente, a pressão sobre a terra passa a ficar mais forte a partir dos anos 60 com o conseqüente encarecimento das terras. Os pequenos arrendatários passam a constituir uma peculiar categoria, migrando constantemente entre o noroeste gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná, sempre em busca de terras de arrendamento. Conforme depoimentos dos próprios pequenos arrendatários, nem toda a terra é passível de arrendamento. As regiões planas, mais propícias à mecanização e a culturas de exportação não estão disponíveis. As terras de arrendamento são os "perais". A terra dobrada e "suja" de pequenos proprietários destinados aos filhos destes. Neste sentido, as terras de todo o oeste catarinense (incluindo a Micro Região Colonial do Vale do Rio do Peixe) oferecem maiores oportunidades à arrendatários, inclusive pelas possibilidades de trabalho acessório como diaristas nas pequenas propriedades.



### 3.3.4 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA DO EXTREMO OESTE CATARINENSE DE 1940 AOS ANOS 60.

Historicamente, desde sua implantação no sul do Brasil, a pequena produção familiar vem se afastando dos paradigmas chayanovianos de estabilidade. Pelo contrário, a dinâmica da pequena produção sempre foi fortemente expansiva, gestando um desenvolvimento capitalista que progressivamente a domina.

Nesta situação concreta, a progressiva implantação de relações econômicas capitalistas no seio da economia sob bases camponesas é um processo que se dá simultaneamente em duas direções. De um lado, a economia capitalista, com suas estruturas econômicas se acerca da economia sob bases camponesas. Por outro lado, a própria economia sob bases camponesas, em sua dinâmica, gesta internamente suas próprias estruturas econômicas sob bases capitalistas e que se relacionam com as primeiras.

Estas duas estruturas econômicas, a capitalista englobante e a também capitalista gerada na dinâmica camponesa, estão organicamente ligadas. A implantação de relações econômicas capitalistas se desenvolve no relacionamento destas estruturas que somente como recurso analítico podemos separar. Neste sentido, o termo "economia camponesa" perde a razão de ser, pois trata-se de um processo de gênese e desenvolvimento de relações capitalistas que tem na sua base a pequena produção familiar.

O relacionamento destas estruturas, em seu desenvolvimento histórico no caso sul brasileiro, passa crescentemente ao domínio do grande capital financeiro, quer seja de origem local, nacional ou multinacional, porém mantém em sua base a pequena produção familiar. A título de ilustração,

se tomarmos uma empresa como a Souza Cruz, subsidiária da Inglesa British Tabaco, veremos que a quase totalidade da matéria prima que processa é produzida em pequenos estabelecimentos familiares a ela integrados. No entanto, a indústria do fumo em Santa Cruz do Sul é anterior a Souza Cruz, tendo surgido inicialmente com a fabricação artesanal de cigarros numa região onde o cultivo de fumo para a exportação se firmou como principal atividade comercial. Assim, o movimento de implantação de relações capitalistas sofre impulsos locais e externos.

Com a segunda fase de migração, iniciada em fins dos anos trinta e tomando maior impulso nas três décadas seguintes, operam-se grandes transformações na economia do extremo oeste catarinense, tendo em sua raiz a expansão da pequena produção familiar. Como vimos anteriormente, o número de estabelecimentos rurais triplicou na década de 40, atingindo em 1950 a 9.228 estabelecimentos e ocupando mais que o dobro da área. Logicamente a produção agropecuária aumentou em muito, não só pelo crescimento de número de estabelecimentos e da área ocupada, mas também pelo desenvolvimento das condições mínimas de comercialização. Para tal dois fatos foram de extrema importância. Primeiramente, na década de trinta deu-se a maturação dos projetos de colonização com a construção de estradas e a interligação do município de Chapecô ao Vale do Rio do Peixe onde passava a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Por outro lado tinha-se gestado uma pequena acumulação de capital comercial, inicialmente com o comércio de erva-mate e fumo e depois com a exploração da madeira.

O surgimento destas firmas comerciais têm diversas origens. Algumas surgiram em torno dos moinhos de trigo que além de ficarem com uma percentagem do trigo moído, compravam



e revendiam outros produtos junto aos pequenos produtores. Haviam ainda os freteiros que, inicialmente com cargueiros, depois com carroças e finalmente com veículos motorizados, corriam as propriedades comprando erva, fumo e outros produtos, indo revendê-los nas antigas colônias gaúchas. Algumas cooperativas de comercialização foram fundadas incentivadas principalmente por padres, ávidos em melhorar a sorte de seus laboriosos colonos, mormente de origem teuto-brasileira.

A atividade madeireira foi de grande importância para a melhoria da infra-estrutura comercial da região. A madeira beneficiada saída das serrarias não se prestava ao arrasto como as toras exportadas em balsas para a Argentina.

A atividade das serrarias passou a exigir a melhoria das estradas para o transporte de madeira em caminhões e promoveram uma certa acumulação de capitais aplicados em diversas outras atividades quando do exaurimento das reservas nativas.

Assim, muitos pequenos produtores após se desfazerem da serraria, utilizaram este capital para se tornarem comerciantes. Compravam um caminhão, ou utilizavam o que já possuíam, para o transporte de mercadorias localmente produzidas para centros compradores.

Em outros casos, esta intermediação local era feita por um pequeno produtor que dividia seu tempo entre a exploração de sua propriedade como agricultor e o transporte e comercialização da produção própria e de outros pequenos produtores.

Logo forma-se na região uma malha comercial. Nos distritos e lugarejos haviam os pequenos comerciantes, geralmente também agricultores. Estes compravam a produção local e levavam a centros maiores como Chapecô, Xanxerê, onde haviam os comerciantes maiores. Haviam duas principais rotas

comerciais. Até 1940 o extremo oeste era uma espécie de colônia comercial de centros gaúchos maiores como Santa Cruz do Sul, Guaporê e outras. A produção regional de fumo e erva-mate para lã era levada pelos chamados freteiros, espécie de intermediário entre os pequenos comerciantes locais e as grandes firmas processadoras. A segunda rota comercial, iniciada na década de 30 com a ligação rodoviária entre Chapecô e Joaçaba, por onde passava a estrada de ferro, tornou-se a mais importante já a partir dos anos cinquenta.

A alteração do fluxo comercial norte-sul para leste-oeste é reflexo de profundas mudanças econômicas ocorridas na região com a intensificação do fluxo migratório. O fluxo leste-oeste inicia-se com a comercialização da madeira processada nas serrarias. Logo passou a ser utilizado também para o abastecimento regional de produtos manufaturados vindos do eixo São Paulo-Rio. A economia no transporte era patente pois são apenas 180 Km de Chapecô a Joaçaba, acrescidos da vantajosa substituição da intermediação comercial gaúcha.

No entanto um dos motivos da substituição da rota comercial reside na crise da indústria fumageira gaúcha.<sup>31</sup>

A partir de meados da década de 40 os preços pagos aos produtores pelo fumo começaram a despencar. Os preços do fumo caíram cerca de 30% entre 1945 a 1950, e mantiveram-se baixo por quase duas décadas, só voltando aos níveis de 1945 em fins da década de 60, conforme demonstra a seguinte tabela compilada do estudo de Godinho (1980).

---

31 - Para maiores esclarecimentos sobre este processo, vide: GODINHO (1980). Opus cit.



TABELA 7

## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FUMO EM SANTA CRUZ DO SUL

PERÍODO	PREÇO MÉDIO DO FUMO (*) (Cz\$/tonelada)	VARIAÇÃO NO PREÇO MÉDIO
1945/49	3.412,49	-
1950/59	2.383,60	- 30,15
1960/69	2.533,56	+ 6,29
1970/73	3.607,72	+ 42,40

FONTES: Dados Brutos: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1971. F. E. E. Indicadores Econômicos do R. G. do Sul, Volume I, novembro/73; F. E. E. Ibidem. Volume I, 73. SUPLAG.

(\*) Preços de 1975. Deflator: Índice Geral de Preços, Coluna 2, Conjuntura Econômica, Volume 30, nº 3, março de 1976.

A produção de fumo em Santa Cruz do Sul cai quase à metade entre 1946 e 1950, sendo respectivamente de 12.368 toneladas e 6.873 toneladas, só retornando-se aos níveis de 46 também em fins da década de 60.

Entre Chapecô e Santa Cruz do Sul são aproximadamente 300 Km em linha reta, sendo então péssimas as condições de transporte entre as duas regiões. Esta situação prejudica a expansão do fumo no extremo oeste catarinense, incapaz de concorrer com a produção gaúcha, normalmente quando da queda dos preços.

O fumo, até então a mercadoria por excelência da colônia teuto-brasileira do município de Chapecô, não mais oferecia condições à expansão comercial da região empurrada por uma pequena produção em busca de oportunidades mercantis. Embora a produção de fumo experimente uma pequena expansão na década de 40, pois para muitos pequenos produtores significava a única cultura com possibilidade de comercialização, outros produtos tiveram uma expansão muito maior.

TABELA 8

## PRODUÇÃO DE FUMO NA M. R. C. O. C.

ANO	Nº DE ESTABELECIMENTO	% DOS ESTABELECIMENTOS	PRODUÇÃO (T)
1940	1.312	44,2	877
1950	1.673	18,2	1.619
1960	-	-	2.321
1970	6.379	12,0	5.077
1975	7.991	13,9	8.622
1980	3.766	5,7	4.670

FONTE: Censos Agropecuários - 40 a 80.

Vejamos alguns depoimentos que possam nos esclarecer a progressiva queda da importância econômica do fumo que só na década de 80 voltou a crescer substancialmente, porém em condições totalmente diferentes, como veremos mais adiante. Vamos buscar informações no município de Itapiranga onde era muito tradicional a cultura do fumo, hoje em dia reduzida a apenas algumas localidades.

"Eu fiz o primeiro dinheiro com fumo em folha. E depois soja não existia naquele tempo. Porcos não deu pra vender. Só tinha que engordar bem, começar a vender lá pra ganhar. A carne se podia vender, mas tinha que levar com cavalo ou nas costas até a cidade pra vender de casa em casa, perguntar quem quer carne. Era 200 e 300 réis o kilo.

(Vendia) pros comerciantes. Mas tinha que levar o fumo pra Popi ou senão pra cidade. Aqui na região quase não tinha. De Itapiranga eles levavam pra Santa Cruz. A maioria naquele tempo plantava fumo. Era o 1º dinheiro e a gente fazia um pouco. Porque, sabe, porco não dava pra vender, não tinha jeito. E banha também era barato.

(Comercialização de porco). Olha, isso não foi muitos anos depois não. Talvez foi dez anos após. (Década de 50). Aí já vinha... a gente podia vender. Tinha o açougueiro ali... Ele já comprava porco assim! Daí por diante começou... eu já levava os porcos pra outros. Aí nós começa



mo com o chiqueiro. (Antes criava solto em mangueira)... sim, depois tinha comprador. Eu sempre criei porco, sempre... A gente precisa também pro gasto. O colono que compra banha ou carne é uma vergonha".

(62, Linha Becker - Itapiranga).

"Primeiro eu plantei fumo de Estufa. (1946) Depois fumo de galpão...vendia pra Souza Cruz. Depois em vendi a estufa e comecei com fumo de galpão. Daí uns anos parei com o fumo. Eu na época vendia fumo pros freiteiros".

(50, Linha Teroro - Itapiranga).

De mero produto de subsistência, a criação de suínos torna-se a principal atividade econômica do município de Itapiranga. Em 1980<sup>32</sup> Itapiranga apresentou o maior rebanho suíno da MRCOC, com elevados índices técnicos, ficando em segunda <sup>o a</sup> nível estadual, só perdendo para o município de Concórdia no Vale do Rio do Peixe. A produção de fumo resiste ainda, concentrando-se na linha Soledade, quase no centro geográfico do município. Trata-se de pequenos produtores teuto-brasileiros que emigraram de Santa Cruz do Sul e que tradicionalmente nunca abandonaram esta cultura.

A substituição do fumo pelo suíno como principal atividade comercial dos pequenos produtores consolida-se no decorrer dos anos 40 e início dos anos 50. A criação de porcos para subsistência familiar era praticada tanto entre teuto-brasileiros quanto ítalo-brasileiros. Após 1940, ao contrário das duas décadas anteriores, a migração italiana predomina sobre a alemã, o mesmo acontecendo durante todo o período de colonização no Vale do Rio do Peixe. Isto se reveste de particular importância pois entre os italianos a cultura do fumo não era tradicional, dedicando-se estes a outras atividades.

Para melhor compreendermos as questões da mudança

32 - Naquele ano Itapiranga possuía 128.166 cabeças contra 110.288 de Chapecó e 278.156 de Concórdia, no Vale do Rio do Peixe. Fonte: Censo Agropecuário 1980.

da rota de comercialização e da substituição de produtos comerciais na agricultura do extremo oeste catarinense convém adentrar-nos um pouco no desenvolvimento da economia do Vale do Rio do Peixe.

Conforme relatos de Atílio Fontana, em seu livro de memórias, para o ano de 1923,

"Ali na colônia . (no atual município de Joaçaba) já havia uma criação apreciável de porcos, desenvolvida pelos lavradores, mas faltava mercado com prador na região".<sup>33</sup>

A existência desta produção soma-se a ligação ferroviária com o estado de São Paulo. A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que corta o Rio do Peixe em toda a sua extensão, permitia um escoamento fácil de excedentes locais para o principal mercado consumidor do Brasil. Desde logo surgiram comerciantes locais que compravam suínos junto aos lavradores e os comerciantes em Osasco e Itararé (São Paulo), trazendo em seu retorno muitos produtos manufaturados. O serviço de telégrafo podia facilmente informar as cotações dos produtos coloniais no mercado paulista. Atílio Fontana prossegue

"...a par de minha atividade como efardador, comecei a fazer pequenos negócios com suínos, comprando e vendendo lá mesmo com algum lucro... quando chegou 1924, eu já tinha uma importância razoável..."

e depois:

"...Comprava suínos em Bom Retiro (em Joaçaba) e ia negociá-los em Itararé".<sup>33</sup>

Com o intercâmbio comercial crescente com São Paulo, a produção local de Joaçaba passou a não mais suprir a

---

33 - FONTANA, Atílio. História de Minha Vida. Vozes, 1980, Petrópolis, p. 50.

34 - Idem. pg. 72.



demanda dos comerciantes ávidos por realizarem "bons negócios". Assim, conforme relatos do próprio Atílio Fontana, em fins da década de 20 a sua firma, já associada com capitais comerciais paulistas, comprava suínos desde caçador, mais ao norte, até Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.

A década de 30 marca a fundação de moinhos de trigo e os primeiros empreendimentos no sentido do processamento de suínos no Vale do Rio do Peixe. São frutos da associação de capitais locais, forjados no intercâmbio comercial com São Paulo. Esta centralização de capitais desloca muitos comerciantes da atividade suinícola, sem condições de competir <sup>em</sup> com os novos frigoríficos na compra de suínos. Pouco mais tarde, em 1943, sob o comando de Atílio Fontana criou-se a S. A. Indústria e Comércio Concórdia, rebatizada no ano seguinte como SADIA (S. A. Concórdia) e que veio a se tornar no maior conglomerado agroindustrial da Região, com incursões em outros setores como a aviação civil (Transbrasil). Antes da Sadia, foram criados a Perdigão S. A. e a Comércio e Indústria Pignoncelli, respectivamente em 1940 e 1942, ambas no Vale do Rio do Peixe.<sup>35</sup>

Ao contrário da Indústria Fumageira, o processamento industrial do suíno não era, naquela época, uma atividade oligopolizada a nível nacional, permitindo inicialmente a criação de diversos frigoríficos. A base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação comercial prévia calcada na pequena produção familiar. Se na fase meramente comercial a demanda por suínos extrapolou os limites do Vale do Rio do Peixe, a acumulação de capital agroindustrial elevou fortemente esta procura. O polo comercial e agroindustrial

---

35 - ALTMAN, Rubens. Analyse de la Filière de Viande Porcine dans L'Etat de Santa Catarina. Thèse de 3ème Cycle. Montpellier, Faculte de Droit et des Sciences Economiques, 1979. pg. 56.

do Vale do Rio do Peixe passou a interferir na economia de todo o oeste catarinense.

Estavam colocadas as bases para o fluxo comercial leste-oeste, bem como a suinocultura se firmou como a principal atividade agropecuária, comercial e industrial de todo o oeste catarinense. Assim inicialmente no município de Chapecó instalou-se um polo comercial de suínos que mantinha intercâmbio com o Vale do Rio do Peixe. Não tardaram a se fazer em Chapecó as condições para o início de uma acumulação agroindustrial. De fato, em 1952 fundou-se o Frigorífico da SAIC - Sociedade Anônima Indústrias Chapecó. Quatro anos mais tarde cria-se o frigorífico SEARA, no município de mesmo nome localizado entre Chapecó e Concórdia, no Vale do Rio do Peixe. Se agregarmos o Frigorífico Eliane pertencente à Cooperativa Central Oeste criado em 1969, temos o quadro das cinco grandes empresas agroindustriais de Aves e Suínos no oeste catarinense, formado pela Sadia, Perdigão, SEARA, SAIC e Coopercentral. Além destas empresas houve outras menores como a SAFRITA - S. A. Frigorífico Itapiranga - criada em 1962, a já citada Pagnocelli, além de outros menores que, como veremos mais tarde, foram progressivamente sendo incorporadas às cinco grandes.

Podemos caracterizar o período que vai do início da década de 40 até meados dos anos 60 como de uma efetiva integração de todo o oeste catarinense no espaço econômico nacional e de expansão capitalista na região. Temos, por um lado, a conclusão do processo colonizador e consolidação da pequena produção familiar como base da produção agropecuária e, por outro lado, temos a independização da região ante a economia colonial do Rio Grande do Sul, gestando uma forma autônoma de integração econômica nacional baseado na expansão capitalista agroindustrial.



6  
R1

As relações entre a agroindústria e a pequena produção familiar, embora orgânicas, não se dão ainda de forma mais estreita, havendo basicamente uma superposição comercial da primeira sobre a pequena produção familiar, não havendo maiores pressões a nível de processo produtivo sobre esta última.

11  
6  
55

Os dados da Tabela 9 evidenciam o enorme crescimento da suinocultura na MRCOC. O efetivo do rebanho foi multiplicado mais de 22,6 vezes entre 1940 e 1970. O efetivo médio por estabelecimento suinocultor dobrou entre 1940 e 1960, caindo na década de 60 devido ao surgimento de 24.899 novos estabelecimentos, dos quais 24.382 menores de 50 ha, ou seja, pequenos produtores para os quais, num primeiro momento, a suinocultura é principalmente uma atividade de subsistência. Este número voltou a aumentar no quinquênio 70-75, passando a 31,7 e a se estabilizando até 1980.

TABELA 9

EVOLUÇÃO DA SUINOCULTURA NA M. R. C. O. C.

ANO	EFETIVO	INFORMANTES	EFETIVO $\bar{X}$ PERCENT.	VENDIDOS NO ESTABELEC.	% DO EFETIVO	VENDIDOS	% DO EFETIVO	ÍNDICE ABATE + VENDA
40	- 55.431	2.683	20,6	25.369	45,8	-	-	-
50	- 243.444	9.228	26,4	39.549	16,2	-	-	-
60	- 644.520	15.790	40,8	85.093	13,2	-	-	-
70	- 1.253.779	46.728	26,8	166.753	13,3	569.392	45,41	100,0
75	- 1.599.788	50.424	31,7	<u>213.054</u>	13,3	1.035.596	64,73	169,6
80	- 1.818.173	57.335	31,7	<u>239.833</u>	13,2	1.865.411	102,6	210,5

FONTE: Censos Agropecuários de 40 à 80.



Na esteira da expansão da suinocultura vem a produção de milho, principal componente da alimentação de suínos.

TABELA 10

## PRODUÇÃO DE MILHO NA M. R. C. O. C.

ANO	INFORMANTES	QUANTIDADE (T)	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE
40	2.895	14.518	—	2,6
50	8.869	71.739	37.870	12,7
60	25.191	222.746	101.037	39,6
70	51.799	561.942	262.401	100,0
75	56.250	884.749	352.497	157,4
80	62.833	1.097.207	447.119	195,3

FONTES: Censos Agropecuários - 1940 à 1980.

Com a expansão das agroindústria e de sua infraestrutura comercial, estavam abertos os caminhos para a expansão de outras culturas como o feijão, a soja e o próprio milho.

A expansão da cultura do feijão como mais um produto com possibilidades comerciais à pequena produção está estreitamente ligada a expansão comercial e agroindustrial gerada pela suinocultura. A produção de feijão se eleva com seu cultivo consorciado com o milho destinado a alimentação de suínos. Na década de 60 o mesmo se iniciará com a soja. Paulatinamente abre-se o leque de atividades comerciais para a pequena produção e para a própria acumulação agroindustrial do capital.

Estamos no limiar de uma nova fase, do ponto de inflexão representado pelo meado da década de 60. Profun

das transformações se iniciam e as relações do grande capital com a pequena produção se transformam, com grandes reflexos sobre esta última. Antes de avançarmos no estudo da dinâmica assumida pela pequena produção no oeste catarinense a partir de meados dos anos 60, faz-se necessário algumas mediações relativas ao novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil implantado pōs 64 e seus reflexos sobre a agricultura.



PARTE III

ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL E AFLORAMENTO DAS  
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO

## CAPÍTULO IV

### A EXPANSÃO AGROINDUSTRIAL PÓS 64 E AS TRANSFORMAÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

"As categorias são formas de ser, determinações da existência"...

Karl Marx

Quando, no capítulo I, propomos uma ontologia do campesinato, afirmamos que a pequena produção familiar presente na M.R.C.O.C. apresenta uma diversidade interna, existindo desde o "sem terra" até o produtor familiar modernizado e que a compreensão desta diversidade não se coaduna com uma concepção estática do campesinato como dotado de determinadas características que lhe são inerentes.

Não se trata de negar as especificidades da produção camponesa no seio do capitalismo, mas sim de retirar dessas "especificidades" o atributo de "inerentes" à pequena produção familiar" e dar-lhes a devida historicidade.

Assim, a pequena produção familiar não é um ser acabado, mas em processo.

Não apresenta determinações inerentes, mas historicamente definidas. A diversidade camponesa nos remete ao processo camponês, a sua dinâmica histórica.

É resgatando este processo que encontraremos o ne



xo comum, a unidade na diversidade.

A análise empírica da M.R.C.O.C. revela uma forma de desenvolvimento capitalista na agricultura que não teve como paradigma as formas clássicas do assalariamento capitalista. Pelo contrário, desenvolveu-se um estreitamento de relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria processadora de matéria prima e que tem nos sistemas de integração de suínos e aves a sua forma atual mais desenvolvida.

A compreensão desta forma mais desenvolvida de relação capital/pequena produção passa por uma análise ontológica. Ou seja, a partir da forma mais desenvolvida nos remetemos a sua gênese e aos desdobramentos deste processo até a situação atual, resgatando, concomitantemente, as determinações históricas da pequena produção e suas transformações e diversidades - e a forma assumida pelo desenvolvimento capitalista. Assim temos uma base analítica da pequena produção enquanto processo, bem como das formas de dominação do capital também enquanto processo.

Esse duplo resgate é possível em função da ligação orgânica entre a produção familiar e a grande agroindústria capitalista na micro Região Colonial Oeste Catarinense.

#### 4.1 - A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL E PEQUENA PRODUÇÃO NO OESTE CATARINENSE

Abstraindo-se da produção de fumo, as margens do Rio Uruguai, do estrativismo da madeira e da erva-mate, atividades que não possibilitaram de "per-si" um maior desenvolvimento econômico, o desenvolvimento da suinocultura nos possibilita uma melhor etapização, como recurso analítico, da evolução das relações entre Capital e Pequena Produção na Região. Propomos então quatro fases que se ~~se~~ direcionam para o estreitamento destas relações e crescente domínio do Capital sobre a

Pequena Produção.

As três primeiras fases tratam de uma sistematização dos Capítulos II e III, sendo a quarta a última, o objeto central deste trabalho.

#### 4.1.1 - AS QUATRO FASES DA RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E PEQUENA PRODUÇÃO NO OESTE CATARINENSE.

1. Produção de subsistência e gestação do Pequeno Capital Comercial. Esta fase, que ~~x~~ grosso modo podemos considerar como indo do início da colonização até meados da década de 30, é marcada pelo esforço da economia local em estabelecer ligações comerciais com a economia englobante. Como vimos, a pequena produção que se localiza no Oeste Catarinense ~~x~~ já ti vera experiências anteriores com uma agricultura mercantilizada e a volta a uma agricultura de subsistência ~~x~~ foi reflexo da quase inexistência de oportunidades comerciais naquele período.

No entanto, desde logo acumularam-se pequenos capitais gestados na comercialização de excedentes da produção de subsistência das unidades familiares e na intermediação de produtos industriais para estas.

A essência desta relação, melhor caracterizada no caso da suinocultura, reside no fato de que apenas os excedentes da produção familiar eram comercializados, pouco alterando o quadro de produção de subsistência. O desconhecimento de um referencial de preços relativos tornaram os pequenos produtores presas fáceis dos comerciantes mais ávidos. Contudo, a fertilidade de terras quase virgens, bem como a relativa abundância destas, não colocara maiores problemas à reprodução da unidade familiar, mesmo considerando a transferência de excedentes em suas relações comerciais.

2. O Crescimento do Capital Comercial e sua expan



são em busca de excedente camponês.

Nesta segunda fase, a qual se estende de 1935 até 1945, ocorre, ~~X~~ grosso modo, uma expansão da base geográfica de atuação de capitais comerciais, <sup>com o</sup> como crescimento destes. A suinocultura se afirma como principal atividade comercial da região, integrando-se economicamente ao espaço econômico regional. A nível de relação entre capital mercantil e pequena produção, esta fase pouco se difere da situação anterior. No entanto, se reveste de particular importância por ter integrado um número crescente de novas unidades familiares no ciclo comercial e promovido o desenvolvimento da rota comercial leste-oeste. Igualmente nesta fase houve uma certa concentração de capital que permitiram <sup>iu</sup> o desenvolvimento posterior da economia da região.

3. Surgimento do Grande Capital Agroindustrial e mercantilização de Produção Camponesa.

Compreendido entre o período de 1945 e 1965, esta fase é marcada pelo surgimento dos grandes frigoríficos processadores de suínos.

A concentração e centralização de capitais comerciais culminou com a criação dos primeiros frigoríficos na década de 40, se multiplicando até a década de 60. Nesta fase a região já estava definitivamente integrada na divisão nacional do trabalho, fornecendo carne suína e subprodutos, bem como excedentes de grãos, mormente feijão. Se nas duas fases anteriores havia apenas a comercialização do excedente sobre o consumo por parte do pequeno produtor, nesta fase dá-se a mercantilização de determinados segmentos da produção camponesa~~X~~.

Os suínos e depois o feijão passam a ser produzidos tendo em vista já a sua comercialização e não mais para

a simples subsistência.

A demanda por matéria prima por parte dos frigoríficos não mais pode ser suprida apenas por eventuais excedentes. Para o pequeno produtor, a existência de um mercado comprador seguro <sup>o</sup> representa a oportunidade de se inserir no ciclo comercial, de dar vazão às suas aspirações de reprodução familiar bem como de ter acesso às facilidades da vida moderna.

Esta alteração quantitativa e qualitativa da produção de suínos não se colocou simplesmente como uma imposição do capital, mas atende <sup>m</sup> aos próprios interesses de uma pequena produção em busca de oportunidades comerciais. Para a maioria das novas unidades familiares criadas após 1940, a suinocultura logo se tornou a atividade comercial por excelência, não exigindo maiores investimentos, já que os suínos podiam ser perfeitamente alimentados com o milho e outros produtos produzidos internamente.

Para as colônias, próximo ao Rio Uruguai, o suíno foi um excelente substituto a decadente cultura do fumo.

As relações entre a pequena produção e os frigoríficos tornaram-se mais orgânicas, porém entre estes interpunha-se ainda a intermediação de Capitais Comerciais que absorvia <sup>m</sup> parte do excedente camponês. No entanto, paulatinamente, diminuem as possibilidades da intermediação absorver excedentes da <sup>frigoríficos</sup> a pressão dos grandes frigoríficos. Estes passaram a centralizar o comércio de suínos, dominando-o quase completamente em apenas duas décadas. Como veremos mais tarde, tal fato não significou o desaparecimento da intermediação, porém alteraram-se suas funções.

Como maiores transformações desta fase temos a definitiva inserção da pequena produção no ciclo mercantil com o suíno tornando-se uma mercadoria por excelência.



Tal fato constituirá a base dos desdobramento posteriores da relação pequena produção e Capital Agroindustrial.

4. Processo de Monopolização do Capital agroindustrial e a modernização seletiva do pequeno produtor mercantilizada.

Esta fase, iniciada em 1965 e em pleno vigor, aponta transformações profundas na pequena produção familiar, não só na base técnica do processo produtivo, mas na própria organização da unidade familiar e suas relações com o capital agroindustrial.

O grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção, tendo nela sua determinação última. Como grande catalizador deste processo temos a interferência do Estado, propiciando a expansão da capacidade produtiva de todo o sistema.

Os capitais agroindustriais locais conformam monopólios e grandes conglomerados econômicos e passam a comandar a produção de suínos e aves a nível nacional.

Passaremos agora à análise mais detalhada desta nova fase nas relações entre grande capital agroindustrial e a Pequena Produção.

#### 4.2 - AS BASES DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO OESTE CATARINENSE PÓS-1965

O surgimento do Capital Comercial no Oeste Catarinense e sua centralização em grandes frigoríficos se inscreve na própria dinâmica da pequena produção familiar local em busca de oportunidades mercantis.

O Oeste Catarinense se integra na divisão social do trabalho a nível nacional como centro produtor de carne suína e seus derivados e a partir da década de 70 também de

carne de frango.

Na esteira destes produtos, a região aparece como produtora de feijão, milho e soja, embora estes dois últimos se destinam principalmente a sua transformação local em carne de suínos e frangos.

O desenvolvimento da acumulação capitalista na região, não ocorreu na forma de um enclave. Pelo contrário, assumiu os contornos de uma gênese progressiva de relações capitalistas através do desenvolvimento de potencialidades mercantis da economia local e seu concomitante entrelaçamento com a economia capitalista englobante.

O capital de origem local teve e tem nas suas relações com a pequena produção familiar, a base primeira de expansão.

É nesse sentido que damos à economia capitalista do Oeste Catarinense o atributo de ter uma base camponesa. Ou seja, trata-se de uma forma particular de acumulação capitalista baseada na acumulação industrial de mais-valia e na "extração sistemática com o excedente camponês".

Esta forma particular de acumulação capitalista, respeitados os devidos processos históricos, de forma alguma é particular ao Oeste Catarinense, sendo encontrada em outras regiões do Brasil como a fumicultura no Rio Grande do Sul e no Sul de Santa Catarina<sup>e</sup> a vitivinicultura no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul.

A expansão dos grandes frigoríficos no Oeste Catarinense teve na capacidade produtiva da pequena produção uma de suas determinações básicas.

Até meados da década de 60 a expansão da demanda por suínos - terminados por parte dos grandes frigoríficos era suprida por um mecanismo básico. A ocupação da fronteira agrí



cola multiplicava o número de unidades produtivas familiares cujo processo de mercantilização proporcionava uma oferta crescente de suínos terminados. Assim, conforme a Tabela 9 ( capítulo III) o número de estabelecimentos rurais com produção de suínos na M.R.C.O.C. passou de 2.683 em 1940 para 46.728 em 1970, e de uma produção quase que exclusivamente de subsistência em 1940, em 1970 foram vendidos 569.392 suínos, o que equivale a 45,41% do plantel e 77,3% da produção total naquele ano.

Neste período, que, ~~a~~ grosso modo, constitui a fase terceira de nossa etapização da economia do Oeste Catarinense, as relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria eram praticamente comerciais, <sup>no</sup> ~~no~~ entanto guardam uma profunda transformação em relação as fases anteriores.

Nesta fase, o pequeno produtor familiar se mercantiliza efetivamente. Não mais trata-se de uma comercialização eventual de excedentes, mas sim de uma produção sistemática de mercadorias.

Por parte do pequeno produtor, a reprodução familiar passa concomitantemente pela produção interna e interação com o mercado.

Esta vinculação sistemática com o mercado traz consigo uma série de implicações. A produção familiar passa a sofrer sanções sociais e como toda e qualquer produção de mercadorias no modo de produção capitalista, torna-se vulnerável a crises, é afetada por diferenças de produtividade, de fertilidade natural, etc.

Contudo, gostaríamos de ressaltar um aspecto essencial. Sob o capitalismo toda produção de mercadorias é ao mesmo tempo produção de excedentes.

Assim a expansão dos frigoríficos até meados da década de 60 era assegurada pela produção sistemática de mercadorias (suínos) por parte de um número crescente de unidades familiares e pela expropriação de parcela do excedente desta produção, somada à própria acumulação industrial.

No entanto, a partir de meados da década de 60<sup>x</sup> alteram-se as condições de reprodução da pequena produção do Oeste Catarinense, alterando-se também as condições de reprodução ampliada dos capitais agroindustriais organicamente a ela<sup>x</sup> vinculada<sup>x</sup>. Nesta década já haviam se consolidado grandes frigoríficos de <sup>expressão</sup> expansão regional, reunindo capitais suficientes para uma acumulação ainda maior. Todavia a expansão horizontal, forma ocorrida nas três décadas anteriores, começava a dar sinais de exaustão.

Com o fechamento da fronteira agrícola no Oeste Catarinense encerrava-se também a entrada nas novas unidades produtivas no ciclo mercantil. Da mesma forma, a mercantilização crescente das unidades familiares tinha na capacidade produtiva destas o seu ponto de estrangulamento, bem como a baixa produtividade do trabalho nas unidades familiares proporcionava cada vez menos excedentes possíveis de serem acumulados pelas agroindústrias.

Historicamente se colocava a necessidade de profundas alterações na economia do Oeste Catarinense para o prosseguimento da acumulação capitalista e que, devido às peculiaridades locais, necessariamente passam por uma alteração qualitativa nas relações entre capital e pequena produção familiar, a fim de permitir uma nova forma de ampliação da capacidade produtiva desta última.

A pequena produção familiar ao se mercantilizarse tornou a ter sua reprodução cada vez mais determinada por suas relações externas. Claro está que os grandes frigoríficos re



gionais logo se tornaram os polos dominantes destas relações, manipulando-as em prol de suas necessidades de acumulação de capital. Assim, a interferência no processo produtivo camponês é um pressuposto já implícito na dominação comercial precedente. Isto se coloca menos como uma contingência econômica do que como corolário lógico da dinâmica da economia do Oeste Catarinense.

Para a consolidação da nova fase nas relações entre a Agroindústria e a pequena produção familiar concorreram processos regionais, nacionais e internacionais, determinando a forma assumida por estas relações.

A nível mundial, no pós guerra a agricultura torna-se um elo fundamental para a reprodução ampliada do grande capital internacional, como consumidora de insumos modernos, fornecedora de matérias primas e alimentos, bem como campo para aplicação de capitais. A nível de terceiro mundo, tal se consubstanciou na chamada "revolução verde", proposta norte americana de solução para os problemas da fome no mundo através de aumentos substanciais da produção agropecuária nos países menos desenvolvidos.

Em síntese, a "revolução verde" baseava-se num tripé tecnológico. Através de pesquisas genéticas desenvolveram-se variedades animais e vegetais mais produtivas. Não por acaso, para propiciarem suas altas produtividades demandam uma vasta gama de insumos e produtos industriais. Portanto, a agroindústria fornecedora de insumos e máquinas constitui a segundo base do tripé, completado pelos sistemas de extensão rural encarregados de disseminar nos campos esta nova base tecnológica.

A partir do final dos anos 50, transfere-se para o Brasil parte da produção de insumos e máquinas modernas, até

então importados, conformando-se o complexo agroindustrial brasileiro. Paralelamente surgia a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, conhecida como sistema ABCAR. Tendo iniciado em 1948 em Minas Gerais sob os auspícios e financiamento direto da AIA (International Association for Economic and Social Development, criado em 1946), as ACARs se espalharam por todos os estados brasileiros, sendo que em 1956 foi criado a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina).

A ação destas associações consiste basicamente em levar ao campo as modernas tecnologias, auxiliando no planejamento agrícola e desenvolvendo projetos para fins de concessão de crédito rural aos agricultores, além de outras atividades correlatas.

A política econômica adotada para a agricultura por parte de sucessivos governos militares é matéria <sup>bastante</sup> constante discutida na literatura brasileira.<sup>1</sup> Com a ascensão de forças conservadoras adota-se uma política de modernização da agricultura brasileira sem tocar no problema da terra. Pelo contrário, adotaram-se medidas que redundaram num agravamento do problema da terra no Brasil.

O sistema nacional de crédito agrícola, criado em 1967, tornou-se o principal instrumento de política agrícola do Estado. Fornecendo crédito a juros subsidiados e por vezes a taxas reais negativas, este sistema foi criado com o fito de modernizar a agricultura brasileira, tornando-a capaz de oferecer quantidades crescentes de alimentos a preços mais baixos, bem como proporcionar excedentes agrícolas exportáveis que carreassem divisas para o país. Atendeu basicamente a dois inte

---

1 - Para maiores conhecimentos vide:

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agroindústria no Brasil. São Paulo, Ícone Editora, 1985 e Silva (1980). Opus Cit.



resses. Por um lado forneceu à grande exploração crédito barato. Sendo a posse da terra condição para o acesso ao crédito subsidiado, logo tornou-se também um mecanismo gerador de uma maior concentração fundiária.

Não é de se estranhar, pois, que o grosso do montante total de crédito agrícola concedido no Brasil se destine a grande exploração dedicada a produção de cana-de-açúcar, café, soja e outros produtos exportáveis. Por outro lado, a agricultura brasileira, pouco capitalizada, carecia de recursos para fazer face aos investimentos necessários a sua modernização. Tal gerava problemas à realização da crescente produção do complexo industrial gestado no Brasil. O crédito agrícola consolidou o mercado comprador para o grande capital agroindustrial produtor de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil pôs 64 privilegiando a formação de setor de bens de consumo duráveis, consolidando a classe média brasileira como mercado para estes produtos. Embora venha sendo gradativamente alijada dos benefícios conquistados na década de 70, principalmente a partir da crise dos anos 80, a classe média constituiu-se num excelente mercado consumidor para produtos alimentares mas sofisticados e industrialmente processados.

Alargaram-se, pois, as possibilidades de consumo de produtos do Oeste Catarinense como frescais, salames, defumados, fiambres e tec.

A nível regional, concluiu-se na década de 60 o processo de colonização da região Oeste Catarinense. À pequena produção familiar não mas eram dadas condições para sua reprodução com base no acesso à novas terras. Da mesma maneira estava consolidada nesta década uma complexa rede mercantil e

agroindustrial envolvendo os pequenos produtores. Estes, devido a sua crescente mercantilização estavam cada vez mais sujeitos às sanções sociais.

Assim sendo, as pequenas unidades familiares são forçadas a adotarem novas estratégias de reprodução, conjugando suas especificidades internas com suas relações externas. Este processo de transformação das pequenas unidades familiares é cada vez mais determinado por suas relações externas. Ou seja, o domínio crescente do capital agroindustrial, embora não absoluto a ponto de prescindir das especificidades internas da pequena produção, estreita sistematicamente o leque de estratégias possíveis de serem adotadas pelas unidades familiares em sua reprodução.

Se o desenvolvimento da pequena produção no oeste catarinense gestou capitais comerciais e agroindustriais locais, a partir dos anos 60 estavam estabelecidas as bases para o capital comandar o processo, determinando os desenvolvimentos ulteriores da pequena produção e transformando-a segundo suas necessidades de acumulação ampliada. Os grandes frigoríficos locais se consolidaram como capitais hegemônicos locais para na década seguinte tornarem-se grandes conglomerados econômicos de expressão nacional.

#### 4.3.3 - A EXPANSÃO DOS GRANDES FRIGORÍFICOS

Conforme vimos no Capítulo V, o surgimento dos grandes frigoríficos no oeste catarinense iniciou-se na década de 40 com a concentração e centralização de capitais acumulados na comercialização de suínos para São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, na década de 40 surgem 3 grandes frigoríficos às margens da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.



TABELA 11  
FUNDAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE CATARINENSE

FRIGORIFICO	ANO DE FUNDAÇÃO	LOCAL	MICRO REGIÃO
1. Perdião S/A Comércio e Indústria	1940	Videira	(CRP)
2. Com e Ind. Saulle Pagnoncelli	1942	Joaçaba	(CRP)
3. Sadia-Concórdia S/A	1944	Concórdia	(CRP)
4. S/A Ind. Com. Chapecõ SAID	1952	Chapecõ	(COC)
5. Frigorífico SEARA	1956	Seara	(CRP)
6. S/A Frigorífico Itapiranga	1962	Itapiranga	(COC)
7. UNIFRICO S/A Ind. e Com.	1963	Solto Veloso	(CRP)
8. Indústrias Reunidas Ouro S/A	década de 60	Ouro	(CRP)
9. Cooperativa Central Oeste Catarinense	1969	Chapecõ	(COC)
10. Frigorífico São Carlos FRISCAR	1975	São Carlos	(COC)

Fonte: ALTMANN, Rubens (1979) p. 56

Cadastro Industrial de Sta. Catarina - ano III

Este polo inicial comercial e industrial passou a fomentar a suinocultura em todo o oeste catarinense. Como vimos, o suíno tornou-se o principal produto comercial da região dando oportunidade à pequena produção familiar de manter vínculos mais estreitos com o mercado.

A partir da década de 40 a produção de suínos expande-se em direção ao oeste. Conforme a Tabela 9 (Capítulo III), o efetivo do rebanho suíno na MRCOC é multiplicado quase 4,5 vezes na década de 40 e cerca de 2,5 vezes na década de 50. Paralelamente, o número de suínos abatidos nos estabelecimentos para consumo próprio ou para pequenas vendas locais cai de 45,8% do efetivo total para 13,2% nesses vinte anos, permanecendo neste patamar nos vinte anos seguintes.

Tal indica a crescente destinação comercial deste projeto. Ou seja, a produção é elevada para muito além das necessidades de consumo familiar.

Com o estabelecimento do fluxo comercial leste-oeste gestam-se novas oportunidades de intermediação comercial. Assim, na década de 50 surgem dois novos frigoríficos, um em Chapecô e outro no município vizinho de Seara, ambos originados de fusões de capitais comerciais locais.

Este movimento de expansão continua nos anos 60, quando dobrou a produção suinícola da região. Surgem então quatro novos frigoríficos, sendo um em Itapiranga (fronteira com a Argentina) e outro em Chapecô. Os outros dois são criados na MRCRP mais ao norte do polo inicial.

A SAFRITA S/A Frigoríficos Itapiranga, teve seu capital social formado por associações de capitais comerciais locais. Quando de sua criação foi promovida uma campanha local conclamando os próprios suinocultores a subscreverem ações ordinárias do frigorífico. A Coopercentral, um pool



de cooperativas singulares lideradas pela Cooperalfa, é criada em 1968 para a compra de um pequeno frigorífico em estado falimentar no município de Chapecô.

Com estas novas empresas estava criada a base agro industrial de suínos no oeste catarinense.

Surge, na década de 70, apenas um novo frigorífico em São Carlos (COC). Pelo mapa 3 podemos perceber a distribuição geográfica dos frigoríficos, partindo do polo inicial—Concórdia, Joaçaba e Videira — e se estendendo a oeste, margeando o Rio Uruguai e a Nordeste, no Vale do Rio do Peixe.

TABELA 12

## ABATE SIF DE SUINOS EM SANTA CATARINA

A N O	ABATE EM NÚMERO DE CABEÇAS				
	SANTA CATARINA	OESTE CATARINENSE	%	M.R.C.O.C.	%
1945	480.000	-	-	-	-
1950	440.000	-	-	-	-
1960	617.000	-	-	-	-
1970	943.822	756.935	80	185.630	19,6
1971	1.086.583	933.186	86	262.541	24,1
1972	1.050.799	895.350	85	244.539	23,2
1973	1.108.042	942.536	85	247.986	22,3
1974	1.114.577	947.875	85	278.581	25,0
1975	1.335.132	1.128.144	84	306.404	22,9
1976	1.552.318	1.314.904	84	415.228	26,7
1977	1.449.589	1.298.073	89	374.160	25,8
1978	1.999.346	1.650.045	82	456.424	22,8
1979	2.297.505	-	-	-	-
1980	3.045.446	-	-	-	-
1982	2.951.793	2.610.595	88	873.221	29,2
1983	3.494.641	3.046.341	87	1.076.701	31,4
1984	3.260.641	2.955.792	90	1.046.446	32,1
1985	3.519.341	* 3.167.406	90	-	-

FONTES: Ministério da Agricultura - SIPA

Associação de Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina.

(\*) Estimativa.



#### 4.3.1 - AS 5 GRANDES

A partir de meados dos anos 60, a produção agroindustrial do Oeste Catarinense experimenta grande expansão. O abate de suínos (S.I.F.) quadruplica entre 1970 e 1984, sendo que o abate de aves, praticamente inexpressivo no início deste período, torna-se responsável por cerca de 26% da produção nacional em 1984. Neste ínterim, capitais locais se firmaram como grandes conglomerados nacionais e a suinocultura e a avicultura regional foram dominados por algumas grandes empresas.

Claro está<sup>x</sup> que a expansão da capacidade produtiva dos frigoríficos está ligada a concomitante expansão produtiva da pequena produção. Para tal, necessário se fez a alteração de relações entre agroindústria e a pequena produção. Por ora, procuraremos traçar um perfil destes grandes conglomerados agroindustriais, para a seguir retornarmos as alterações das relações sociais subjacentes.

Atualmente<sup>x</sup> a produção e processamento de suínos e aves no Oeste Catarinense - se estendendo também ao alto Uruguai Gaúcho e ao Sudeste do Paraná - é dominado por cinco grupos econômicos: grupo Sadia; grupo Perdigão; grupo Seara Frigorífico Chapecô e Coopercentral.

##### 4.3.1.1 - GRUPO SADIA

Criado em 1944, o grupo Sadia iniciou suas atividades com um frigorífico com capacidade de abate de 200 suínos por dia e com um moinho de trigo com capacidade para 24 toneladas dia. Já no ano seguinte este frigorífico abatia 34.902 suínos.<sup>2</sup>

2 - CEAG/S.C. Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em Suínos e Aves em Santa Catarina. Florianópolis, CEAG/S.C. 1978. p. 69.

Ao contrário da situação atual, a banha era o principal produto, sendo exportado por via férrea.

A ligação de Concórdia a São Paulo demorava cerca de 15 dias, o que inviabilizava o transporte de determinados produtos suinícolas.

Na década de 50, o grupo Sadia experimenta forte expansão. Associado a capitais Gaúchos cria o moinho do Lapa Ltda em São Paulo, adquirindo mais tarde a totalidade do capital social da empresa com capacidade para processar 280 toneladas/dia de trigo. Em 1955 e 1956 o grupo cria suas próprias distribuidoras comerciais respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Visando atender cada vez mais concorrencial e exigente mercado do Centro Sul, já na década de 50 o grupo Sadia introduz na suinocultura do Oeste Catarinense a Raça norte americana de suínos Duroc Jersey, de pelagem vermelha, com maior aptidão para a produção de carne. Concomitantemente envia técnicos ao exterior que, em seu retorno, passam a ministrar cursos aos suinocultores escolhidos para criarem a nova raça. São os primórdios do sistema de integração de pequenos produtores adotado de forma mais sistemática na década seguinte.

A impossibilidade de transporte ferroviário para produtos mais perecíveis - frescos como: presuntos, linguiças, mortadelas e outros - fez com que o grupo Sadia adentrasse no setor de aviação civil em 1953, alugando aviões para o transporte destes produtos. Em 1955 a Sadia S.A. transportes aéreos obtem seu registro junto ao ministério da aeronáutica, favorecido pela ascensão à presidência do senador Catarinense Nereu Ramos - aliado político do então presidente do grupo Sadia, Atílio Fontana - quando da crise polí



tica que envolveu a posse do presidente eleito Juscelino Ku bitschek. Na década de 60 esta empresa aérea adquire expressão nacional sob o nome de Transbrasil.

No início da década de 60 o grupo Sadia diversifica suas atividades incursionando também no setor avícola, com a produção própria de frangos.

Em 1964<sup>x</sup> a Sadia cria o departamento de fomento ao pequeno produtor rural. Em 1969<sup>3</sup> já existiam 1.200 unidades familiares integradas produtoras de suínos. Ainda em fins da década de 60 desenvolve também o departamento de fomento e avicultura, contando em 1970 com 134 unidades familiares integradas. Paralelamente, a Sadia entra no setor de rações e concentrados, fornecendo estes produtos a seus integrados.

A partir de 64 o grupo Sadia expande sua atividade de frigorífica fora do estado de Santa Catarina, criando a Companhia Brasileira de Frigoríficos - Frigobras - em São Paulo e com uma filial em Toledo (Pr). Em 1974 funda a Sadia Oeste S/A Indústria e Comércio, localizada próximo a Cuiabá (MT) com capacidade para 1.200 bois/dia. Em 1967 é criada a SADIAL - Sadia Comercial Ltda, encarregada da distribuição nacional dos produtos Sadia.

Em 1971 nasce a Sadia Avícola S/A em Chapecô, operando no abate de perus e frangos e na produção de rações e concentrados.

<sup>em 1972</sup>  
Dois anos mais tarde, é constituída a SADIA Agro Pastoril Ltda, no município de Xanxerê, empreendimento com mais de 2.000 matrizes de alta linhagem. Os leitões aí produzidos são terminados em unidades familiares integradas e

3 - SEAS/SC (1978). Opus Cit. p. 68.

se destinam a elaboração de produtos de alta qualidade.

Em 1978 a Sadia Agro Pastoril associa-se a empresa canadense Hybrid Co., formando a Hybrid Agro Pastoril Ltda, encarregado de produzir perus e galinhas matrizes que fornecerão as aves para posterior abate.

Logo a seguir, a Sadia entra na produção de óleos vegetais, adquirindo uma indústria esmagadora de soja em Joaçaba (C.V.R.P.). E o processo de expansão não para aí.

Findo o exercício de 1985, o grupo Sadia é um conglomerado de 25 empresas que, com suas filiais, perfazem 92 unidades espalhadas por 15 estados brasileiros, atuando também no comércio internacional, em seguros, hotelaria, processamento de dados e etc.

Excluindo a Transbrasil, neste exercício o grupo apresentou um capital social de Cr\$ 639.207.158.000, com um patrimônio líquido total de Cr\$ 3.365.069.719.000 e apresentando um lucro operacional de Cr\$ 1.383.300.855.000. Em 1985 realizou exportações no valor de Us\$ 262 milhões.<sup>4</sup>

Neste ano o Grupo Sadia comandava um exército de 21.922 funcionários, além de 13.928 avicultores integrados e 11.391 suinocultores também integrados. Em 1984 os 2 frigoríficos da Sadia em Santa Catarina abateram 692.228 suínos e 91.217.144 aves, correspondendo respectivamente a 21,2% e 37,3% do abate SIF do estado.

#### 4.3.1.2 - PERDIGÃO

O grupo Perdigão é o 2º maior conglomerado agroindustrial da Região, tendo surgido em 1940 no município de

---

4 - SADIA - Relatório Anual - 1985. São Paulo, 1986.



Videira, atuando também inicialmente no processamento industrial de suínos. Com uma evolução econômica discreta até 1970, a partir daí o grupo vem apresentando forte dinamismo econômico.

A partir dos anos 70, o Perdigão seguiu os passos de sua congênere Sadia, adotando o sistema de produção integrada de suínos e aves e diversificando suas atividades.

Assim, em 1980, o grupo Perdigão controlava 24 empresas na área de frigoríficos, rações, óleos vegetais, avicultura, fruticultura, reflorestamento etc.

Em 1970, com seu frigorífico em Videira, o Grupo Perdigão era responsável por 16% do abate SIF de suínos em Santa Catarina <sup>5</sup>. A partir deste ano, o grupo Perdigão além de elevar a capacidade produtiva de seus frigoríficos, passou a incorporar frigoríficos menores as voltas com problemas financeiros quando das crises cíclicas da suinocultura. Assim, durante a crise do suinocultura dos anos 76 e 77, o grupo Perdigão absorveu a Unifrico S/A Indústria e Comércio de Salto Veloso (C.V.R.P.) responsável pelo abate de 30.248 suínos em 1977, ou seja 2,1% do abate SIF estadual.<sup>6</sup>

Novamente, quando da grande crise de suinocultura no Sul do Brasil, ocorrida entre 1981 e 82, o grupo Perdigão absorveu os frigoríficos Saulle Pagnocelli de Herval d'oeste e Indústrias Reunidas Ouro S/A de Capinzal que em 1982 foram responsáveis pelo abate de 203.197 suínos, ou seja 6,8 do abate SIF estadual, e 37.225.265 frangos correspondendo a 17,7% do abate SIF estadual.<sup>7</sup>

5 - Altmann (1979) Opus Cit. P. 234

6 - Idem. p. 234

7 - Dados obtidos junto aos boletins da associação de indústrias de carnes e derivados no Estado de Santa Catarina, 1982.

Mais recentemente, a Perdigão absorveu a Granja Suelly, pequeno frigorífico de abate de aves em Criciúma, Sul de Santa Catarina.

Assim, por crescimento e absorção de novas empresas o grupo perdigão ~~foi~~ responsável pela maior parcela de abate SIF de suínos em Santa Catarina, com 28,2% do total, perfazendo 917.970 cabeças, bem como ~~foi~~ o segundo em abate de aves, com 34,2% do total.<sup>8</sup>

Em 1985, o grupo Perdigão adquiriu a Borella S/A Indústria e Comércio, do vizinho estado do Rio Grande do Sul que atua no abate de suínos e aves, no esmagamento de soja e produção de rações e concentrados.

A Perdigão S/A Comércio e Indústria, empresa Holding do grupo controla onze empresas agroindustriais.

Em 1985<sup>x</sup> estas empresas abateram 107.100.619 aves, 1.040.950 suínos e produziram 90.524.507 pintos de um dia. Fim do este exercício, a empresa Holding apresentou um patrimônio líquido consolidado de Cr\$ 1.098.991.321.000 para um capital realizado de Cr\$ 1.098.991.321.000. Com uma Receita Operacional Bruta consolidada de Cr\$ 2.380.674.000 e lucro operacional de Cr\$ 20.724.963, realizou exportações no valor de Us\$ ..... 86.875.000.

#### 4.3.1.3 - GRUPO SEARA

O grupo Seara Industrial surgiu em fins dos anos 70. Havia inicialmente o frigorífico Seara S/A (CRP) surgido na década de 50 e que em 1978 respondia por 7,2% abate SIF de suínos em Santa Catarina.<sup>9</sup>

8 - Idem <sup>x</sup>. 1984.

9 - Altmann (1979). Opus Cit. p. 234.



No ano seguinte, o frigorífico Seara é absorvido pe Ceval Agroindustrial S/A. Esta é uma subsidiária para investimentos ligados a agropecuária do conglomerado Industrial Hering de Blumenau, que atua tradicionalmente no ramo de têxteis, confecções e comércio exterior.

É formada então a Seara Industrial S/A com sede em Gaspar - próxima a Blumenau. Com a crise que se abate sobre a suinocultura no início dos anos 80, a Seara Industrial absorve a Safrita S/A frigoríficos Itapiranga - de Itapiranga (COC) e ainda o frigorífico Frill de Jaraguá do Sul (litoral norte catarinense). O grupo Seara constitui a única grande integrada <sup>at dora</sup> cujo controle acionário não pertence a empresas do Oeste Catarinense.

No balanço correspondente ao período de 31/0<sup>1</sup>~~5~~/85 a 31/12/8<sup>5</sup>~~5~~ o grupo Seara apresentou um faturamento global de Cr\$ 618.130.187.000 e exportações de US\$ 15.500.000 com capital social de Cr\$ 89.600.000 e um patrimônio líquido de Cr\$ 302.971.443. <sup>A</sup> apresentou no período um lucro operacional de Cr\$ 71.788.450.000.<sup>10</sup>

Em 1984 as empresas do grupo Seara foram responsáveis por 13,2% do abate SIF de suínos em SC e por 11,1% do abate SIF de aves. Contava ao final de 85 com cerca de 5.000 produtores integrados que lhe forneciam respectivamente 75% e ~~100%~~ <sup>100%</sup> dos suínos e aves por ela abatido.<sup>11</sup> Como os demais, o grupo Seara também atua na produção de rações e concentrados.

#### 4.3.1.4 - COOPERCENTRAL

A Cooperativa Central Oeste Catarinense surgida em

10 - Seara Balanço do exercício findo em 31/12/85

11 - Idem.

1969 tem como principal filiada a cooperativa ALFA - Cooperalfa de Chapecô.

Em 1967, por iniciativa de 37 agricultores do município de Chapecô, foi fundada a Cooperalfa, cooperativa singular que inicialmente dedicava-se a comercialização de suínos e grãos.

Em 1969 esta cooperativa, liderando um pool de cooperativas singulares da região, compra um pequeno frigorífico em estado falimentar. Estava fundada a Coopercentral - cooperativa Central do Oeste Catarinense.

Em 1973 a Coopercentral foi responsável por 0,7% do abate SIF estadual, abatendo 7.615 suínos. A partir daí teve rápida expansão. Em 1978 foram abatidos 174.086 suínos. No início dos anos 80 a Coopercentral absorveu um pequeno frigorífico em São Miguel d'Oeste (COC) e outro em Presidente Getúlio (R.S.). Assim, em 84 os três frigoríficos abateram 526.434 suínos, ou seja, 16,1% do abate SIF estadual.<sup>12</sup>

A Cooperalfa logo passou a diversificar suas atividades atuando no ramo de armazenagem, elevando sua capacidade de armazenamento de grãos de 10 mil toneladas em 1969 para 150 mil atualmente. Também opera no comércio de insumos e bens de consumo junto a seus associados, formando uma rede de entrepostos comerciais que, somados a uma frota de 150 caminhões e 7 supermercados, se estende por 8 municípios da região. <sup>TEM</sup> Com cerca de 13.500 associados, dos quais aproximadamente 15% são integrados ao departamento de fomento a suinocultura criado em 1977.

Atualmente a Coopercentral está concluindo seu frigorífico de abate de aves em maravilha (COC) com capacidade de

---

12 - Altmann (1979) p. 234



abate de 114.000 aves dia, que serão fornecidas por associados que se integrarem ao Departamento de fomento a avicultura das Cooperativas filiadas. Além disso, a Cooperalfa está implantando um frigorífico de leite em Quilombo (COC) e a Cooperativa filiada de Videira implantou uma indústria de suco de uva e laranja e inicia sua produção de vinho.

Em 1984 a Coopercentral apresentava um patrimônio líquido de Cr\$ 28.724.000.000.000, faturamento de Cr\$ ..... 103.861.000.000.000. Obteve lucro líquido de Cr\$ ..... 2.427.000.000.000. Neste ano possuía um exército de 1380 empregados.<sup>13</sup>

#### 4.3.1.5 - SAICC

Fundada em Chapecô em 1952 por Plínio Arruda, a S/A Indústria e Comércio Chapecô em 1970 abateu 112.841 suínos ou seja 11,9% do abate SIF estadual daquele ano.<sup>14</sup>

Atualmente o grupo SAICC é formado por 7 empresas: S.A. Indústria e Comércio Chapecô, empresa controladora do grupo, tendo adquirido em 1982 o Frigorífico Friscar de São Carlos; Chapecô Avícola S.A. com sede em Xaxim (COC); Chapecô Paranã S.A. com sede em Francisco Beltrão (Pr) - estas duas últimas empresas se dedicam ao abate de aves; Cachociri rinha Agropecuária Ltda; Expresso Chapecô Ltda; Chapecô Auditor ia, Consultoria e Processamento de Dados. Estas empresa s atuam, além de abate de suínos, na produção de rações e concentrados, na produção de pintos de 1 dia e matrizes <sup>de</sup> su í nos de alta linhagem, <sup>t</sup> Transporte rodoviário, construção ci vil, etc.

13 - VISÃO. Quem é Quem na Economia Brasileira. São Paulo. Agosto de 1985.

14 - Altmann (1979) p. 234.

O grupo Chapecô possui cerca de 4.200 empregados , contando ainda com 3.000 pequenos produtores integrados ao fomento de suinocultura e 741 ao fomento de avicultura, sendo 466 ligado a Chapecô avícola do Xaxim e 275 à Chapecô Paraná de Francisco Beltrão.

No exercício findo em 31/12/85 as empresas do grupo SAICC apresentaram um faturamento global de Cr\$ ..... 806.167.788.000 que lhe proporcionou um lucro operacional líquido de Cr\$ 60.330.839.

Exportou neste ano US\$ 35.977.452. Com um capital social de Cr\$ 50.039.465.000, apresenta um patrimônio líquido de Cr\$ 50.039.465.000.<sup>15</sup>

Em 1984 os frigoríficos catarinenses do grupo Chapecô abateram 389.658 suínos e 30.408.704 frangos, totalizando do respectivamente 11,9% e 12,4% do abate SIF estadual.<sup>16</sup>

#### 4.3.2 - CONCENTRAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO OESTE CATARINENSE

Com o elevado crescimento de suinocultura no oeste catarinense, a partir de meados da década de 60 inicia-se um processo contínuo de concentração agroindustrial na região.

Tomando os dados do abate estadual SIF de 1970,<sup>17</sup> veremos que Santa Catarina contava então com 13 grandes frigoríficos, dos quais 8 se localizaram no oeste catarinense - seis no VRP e 2 no COC. Estes 8 frigoríficos pertencentes a 8 empresas distintas, eram responsáveis por 80% do abate SIF estadual. Os dois maiores - Sadia e Perdigão - representavam 37,2% do abate total estadual e 46,3% do abate regional.

15 - S.A.I.C.C. - Balanço do exercício findo em 31/12/85.

16 - Associação da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina.

17 - Altmann, (1979) Opus Cit pg 234.



Somando-se os 3 frigoríficos seguintes - SAICC, SEARA e PAGNOCELLI - os 5 maiores abatiam 66,7% do total estadual e 83% do total Regional.

Nota-se que já em 1970 era elevado o grau de concentração industrial da atividade.

Na década de 70 assistimos por um lado o crescimento vertiginoso dos grandes conglomerados econômicos como os grupos Sadia e Perdigão, e em menor escala o grupo SAICC, bem como uma forte expansão da Coopercentral. É a fase de diversificação de atividades, como a avicultura, o processamento de soja, milho, fabrico de rações e etc. Por outro lado, assistimos a um pequeno crescimento, estabilização e até início de estagnação econômica de certos frigoríficos menores não ligados a grandes conglomerados econômicos, como os frigoríficos Seara, Pagnocelli, Safrita e Unifrico e etc.

O frigorífico São Carlos surgido em 75, dois anos depois já estava em sérias dificuldades econômicas, praticamente encerrando suas atividades.

Em 1978, atuam no estado 17 frigoríficos de abate SIF de suínos, dos quais 10 no Oeste Catarinense, responsável então por 82% do abate estadual.<sup>18</sup> Os dois frigoríficos maiores passam a responder por 43% do abate estadual e 53,3% do total regional. Os cinco maiores - agora representados por SADIA, PERDIGÃO, SAICC, FRICOOPER e SEARA - respondiam por 70.5% do total estadual e 85% do regional, aumentando ainda mais o grau de concentração da atividade.

O ano de 1978 constitui um divisor na atividade frigorífica de suínos no Oeste Catarinense.

A crise que se abateu sobre a suinocultura Catari

---

18 - Idem.

nense em 1976 e 1977 - em 1977 houve uma redução de abate SIF de suínos em 6,6% no estado e de 1,3% na região - bem como enorme crescimento das plantas industriais - apenas a unidade da Sadia de Concórdia abateu em 1978 mais de 500 mil suínos, ou seja cerca de 25% do abate estadual - fez com que os frigoríficos menores entrassem em sérias dificuldades. Estes frigoríficos, não ligados a conglomerados econômicos maiores, não dispunham do aporte de capital necessário para ampliar e modernizar suas plantas industriais ou de concorrerem cada vez mais no oligopsônico <sup>MU</sup> mercado de suínos terminados.

Assim, a partir de 1978 houve uma série de incorporações de frigoríficos menores por grandes conglomerados econômicos. A mais importante delas foi a aquisição; por parte do conglomerado Hering de Blumenau, dos frigoríficos Seara e Safrita, formando a Seara Industrial S.A., vindo a seguir a compra dos frigoríficos Pagnocelli, Indústria Reunidas Ouro e Unifrico pelo grupo Perdigão. Em 1982 estava completado o processo de incorporação de frigoríficos, restando apenas 5 grandes conglomerados econômicos atuando no oeste catarinense.

Em 1984 foram abatidos nos 14 frigoríficos (SIF) de Santa Catarina cerca de 3.260.641 suínos.

7 Destes 14 frigoríficos, os oito pertencentes aos 5 conglomerados, dominam 100% do abate regional e cerca de 90% do abate estadual de suínos.



TABELA 13  
ABATE SUÍNOS SANTA CATARINA 84

EMPRESAS	STA CATARINA			MACRO REGIÃO OESTE	
	ABATE	%	ACUMULADO	%	ACUMULADO
PERDIGAO	917.970	28,2	28,2	31,1	31,1
SADIA	692.228	21,2	49,4	23,4	54,5
COOPERCENTRAL	526.434	16,1	65,5	17,8	72,3
SEARA	429.502	13,2	78,7	14,5	86,8
SAICC	389.658	11,9	90,6	13,2	100,0
TOTAL OESTE	2.955.792	90,6	90,6	-	-
OUTROS	304.849	9,4	100,00	-	-
TOTAL SC	3.260.641	100	100,00	-	-

FONTE: Associação de Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina - 1984.

Juntos, os grupos Perdigão e Sadia abateram em 1984 cerca de 50% da produção do estado.

Convém ressaltar que estes dados se referem apenas à produção nas unidades de abate localizados em Sta Catarina.

Conforme dados da CEPA/SC<sup>19</sup>, em 1984 foram produzidos no Brasil 960.000 toneladas de carne suína em equivalentes carcaças. A produção do Oeste Catarinense para aquele ano é estimada em 250.000 toneladas, o que equivale a aproximadamente 26% da produção nacional.

Concomitantemente ao processo de concentração do abate de suínos, originou-se na década de 70 e início da produção e abate de frangos. Esta atividade está concentrada nos mes

19 - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - CEPA SC. Síntese Anual da Agricultura de SC 1985/86. Florianópolis. Instituto CEPA/SC 1986 p. 314.

mos grupos econômicos, exceção feita a Coopercentraí que sō recentemente - final de 86 - instalou seu abatedouro de aves em Maravilha (COC).

Em 1984 havia em SC 9 grandes frigoríficos de abate de aves, sendo 4 delas mistas (suínos e aves), dos quais apenas 2 não se localizaram no Oeste Catarinense. A avícola Eliane localiza-se em Criciúma (sul de Sta Catarina) e o outro localiza-se em Jaraguá do Sul, pertencendo desde 83 ao grupo Seara Industrial.

TABELA 14  
ABATE DE AVES (FRANGOS E PERU) EM SC EM 84

GRUPO	PRODUÇÃO/UNIDADES	%	ACUMULADO
SADIA	91.217.144*	37.3	37.3
PERDIGÃO	83.817.012	34.2	71.5
SAICC	30.408.704	12.4	83.9
SEARA	27.182.197	11.1	95.0
TOTAL OESTE	232.625.057	95.0	95.0
AVÍCULO ELIANE	7.724.562	3.2	98.2
SEARA JARAGUÁ DO SUL	4.463.743	1.8	98.2
TOTAL SC	244.813.362	100	100.0

FONTE: Associação das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Sta Catarina.

\* = 5.029.480 unidades corresponde<sup>m</sup> ao abate de perus.

*Sina*  
*2 de*  
*1984*

A avicultura regional, embora sō tenha se firmado na década de 70, nasceu altamente oligopolizada, detendo os dois maiores abatedouros em 1984, cerca de 71% do abate SIF estadual. O abate de frangos no Brasil em 1984 foi da ordem de 995.406.000 de unidades.

A produção do oeste catarinense neste ano atingiu 227.595.577 unidades; o que corresponde a cerca de 22,8% da produção nacional.<sup>20</sup> Trata-se de uma ascensão vertiginosa, pois em 1970 o estado de Sta Catarina abateu apenas 3.320,00 aves<sup>21</sup>, basicamente na unidade frigorífica do SADIA em Concórdia.

Em fins da década de 70 os limites do Oeste Catarinense não mais comportaram o processo de crescimento dos 5 grandes conglomerados. Assistimos, pois, os grandes frigoríficos locais estenderem seus tentáculos para as regiões coloniais gaúchos e Paranaenses e para áreas de fronteiras como o Mato Grosso.

A Sadia foi a primeira neste sentido, criando a frigobrã em São Paulo e uma filial em Toledo (Paraná) já na década de 60. Atualmente o grupo Sadia conta com o frigorífico de Toledo abatendo suínos e aves e dois frigoríficos de abates de aves em São Paulo através da empresa controlada molino da Lapa S.A. Conta ainda com o frigorífico de abate de Bovinos de Vargem grande (MT) da empresa controlada Sadia Oeste S.A. Indústria e Comércio.

Em 1985 o grupo Sadia absorveu o grupo três Passos, de três Passos R.S., aumentando em 13% a capacidade de abates da Sadia no ano de 1986.<sup>22</sup>

O grupo Perdigão, após anexar diversos frigoríficos no Oeste Catarinense, absorveu em 1984 a Suely Avícola S.A. pequeno frigorífico de Criciúma (sul de Sta Catarina). Em 1985 adquiriu o controle acionário da Borella S.A. Comércio e Indústria, empresa gaúcha que concentra as atividades de processamento de suínos aves, soja e produção de ração do grupo

(20) Idem pg 254

(21) Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento Diagnóstico da Economia Catarinense Florianópolis - 1980 p. 137.

(22) Sadia Relatório Anual 1985 p. 11



Perdigão naquele estado.

Já a Seara Industrial concentra suas atividades em Sta Catarina, tendo adquirido recentemente um frigorífico de abate de aves em Jaraguá do Sul (SC). O grupo Hering, através do CEVAL S.A. possui diversos empreendimentos agropecuários em vários estados brasileiros.

O grupo SAICC, além das suas unidades em SC fundou no início dos anos 80 sua filial Paranaense de abate de aves em Francisco Beltrão.

A Coopercentral, além de suas atividades de abate de suínos em Chapecó e São Miguel d'Oeste, adquiriu um frigorífico de abate de suínos em Getúlio Vargas (R.S.)

Interessante notar que as empresas controladas localizadas nas zonas coloniais paranaenses e gaúchas desenvolvem a mesma estratégia de fomento e integração de pequenos produtores de suínos e aves.

Se tomarmos a produção total destes conglomerados, incluindo suas unidades agroindustriais nas demais unidades da federação, teremos uma percepção mais exata da expressão nacional destes grupos econômicos. Em 1985 os cinco conglomerados foram responsáveis por cerca de 36% do abate de frangos e por 27,4% do abate de suínos, cabendo aos dois maiores conglomerados respectivamente 28,5% do abate de aves e 17,7% do abate de suínos no país.

Dos 23 maiores frigoríficos de abate de animais do Brasil em 1984, nada menos que 9 localizavam-se no oeste catarinense e outros 3 são controlados por estes. A Sadia e a Perdigão são as duas maiores empresas brasileiras do setor de carnes frigorificadas e industrializadas.

TABELA 15

## PRODUÇÃO NACIONAL DOS 5 CONGLOMERADOS DO OESTE CATARINENSE

1985

## PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ABATE BRASILEIRO

CONGLOMERADO	SUÍNOS ABATIDOS	%	% ACUMULADO	AVES ABATIDAS MIL CABEÇAS	%	% ACUMULADO
SADIA*	1.461.000	10,3	10,3	200.726	18,6	18,6
PERDIGÃO*	1.040.950	7,4	17,7	107.100	9,9	28,5
SEARA*	427.866	3,0	20,7	29.517	2,7	31,2
SAICC*	420.408	3,0	23,7	50.448	4,8	36,0
<sup>1</sup> Coopercentral*	526.434	3,7	27,4	-	-	36,0
<sup>2</sup> Brasil**	14.000.000	100	100,0	1.076.592	100,0	100,00

FONTE: Balanço das empresas

Associação de indústria de carnes e derivados no Estado da Santa Catarina - Bo-  
letim Anual 1985.

Instituto Cepa - SC.

\* - Apenas o abate SIF

\*\* - Abate SIF e não SIF

1 - Produção de 1984

2 - Produção estimada.

TABELA 16

PARTICIPAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE NO SETOR DE CARNES FRIGORIFICADAS E INDUSTRIALIZADAS, INCLUINDO EMPRESAS CONTROLADAS - EXERCÍCIO 1984.

Cr\$ 1.000.000,00

EMPRESA	ESTADO	GRUPO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ORDEM	FATURAMENTO	LUCRO LÍQUIDO
SADIA CONCORDIA IND. E COM.	SC	SADIA	347.688	1	328.850	68.786
FRIGOBRÁS - Cia. BRAS. DE FRIG.	SP	SADIA	186.673	2	545.335	32.497
PERDIGÃO S.A. IND. E COM. <sup>1</sup>	SC	PERDIGÃO	173.520	3	595.598*	18.176
PERDIGÃO ALIMENTOS S.A. <sup>2</sup>	SC	PERDIGÃO	95.706	8	437.521	3.192
SEARA Ind. S.A.	SC	CEVAL	94.464	9	215.877	5.770
SADIA AVICOLA S.A.	SC	SADIA	81.867	10	150.918	20.288
SADIA OESTE S.A. IND. E COM.	MT	SADIA	75.242	11	154.629	8.804
PERDIGÃO AGROIND. S.A. <sup>2</sup>	SC	PERDIGÃO	65.358	12	162.695	20.613
S.A. IND. E COM. CHAPECÓ	SC	SAICC	60.827	13	91.981	3.782
BARELLA S.A. IND. E COM. COOP. OESTE CATARINENSE LTDA	RS	PERDIGÃO	59.851	14	18.187	7.160
	SC	COOPERCEN TRAL	28.754	21	103.861	2.427
CHAPECÓ AVICOLA S.A.	SC	SAICC	25.327	23	93.799	8.928

FONTE: Quem é quem - Visão, 31 de agosto de 1985

1 = Classificada no setor de administração e participação

2 = Classificadas no setor de produtos alimentares diversos

Introduzimos estas três empresas no setor de frigoríficos - alterando a ordem no setor.



## CAPÍTULO V

### AS NOVAS RELAÇÕES ENTRE PEQUENA PRODUÇÃO E O CAPITAL AGROINDUSTRIAL

A grande expansão dos conglomerados agroindustriais do oeste deu-se concomitantemente com as mudanças ocorridas em suas relações com a pequena produção familiar, provocando transformações nesta última. A colocação da necessidade histórica destas alterações para o prosseguimento da acumulação em escala ampliada do grande capital agroindustrial, e sua devida efetivação tem raiz no processo de mercantilização da pequena produção familiar. A inserção no ciclo mercantil retira o pequeno produtor de seu isolamento, relacionando-o com outros pequenos produtores e com a produção capitalista de mercadorias. Ou seja, a produção familiar torna-se socialmente determinada.

#### 5.1 - A AÇÃO TRANSFORMADORA DO MERCADO

A passagem para o socialmente necessário determinando a produção camponesa no oeste catarinense trouxe consigo uma série de implicações. Em seu estágio inicial a produção das unidades familiares era determinada quase que exclusivamente por suas relações internas. A área cultivada, quantidade de animais criados e etc. correspondiam a satisfação de uma gama de necessidades familiares supridas internamente. Assim, o montante da produção, determinado pelas neces

sidades de consumo familiar, era dado pela interação da força de trabalho disponível com a terra disponível a uma dada tecnologia bastante arcaica, herdada das antigas colônias.

Havia, pois, uma determinada conformação das unidades familiares. A casa de madeira atendia aos ditames arquitetônicos coloniais, geralmente com varandas amplas. Em torno dela se dispunham estábulo, armazéns e garagem para carroças e outros implementos. O espaço residencial era completado por um pequeno jardim, pomar e horta. Neste espaço dominava o trabalho feminino, ordenhando vacas, alimentando galinhas, cuidando da horta e do pomar. Cuidava também dos afazeres domésticos e da fabricação artesanal de queijos, salames ~~e~~ etc.

Externo ao espaço residencial se dispunham os picquetes e mangueiras para a criação do gado para tração ou produção de leite, bem como para os porcos então criados soltos. As áreas mais planas eram cultivadas com milho, feijão, trigo, arroz e etc., destinados ao consumo familiar e à alimentação da criação. No trabalho da lavoura, considerado mais pesado, dominava o trabalho masculino, principalmente nas fases de limpeza e colheita das culturas. A intersecção do trabalho masculino e feminino dava-se quase que exclusivamente na lavoura.

Com o desenvolvimento do processo colonizador e a proximidade das unidades familiares surgiram práticas de colaboração vicinal, como a troca de dias de serviço, empreitadas conjuntas na limpeza de novas áreas e troca de alimento, principalmente carne suína.

A típica unidade familiar de subsistência e não mercantil no oeste catarinense é muito mais uma idealização do que uma realidade histórica. Desde logo se estabeleceram ligações comerciais com as colônias antigas. Formaram-se pequenas aglomerações urbanas reunindo serviços públicos, religio



sos, casas comerciais e pequenas fábricas de produtos de consumo local como artefatos de couro, cervejarias, moinhos e etc.

A unidade familiar necessitava de recursos financeiros para adquirir sal, tecidos, armas, <sup>xa</sup>gracha, pólvora e etc., além de alguns meios de produção como arados, enxadas, cultivadores manuais ~~x~~ etc. No entanto o grosso das necessidades familiares era suprido pela produção agropecuária e artesanato familiar.

A julgar pelos inúmeros depoimentos, as possibilidades de contatos mercantis é que regulavam o nível de consumo de produtos externos. Usando-se a terminologia de Tepicht, a Intensidade I das unidades familiares era tolhida pela impossibilidade de maiores oportunidades mercantis, pela impossibilidade de se desenvolver a Intensidade II.

Assim, a história da M.R.C.O.C. até meados da década de 40, em resumo, pode ser definida como a busca de oportunidades que lhes retirasse~~m~~ do isolamento econômico ao qual estava submetida. Busca esta que visava não apenas a satisfação de determinadas necessidades que tornassem a vida mais confortável e o trabalho menos penoso, mas que também proporcionassem às unidades familiares uma certa acumulação de recursos que tinham um destino certo e que o avanço do processo de colonização tornava mais difícil sua consecução.

Estamos novamente às voltas com o problema da terra, um dos fatores determinantes nos rumos tomados pela dinâmica camponesa no oeste catarinense. Numa economia camponesa em processo de expansão horizontal, a atividade econômica deve proporcionar não só os meios para manter a reprodução familiar, como também as condições de reprodução econômica dos filhos, ou seja, para a formação de novas unidades familiares.

*Importância  
econômica  
da terra*



A busca de oportunidades comerciais fazia parte de um esforço familiar em busca da reprodução da unidade familiar e de novas unidades familiares para o qual contribuía o próprio processo de herança. Com o crescimento dos filhos, as economias das unidades familiares eram destinadas à compra de novas áreas. Estas eram exploradas conjuntamente ou arrendadas até o casamento de um dos filhos, ficando este com uma parcela independente. E assim sucessivamente, cabendo ao último filho varão a herança da terra paterna. Este processo de sucessão, conhecido como "minorato", excluía do processo de herança as filhas, ficando implícito que teriam acesso à terra através do futuro marido.

A partir da transformação do suíno numa mercadoria por excelência, o que ocorreu na década de 40, o pequeno produtor do oeste catarinense torna-se um produtor sistemático de mercadorias, rearranjando sua unidade produtiva para tal. <sup>R</sup>rearranjo e não especialização na produção de mercadorias. Ou seja, as unidades familiares continuaram a produzir o grosso de suas necessidades de subsistência.

Os porcos antes soltos em mangueiras, passam a ser criados em chiqueirões. Em sua alimentação, além de restos de comida passa a ser utilizado o milho. O milho tornou-se o principal produto cultivado, deslocando outras culturas e ocupando as melhores áreas. Na esteira do milho vem o feijão, cultivado em consórcio e tornando-se também um produto comercial.

Em 1950 apenas 71 produtores de milho faziam cultivo consorciado com feijão e outras culturas. Em 1960 já eram 6.513 produtores e em 1970 cerca de 35.122.<sup>1</sup> A partir

---

1 - IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1940 a 1970.

TABELA 17

PRODUÇÃO DE SUÍNOS, MILHO E FEIJÃO NA M.R.C.O.C.

1940 — 1970

ANOS	SUÍNOS			MILHO			FEIJÃO		
	INFORMANTES	EFETIVO*	ÍNDICE	INFORMANTES	PRODUÇÃO (T)	ÍNDICE	INFORMANTES	PRODUÇÃO (T)	ÍNDICE
1940	2.683	55.431	100	2.895	14.518	100	2.624	780	100
1950	9.229	243.444	439	8.849	71.739	100	5.529	4.678	100
1960	15.790	644.520	1.163	25.191	222.746	100	21.282	23.362	2.995
1970	46.728	1.253.779	2.262	51.799	561.942	3.870	40.677	43.764	5.610

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1940 a 1970

\* Utilizado efetivo, e não produção, por falta de dados relativos a 1950 e 1960

da década de 60 a soja surgiu como um possível substituto do feijão no consórcio com o milho.

A opção pelo feijão e posteriormente pela soja se deu principalmente devido às possibilidades de seu cultivo consorciado com o milho sem prejudicar o rearranjo interno para a produção de suínos. Estas culturas tornaram-se novas fontes de renda para as unidades familiares. Tínhamos na década de 60 quatro produtos de larga comercialização na região, respectivamente por ordem de importância: suínos, milho, feijão e soja.

A expansão de capacidade produtiva dos frigoríficos dá-se lado a lado com a expansão da capacidade produtiva da pequena produção. A partir de meados da década de 60 os frigoríficos tomaram as rédeas deste processo. Todavia, já na década anterior os frigoríficos passaram a interferir no processo produtivo da pequena produção. Na década de 40 a precariedade dos meios de transporte fazia com que a banha fosse o principal produto suinícola exportado. Produtos mais nobres não suportavam a demora no transporte. Assim, era de interesse dos próprios frigoríficos adquirirem junto aos pequenos produtores os porcos com elevada espessura de toucinho.

Contudo, a melhoria dos transportes terrestres, a adoção de caminhões frigoríficos e o próprio transporte aéreo possibilitaram o transporte destes produtos mais nobres que proporcionam maior lucro aos frigoríficos. A partir da década de 50 os frigoríficos passaram a preferir suínos com menos espessura de toucinho, <sup>e melhor</sup> ~~melhor~~ rendimento de carcaça, possíveis de serem transformados em produtos com melhor preço de mercado.

A primeira iniciativa partiu do Grupo Sadia que



introduziu a raça Duroc-Jersey, de pelagem vermelha e origem norte-americana, já na década de 50.

Inicia-se um processo de substituição das antigas raças de pelagem escura. Na década de 60 foram introduzidas as raças européias e de pelagem branca, cujas principais são as raças Large White e Landrasse.

Os frigoríficos adotaram uma estratégia bastante simples. Adotou-se um sistema de preços diferenciais, onde o porco branco era remunerado a um preço entre 10 e 20% superior ao preço do porco preto, ficando a Duroc vermelho numa condição intermediária.

A simples substituição das raças por si só acarretou em mudanças na pequena produção. Por um lado as novas raças são mais produtivas, atingindo peso de abate rapidamente e com uma melhor conversão alimentar. Por outro lado, são menos rústicas e exigem melhores cuidados sanitários. Para desenvolverem todo o seu potencial genético as novas raças necessitam de uma alimentação adequada, mais rica em proteínas e balanceada para cada estágio de vida do suíno.

Grosso modo podemos caracterizar a introdução das novas raças como o início da perda do domínio técnico do processo produtivo e a não mais condição de reposição da totalidade dos pressupostos do processo produtivo por parte do pequeno produtor.

As novas raças traziam vantagens ao pequeno produtor por obter um preço mais elevado por um suíno terminado em 8 meses e não nos 14 meses necessários anteriormente. Por outro lado, as novas raças exigiam melhores instalações, bem como da compra sucessiva de matrizes e reprodutores, de produtos veterinários e principalmente concentrados protéicos e vitamínicos.

Desde logo os frigoríficos locais tornaram-se fabricantes de rações e concentrados. Este setor está nas mãos dos mesmos cinco conglomerados econômicos.

O início da perda do domínio do processo produtivo coincide com o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense. Isto determinou a impossibilidade de continuação da reprodução "horizontal" da pequena produção. O primeiro reflexo do fechamento da fronteira agrícola, ante uma demanda crescente por terra por parte de pequenos produtores, é uma elevação crescente dos preços da terra.

TABELA 18  
EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA NA M.R.C.O.C

ANOS	VALOR TOTAL DA TERRA	ÁREA (ha.)	VALOR $\bar{x}$ /ha.	VALOR CONSTANTE
70	448.950.000	1.036.167	Cr\$ 433,27	Cz\$ 2.713,00
75	5.987.236.000	1.119.395	Cr\$ 5.348,00	Cz\$ 12.154,00
80	68.657.679.000	1.243.301	Cr\$ 55.222,00	Cz\$ 14.456,00
MARÇO 86	-	-	Cz\$ 20.000,00*	-

Fontes: FIBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970 à 1980

Deflator = IGP - 1. Disponibilidade interna - FGV - Conjuntura Econômica, setembro de 1986.

\* Dado de pesquisa de campo.

Conforme a tabela 18 podemos notar que o preço médio da terra no oeste catarinense elevou-se em termos reais cerca de 433% na década de ~~60.~~<sup>70.</sup>

Com o fechamento da fronteira agrícola alteram-se as condições de reprodução da pequena produção e esta é força

da a adotar novas estratégias. Entretanto, estas novas estratégias têm os mesmos objetivos que as anteriores, ou seja, por um lado assegurar a reprodução familiar e acumular reservas para a formação de novas unidades familiares. A pequena produção concentra seus esforços na geração de maiores excedentes e mergulha de vez na ciranda mercantil. No entanto, esta maior vinculação com o mercado traz consigo suas agruras.

A mercantilização da pequena produção familiar torna-a socialmente determinada. O mercado passa a determinar a remuneração média da produção camponesa conforme as condições sociais médias de produção das distintas unidades produtivas. Num mercado oligopolizado, dominado por uns poucos frigoríficos, cada vez mais estes padrões sociais médios são determinados pela ação do grande capital agroindustrial. Em última análise significa dizer que o capital determina o excedente expropriado e, portanto, a remuneração da produção familiar. Voltaremos a discutir os mecanismos deste processo que, por ora, se coloca como um axioma para o prosseguimento de nosso raciocínio.

Ante uma quantidade fixa de terra, resta a pequena produção jogar com os outros dois meios de produção disponíveis: força de trabalho e "capital".<sup>2</sup>

Abstraído-se do fenômeno de migração, uma parcela da força de trabalho familiar que não tivera oportunidade de conformar novas unidades familiares permanece na unidade paterna. Elevar a produção com base no emprego desta força de trabalho - que em condições de expansão horizontal já deveria pertencer a uma nova unidade familiar - implicaria em produzir-se abaixo dos padrões médios socialmente determinados. Es

---

2 - "Capital" aqui no sentido restrito de insumos e máquinas modernas.



ta produção será remunerada a preços sociais médios, embora implique em custos superiores aos médios. Fica descartada qualquer possibilidade de acumulação e compromete-se a prpria reprodução familiar.

O parcelamento das áreas exíguas incorre no mesmo excedente de trabalho sobre uma quantidade dada de terras e implica na produção abaixo dos padrões sociais médios.

Retomando o fenômeno da migração à análise, esta agiria como um paliativo, diminuindo a pressão sobre a terra. Trata-se de uma válvula de escape cujos limites estão definidos pela capacidade de absorção de excedentes populacionais pelas novas áreas de fronteira agrícola ou zonas urbanas. O fenômeno de migração aparece como um paliativo menos por seus limites que por não cessarem as causas da geração de excedentes populacionais.

Pressionada inicialmente pela própria ação do mercado e posteriormente pela ação deliberada das agroindústrias e das políticas governamentais para a agricultura, uma parcela dos pequenos produtores empreendeu um processo de modernização, cujos contornos são de forma cada vez mais acentuada determinados pelo grande capital agroindustrial.

Ao se modernizar, uma unidade familiar passa a ter uma produtividade individual superior aos padrões socialmente estabelecidos. Isto lhe permite preservar uma parcela do valor excedente produzido, mesmo após a expropriação agroindustrial. Dito de outra forma, os preços de mercado pelos quais vende seus produtos espelham condições sociais médias de produção que lhe são inferiores. Tal permite a este produtor modernizado reter uma parcela maior do valor.

A modernização de uma parcela dos pequenos produtores no oeste catarinense trouxe consigo uma série de implica

ções sociais e econômicas. Anteriormente a pequena produção se relacionava basicamente com o capital agroindustrial local. Ao se modernizar, a pequena produção diversifica suas relações com distintos capitais que conformam o complexo agroindustrial. Assume relações com o capital financeiro, com a indústria de máquinas, fertilizantes e etc.

Embora aumente o excedente produzido pela pequena produção, os frigoríficos são forçados a dividi-la com distintos capitais. Na prática isto aparece nos preços pagos aos pequenos produtores devendo cobrir não só o necessário a reprodução familiar como também os custos devidos à utilização de máquinas, instalações, insumos modernos e etc., bem como os custos financeiros destes - juros bancários.

Por outro lado, a modernização traz graves consequências para o conjunto dos pequenos produtores. Na fase anterior, a expansão da capacidade dos frigoríficos era suprida pela multiplicação e mercantilização das unidades familiares, sem maiores diferenciações entre elas. A partir do esgotamento desta forma de expansão - horizontal - inicia-se um processo de expansão vertical da produção. Uma parcela dos pequenos produtores eleva sua capacidade produtiva rapidamente, sendo responsável por quantidades maiores de produção total. Com isto deslocam quantidades crescentes de pequenos produtores não modernizados.

A modernização de uma parcela dos pequenos produtores puxa para cima as condições sociais médias de produção que regulam o mercado. Há, pois, um agravamento das já difíceis condições enfrentadas pelas unidades não modernizadas. A evolução desta dinâmica termina por deslocar uma parcela dos pequenos produtores menos produtivos. A título de ilustração, o Instituto CEPA/S.C. estima em 16,6%<sup>3</sup> a diminuição do



número de estabelecimentos em Santa Catarina que tem na suinocultura a principal atividade econômica entre 1980 e 1985, quando de grande crise da suinocultura no sul do Brasil. Esta redução deu-se principalmente no oeste catarinense. Mesmo assim esta região cresceu em sua participação relativa na produção de suínos em Santa Catarina, sendo responsável em 1984 por mais de 90% do abate S.I.F. de suínos do Estado.

Aos que permanecem, a retenção de parcela do excedente tem destino certo: viabilizar o processo contínuo de modernização, onde o progresso técnico passa a ser condição de sua própria sobrevivência enquanto pequeno produtor.

A modernização da pequena produção além de tornar supérflua uma quantidade crescente de força de trabalho, dificulta a sobrevivência das unidades mais atrasadas, aumentando a geração de excedentes populacionais no oeste catarinense.

Assim, o oeste catarinense até meados da década de 60 servia como válvula de escape para as tensões sociais nas antigas colônias do Rio Grande do Sul. A partir do fechamento de fronteira agrícola e da expansão dos grandes frigoríficos o oeste catarinense passa a engrossar o caldo. A panela começa a transbordar e a região que acolhia agricultores sem terra, pequenos arrendatários e volantes e os transformava em pequenos proprietários, passa agora a gerá-los em quantidades crescentes.

## 5.2 - A AÇÃO TRANSFORMADORA DA AGROINDÚSTRIA

De mera relação comercial, as relações entre a pequena produção e a agroindústria evoluíram a nível de ingerência dos grandes frigoríficos no próprio processo produtivo das unidades familiares. A fase atual destas relações as



sume a forma mais evoluída dos contratos de integração<sup>4</sup> entre pequenos produtores e agroindústrias.

Os primórdios da interferência mais direta da agroindústria <sup>no</sup> o processo produtivo da pequena produção, surgiram ainda na década de 50, quando o Grupo Sadia introduziu a raça Duroc-Jersey no município de Concórdia. Este grupo passou a fornecer matrizes e assistência técnica a alguns suinocultores para que propagassem a raça e a nova técnica criatória baseada em rações balanceadas e no máximo de cuidados higiênicos.

Na década de 60, o Grupo Sadia criou seu departamento de fomento, prestando basicamente assistência técnica a diversos pequenos produtores. A experiência evoluiu e em 1972 o grupo firmara contrato de integração com cerca de 100 famílias da região. Agora, o departamento de fomento não fornece apenas assistência técnica, mas toda gama de insumos necessários à terminação de leitões, como concentrados, produtos veterinários, etc. Ao final do processo, o produtor vendia os suínos terminados junto à Sadia a um preço um pouco superior aos de mercado, sendo descontados os insumos adiantados.

Entre as vantagens oferecidas por este sistema ao frigorífico <sup>o</sup> estava o controle técnico da produção de suínos, obtendo-se ao final animais com ótimo rendimento de carcaça e baixa espessura de toucinho, o que permitia uma produção maior de produtos nobres e, conseqüentemente, uma menor proporção de banha. Produto esse com sérias dificuldades de comercialização devido ao avanço dos óleos vegetais. Além disto, os produtores integrados tornaram-se um mercado cativo para o consu

---

4 - Mais correto seria semi-integração, já que o termo integração pressupõe que o frigorífico produza sua matéria prima. No entanto, por ser de uso comum, manteremos o termo integração.

mo de ração, concentrados e outros insumos produzidos pela integradora.

O sistema montado pela Sadia propiciou um enorme progresso técnico aos seus integrados: em 1969 de cada porca obtinha-se 5,5 leitões/ano em média, passando para 14,6 leitões/porca/ano em 1976; o desfrute que estava em 61% em 1969, havia aumentado para 169% em 1976: as vendas de animais por família durante o ano evoluiu de 21 para 141 no mesmo período. Até a produção de milho passou a ser assistida e estimulada pelo aumento da demanda com o crescimento da produção de <sup>or</sup> procos. Entre 1973 e 1976, a produção de milho aumentou sua produtividade por ha. de 50 para 60 sacos.<sup>5</sup>

Com o processo de diversificação adotado pelos frigoríficos a partir dos anos 70, introduz-se na região a avicultura industrial. Novamente a iniciativa pioneira coube ao Grupo Sadia que a partir da criação de sua Controlada Sadia Avícola S.A. em Chapecô, já em 1970 firmara os primeiros contratos de integração com pequenos produtores para a produção de frangos de corte. Com exceção da Fricoper que só em 86 iniciou o abate de frangos, esta iniciativa logo foi imitada pelos outros grandes frigoríficos.

A avicultura apresenta algumas particularidades em relação a suinocultura. Primeiramente não era uma atividade tradicional na região. Não houve, como na suinocultura, um processo contínuo de transformação das técnicas produtivas e das relações com a pequena produção mercantilizada. Pelo contrário, a avicultura desde o início foi implantada segundo os ditames mais modernos do complexo agroindustrial. Por ser uma atividade tremendamente revolucionada pelo capital, desde

---

5 - Entrevista dada por um Diretor do Grupo Sadia a Revista Avicultura e Suinocultura Industrial nº 315, volume 68, novembro 77, p. 83. Com pilado da CEAG/S.C. (1978) p. 69.



logo as integradoras tiveram um controle completo do processo produtivo e portanto uma capacidade maior de ingerência sobre a pequena produção integrada.

A partir do surgimento das relações de integração, os grandes frigoríficos passaram a comandar os rumos da modernização da pequena produção no oeste catarinense. Portanto, as possibilidades de modernização de uma unidade familiar passaram gradativamente a ser definidas pelo estreitamento de suas relações com o grande capital agroindustrial. Ante uma enorme diversidade de pequenos produtores, os departamentos de fomento passaram a integrar aquelas unidades que, por suas características técnicas e econômicas, apresentassem um maior potencial produtivo.

Uma vez selecionados determinados pequenos produtos, estes passam a contar com toda a infraestrutura técnica das agroindústrias, não só na área de suinocultura e avicultura, como também nas demais atividades da unidade familiar.

O aspecto de seleção se reveste de particular importância. Uma vez alterada as condições de reprodução "horizontal" da pequena produção, a ação do mercado, como vimos, já vinha operando uma diferenciação no seio dos pequenos produtores entre os que se modernizaram e conseguiram acompanhar a evolução de padrões sociais de produção e os que paulatinamente eram alijados deste processo. As agroindústrias nada mais fazem do que internalizar este processo, dominando-o segundo suas necessidades de acumulação selecionando os "mais aptos". Assim, além dos critérios de desempenho da unidade familiar, são levados em conta critérios relativos à racionalidade geral do sistema como distância do frigorífico; existência de outros integrados na área, o que racionaliza os transportes ou pode inviabilizar um novo aviário devido à proximidade de



outros e possíveis complicações sanitárias ~~e~~ etc.

A ingerência agroindustrial na pequena produção tem um efeito catalizador nas transformações desta última, promovendo uma modernização seletiva e uma concentração da produção nestas unidades. Portanto, os padrões sociais de produção são determinados pelo capital agroindustrial. Nos ateremos à análise mais completa dos sistemas de integração mais adiante.

### 5.3 - A AÇÃO DO ESTADO

A ação do Estado no oeste catarinense segue basicamente as mesmas diretrizes gerais para o Brasil como um todo.<sup>6</sup> O modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira imposto pelos sucessivos governos militares em linhas gerais pode ser definido como um processo de modernização de determinados segmentos da agricultura brasileira viabilizado principalmente pela política de crédito agrícola subsidiado. Este modelo, ao não tocar no problema da terra, exclui uma grande massa de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do processo de modernização da agricultura brasileira.

No entanto, as políticas do Estado para com a agricultura viabilizaram a modernização de uma parcela de pequenos agricultores no oeste catarinense e as razões deste fato devem ser encontradas novamente nas estreitas relações entre a grande agroindústria e a pequena produção naquela região. Estando a expansão das agroindústrias vinculada à modernização da pequena produção, formando um sistema com elevada demanda por insumos e equipamentos agrícolas modernos, bem como integrada ao mercado externo principalmente através da

---

6 - A este respeito é muito esclarecedor o trabalho de Delgado (1985) "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil".

exportação de frangos, a economia do oeste catarinense reunia as condições básicas para receber também as benesses da política agrícola brasileira, mormente no tocante ao crédito rural.

A ação estatal no oeste catarinense se pautou em três frentes de ação, a saber, na geração de tecnologias modernas, na extensão rural destas tecnologias e no crédito agrícola.

### 5.3.1 - EXTENSÃO RURAL

O serviço de extensão rural em Santa Catarina iniciou em 1956 com a criação da ACARESC, que já na década seguinte atuava no oeste catarinense. Os serviços prestados pelos técnicos da ACARESC se pautaram por uma concepção globalizante da pequena propriedade, como um sistema onde as diversas atividades se complementavam. No entanto sua ação se restringia as divisas da unidade familiar. A ACARESC passa a introduzir as novas técnicas de cultivo, de criação de suínos e bovinos, elaborar projetos para financiamento agrícola, prestar assistência social e etc. Nas fases iniciais de implantação dos sistemas de integração, a ACARESC presta serviços conjuntamente com os departamentos de fomento de frigoríficos, porém gradativamente estes últimos passam a se responsabilizar por seus integrados. Convém ressaltar que os departamentos de fomento fornecem assistência técnica não só a atividade integrada, mas sim a toda a propriedade. Ao contrário da suinocultura, a avicultura já nasceu sob assistência completa dos departamentos de fomento.

Assim, o público assistido pela ACARESC gradativamente se reduz aos pequenos produtores cujos laços com a agroindústria são mais tênues, mormente pequenas propriedades



dedicadas apenas à agricultura ou com pequenas criações de suínos. Público esse que, via de regra, encontra-se em maiores dificuldades frente à rápida modernização da agricultura da região. O convívio com este segmento da pequena produção fez com que alguns técnicos começassem a perceber na forma de inserção da pequena produção na economia globalizante as causas mais profundas de seus problemas. Esse fato teve dois desdobramentos a nível de ACARESC. Por um lado, alguns técnicos por iniciativa individual passaram a atuar de forma mais efetiva nas lutas políticas dos pequenos produtores. Por outro lado, a ACARESC, enquanto instituição, absorveu à sua maneira a nova realidade, adotando novos programas de atuação como a busca das novas tecnologias "adaptadas à pequena produção" e o incentivo ao artesanato familiar (fabricação de queijos, compotas, embutidos, etc.). Concomitantemente, atualmente desenvolve-se o segundo programa de acompanhamento econômico de pequenas propriedades agrícolas. No conjunto, almeja-se montar uma forma de organização de produção e alocação de fatores de produção que tornem a pequena produção mais competitiva no mercado e menos sujeito à suas agruras.

No entanto, a principal ação da ACARESC em direção a esta nova "filosofia" <sup>dou-se na tentativa de coletivizar</sup> ~~de trabalho se deu na tentativa~~ de determinadas atividades dos pequenos produtores, cujo exemplo mais exitoso são os chamados <sup>10s</sup>condomínios de suínos.

A idéia da criação de condomínios rurais para a produção de leitão surgiu por parte dos técnicos da ACARESC com base em experiências similares adotadas na França. O primeiro condomínio foi criado em 1982 em Coronel Freitas. Vejamos o depoimento de um dos sócios do referido condomínio:

"Nós tava meio pouco orientado. Então começemo a reunir os vizinhos pra debater o que nós sentia. Nós temo que resolver qualquer coisa. Então nós começemo a fazer reunião. Depois começemo a cha



mar outras entidades pra dar alguma informação, onde que nós chamemo a ACARESC né. O que nós podia resolver? Como é que nós podia trabalhar? Então a ACARESC deu esse plano pra nós montar um condomínio. Aí achemo que podia dar. Ah, mas nós fumo criticado: 'onde que dez associado vai dar certo coisa nenhuma'. Mas enfim, nós se confiava um no outro. Achemo que podia. Assim nós conseguimos e fizemo. Foi onde que saímo bem né, porque agora, depois do nosso, quantos condomínios saíram. Eu acho que o cara que gosta de lidar com o porco, o melhor sistema é esse aí mesmo".

(26, Linha Antins - Coronel Freitas).

A dinâmica de um condomínio é relativamente simples. Uma vez decidido a criação do mesmo, os sócios - geralmente em número de dez - compram uma pequena parcela de terra - geralmente um ha de um dos sócios - e fazem o financiamento no Banco. As instalações, geralmente para 60 matrizes são modernas, com celas parideiras, creches e etc. Ao lado das instalações é construída uma casa onde reside um funcionário. As despesas com financiamento, manutenção e pagamento do funcionário do condomínio são cotizadas entre os associados. Cada associado deve ainda fornecer uma parcela do milho consumido. O funcionário é remunerado, segundo sua própria declaração, da seguinte forma:

"Recebo por mês, mais 3 porco gordo por ano e 4 ou 5 pra comer. Eu ganho 1.300 por mês. Eles deram a casa, pagam a luz e a água".  
(25, Coronel Freitas).

Além de ser responsável pela fase de reprodução dos suínos, o funcionário engorda um número pequeno de leitões, geralmente refugos - leitões muito pequenos - cuja renda se destina a cobrir as despesas de condomínio. Com esta pequena terminação o próprio condomínio paga suas despesas de manutenção, ficando o sócio fornecendo apenas a cota de milho.

A ração fornecida às matrizes e leitões é produzida no próprio condomínio, adicionada <sup>no do</sup> ao milho fornecido pelo

associado à torta de soja e um complemento vitamínico e mineral comprado no comércio.

As leitões são desmamados com aproximadamente 50 dias de idade e permanecem mais 20 dias nas creches do condomínio. Aos 70 dias os leitões são entregues aos associados. Do nascimento a venda transcorrem cerca de 6 meses, obtendo-se um animal de excelente qualidades.

TABELA 19

## DADOS TÉCNICOS DOS CONDOMÍNIOS

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR (1982)	EXPLORAÇÃO EM COMUM (1985)
Nº de Condomínios	-	86
Nº de produtores	-	830
Nº de matrizes	4.300	5.000
Sócios/Condomínio	-	9,6
Matrizes/Sócio	5,5	6,0
Matrizes/Condomínio	-	58
Nº Reprodutores (machos)	830	260
Matrizes/Reprodutor	5,5:1	19,1
Leitões Nascidos/Ponto	8,5	9,56
Leitões Desmamados/Leitegado	7,0	8,47
Desmamados/Porca/ano	12	17
Conversão alimentar	4,3:1	2,8:1
Qualidade de Produção	50% Tipo Carne	100% Tipo Carne

FONTE: ACARESC.

O aumento da produção média por produtor é cerca de 54,5%, passando cada sócio a entregar 102 suínos terminados anos, ao contrário dos 66 na situação anterior. Obtém-se



uma redução no consumo de alimentos por terminado em cerca de 150 kilos. A melhor qualidade dos terminados eleva os preços de venda em torno de 5 a 10%.

As vantagens para o produtor associado são nítidas.

"Antes eu com 35 metros (de pocilgas) só conseguia 35 a 40 porcos por ano. Hoje com 10 metros de chiqueiro eu engordo 100 porcos por ano e com mais facilidade. Porque antes era criados a porca. Hoje não precisa ficar cuidando porca pra sair leitão. O cuidado do porco é quando é pequeno. Hoje não perco mais tempo. Pego lá uma meia hora por dia pra fazer quirela (milho moído) e o resto pode trabalhar na roça. Tem água que vai pra lá sozinho. Enche de quirela e pode ir tranquilo pra roça. Se o cara faz um cocho grande, que cabe uns dois sacos, a cada dois dias pode fazer quirela... Dá uma base de uma hora por dia, na terminação, de mão-de-obra e criar o porco. Se fosse pra mim criar o porco (produzir leitão), eu não criava mais!"

(26, Linha Antins - Coronel Freitas).

"Eu acho que não tem erro (o condomínio) pro agricultor. Agora isso aí também depende sobre o preço. Se ele segurar aí entre 9,50 e 10 cruza dos o kilo, eu digo que vai ser uma das melhor proposta que saiu hoje dentro do nosso estado... (Quando criava o porco em casa dava mais trabalho) -Mas toda vida. Isso aí acho que o Sr. deve ter uma base porque talvez muitos já contaram o sistema de cuidar o suíno e cuidar a lavoura. As vez uma família pequena não vai".

(67, Linha São Donato - Campo Erê).

Como vimos, a grande vantagem para o produtor é a grande economia de força de trabalho; alimentação e instalações. A criação de suínos exige uma grande quantidade de força de trabalho e vigília no cuidado com as matrizes na fase de reprodução, bem como nos primeiros 70 dias de vida do leitãozinho. A partir desta idade o trabalho se resume ao arraçamento e limpeza das instalações.

Um produtor com 6 matrizes e níveis médios de produtividade teria de 10 a 12 partos por ano em seu estabelecimento, o que significaria um estado permanente de elevada demanda de força de trabalho. A racionalidade do novo sistema permite além de uma elevada economia de força de trabalhos,



uma melhor produtividade geral com a queda da conversão alimentar de 4,3:1 para 2,8:1. Portanto, não é de se estranhar que o suinocultor associado a um condomínio de Campo Erê considere o preço de Cz\$ 9,50 a Cz\$ 10,00 por kilo de suíno como ótimo, quando na mesma época (julho de 1986) toda a suinocultura do oeste catarinense reclamava da vilteza deste preço.

A experiência com os condomínios se multiplicou. No início de 1986 já eram 89, sendo que apenas um não se localizava no oeste catarinense. Atualmente o surgimento de novos condomínios tem se autonomizado em relação à ACARESC. Inicia-se um processo de criação de uma associação de condomínios. Dos 18 condomínios de Coronel Freitas, 16 participam desta associação que pretende inicialmente dedicar-se a produção de animais de alta linhagem para o fornecimento de matrizes aos condomínios, bem como atuar na comercialização de suínos e compra de insumos.

Todavia, o desenvolvimento dos condomínios apresentam dois reveses. O primeiro refere-se ao elevado investimento para a criação de um condomínio, calculado em torno de Cz\$ 550.000 entre instalações (Cz\$ 350.000) e compra de 60 matrizes e 3 reprodutores, e sua manutenção (Cz\$ 200.000). Contudo este investimento, repartido entre os sócios e financiado a juros agrícolas de 10% ao ano, devendo ser amortizado em cinco anos.

O segundo e principal revês, e que se coloca como preocupação para alguns técnicos da ACARESC que idealizaram o sistema, é a noção de que geraram um monstro que apressará o deslocamento de novos pequenos produtores da atividade e cujo beneficiário final será a própria agroindústria. Na metáfora de um destes técnicos, os condomínios representam um afrouxamento da pressão da porca sobre o parafuso que, tão

logo seja sentido, será novamente reapertada pelos frigoríficos. A segunda preocupação refere-se à organização em 20 grau de <sup>os</sup> condomínios cujo desenvolvimento se constitui ainda uma incôgnita.

### 5.3.2 - CIDASC

Ao lado da ACARESC, atua no oeste catarinense a CIDASC — Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. A CIDASC atua principalmente na geração de infra-estrutura geral para a produção agrícola. Assim, possui armazéns e silos para grãos e procura manter o suprimento de sementes selecionadas à região.

A Secretaria da Agricultura vem ultimamente sendo uma dos postos com maior peso político no governo estadual. Na lógica dos sucessivos governos da ARENA e posteriormente do PDS em Santa Catarina, a pasta das Construções e Obras era a grande fábrica de futuros governadores e políticos federais. No entanto, as sucessivas derrotas eleitorais sofridas pelo PDS no oeste catarinense, o grande celeiro do estado, fez com que os interesses políticos se voltassem para a Secretaria da Agricultura.

Assim, o governo estadual eleito em 1982 colocou na Secretaria da Agricultura o deputado federal do PDS mais votado naquele ano, virtual sucessor ao governo do Estado. A estratégia naufragou nas grandes mudanças políticas a nível nacional.

Neste ínterim, a Secretaria da Agricultura, através da CIDASC promoveu uma série de programas, dos quais o mais audacioso era assentar cerca de 6.000 famílias de sem terras através de um fundo estadual de terras que, infelizmente, não passou de poucas iniciativas. A CIDASC promoveu



ainda os programas troca-troca pelos quais financiava a aquisição de tratores e equipamentos a pequenos produtores individuais ou associados, sendo o pagamento realizado em quantidades fixas anuais de milho, feijão ou soja. Este programa é utilizado também para a aquisição de sementes.

### 5.3.3 - PESQUISA

A ação do Estado a nível de infra-estrutura é completado pelos organismos estaduais e federais de pesquisa. Atualmente funcionam no oeste catarinense duas estações da empresa. Uma em Caçador (C.U.R.P.), dedicada principalmente a fruticultura. A segunda, em Chapecô, sofreu grandes transformações.

A EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina - tem 40% de seu capital subscrito pela EMBRAPA e os 60% restantes pelo governo estadual - iniciou suas atividades em Chapecô em 1975, com a criação da Estação Experimental de Chapecô. De 1975 a 1983 esta estação atuou principalmente na avaliação de cultivares híbridos de milho. Com o programa de competição de cultivares híbridos e da divulgação de seus resultados, já a partir de 1980 os híbridos cultivados na região passaram a atender as recomendações da empresa, conforme declaração do chefe da referida estação.

Atuou também na pesquisa de milho variedade que permitissem ao pequeno produtor produzir internamente suas sementes. Com o milho variedade a compra de sementes no mercado passa de anual para trimestral. Em 1982 lança-se no mercado os milhos variedades EMPASC 151 Condã e EMPASC 152-Oeste. Desenvolveu-se também programas de competição de variedades de feijão, trigo e soja, manejo de pragas e etc., além da prestação de serviços na área de análise de solos e sementes.



Em 1983, por iniciativa da EMPASC e avalizada pelo novo governo estadual de Espiridião Amin, a Estação Experimental de Chapecô é transformada em Centro de Pesquisa para a Pequena Produção - C.P.P.P.. O número de pesquisadores sobe de 14 para 42. Este centro passa a atuar na geração de tecnologias adaptadas ao pequeno produtor.

Nas palavras do Chefe da C.P.P.P.:

"É dentro de um enfoque sistêmico de propriedade, de que a pequena propriedade tem que ser vista como um todo, não apenas em termos de soja, feijão ou milho, mas sim em termos de sua complexidade dentro das 4 divisas...".

Em síntese, a proposta de trabalho da C.P.P.P. é uma pequena produção diversificada, com a complementariedade das diversas atividades, calcada na administração racional do estabelecimento. Assim, a C.P.P.P. desenvolve pesquisas na introdução de novas culturas com a ervilha e o girassol; na avaliação dos equipamentos utilizados pelo pequeno produtor; nas técnicas de armazenagem da produção na unidade produtiva; nas áreas de suinoculturas, olericultura e etc. Inicia também pesquisas sócio-econômicas de acompanhamento de algumas pequenas propriedades, visando obter os parâmetros de racionalidade econômica das novas pequenas propriedades "sistêmicas".

Funciona ainda no oeste catarinense, em Concórdia, o Centro Nacional de Pesquisa de Aves e Suínos. Esta entidade da EMBRAPA desenvolve pesquisas no melhoramento das técnicas criatórias de suínos e aves, melhoramento genético de suínos, pesquisas na área de sanidade e etc.

## 5.3.4 - CRÉDITO AGRÍCOLA

A grande expansão agroindustrial dos últimos 20 anos no oeste catarinense baseou-se na expansão "vertical" da capacidade produtiva da pequena produção. O crédito agrícola tornou-se o principal mecanismo viabilizador desta expansão "vertical", da modernização da pequena produção.

TABELA 20

## CRÉDITO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

ANO	Nº CONTRATOS	(Cz\$ 1,00) VALOR CORRENTE	(Cz\$ 1,00) * VALOR CONSTANTE	ÍNDICE REAL
1970	74.254	227.535	936.595.117	100
1971	58.091	240.053	839.639.734	89
1972	68.101	380.644	1.135.234.119	121
1973	72.273	673.870	1.748.785.362	186
1974	87.820	1.375.062	2.772.861.463	296
1975	178.820	2.989.786	4.715.007.096	503
1976	172.625	4.541.564	5.070.973.648	541
1977	143.091	5.754.825	4.504.402.786	481
1978	164.464	9.013.710	5.086.743.793	543
1979	176.289	16.930.908	6.207.027.165	662
1980	202.814	32.820.806	6.009.155.590	641
1981	192.076	57.711.724	5.034.169.923	537
1982	202.751	142.304.701	6.351.357.307	678
1983	241.883	221.701.780	3.887.464.334	415
1984	131.856	453.689.716	2.481.245.124	265
1985	176.915	2.432.390.960	4.086.635.791	436

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Banco Central do Brasil.

Elaborado a partir de Tabelas do Instituto CEPA/SC.

\* Valores constantes a preços de dez/85. Índice 2/Conjun-  
tura Econômica.



A evolução dos financiamentos de créditos agrícolas em Santa Catarina seguiu as tendências gerais para o Brasil. Houve uma rápida expansão do volume de financiamentos até 1975. De 1975 a 1980 houve uma estabilização no volume real de financiamentos do crédito agrícola. A partir de 1981 inicia-se uma fase de queda do volume de financiamentos, reperando-se em 1985.

Infelizmente não se dispõe de dados regionais a partir das estatísticas do Banco Central do Brasil. Utilizamos, pois, os dados dos censos agropecuários para termos uma noção da utilização do crédito agrícola na M.R.C.O.C., embora haja grandes discrepâncias entre as duas fontes.

Conforme a Tabela 20, a percentagem dos estabelecimentos que tomaram empréstimos agrícolas na M.R.C.O.C. elevou-se de 17 para 47% em apenas uma década. O valor dos contratos foi multiplicado por 7,2 em termos reais no período. Em 1970 a M.R.C.O.C. tomou 20% dos empréstimos agrícolas do estado, pulando para 33% em 1980. Nesta década a Micro Região Colonial do Vale do Rio do Peixe manteve sua participação no total de crédito agrícola fornecido ao Estado estabilizada em 18%.<sup>11</sup>

O crédito agrícola como agente viabilizador da modernização permitiu à pequena produção alargar suas relações com múltiplos capitais. A modernização da pequena produção a nível do processo produtivo significou não apenas a mudança na forma de produzir mas também no "com o que produzir". Ou seja, esta nova forma de produzir pressupõe o emprego de determinados meios de produção não disponíveis internamente a nível de pequena propriedade.

---

11 - FIBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 70, 75 e 1980.



TABELA 21

CRÉDITO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA E M. R. C. O. C.  
1970 - 1980

	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE INFORMANTES	%	MIL CRUZEIROS VALOR	VALOR REAL *	REAL ÍNDICE	
1970	(A) S.C.	207.218	44.824	22	125.149	125.149	100
	(B) COC	53.072	9.000	17	25.188	25.188	100
	B/A x 100	26%	20%	-	20%	20%	-
1975	(A) S.C.	206.505	62.878	30	1.244.650	467.913	374
	(B) COC	57.285	19.879	35	397.403	149.399	593
	B/A x 100	28%	32%	-	32%	32%	-
1980	(A) S.C.	216.159	87.515	40	12.494.579	545.067	435
	(B) COC	65.977	31.230	47	4.159.572	191.458	720
	B/A x 100	30%	36%	-	33%	33%	-

FONTES: Censos Agropecuários - 70, 75 e 80.

\* Deflator = Índice Geral de Preços (DI) - F.G.V. - Ano Base - 1970.

A perda do controle dos pressupostos da reprodução do processo produtivo obriga o pequeno produtor a obtê-las no mercado. Sujeito à expropriação sistemática do excedente por ela gerado, a pequena produção encontra dificuldades em fazer face às despesas da reprodução do processo produtivo. Torna-se, então, dependente de instituições financeiras. O crédito agrícola torna-se, ele próprio, um dos pressupostos da reprodução do processo produtivo das unidades familiares modernizadas. Neste sentido, o crédito agrícola passa a ser incorporado pela pequena produção, tornando-se inclusive uma de suas reivindicações.

#### 5.5 - A SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL

As relações sociais no modo de produção capitalista são fetichizadas. Os homens se relacionam através de coisas, mercadorias, que parecem adquirir vida própria e passam a dominar os próprios homens. Dito de outra forma, os homens se relacionam através de suas propriedades privadas.

A definição ontológica do ser social se dá através de suas relações. Num modo de produção onde os homens se relacionam através de suas propriedades particulares, o homem é o que ele possui. Esta coisificação do homem se concretiza na própria transformação do homem em mercadoria. Dessa forma, o trabalhador, desprovido de meios para sobreviver, vende ao capitalista a última coisa que possui: a própria força de trabalho.

Capitalistas e trabalhadores se relacionam através de suas propriedades: meios de produção e força de trabalho. Esta relação é direta, sem mediações. A força de trabalho é a mercadoria transacionada e uma vez revolucionado o processo produtivo, a subsunção do trabalho ao capital é real.

As relações entre a Pequena Produção e a Agroindústria apresentam uma série de nuances que as distinguem da clássica relação trabalho capital. O pequeno produtor tem em comum com o trabalhador assalariado o fato de gerarem um excedente apropriado pelo capital. Tal fato constitui a base da união operário/camponês no processo de luta de classes. No entanto divergem na forma da expropriação do excedente que produzem.

A expropriação do excedente da pequena produção passa pela mediação de mercadorias outras que não a força de trabalho. O pequeno produtor se relaciona com a agroindústria como produtor de mercadorias. Não como vendedor de força de trabalho, mas sim como uma unidade produtiva, pois detém a posse dos meios de produção. Permeia a pergunta de Evrard de porque esta produção de mercadorias não retém a parcela de valor excedente que lhe cabe, como qualquer outra produção de mercadorias no MPC.

As análises via modos de produção, afirmam que trata-se de uma lógica distinta, de uma forma de produção que não visa o lucro. Este tipo de análise pode ser plausível para um campesinato da idade média ou de um remoto rincão ainda marginal ao capitalismo. Mas de forma alguma se adequa a pequena produção do oeste catarinense que, como vimos, historicamente buscou melhores oportunidades de inserção na economia capitalista. A busca da acumulação está presente nesta pequena produção, no mínimo para aquisição de terras para a formação de novas unidades familiares. Mas estes anseios de acumulação de modo algum se limitam a este objetivo, se remetendo a busca individual de ascensão social e aos confortos da vida moderna. Infelizmente grande parte dos organismos oficiais que trabalham junto a pequena produção do oeste catarinense parecem desconhecer este fato. Tentam perenizar um



modelo de agricultura já superado pelo próprio mercado e que não mais atende aos anseios dos próprios pequenos produtores.

Descartadas as análises via "modos de produção", resta-nos responder a pergunta de Evrard através da análise das relações da pequena produção com o mercado e, consequentemente, com o capital. Neste ponto as análises enveredaram por um outro viés. As abordagens via "redefinição das relações trabalho/capital na agricultura" tomaram as categorias de análise da relação clássica trabalho/capital e as aplicaram na análise das relações entre a pequena produção e a agroindústria. O resultado não poderia ser outro. A condição social do pequeno produtor foi bastante aproximada à do trabalhador assalariado, chegando ao extremo de torná-las idênticas como na resposta de Evrard a sua própria indagação.

Categorias como posse formal e real, subsunção formal e real tornaram-se moda. O raciocínio pode ser resumido da seguinte maneira. A posse dos meios de produção no modo de produção capitalista, uma vez utilizado produtivamente, determina ao seu detentor uma renda correspondente. Na relação capitalista reificada, o capital gera lucros. A fetichização assume graus mais elevados quando este lucro é dividido entre lucro do empresário e juros do capital. Nas palavras de Marx...

"O juro aparece como o produto verdadeiro, característico do capital, e o lucro do empresário, em oposição, como salário independente do capital".

Da não obtenção do lucro por parte do pequeno produtor, pois o excedente gerado é expropriado pelo capital,

deduziu-se que ele na verdade não tinha a posse real, capitalista, dos meios de produção. Não obstante estar subordinado ao capital, o pequeno produtor detém a posse formal dos meios de produção e um certo domínio do processo produtivo. Novamente recorre-se as reflexões de Marx do Capítulo VI inēdito e resgata-se o termo subsunção formal do trabalho ao capital. Com um novo conteúdo e uma série de variantes em diversos autores, o termo subsunção formal do trabalho ao capital passa a designar a relação entre a pequena produção familiar e o capital. Nesta relação, a pequena produção retēm apenas a parcela do valor necessário a continuidade do processo produtivo e a remuneração da força de trabalho.

Esta análise embora baseada em dados empíricos concretos, peca em sua elaboração teórica, exatamente por utilizar categorias de produção capitalista inadequadas a análise da pequena produção, pois tratam-se de relações diferentes. Daí a tendência, maior ou menor nos diversos autores, em aproximar o pequeno produtor à condição de assalariado, ã condição de um assalariado ã domicílio.

A abordagem teórica que propomos baseia-se, logicamente, em nossas pesquisas desenvolvidas na micro região colonial oeste catarinense e portanto atende a nuances históricas específicos da região.

Inegavelmente a relação entre a pequena produção e a agroindústria é uma forma específica da relação entre trabalho e capital. Neste sentido descarta-se do pequeno produtor o atributo de pequeno capitalista. Difere-se da clássica relação trabalho/capital por duas condições básicas.

O pequeno produtor relaciona-se com a agroindústria como um produtor de mercadorias. Nesse sentido a relação se dá entre duas unidades produtivas, a familiar e a capitalista. Nisto reside o segredo da acumulação capitalista



com base na pequena produção, pois o capital não subordina apenas ao trabalho, mas também a uma forma de produção. Entre o trabalho e o capital medeia uma determinada forma de organização de produção. Por não subordinar apenas o trabalho, mas também uma forma de produção, esta relação se dá necessariamente através da mediação do mercado, do fluxo de mercadorias que não a força de trabalho. Aparece, portanto, sob a forma de uma dominação a nível de circulação, porém trata-se da subordinação da própria produção. Aqui divergimos de Faure, pois a "soumission" na circulação abordamos como a manifestação aparential da subordinação da produção familiar e não como viabilizadora desta subordinação.

A dominação da forma de produção familiar possibilita a agroindústria extrair um triplo excedente. Parcela da reprodução da força de trabalho é suprida internamente pela pequena produção, o que aumenta o total do excedente passível de ser expropriado. Por outro lado, a agroindústria absorve a renda que, em condições capitalistas, corresponderia ao proprietário da terra e outros meios de produção. Soma-se a isso o fato de que nos preços dos produtos da pequena produção tendem a não constar o valor dos meios de produção supridos internamente. Ou seja, uma parcela do trabalho preterido, morto, não transfere seu valor ao preço do produto final familiar.

A capacidade de extrair este triplo excedente, possível através da relação de subordinação da pequena produção, se concretiza através das seguintes vantagens para a agroindústria: não necessidade de imobilizações de capital em terras e outros meios de produção; não pagamento de obrigações trabalhistas; não necessidade de controle do ritmo de trabalho e imposição de jornadas longas de trabalho, pois a subordinação é mediada pelo mercado; transferência dos riscos naturais da produção agropecuária; e etc.



A subordinação da pequena produção necessariamente assume a forma aparente de uma relação mercantil, sendo inclusive trabalhada ideologicamente pelo capital exaltando a autonomia (aparente) do pequeno produtor. Assim a relação de subordinação se reveste de suas próprias formas ideológicas. O pequeno produtor é tão "autônomo" quanto o trabalhador assalariado é um trabalhador "livre".

A relação de subordinação é mediada pelo mercado, pois trata-se de uma relação entre duas formas de produção. A familiar e a capitalista. A agroindústria não subordina uma unidade familiar, mas um conjunto delas. Portanto, estas devem produzir se relacionando entre si a ponto de se estabelecer <sup>em</sup> padrões sociais médios de produção. A agroindústria expropria um excedente médio dos pequenos produtores com base nos padrões médios de produção fixados no preço.

A remuneração familiar, ou seja a parcela do valor retida por uma dada unidade, vai depender, então, de sua posição ante a média estabelecida socialmente. Em períodos de elevada demanda por suínos esta produção social média cai e, portanto, produtores com produtividades menores se mantêm. Em períodos de crise, uma parcela destes é excluída do mercado, como atestam os dados da CEPA/SC. Na sucessão de ciclos, entre períodos de auge e crise, os padrões sociais médios têm uma curva ascendente.

A subordinação da pequena produção se concretiza no preço do produto da pequena produção. Produtores modernizados proporcionam um elevado excedente à agroindústria, porém preservam uma quantidade maior do valor por unidade de produto e pela quantidade destes. Produtores não modernizados preservam uma parcela pequena do valor e se manter no mercado, enquanto possível, na base do clássico baixo consumo e aumento da intensidade <sup>do</sup> da forma do trabalho familiar.

Não está descartada pois, a existência de renda fundiária. Logicamente não se trata de renda absoluta, pois não é dado ao pequeno produtor a possibilidade de explorar ou não a terra, de trabalhar ou não, estando em jogo a própria sobrevivência familiar. Trata-se de uma renda diferencial entre os pequenos produtores e entre a pequena produção e os demais setores da economia. Se não vejamos. A relação de subordinação, através da mediação do mercado, determina os padrões médios sociais de produção. Um determinado produtor que devido às condições naturais tem produtividade mais elevada puxa as condições sociais médias para cima. Com isso aumenta a capacidade da agroindústria em extrair um volume maior de excedente do conjunto das unidades familiares que subordina. Este produtor será capaz de reter uma parcela maior de valor, mas tal significa, então, que pioram condições dos produtores que se situam abaixo da média, retendo uma parcela menor do valor produzido. O montante do valor retido pelo produtor com melhores condições naturais será dado em relação às condições sociais médias de produção e não em relação às piores condições de produção socialmente necessárias.

As elevações de produtividade via modernização técnica agem no mesmo sentido, sendo o capital o beneficiário final do processo. O capital agroindustrial promove constantemente esta modernização técnica da pequena produção, interferindo no processo produtivo familiar e viabilizando uma modernização maior nas unidades com as quais mantêm relações mais estreitas, sob a forma de contratos de integração.

Com o desenvolvimento deste processo, as possibilidades de modernização de uma dada unidade familiar estão cada vez mais vinculadas ao estreitamento de suas relações com a agroindústria. A agroindústria presta assistência técnica



ca, adianta insumos e facilita a obtenção de créditos. Ao interferir no processo produtivo de uma parcela dos pequenos produtores, a agroindústria passa a determinar os padrões sociais médios de produção. Abstraindo-se da expropriação do valor, a agroindústria age determinando o valor das mercadorias produzidas na unidade familiar segundo padrões que ela própria impõe através do mercado ao conjunto dos pequenos produtores. Retomando com a expropriação do valor, a agroindústria determina o preço destes produtos, neles constando apenas a remuneração do trabalho e dos meios de produção necessários a reprodução do processo produtivo segundo os padrões médios de produção.

Além desta determinação do socialmente necessário em termos do valor, o que na relação de subordinação se concretiza num preço correspondente a padrões médios de produção, a agroindústria pode manipular este preço. Como o mercado de suínos e aves no oeste catarinense é controlado por 5 empresas, estas podem fixar os preços abaixo das condições médias, o que concretamente significa uma expropriação também de parcela do valor de força de trabalho e dos próprios meios de produção.

Avançando sobre o valor da parcela dos meios de produção, a agroindústria poderia estar comprometendo a reprodução do processo produtivo camponês. Mas aqui se faz necessário uma distinção. A unidade familiar produz internamente uma parcela dos meios de produção que necessita e a outra compra no mercado. Dificilmente a agroindústria poderia avançar sobre os meios de produção comprados no mercado sem comprometer a reprodução do processo produtivo familiar. No entanto, nos meios de produção produzidos internamente, tal não se coloca com a mesma gravidade. Tal fato pode ser comprovado empiricamente, tendo inclusive sido incorporado



na dinâmica de fixação de preços do suíno. O milho produzido internamente, bem como as instalações suinícolas construídas com madeira da própria propriedade tendem a não repassar totalmente o seu valor à mercadoria; no caso, o suíno.

Os suinocultores, quando da quebra da safra do milho, preferem diminuir a produção a engordar porco com milho comprado. A simples alteração da origem do milho proporciona resultados monetários negativos à atividade. Esta e outras situações de avanço do capital sobre o valor dos meios de produção serão retomada quando analisarmos, a seguir, os sistemas de integração.

A expropriação da parcela do valor da força de trabalho pela agroindústria apresenta duas nuances. A primeira delas refere-se a produção interna de parcela dos meios necessários a reprodução da força de trabalho. Tal determina um excedente maior de valor passível de ser expropriado. O que aparece como economia do pequeno produtor é equacionado nos preços dos produtos de origem familiar, contribuindo ao rebaixamento destes.

A produção interna de parte de sua alimentação ocorre em todas as unidades familiares visitadas, sendo inclusive maior e mais rica nas unidades modernizadas. Entretanto, nestas dá-se um consumo maior de bens duráveis como geladeiras, fogões a gás, "freezers", televisores e etc. e de roupas, calçados, alimentos industrializados, etc. Tal nos faz crer que em termos relativos os pequenos produtores menos modernizados produzam internamente uma parcela maior dos meios de reprodução da força de trabalho.

A segunda nuance refere-se a determinação do valor desta força de trabalho ao qual gradativamente incorporam-se parcelas crescentes do conforto da vida moderna, extrapolando os limites da pura sobrevivência física. Neste cam

po abre-se o caminho para a própria luta de classe, para o embate entre pequenos produtores e frigoríficos, cujo exemplo mais claro são as negociações entre avicultores e frigoríficos em torno da remuneração dos lotes de aves.

O surgimento e desenvolvimento das relações de subordinação da pequena produção se coloca não como uma contingência histórica, mas sim como uma possibilidade histórica concreta de evolução capitalista, cujo pressuposto primeiro é a própria existência de um campesinato. Portanto este campesinato não é um mero produto, criação do capital, mas uma forma de produção que interage com a economia englobante. A subordinação da pequena produção constitui um salto qualitativo nas relações entre campesinato e capital. Tal ocorre quando da interferência do grande capital no processo produtivo e a conseqüente perda do domínio técnico e da reprodução de parcela ou da totalidade dos pressupostos da reprodução do processo produtivo por parte da pequena produção. Esta nova relação passa necessariamente por uma mediação do mercado, onde se estabelece uma forma particular de fixação dos preços correspondentes às condições sociais médias de produção, porém remunerando apenas a força de trabalho e a reposição dos pressupostos do processo produtivo.

Neste sentido, a não apropriação do excedente produzido por parte do pequeno produtor não lhe é uma característica inerente, mas fruto das relações sociais subjacentes a esta forma de produção.



PARTE IV

A INTEGRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E OS  
DESDOBRAMENTOS DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO

## CAPÍTULO VI

### SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO M.R.C.O.C.

A subordinação da pequena produção do oeste catarinense tem nos atuais sistemas de integração da pequena produção à agroindústria a sua forma mais desenvolvida, a ponto de se estabelecerem relações contratuais entre as duas partes. Os chamados produtores integrados constituem a quase totalidade das unidades familiares modernizadas na área de estudo.

A integração de suinocultores e avicultores caminham lado a lado. No entanto, algumas peculiaridades nos fazem optar por uma análise em separado das duas integrações.

#### 6.1 - INTEGRAÇÃO DE SUINOCULTORES

Em 1970 as micro regiões colonial oeste catarinense e do Vale do Rio do Peixe foram responsáveis por 80%<sup>1</sup> do abate SIF estadual de suínos, subindo para 90% em 1984. A MRCP manteve sua participação no abate ~~SIF~~ SIF estadual de suínos em torno de 58% entre 1970 e 1985, enquanto que a MRCOC elevou sua participação de um patamar de 10% para 32%

---

1 - ALIMAN (1979). Opus cit. p. 334.



neste período. No tocante a produção de suínos a situação se reverte pois a MRCOC tem aproximadamente 50% do rebanho suíno estadual, ficando a MRCRP com cerca de 30%.

Infelizmente inexistem dados especializados suficientes para fazermos uma análise exclusiva de suinocultura do oeste catarinense. Utilizaremos portanto, em muitos casos, os dados para Santa Catarina sabendo que cerca de 90% da atividade se concentra nas duas micro regiões do oeste catarinense.

Como vimos, a subordinação da pequena produção passa necessariamente pela mediação do mercado, pelo estabelecimento de padrões sociais de produção. A ação do mercado e das agroindústrias provoca uma diferenciação entre os pequenos produtores. Com isto, uma parcela dos pequenos produtores passa a expandir sua produção e seus padrões individuais de produção acima da média. Tal não provocaria maiores problemas caso a agroindústria absorvesse a totalidade do aumento da produção de suínos.

Não obstante, os níveis de expansão das agroindústrias do oeste catarinense são definidos, além da capacidade de oferta de suíno terminados por parte de pequenos produtores, também por sua capacidade de expansão comercial e industrial.

Toda a economia do oeste catarinense logicamente sofre influência da economia globalizante. Contudo, os capitais agroindustriais locais mostraram-se bastante dinâmicos, ocupando parcelas crescentes do mercado nacional de suínos e aves e se tornando <sup>o</sup> as principais do setor.

2 - Fonte dos dados básicos:

- Boletim da Associação de Indústrias de Carnes de Santa Catarina.
- Instituto CEPA (1986). Opus cit.

A expansão da capacidade produtiva da agroindústria e da pequena produção familiar, embora caminhem lado a lado, está longe de ser coincidente. A possibilidade de desequilibrium é constante, haja vista a mediação do mercado.

As crises, fruto das relações de produção subjacente à pequena produção, subordinada ao capital agroindustrial, agem no sentido de regular a produção de suínos em patamares sociais médios. As crises na suinocultura são um processo cíclico e se repetem em intervalos mais ou menos regulares de 5 anos. Com o crescimento dos preços há um aumento de produção de suínos. Num dado ano, ainda com elevada produção, os preços caem. No ano seguinte a oferta de suínos cai.<sup>3</sup> Segue-se 3 anos de aumento de preços e recuperação da produção. Estes 3 anos correspondem a recomposição dos plantéis. Uma porca só está apta a entrar em reprodução sistemática a partir dos 18 meses. Mais 6 meses para a terminação do lote, só a cabo de 2 anos a produção volta a aumentar significativamente.

Até meados da década de 60 as crises cíclicas não tinham maiores desdobramentos pois não havia maiores discrepâncias entre as condições individuais de produção, bem como a reprodução familiar e a reposição dos pressupostos da reprodução do processo produtivo eram assegurados internamente.

O nível tecnológico geral praticado substancialmente mais baixo que o atual, fazia com que não houvessem maiores obstáculos à entrada ou saída da atividade suinícola.

Com a transformação das relações entre agroindústria e pequena produção elevou-se sensivelmente a capacidade

---

3 - A oferta não apresenta baixa elevada já no 1º ano de preços baixos devido ao descarte de matrizes remetidas para o abate.



produtiva de uma parcela das unidades familiares, elevando-se conseqüentemente os padrões médios de produção. Isto faz com que crescentemente as crises atinjam de forma diferenciada os pequenos produtores, conforme sua posição individual em relação aos padrões socialmente estabelecidos. Senão vejamos.

De 1945 a 1960 o abate SIF de suínos em Santa Catarina cresceu 28,5%. De 1960 a 70 cerca de 53%. Na década seguinte esta expansão foi de 208%.<sup>4</sup> Esta violenta expansão a partir de meados dos anos 60 e principalmente após 1970 foi suprida principalmente pela elevação da capacidade produtiva da pequena produção.

Se tomarmos os dados da tabela 22, o abate estadual de suínos SIF e não SIF (excluindo auto consumo) cai de um patamar de 978.000 cabeças em 1961 para 858.000 cabeças em 1965. A partir de 1966 há uma recuperação crescente do abate, elevando-se para 1.118.000 cabeças em 1969.

TABELA 22

SUÍNOS ABATIDOS SIF E NÃO SIF, EXCLUINDO AUTO-CONSUMO  
SUÍNOS ABATIDOS EM 1.000 CABEÇAS

ANO	QUANTIDADE
1945	480
1950	440
1960	617
1961	918
1962	973
1963	832
1964	844
1965	858
1966	964
1967	1.001
1968	1.091
1969	1.118

FONTES: Serviço de Estatística de Produção/M.A.



Esta expansão do abate dos frigoríficos continua em 1970 e 1971. Não obstante, 1971 marca o início de uma séria crise na suinocultura catarinense. Os preços pagos aos produtores começam a cair em 1971<sup>5</sup> e permanecem baixos em 1972. Em conformidade com nosso esquema geral de análise das crises na suinocultura, no ano de 1971 a produção e abate de suínos ainda estava elevada — o abate SIF de suínos em 1971 foi 15% superior ao ano anterior. Porém, em 1972 há uma queda na produção de suínos no estado e conseqüentemente uma queda no abate SIF em torno de 3,3%.

A crise de 1971/72 se reveste de particular importância por ser a primeira após o afloramento das relações de subordinação entre pequena produção e agroindústria. Toda a modernização provocada pelo fechamento da fronteira na década de 60, bem como pelo domínio do mercado pela agroindústria e sua ingerência no processo produtivo de parcela dos pequenos produtores veio desembocar na crise 1971/72. A grande diferença desta crise sobre as anteriores é que agora haviam diferenças substanciais nos padrões individuais de produção dos pequenos produtores.

Conseqüentemente, na fase de expansão, os novos padrões de produção socialmente determinados passaram a espelhar níveis médios de produtividade do trabalho nas unidades familiares superiores ao ciclo anterior. E, portanto, ocorre uma elevação no excedente passível de ser expropriado pelas agroindústrias do conjunto dos pequenos produtores.

A crise de 1971/72 se coloca, então, como um divisor. A partir daquele momento os padrões sociais de produção são de forma mais acentuada definidos pela agroindústria.

---

5 - Infelizmente não dispomos de dados confiáveis para preços de suínos anteriores à 1972. Os dados são muito discrepantes, porém todos indicam queda de preços em 1971.

TABELA 23

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO KILO DO SUÍNO PAGO AO PRODUTOR  
EM SANTA CATARINA - 1970 a 1985

A N O	MES	VALOR NOMINAL Cz\$	VALOR REAL <sup>1</sup> Cz\$	ÍNDICE <sup>2</sup>
1970		1,27	9,30	85
1971		1,50	9,10	83
1972	Janeiro	1,93	9,76	80
	Fevereiro	2,10	10,34	94
	Março	2,22	10,63	97
	Abril	2,29	10,92	99
	Mai	2,39	11,21	102
	Junho	2,43	11,41	104
	Julho	2,38	10,92	99
	Agosto	2,31	10,53	96
	Setembro	2,16	9,65	88
	Outubro	2,08	9,26	84
	Novembro	2,11	9,36	85
	Dezembro	2,11	9,17	83
1973	Janeiro	2,25	9,30	84
	Fevereiro	2,53	10,44	95
	Março	2,78	11,95	107
	Abril	2,65	10,72	97
	Mai	2,58	10,25	93
	Junho	2,62	10,35	94
	Julho	2,64	10,35	94
	Agosto	2,78	10,82	98
	Setembro	2,94	11,38	103
	Outubro	3,15	11,94	108
	Novembro	3,53	13,17	120
	Dezembro	3,48	12,89	117
1974	Janeiro	2,25	13,70	124
	Fevereiro	3,81	13,89	126
	Março	4,04	14,09	128
	Abril	4,73	15,85	144
	Mai	4,87	15,65	142
	Junho	4,88	15,36	139
	Julho	4,67	14,48	131
	Agosto	4,62	14,19	129
	Setembro	4,69	13,99	127

	Outubro	4,70	13,99	127
	Novembro	11,51	26,22*	238*
	Dezembro	4,66	13,31	121
	* Dado não confiável			
1975	Janeiro	4,72	13,66	124
	Fevereiro	4,58	13,96	126
	Março	4,94	13,66	124
	Abril	4,93	13,46	122
	Maior	4,93	13,16	119
	Junho	4,57	12,96	118
	Julho	4,82	12,25	111
	Agosto	4,65	11,55	105
	Setembro	4,56	11,05	100
	Outubro	4,55	10,75	98
	Novembro	4,54	10,55	96
	Dezembro	4,60	10,45	95
1976	Janeiro	4,89	10,7	97
	Fevereiro	5,06	10,7	97
	Março	5,50	11,1	101
	Abril	5,60	11,0	100
	Maior	5,63	10,7	97
	Junho	5,56	10,3	93
	Julho	5,52	9,8	89
	Agosto	5,55	9,5	86
	Setembro	5,70	9,4	85
	Outubro	6,66	10,7	97
	Novembro	7,18	11,3	102
	Dezembro	7,32	11,6	105
1977	Janeiro	8,19	12,24	111
	Fevereiro	8,43	12,24	111
	Março	9,15	15,35	139
	Abril	9,81	13,15	119
	Maior	10,22	13,25	120
	Junho	10,74	13,65	124
	Julho	10,91	13,55	123
	Agosto	10,33	12,65	115
	Setembro	10,59	12,74	116
	Outubro	11,29	13,25	120
	Novembro	11,46	13,15	119
	Dezembro	11,44	12,85	116
1978 <sup>3</sup>		12,42	10,02	91
1979 <sup>3</sup>		23,57	12,34	112



1980	Janeiro	37,52	13,96	127
	Fevereiro	37,25	13,30	121
	Março	38,10	12,76	116
	Abril	36,30	11,50	105
	Maio	37,33	11,12	101
	Junho	36,70	10,32	94
	Julho	37,85	9,82	89
	Agosto	38,00	9,22	84
	Setembro	38,35	8,95	81
	Outubro	39,35	8,42	76
	Novembro	40,85	8,13	74
	Dezembro	48,80	9,17	83
1981	Janeiro	48,49	8,55	78
	Fevereiro	<u>50,30</u>	8,17	74
	Março	<u>55,25</u>	8,36	76
	Abril	65,28	9,37	85
	Maio	58,40	7,89	72
	Junho	57,46	7,43	67
	Julho	55,30	6,81	62
	Agosto	65,20	7,52	68
	Setembro	65,34	7,17	65
	Outubro	70,66	7,43	67
	Novembro	77,78	7,77	71
	Dezembro	89,30	8,60	78
1982	Janeiro	102,20	9,26	84
	Fevereiro	124,00	10,51	95
	Março	122,00	9,71	88
	Abril	125,00	9,38	85
	Maio	133,70	9,45	86
	Junho	142,00	9,30	85
	Julho	160,00	9,88	90
	Agosto	153,00	8,93	81
	Setembro	156,00	8,78	80
	Outubro	165,00	8,86	81
	Novembro	181,00	9,26	84
	Dezembro	188,00	9,06	82
1983	Janeiro	226	9,99	91
	Fevereiro	228	9,46	86
	Março	237	8,93	81
	Abril	244	8,42	76
	Maio	247	7,99	73
	Junho	268	7,72	70
	Julho	320	8,13	74
	Agosto	418	9,65	88

	Setembro	607	12,43	113
	Outubro	760	13,74	124
	Novembro	710	11,85	108
	Dezembro	710	11,00	100
1984	Janeiro	1.000	14,12	131
	Fevereiro	1.120	14,08	128
	Março	1.040	13,32	121
	Abril	1.150	12,07	110
	Maio	1.210	11,67	106
	Junho	1.220	10,77	99
	Julho	1.300	10,40	94
	Agosto	1.470	10,63	97
	Setembro	1.730	11,32	103
	Outubro	2.100	12,21	111
	Novembro	2.100	11,11	101
	Dezembro	2.100	10,05	93
1985	Janeiro	-	-	-
	Fevereiro	2.840	10,95	89
	Março	2.690	9,21	84
	Abril	2.690	8,58	78
	Maio	2.990	8,85	80
	Junho	3.350	9,20	84
	Julho	4.200	10,59	96
	Agosto	5.400	11,94	109
	Setembro	5.400	11,37	103
	Outubro	6.150	11,43	104
	Novembro	8.715	11,41	104
	Dezembro	9.280	13,26	121

FONTE: Instituto CEPA/SC. Vários anos.

Instituto Técnico de Economia e Planejamento 1980.

1- Deflator IGP - Disponibilidade Interna. Conjuntura Econômica  
Setembro 1986. Em Cz\$ de março de 1986.

2- Cz\$ 11,00 = 100. Este era o preço reivindicado pelos produtores  
em março de 86.

3- Média do ano.

Assim, a agroindústria consegue empurrar mais um pouco a base natural da agricultura praticada pela pequena produção, modernizando-a e extraíndo-lhe uma parcela maior de excedente. Neste momento a subordinação da pequena produção, que estava apenas em germe na dominação comercial e que vinha se moldando gradativamente na década de 60, tornava-se efetiva.

Não é por acaso que os primeiros contratos de integração de suinocultores pelo Grupo Sadia são firmados em 1972, embora já fossem praticados de forma não contratual anteriormente. Também a partir de 1972 dissemina-se esta prática entre os demais frigoríficos, atingindo em 1974, a exceção da FRICOOPER, todos os grandes frigoríficos da região.

O estabelecimento de novos padrões sociais de produção a partir de 1972 inicia um processo de exclusão de parcela de pequenos produtores da suinocultura. Embora não tenha excluído um número grande de suinocultores, determinou quais unidades participariam do processo de expansão e modernização subsequente.

A partir de 1972 as agroindústrias passam a selecionar os pequenos produtores com o fito de integrá-los aos seus departamentos de fomento. Os critérios são vários, todavia se pautam principalmente por selecionar aqueles pequenos produtores mais modernizados, com melhores produtividades e que, portanto, trarão melhores retornos à agroindústria.

Tem-se um novo período de expansão. Os preços voltam a subir em 1973 e mantêm-se em patamares elevados em 1974, estimulando grandemente a produção. Com a modernização de uma parcela dos pequenos produtores, a produção de suínos deu um salto, passando em 1976 para 2.751.318 cabeças, ou seja, mais de 1 milhão de cabeças a mais que em 1970. Os frigoríficos sob inspeção federal absorveram cerca de 56%



da produção total. No entanto, novamente havia uma superprodução de suínos e Santa Catarina estava exportando para outros estados cerca de 700.000 suínos vivos.

Em fins de 1975, os preços pagos ao produtor começaram a cair, permanecendo baixos em 1976. Conseqüentemente, no ano seguinte houve uma queda de 4% na produção total de suínos e de 3,4% no abate SIF de suínos. Porém, a crise de 1976/77 não foi das mais rigorosas. Em 1978 a produção total de suínos cresceu 14% e o abate SIF cerca de 33%. Os frigoríficos passaram a abater 67% da produção total de suínos.

Por trás de grande expansão dos frigoríficos do oeste catarinense estava uma suinocultura com índices técnicos bem superiores aos níveis brasileiros. Em 1978 a taxa de desfrute brasileiro girava em torno de 56%. Esta taxa para Santa Catarina estava em torno de 92,5%.<sup>6</sup>

Em número de 100 em 1972, chegamos a 1978 com 2.304 produtores de suínos integrados em Santa Catarina, assim distribuídos:

TABELA 24  
DISTRIBUIÇÃO DE INTEGRADOS POR FRIGORÍFICOS EM 1978

EMPRESA	Nº DE INTEGRADOS
SADIA	988
Perdigão	300
Seara	472
Pagnocelli	68
SAICC	42
São Carlos	9
SAFRITA	7
Total Oeste Catarinense	1.886
Outras Regiões	418
TOTAL SANTA CATARINA	2.304

FONTE: CEAG/SC - 1978.

6 - Instituto CEPA/SC (1986). Opus cit. p.344.

O enorme progresso técnico alcançado após a adoção do sistema de integração de suínos é notório. Os índices técnicos alcançados pelos produtores contratados e assistidos são <sup>84</sup>ampalmente superiores aos índices nacionais, sendo comparáveis às médias de países com elevada tradição em suinocultura. Da mesma forma estes índices são superiores às médias de Santa Catarina (vide Tabela 25).

Estima-se em 54.000 o número de estabelecimentos que se dedicavam primordialmente a suinocultura em Santa Catarina, no ano de 1978. Os suinocultores integrados naquele ano (<sup>304</sup>2.034) correspondiam a apenas 4,26% do total de estabelecimentos cuja atividade principal era a suinocultura. Segundo Altmann,<sup>7</sup> estes produtores integrados foram responsáveis por 13% do total de suínos abatidos SIF em 1978, correspondendo a 300.000 cabeças e equivalendo a 130 terminados por integrado.

Para produzir um porco com 98 kilos a uma taxa de conversão alimentar de 3,5/1, são necessários cerca de 200 kilos de milho. Para engordar 130 suínos são necessários, então, 26.000 kilos de milho. A produtividade média da lavoura de milho no oeste catarinense gira em torno de 3.000 kilos/ha. Conclui-se que uma unidade familiar necessita de 8,6 ha de lavoura de milho para engordar 130 porcos. Claro está que estes produtores integrados apresentam, via de regra, melhores produtividades também na lavoura. Um integrado da SADIA produz cerca de 60 sacos (3.600 kg) de milho/ha (conforme entrevista dada pelo diretor da SADIA. (Vide p.190)). Precisa então de apenas 7,2 ha e não 8,6 ha de milho para engordar 130 porcos.

Vê-se, portanto, que ascender à condição de suinocultor modernizado e integrado passa pela disponibilidade de

7 - ALTMANN (1979). Opus cit. p. 178.

TABELA 25

SUINOCULTURA - ÍNDICES DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE COMPARATIVOS  
ENTRE BRASIL E ALGUNS PAÍSES DE SUINOCULTURA MAIS EVOLUÍDA\*\*\*

ITENS	BRASIL	ALEMANHA	USA	JAPÃO	INGLATERRA	S.C. ** TECNIFICADO
Desfrute	56*	160,4	136,0	191,5	170,1	168*
Peso Médio Carcças (kg)	67	75	75	74	64	75
Leitões/parto	5 a 7	8/10	8/10	8/10	8/10	9,7
Leitões desmama- dos/parto	3 a 5	7/8	7/8	7/8	7/8	8
Idade desmame (dias)	50 a 60	35/42	35/42	35/42	35/42	42
Mortalidade	20-30	10/15	10/15	10/15	10/15	15
Peso abate (kg vivo)	80-90	90/100	90/100	90/100	80/90	95
Nº partos porca/ano	1-1,5	1,8/1,9	1,8/1,9	1,8/1,9	1,8/1,9	1,8/2,2
Idade abate (meses)	8-12	5/7	5/7	5/7	5/7	5/6
Conversão alimentar/kg	5	3,5/4	3,5/4	3,5/4	3,5/4	3,5

\* FAO-FIBGE-CEPA/SC.

\*\* Dados médios de 2.236 produtores (propriedades) controlados, integrados a Fomentos Industriais ou assistidos pela Extensão Rural - ACARESC/SC, em 77/78.

\*\*\* Compilado do estudo: Diagnóstico da Suinocultura no Sul do Brasil. SUDESUL/BRDE - (1978).



terras e por um dado padrão técnico na produção de milho. O problema da disponibilidade de terra se agrava levando-se em conta a topografia acidentada do oeste catarinense, não totalmente disponível para utilização com culturas temporárias.

Mas por outro lado, a Tabela 25 demonstra ser possível atingir-se elevadas produtividades, atingindo níveis semelhantes às médias dos grandes países produtores de suínos através da pequena produção familiar. A estratégia dos frigoríficos a partir de 1978 se pautou pela integração crescente de novas unidades familiares diminuindo os rigores do processo seletivo.

A ação pura e simples do mercado já havia provocado uma modernização geral. Ao ser integrado a um departamento de fomento o suinocultor já partia de um determinado patamar técnico. A integração complementar a ação do mercado elevando-lhe a produtividade.

Após a crise 76/77 assistimos uma rápida expansão da suinocultura no oeste catarinense. Os preços dos suínos voltam a subir em 78, permanecendo em níveis elevados até meados de 1980. A produção total de suínos dá outro pulo chegando a 3.881.733 cabeças em 1980.<sup>8</sup> Ou seja, em cerca de 1.100.000 cabeças a mais que 1976. Por outro lado, o abate SIF de suínos se eleva a um patamar próximo a 3.000.000 de cabeças, absorvendo 75% da produção total de suínos do estado.

Em 1980 a suinocultura em Santa Catarina era praticada em 166.653 estabelecimentos, responsáveis naquele ano pela produção de 4.385.089 suínos. Conforme a Tabela 26 podemos observar que o volume maior de produção de suínos ocorre nos estabelecimentos com área entre 10 e 50 ha, responsá

---

8 - Instituto CEPA/SC (1986). Opus cit. p. 344.

veis por 66,6% do efetivo total e por 69% das vendas totais de suínos. Se agregarmos os estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha teremos então 78,3% do efetivo e 80,8% das vendas totais.

Os estabelecimentos maiores de 100 ha, em número de 5.399, correspondem a 3,2% do total e são responsáveis por 6,5 do efetivo total de suínos em 5,7% das vendas.

Os dados atestam que a suinocultura em Santa Catarina é praticada principalmente por estabelecimentos na faixa de 10 a 50 ha. No entanto, cerca de 72.067 estabelecimentos não realizaram vendas de suínos em 1980. Isto é, cerca de 43% de estabelecimentos que se dedicam à suinocultura o fazem apenas para prover o consumo familiar. Assim, em 1980, apenas 94.586 estabelecimentos participaram do mercado de suínos de forma mercantil, ou seja, também venderam suínos. A Tabela 27 aponta algumas curiosidades. O estrato de 10 a 20 ha, responsável por 28% das vendas, contém a maior parcela de suinocultores mercantis, o que equivale a 32,7% do total. É seguida de perto pelo estrato de 20 a 50 ha, com 31,4 do total e 41% das vendas. O terceiro estrato em número de suinocultores mercantis, está no intervalo de 5 a 10 ha com 16,6% do total e apenas 8,2 das vendas. Chama a atenção também o fato de que os suinocultores mercantis com áreas acima de 50 ha, embora representem apenas 9,1 do total, responde por 18,1% das vendas. A concentração da atividade pode ser medida pela quantidade média de suínos por estrato, estando em torno de 52,3 cabeças para o estrato de 20 a 50 ha de 106,9 cabeças para os estabelecimentos maiores de 200 ha.

TABELA 26

PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA  
SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA (ha)	INFORMANTES (DO EFETIVO)	%	A		MATRIZES		B		AUTO CONSUMO	%	TAXA ABATE $\frac{B + C}{A} = 100$
			EFETIVO	%		%	VENDAS	%			
- de 5	22.172	13,3	210.718	5,4	24.755	5,3	166.976	4,4	43.999	7,4	100
5 a 10	29.172	17,5	398.607	10,2	48.513	10,4	314.694	8,2	81.035	13,7	99
10 a 20	49.499	29,6	1.086.294	27,8	128.847	27,6	1.065.374	28,0	179.152	30,3	115
20 a 50	49.064	29,4	1.490.363	38,2	176.027	37,8	1.554.100	41,0	206.971	35,0	118
50 a 100	11.334	6,8	456.666	11,7	54.129	11,6	474.366	12,4	54.174	9,1	116
100 a 200	3.227	1,9	132.841	3,4	16.434	3,5	130.478	3,4	15.723	2,6	110
+ de 200	2.172	1,3	121.218	3,1	16.841	3,6	87.735	2,3	10.256	1,7	81
TOTAL	166.653	100,0	3.896.967	100,0	465.553	100,0	3.793.776	100,0	591.313	100,0	113

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina. 1980.



TABELA 27

PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA QUE REALIZARAM  
VENDAS EM 1980. POR ESTRATO DE ÁREA

GRUPO DE ÁREA (ha)	INFORMANTES	%	VENDAS	%	$\frac{\text{VENDAS}}{\text{INFORMANTES}}$ $\bar{X}$
- de 5	9.581	10,1	166.976	4,4	17,4
5 a 10	15.737	16,6	314.694	8,2	20,0
10 a 20	30.959	32,7	1.065.374	28,0	34,4
20 a 50	29.725	31,4	1.554.100	41,0	52,3
50 a 100	6.225	6,6	474.366	12,4	76,2
100 a 200	1.536	1,6	130.478	3,4	84,9
+ de 200	820	0,9	87.735	2,3	106,9
Santa Catarina	94.586	100,0	3.793.776	100,0	40,10

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980.

No entanto as Tabelas 26 e 27 diluem nos estratos as verdadeiras feições da suinocultura em Santa Catarina. A Tabela 28 reúne os produtores por estratos de número de cabeças, mas nem por isso é dada a solução <sup>des</sup> mais simples. Portanto, vamos analisar mais detalhadamente cada um dos estratos.

O primeiro estrato, de 1 a 10 cabeças, é formado por 78.168 suinocultores com uma média de 4,2 cabeças por informante. O número médio de matrizes é menor que um. Isto indica que muitos destes compram leitão para engorda. A produção por porca no semestre — calculado dividindo-se o efetivo com idade inferior a 6 meses pelo número de matrizes — é baixíssima (2,85). Provavelmente este estrato tem um índice de partos por porca inferior a 1,6 por ano, o que nos daria menos de 4,5 leitões/porca/ano. A produção deste estrato destina-se essencialmente ao consumo e processamento familiar. Isto nos leva a afirmar que os 72.067 suinocultores que não efetuaram vendas no ano de 1980 estão neste estrato.

O estrato seguinte, de 10 a 20 cabeças, é formado por 37.626 suinocultores com uma média de 13,5 cabeças por informante. O número médio de matrizes é muito baixo, em torno de 1,8. Da mesma maneira a produção por porco por semestre é baixo. Este estrato, assim como o anterior, não deve atingir a média de 1,6 parto/porca/ano. Caso atingisse esta média, em 1980 teriam produzido um máximo de 503.224 suínos terminados. Esta produção média máxima possível de 13,4 suínos por unidade familiar é insuficiente para satisfazer um mínimo de necessidades familiares. Muito provavelmente a suinocultura é uma atividade marginal. Os porcos são criados em condições muito precárias e a comercialização da produção deve ser feita junto a pequenos comerciantes locais ou a outros pequenos produtores com volume maior de

TABELA 28

## PERFIL DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA POR GRUPO DE CABEÇAS

GRUPO DE CABEÇAS	INFORMANTES	%	EFETIVO	%	MATRIZES	%	NÚMERO MÉDIO DE MATRIZES	A <sup>1</sup> PRODUÇÃO NO SEMESTRE	PRODUÇÃO POR PORCO/ SEMESTRE	A x 1,6 <sup>3</sup> PRODUÇÃO ESTIMADA ANO	%
- 10	78.168	46,9	331.074	8,4	51.679	11,1	0,66	147.738	2,9	236.380	5,4
10 a 20	37.626	22,5	509.069	13,0	67.192	14,4	1,79	314.515	4,7	503.224	11,5
20 a 50	34.069	20,4	1.037.174	26,6	119.157	25,6	3,50	726.122	6,1	1.161.792	26,5
50 a 100	11.819	7,1	792.685	20,3	85.731	18,4	7,25	594.755	6,9	951.608	21,7
100 a 200	3.426	2,1	452.492	11,6	51.405	11,0	15,00	345.490	6,7	552.784	12,6
+ 200	1.545	0,9	774.328	19,8	90.389	19,4	58,50	611.890	6,7	979.024	22,3
TOTAL	166.653	100,0	3.896.822 <sup>4</sup>		465.533	100,0	2,79	2.740.510	5,9	4.385.099 <sup>5</sup>	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980.

1 - Animais de 0 a 6 anos.

2 - Corresponde, grosso modo, a desmamados/porca/parto.

3 - Utilizado o Índice médio geral de 1,6 partos/porca/ano, nas unidades mais modernizadas este índice varia entre 1,8 e 2,2.

4 - O Instituto CEPA/SC estima em 3.600.000 e efetivos total em 1980.

5 - O Instituto CEPA/SC estima em 3.890.000 a produção total em 1980.



produção. Mesmo assim, descontado o auto consumo, este grupo deve ser responsável por no mínimo 10% da produção total comercializada.

Tivemos oportunidade de visitarmos alguns destes "mini-suinocultores". Possuem geralmente áreas exíguas, menores que 10 ha, e se dedicam principalmente ao cultivo de milho e feijão, muitos são pequenos arrendatários e parceiros, sem condições de elevarem o plantel de suínos ou de construir instalações, pois estão constantemente com o "pê fora da terra" quando o patrão reivindica novamente a terra. Muitos completam a renda familiar com o trabalho temporário junto a pequenos produtores. Aqui caberia muito bem a formulação de Marx sobre a produção parcelária:

"Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dado de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. <sup>6</sup> Em preço mais baixo, portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho".<sup>9</sup>

Embora esta formulação seja de difícil comprovação, a sustentamos. Basta uma rápida "olhada" nas condições de miséria em que vivem muitos pequenos arrendatários no oeste catarinense para que possamos nos convencer de sua veracidade. Ou seja, cerca de 10% da produção comercial de suínos em Santa Catarina é marginal, por ter nenhum ou muito pouco efeito sobre a fixação dos níveis de remuneração da atividade suinícola.

Excluídos os dois primeiros estratos, restam 50.466 estabelecimentos para os quais a suinocultura é uma atividade econômica de relevo e que tem uma efetiva participação na

---

9 - MARX, Karl. O Capital, Livro III, Capítulo XLII. A Gênese da Renda Fundiária Capitalista. p. 923, 924. Grifos nossos.

TABELA 29

## DISTRIBUIÇÃO DA SUINOCULTURA EM SANTA CATARINA - 1980

MICRO REGIÃO	EFETIVO	%	MATRIZES	%	V E N D A S				
					INFORMANTES	%	CABEÇAS	%	INFORMANTES $\bar{x}$
MRCOC	1.818.173	46,5	213.586	45,9	44.325	46,9	1.865.411	49,1	42
MRVRP	1.041.338	26,7	126.925	27,2	18.792	19,9	1.350.701	35,6	72
OUTROS	1.037.311	26,8	125.042	26,9	31.469	33,2	577.664	15,3	18
TOTAL STA.CATARINA	3.896.822	100,0	465.553	100,0	94.586	100,0	3.793.766	100,0	40

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980.

fixação dos padrões sociais médios de produção. Na linguagem do "mercado", estes são os "verdadeiros suinocultores".

Antes de prosseguirmos na análise destes estratos, faz-se mister algumas considerações. Infelizmente os censos anteriores a 1980 não fazem estratificação dos suinocultores por grupo de cabeças. E os dados do censo de 1985 ainda não foram publicados pelo IBGE. Portanto, não dispomos de dados para uma melhor caracterização das tendências de evolução da suinocultura.

No entanto, trabalhando com outras fontes e variáveis tentaremos resgatar estas tendências.

Através da tabela 29 podemos concluir que o grosso destes 50.859 estabelecimentos que participam efetivamente do mercado de suínos localizam-se nas micro-regiões colonial oeste catarinense e colonial do Vale do Rio do Peixe. Numa estimativa grosseira, a micro região oeste catarinense participaria com 70% do total, ou seja, 35.536 estabelecimentuos. O Vale do Rio do Peixe em torno de 20%, equivalente a 10.093 estabelecimentos e o restante do estado com 10%, algo ao redor de 5.000 estabelecimentos.

Dito isto, podemos voltar as análises dos estratos.

O terceiro estrato, de 20 a 50 cabeças, é formado por 34.069 suinocultores com média de 30,4 cabeças por estabelecimento e número médio de 3,50 matrizes. Este estrato provavelmente tem uma média de partos porca ano em torno da média, o que daria uma produção média máxima possível por suinocultor em torno de 34 cabeças. A preços corrigidos para março de 1986, isto possibilitaria uma renda bruta anual em 1980 em torno de Cz\$ 36.000 cruzados.<sup>10</sup> Como veremos a seguir, os preços de mercado para o suíno geralmente mal cobrem os custos de alimentação em condições médias de produ

10 - Utilizada a média de preços mensal de 1980 corrigidos para março de 1986. FGV.



**TABELA 39**  
**PARTICIPAÇÃO DA AVICULTURA CATARINENSE NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE DE FRANGOS (T)**

A N O	80	81	82	83	84	85
BRASIL	1.330.000	1.402.191	1.490.062	1.489.975	1.355.914	1.482.507
* STA. CATARINA	197.749	244.500	354.773	356.659	369.913	394.916
S.C. (%)	14,8	17,4	23,8	23,93	27,3	26,6

Fonte: Instituto CEPA/SC

\* Apenas abate SIF

**TABELA 40**  
**PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS DE CARNE DE FRANGO(T)**

A N O	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (T)	VALOR FOB (US\$ mil)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (T)	VALOR FOB (US\$ mil)	PARTICIPAÇÃO DE S.C. NO TOTAL DO BRASIL %
1980	170.400	209.315,1	68.156	83.726,0	40
1981	290.000	350.900,0	100.150	121.192,4	35
1982	301.792	285.475,7	146.481	130.778,2	49
1983	289.301	242.144,9	167.575	140.260,3	57
1984	281.171	264.091,4	156.800	147.235,2	58
1985*	270.000	235.170,0	145.200	127.050,0	54

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

Instituto CEPA/SC

\* Dado preliminar

### 6.2.1 - AS RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO NA AVICULTURA

O desenvolvimento das relações de integração na avicultura do oeste catarinense guarda algumas especificidades em relação à suinocultura. Primeiramente a criação industrial de aves não era uma atividade tradicional na região. Havia, logicamente, uma produção de aves, porém nada além de umas poucas galinhas ciscando em torno da residência de pequenos produtores. Não foi uma modernização progressiva na avicultura local, mas sim a implantação rápida por parte das agroindústrias de uma avicultura sob bases industriais.

Portanto, a avicultura foi implantada no Oeste Catarinense obedecendo desde o início os princípios de racionalidade econômica e técnica. A título de exemplo, dificilmente é integrado um avicultor localizado em raio maior que 20 km do local de abate. Da mesma forma, evita-se a concentração de aviários muito próximos atendendo a preceitos de sanidade.

Um outro aspecto importante em relação a integração em avicultura refere-se ao nível tecnológico da atividade. A avicultura constitui uma das atividades agropecuárias mais revolucionadas pelo capital. O frango criado atualmente é um animal híbrido, verdadeiras máquinas de transformar grão em carne. Em média, em cada 2 kg de ração obtêm-se 1 kg de frango, com uma velocidade espantosa. Se para os suínos são necessários 3,5 kg de alimentos para em 180 dias se produzir 1 kg de carne, em cerca de 45 dias se obtêm 1,4 kg de frango pronto para o abate com um consumo de, passem, 2,66 a 2,94 kg de ração.

O segredo de tal produtividade reside na criação de frangos híbridos. Para obtê-los são necessários investimentos vultosos na fixação genética de determinadas características em linhagens puras (não híbridas) de cujo cruzamento sur



girão os frangos híbridos. A produção destas linhagens puras esta controlada mundialmente por umas poucas empresas de origem principalmente americana, holandesa, francesa e japonesa. Para se produzir um frango no Brasil é necessário importar as avós puras. Destas sairão as matrizes que por fim darão origem aos frangos de corte ou galinhas poedeiras.<sup>36</sup> Em 1980 o Brasil importou cerca de 100.000 destas, custando em média a bagatela de 50 dólares a unidade.<sup>37</sup>

Atualmente uma parcela destas avós é produzida aqui mesmo no Brasil a partir de ovos importadas. A política dos grandes frigoríficos tem se pautando pela associação com capitais estrangeiros para a produção de avós. Vide exemplo do Grupo Sadia já citado.

Para estes frangos híbridos proporcionarem suas altas produtividades é necessário uma série de insumos e equipamentos como rações balanceadas, vacinas, medicamentos, bebedouros, comedouros, cortinas, etc. Logicamente exige também uma escala mínima de produção a fim de um aproveitamento máximo de força de trabalho. Normalmente, mesmo em grandes grupos, os frangos são criados em galpões de 1.200 m<sup>2</sup>, com capacidade para 12 a 13 mil aves. Ou seja, galpões com 100m de comprimento e 12m de largura. Da mesma forma são necessárias técnicas de manejo adequadas e cuidados especiais para evitar riscos sanitários devido às altas lotações de frangos mais produtivos, porém mais susceptíveis a doenças. Estes frangos são igualmente muito sensíveis a temperaturas altas ou baixas, morrendo com facilidade.

O controle técnico está totalmente nas mãos dos

36 - Excelente estudo sobre este tema é dado pelo trabalho: SORJ, POMPERMAYER e CORADINI. Camponenses e Agroindústrias. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

37 - Idem p. 30.



grandes frigoríficos, ficando o avicultor meramente obedecendo aos preceitos técnicos dos departamentos de fomento. Como a avicultura era uma atividade nova na região, os frigoríficos inicialmente tiveram que vender as idéias, convenceram al guns produtores a investirem em um aviário. Remunerações mais elevadas na fase de implantação da avicultura logo atraíram novos interessados. Dentro de pouco tempo, os frigoríficos puderam escolher a dedo os seus integrados, preferindo aqueles mais modernizados e mais próximos ao local de abate. A preferência por proprietários com áreas maiores está mais ligado as exigências para a obtenção do crédito rural, não tendo maiores relações com a produção interna do milho. O consumo de milho de 6 lotes sucessíveis de 12.000 aves num ano está muito acima da capacidade produtiva de um pequeno produtor familiar. A alimentação dos frangos é totalmente suprida pelo frigorífico. É nesse sentido que afirmamos que a integração de suinocultores tende a aproximar-se da integração de avicultores. Uma escala de produção maior exige quantidades tais de milho que será impossível produzi-los internamente. E uma maior produtividade de trabalho com a especialização de suinocultores compensará a avaliação do milho a preços de mercado.

Tal qual na suinocultura, o número de avicultores evoluiu rapidamente. Conforme a tabela 41 em 1970 havia 134 avicultores integrados a Sadia Concórdia, de Concórdia, produzindo 3,3 milhões de cabeças, responsáveis por quase 100% do abate inspecionado de Santa Catarina. Estes integrados produziram em média 24.791 aves. Supondo 6 lotes por ano, isto corresponde em média a aviários pequenos com capacidade para 4.100 aves.

Em 1971 inicia a integração de avicultores em Chapecó ligados a Sadia Avícola S.A. Já em 1974 quase todos os

grandes frigoríficos iniciaram o fomento da avicultura. Chegamos em 1976 com 934 avicultores integrados a 9 frigoríficos e produzindo cerca de 60 milhões de aves, correspondendo a 96,8% do abate sif estadual. Em média, cada integrado produzia 62.959 aves. Isto equivale a aviários bem maiores com capacidade para 10.500 aves.

TABELA 41  
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INTEGRADOS

A N O	NÚMERO DE INTEGRADORAS DE AVES	INTEGRADOS		ABATE ANUAL	
		NÚMERO	Nº MÉDIO P/ INTEGRADORA	Nº DE CABEÇAS (milhões)	Nº MÉDIO P/ INTEGRADO
1970	1	134	134	3,3	24.791
1976	9	934	106	10,0	62.959

Fonte: CEAG/S.C. (1978).

Chama a atenção entre os dados de 1970 a 1976 o aumento da produção por integrado. Após o período de experiência até 1970 as integradoras passaram a aprovar principalmente aviários de 1.200 m<sup>2</sup>, maiores e mais econômicos. Paralelamente a expansão do número de integrados, alguns avicultores passaram a construir um segundo aviário. Em 1977 a Sadia Avícola possuía 262 integrados com 303 aviários, dando uma média de 1,15 aviários por integrado.<sup>38</sup>

38 - Informações cedidas pela própria empresa.

Chegamos a 1977 com o seguinte quadro de integrados:

TABELA 42

DISTRIBUIÇÃO DO INTEGRADOS EM AVICULTURA POR  
FRIGORÍFICOS EM SANTA CATARINA 1977

FRIGORÍFICO	Nº DE INTEGRADOS
1- SADIA - Concórdia	412
2- SADIA - Avícola Chapecô	262
3- PERDIGÃO - Vale do Rio do Peixe	187
4- SEARA - Xanxerê	110
5- Chapecô Avícola - Xaxim	51
6- PAGNOCELLI - Herval D'Oeste	42
7- Frigorífico Ouro-Ouro	6
TOTAL OESTE (COC E CVRP)	1.069
8- FRIGOR - Blumenau (Jensen)	36
9- FRISUCCA - Criciúma (Eliane)	25
TOTAL SANTA CATARINA	1.130

FONTE: CEAG/SC - 1978.

Novamente recorreremos aos dados do Censo de 1980 para Santa Catarina a fim de traçarmos um perfil dos produtores de aves do oeste catarinense, por falta de dados totalizadores para esta região. Vale lembrar que o oeste catarinense concentra em torno de 95% da produção de aves de Santa Catarina, conforme a Tabela 38.

Em 1980 havia em Santa Catarina 185.617 estabelecimentos que criavam aves, sendo que destes apenas 27.781 ~~x~~ efetuaram vendas num total de 142.677.698 cabeças. (Vide Tabela 43).

Os 2.348 produtores que declararam serem avicultores, em torno de 8,5% dos estabelecimentos que realizaram ven



TABELA 43

## PERFIL DOS PRODUTORES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1980

GRUPO DE ÁREA	INFORMANTES	%	AVES VENDIDAS (GALINHAS, GALOS, FRANGOS E FRANGAS)	%	MÉDIA DE VENDAS	CAPACIDADE DO AVIÁRIO *
- 5	2.824	10,2	8.325.111	5,8	2.947	491
5 a 10	4.401	15,8	10.147.841	7,1	2.305	384
10 a 20	9.170	33,0	26.735.129	18,7	2.915	485
20 a 50	9.010	32,4	60.648.512	42,5	6.731	1.121
50 a 100	1.802	6,5	25.405.498	17,8	14.099	2.349
100 a 200	409	1,5	5.070.338	3,5	12.398	2.066
+ de 200	164	0,6	6.344.765	4,6	38.687	1.447
TOTAL	27.781	100,0	142.677.698	100,0	5.136	858
** AVICULTORES	2.348	8,5	139.653.050	97,8	59.477	9.912
** NÃO AVICULTORES	25.433	91,5	3.024.648	2,2	119,0	19,82

FONTE: Censo

\* Capacidade do aviário = média de vendas: 6

\*\* Classificação do Censo por classe de atividade econômica.

TABELA 44

## DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DOS AVICULTORES POR ESTRATO DE ÁREA

GRUPO DE ÁREA	P R O D U Ç Ã O			NÚMERO ESTIMADO DE AVICULTORES NO ESTRATO <sup>4</sup>	% DAS VENDAS E DOS AVICULTORES <sup>5</sup>
	NÃO AVICULTORES <sup>1</sup>	NÃO AVICULTORES AJUSTADA <sup>2</sup>	AVICULTORES <sup>3</sup>		
- 5	336.056	307.433	8.017.639	135	5,7
5 a 10	523.719	479.175	9.668.667	163	6,9
10 a 20	1.091.230	998.417	25.135.713	433	18,4
20 a 50	1.072.190	980.996	59.667.517	1.003	42,7
50 a 100	214.438	196.199	25.209.299	424	18,0
100 a 200	48.671	44.532	5.026.306	84	3,6
+ de 200	19.516	17.856	6.326.909	106	4,5
TOTAL	3.305.820	3.024.648	139.653.050	2.348	100,0

FONTE: Censo, 1980.

1- Informantes x média dos não avicultores.

2- Ajustado multiplicando o número de aves pelo quociente de 3.305.820/3.024.648 visando retirar as avicultores deste total.

3- Vendas totais dos estrato - venda ajustada dos não avicultores.

4- Venda dos avicultores: média de venda dos avicultores.

5- Porcentagem das vendas = porcentagem dos avicultores, pois consideramos que cada avicultor realiza vendas médias de 59.477 aves no ano.

das, foram responsáveis por 97,8% das vendas de aves em 1980. Como se vê, os níveis de concentração da produção em avicultura são bem mais elevadas que na suinocultura. Infelizmente o Censo de 1980 não traz uma estratificação por cabeças para a avicultura.

A Tabela 44 embora sejam dados estimados segundo médias, é uma aproximação bastante real da distribuição da produção dos avicultores segundo os estratos. Vemos que aproximadamente 73,7% da produção de aves é realizada por avicultores com áreas menores de 50 ha. Cerca de 5,7% da produção dos avicultores ocorre em estabelecimentos menores de 5 ha, não havendo correlação entre capacidade de produção de milho e produção de aves. Se somarmos a produção dos avicultores com área entre 50 e 100 ha, chegaremos a quase 93% da produção de aves dos avicultores.

Quanto as dimensões dos aviários, consideramos 6 lotes por ano, o que dá aviários médios com capacidade para 9.912 aves. Na prática o número de lotes por ano varia entre 5,5 e 6, ~~por ano~~. Considerando 5,5 lotes por ano, teríamos aviários com capacidade para cerca de 10.800 aves. Bem próximo das 12.000 e 12.500 aves de um aviário padrão de 1.200 m<sup>2</sup>. Em 1980 muitos pequenos produtores se tornaram avicultores. Conforme a Tabela 46 podemos ver que em 1980 foram financiados 325 granjas avícolas. Uma parcela destes novos avicultores produziu um <sup>ou</sup> em dois lotes em 1980, aparecendo como avicultores já naquele ano, embora não tenha produzido durante o ano todo. Isto fez com que decrescesse a média de produção do total dos avicultores e, conseqüentemente, o tamanho médio dos lotes de aves. A esmagadora maioria dos aviários em funcionamento no oeste catarinense têm dimensões de 1.200 m<sup>2</sup>, com uma capacidade para 12.000 a 12.500 aves por lote. Apenas uma pequena parcela dos aviários mais antigos têm dimensões menores.



Outro dado interessante refere-se ao número de a viários por avicultor integrado. Geralmente cada avicultor tem apenas um aviário. No entanto existem avicultores com dois, três e até quatro aviários. Os dados fornecidos pela SADIA avícola de Chapecô revelam uma média de 1,2 aviários por integrado.

TABELA 45

## NÚMERO DE AVIÁRIOS NA INTEGRAÇÃO SADIA AVÍCOLA

ANO	Nº DE PROPRIEDADES INTEGRADAS	Nº DE AVIÁRIOS	MÉDIA DE AVIÁRIOS POR PROPRIEDADE
1971	22	22	1
1975	144	153	1,16
1979	323	376	1,11
1982	371	449	1,21
1984	518	585	1,13

FONTE: SADIA Avícola.

Infelizmente não dispomos de dados para todos os integrados. Estamos, pois, impossibilitados de fazer as devidas correções na Tabela 44 quanto ao número de avicultores por estratos. No entanto, mesmo com as devidas correções, acreditamos que não haveriam alterações significativas.

## 6.2.2 - A EXPANSÃO DAS INTEGRAÇÕES

Com o crescimento da procura por parte dos pequenos produtores para se integrarem aos departamentos de fomento de avicultura, estes puderam selecionar aqueles produto

res que se adequassem à racionalidade técnica e econômica do sistema. São preferidos aqueles produtores mais bem sucedidos, mais próximos e localizados em áreas com pouca concentração de aviários. Leva-se em conta também o zelo que o produtor tem por sua propriedade e a disponibilidade interna de água.

Um total controle técnico do processo produtivo dispensaria um maior rigor no processo seletivo. No entanto a elevada procura pela integração possibilita ao frigorífico escolher os "melhores". Mesmo assim critérios econômicos como proximidade de outros aviários tendem a se tornar preponderantes.

Uma vez selecionado um pequeno produtor, o departamento de fomento elabora um projeto posteriormente enviado ao Banco para obtenção do crédito para investimento. O frigorífico não avalia o projeto, sendo que o produto selecionado deve oferecer suas propriedades como garantia. Conforme declarações de um funcionário do departamento de crédito rural do Banco do Brasil em Chapecó, muito dificilmente um banco não aprova um projeto elaborado por um departamento de fomento.

As estatísticas de crédito rural são, pois, um importante instrumento para avaliarmos a expansão da avicultura integrada em Santa Catarina. Conforme a Tabela 46 podemos observar que o financiamento de granjas avícolas toma parcelas significativas do total dos créditos para investimento na pecuária obtidos em Santa Catarina. Apenas em 1982 não foi o item responsável pela maior captação de créditos para investimento na pecuária. De 1974 a 1985 foram efetuados 3.422 contratos para financiamentos de granjas avícolas. Na maioria dos casos cada contrato implica na entrada de mais um produtor no ramo avícola. Em outros casos há o fi

nanciamento simultâneo de vários aviários para empreendimentos dos próprios frigoríficos em ainda trata-se de um segundo aviário construído por um produtor familiar já integrado em avicultura.

TABELA 46

## FINANCIAMENTO DE GRANJAS AVÍCOLAS EM SANTA CATARINA

A N O	TOTAL DOS EM PRÉSTIMOS PA RA INVESTI MENTOS NA PE CUÁRIA (Cz\$ 1.000)	G R A N J A S		A V Í C O L A S	
		Nº DE CONTRATOS	VALOR DOS CONTRATOS Cz\$ 1.000	VALOR X POR CON TRATO	% DO TOTAL DE CRÉDITO PARA INVES TIMENTO A GROPECUÁRIO
1974	148.706	341	40.819	119,7	27,5
1975	183.585	193	34.571	179,1	18,8
1976	177.737	216	51.118	236,6	28,7
1977	200.374	462	86.338	186,8	43,0
1978	294.928	304	113.465	373,2	38,4
1979	690.791	398	280.778	705,4	40,6
1980	984.123	325	396.086	1.218,7	40,2
1981	1.184.609	401	674.314	1.681,6	51,9
1982	1.599.429	323	575.736	1.782,4	35,9
1983	2.464.084	148	303.902	2.053,4	12,3
1984	5.024.091	172	1.256.401	7.304,6	25,0
1985	-	139	2.242.063	16.129,9	-

FONTE: Banco Central.

Chegamos a 1985 com o seguinte quadro estimativo de distribuição de integrados e aviários por empresa no oeste catarinense em ~~1985~~.



TABELA 47

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DE INTEGRADOS E AVIÁRIOS  
POR EMPRESA

EMPRESA	INTEGRADOS	AVIÁRIOS INTEGRADOS	AVIÁRIOS DA EMPRESA (FRANGOS)	TOTAL DE AVIÁRIOS	ABATE EM 1985 AVES
1- SADIA Avícola <sup>1</sup>	576	645	82	722 <sup>3</sup>	37.088.000
2- Chapeco Avícola (SAICC) <sup>1</sup>	466	548	30	578	33.279.000
3- SADIA Concórdia <sup>2</sup>	650	960	100	1.060	58.993.000
4- SEARA <sup>2</sup>	428	480	-	480	32.200.000
5- Perdigão <sup>2</sup>	1.240	1.389	-	1.389	93.073.000
TOTAIS	3.360	4.022	212	4.234	254.633.000

FONTES: Pesquisa Própria junto as empresas. Balanços das empresas, exercício 1985.

1- Dados fornecidos pelas empresas.

2- Dados estimados conforme índices das duas primeiras empresas.

3- Abate de frangos e perus, respectivamente 31.596 mil e 5.492 mil.

Se tomarmos a evolução dos preços de frango pagos ao produtor catarinense nos últimos 16 anos, veremos uma clara tendência decrescente, fruto da crescente maior produtividade do trabalho na avicultura. Os preços do frango cresceram até 1974 quando atingiram em média cerca de Cz\$ 14,31 o kilo. De 1975 a 1980 estes preços caíram para um patamar em torno de Cz\$ 11,0 por kilo, excessões feitas a 1978 quando estes preços subiram para Cz\$ 12,69 por kilo. Mas já em 1980 voltaram a cair para um patamar entre Cz\$ 9,00 a ..... Cz\$ 10,00 o kilo. A subida dos preços do frango em 1979 está ligada a criação naquele ano da Associação de Avicultores de Santa Catarina - ACRAVE - em Chapecô. Voltaremos mais tarde a este ponto.

A partir de 1980 os preços do frango despencaram, permanecendo definitivamente em patamares abaixo de Cz\$ 9,00. Em 1980 os preços médios do frango giravam em torno de Cz\$ 9,98. Caíram para Cz\$ 8,79 em 1981 e para Cz\$ 7,31 em 1982, em seus níveis mais baixos. Em 1983 e 1984 houve uma pequena recuperação ficando os preços médios entre Cz\$ 8,70 e Cz\$ 9,25. Em 1985 os preços caem novamente para patamares médios em torno de Cz\$ 7,50. Nos primeiros meses após o plano Cruzado os preços do frango se mantiveram em torno da média de 1985.

Esta queda constante dos preços do frango pagos ao avicultor catarinense se deve basicamente a três mecanismos. O primeiro deles logicamente refere-se a crescente produtividade do trabalho na avicultura. Para termos uma noção deste progresso técnico basta uma simples comparação da capacidade produtiva do avicultor em relação a um suinocultor. Um pequeno produtor com um aviário pode produzir anualmente 72.000 aves. Computando-se um peso médio por aves de 1,5 kg, teríamos a produção de 108.000 kilos de carne com um dispêndio de cerca de 216.000 kilos de ração. Um pequeno suinocultor com

cerca de 25 ha e 9 criadeiras com índices técnicos mesmo elevados poderia produzir cerca de 14.400 kilos de carne por ano com um consumo em torno de 50.400 kilos de ração. O avicultor com um consumo de ração quatro vezes maior produz cerca de 7,5 vezes mais carne .

Em 1970 eram necessários 60 dias para se obter um frango com aproximadamente 1,5 kilos, com taxa de conversão alimentar próxima aos 2,5:1. Atualmente com apenas 45 dias se obtém um frango do mesmo tamanho e a taxa de conversão alimentar em torno de 2,0:1. A alimentação dos frangos atualmente em um aviário com comedouros automáticos (movido através de correias) resume-se a apertar dois botões, um para ligar o equipamento, outro para desligá-lo após 30 minutos. A ração é colocada em silos que desembocam sobre as correias. Estes ao girar recebem a carga de ração e se deslocam em toda a extensão do aviário.

Ante a este avanço técnico, os agroindústrias pressionam os preços para baixo. Com frigoríficos de abate de aves novos e modernos e sendo supridas por uma pequena produção familiar modernizada; as agroindústrias do oeste catarinense ocuparam fatias crescentes do mercado nacional, pressionando os preços do frango no Brasil para baixo. Com níveis de produtividade mais elevados, os avicultores do oeste catarinense tinham inicialmente uma remuneração mais elevada à sua atividade, quando comparado ao restante do Brasil. Ocorrem porém dois fenômenos.

Ao expandir sua participação do mercado nacional, os preços do frango no Brasil passaram a espelhar de forma crescente condições de produção médias mais próximas aos padrões catarinenses. Por outro lado houve também uma modernização da avicultura nos outros estados, principalmente em



Minas Gerais e São Paulo.<sup>40</sup> Com isto diminuïram as vantagens comparativas da avicultura catarinense, não por estar se tornando ineficiente, mas, pelo contrário, por comandar a evolução da avicultura no Brasil, fazendo com que as condições médias de produção de aves que regulam os preços de mercado se aproximem de seus níveis quando se torna responsável por parcelas crescentes da produção nacional.

Os preços pagos aos avicultores catarinenses cresceram até 1974, fase de implantação das relações de integração em avicultura no oeste catarinense. A avicultura se firmou como uma atividade rentável e as filas de pequenos produtores junto aos departamentos de fomento cresceram rapidamente. De 1974 a 1978 os preços do frango pagos ao produtor caíram cerca de 23,5%. Neste ano a avicultura tornou-se uma atividade deficitária.

Vejamos o comportamento das relações entre avicultores e frigoríficos ante a tais variações nos preços do frango. Quando de sua implantação, o funcionamento das relações de integração em avicultura se assemelhava à integração em suinocultura, exceto o fato de a agroindústria fornecer a totalidade da alimentação do frango. A agroindústria fornecia os insumos e comprava a totalidade da produção junto ao avicultor descontando os insumos adiantados. Os preços pagos aos avicultores crescem até 1974, fase de implantação das relações de integração em avicultura no oeste catarinense. A avicultura se formou como uma atividade rentável e as filas de pequenos produtores junto aos departamentos de fomento cresceram rapidamente. De 1974 a 1978 os preços do frango pagos ao pro

---

40 - A este respeito vide:

SORJ, POPENMAYER e CORADINI. Camponeses e Agroindústria. Capítulo 2. Capitais, Frangos e Camponeses.

TABELA 48

RESULTADO MÉDIO DO FRIGORÍFICO - PRODUTOR DE AVES DE CORTE \*

1978

COMPORTAMENTO DO CUSTO	PINTOS	RAÇÃO	VACINAS E MEDICAM.	DEPRE- CIAÇÃO	MÃO-DE- OBRA**	PREV. SOCIAL	DESPESAS FINANC.	ENERGIA ELÉTRICA	GÁS	TOTAL DAS DESPESAS	RECEITAS	RESULTADO
$\bar{X}$												
OITO FRIGORÍ- FICOS	2.686,9	12.213,0	196,2	608,6	396,2	344,6	940,7	84,9	322,8	17.775,5	15.314,9	- 2.460,6

FONTE: Pesquisa Direta-CEAG/SC - Fevereiro de 1978.

\* Dados tomados conforme as médias dos avicultores de cada frigorífico - foram amostrados 121 avicultores.

\*\* Considerando um trabalhador por aviário, remunerado com base no salário mínimo regional.

dutor caíram cerca de 23,5%. Neste ano a avicultura tornou-se uma atividade deficitária.

Podemos observar através da Tabela 48 a dificuldade enfrentada pelos avicultores em 1978. Os dados do CEAG/SC (1978) apresentam resultados negativos para todos os frigoríficos. Computados todos os custos, havia um prejuízo em torno de 14% por lote de aves terminadas. A receita total era suficiente apenas, em média, para remunerar os pintos e a ração, ficando os demais custos a descoberto. Ou seja, a avicultura não estava remunerando a força de trabalho, despesas financeiras e depreciação das instalações, além de outros custos variáveis menores que corriam por conta do produtor.

Era enorme o descontentamento entre os quase 1.500 avicultores integrados em 1978, concentrados principalmente nos municípios de Chapecô e Concórdia e arredores. Em 1979 surge um fato novo na avicultura catarinense. Premidos por dificuldades econômicas, os avicultores formam a primeira associação de pequenos produtores integrados em Santa Catarina. Em 12 de setembro de 1979 é fundada a ACRAVE — Associação Catarinense de Criadores de Aves — no município de Chapecô.

Entre os objetivos de ACRAVE, dois merecem destaque:<sup>41</sup>

- a) Congregar os criadores, pessoas físicas e jurídicas que por suas atividades, estejam ligadas diretamente à criação de aves, vedada a participação dos que industrializam o produto.
- b) Defender os interesses e direitos da classe.

---

41 - ACRAVE - Estatutos Sociais. 1979. p. 1.



As relações entre os frigoríficos e a ACRAVE foram inicialmente bastante conflituosas. Houve pressões dos frigoríficos junto aos avicultores que associavam-se à ACRAVE. A Comissão Pastoral da Terra de Chapecó relatou-nos casos de rompimento das relações contratuais, pressões sobre a diretoria e etc. As primeiras diretorias se mostraram bastante combativas, embora nunca tenha sido realizado um boicote dos produtores. De fato no ano de 1979 houve a primeira recuperação dos preços do frango pagos ao produtor em Santa Catarina. Em 1979 os preços do kilo do frango giravam em torno de Cz\$ 10,67.<sup>42</sup> Em 1979 atingiram patamares médios de Cz\$ 12,69.

Ante um enfrentamento direto com os avicultores integrados organizados em uma associação, os frigoríficos adotaram duas estratégias. A primeira delas refere-se ao seu relacionamento com a ACRAVE. Depois de uma primeira fase de acirramento do conflito, adotaram uma estratégia de amenização dos conflitos e aproximação com as diretorias da ACRAVE. Passaram inclusive a incentivar a afiliação dos integrados à ACRAVE. Como resultado, a ACRAVE foi perdendo crescentemente o seu papel como um instrumento de luta <sup>dos</sup> de avicultores, para tornar-se um instrumento de mediação das relações entre frigoríficos e integrados.

As atuais diretorias tendem a reforçar o caráter de "parceria" entre frigoríficos e integrados, da interdependência da "saúde econômica" dos frigoríficos e integrados. Da mesma forma tendem a evitar iniciativas mais radicais, como boicotes dos produtores. As iniciativas da ACRAVE tem se pautado pela negociação com os frigoríficos de patamares constantes de remuneração da atividade avícola, estabelecendo patamares constantes de lucratividade no setor.

42 - A preços de março de 1986.

TABELA 49

## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FRANGO PAGOS AO PRODUTOR EM SANTA CATARINA

A N O	MÊS	PREÇO CORRENTE Cz\$	PREÇO REAL Cz\$
1970		1,80	11,27
1971		2,28	11,91
1972		2,79	12,13
1973		3,48	12,88
1974		5,01	14,31
1975		5,83	13,25
1976		7,20	11,43
1977		9,50	10,67
1978		13,58	10,95
1979		24,25	12,69
1980	Janeiro	29,00	10,78
	Fevereiro	31,00	11,95
	Março	31,00	10,38
	Abril	31,00	9,82
	Maio	33,00	9,82
	Junho	33,90	9,53
	Julho	34,00	8,82
	Agosto	37,00	8,87
	Setembro	42,30	9,74
	Outubro	44,00	9,41
	Novembro	52,00	10,34
	Dezembro	54,00	10,26
1981	Janeiro	59,00	10,41
	Fevereiro	57,50	9,37
	Março	63,00	9,54
	Abril	61,50	8,83
	Maio	58,00	7,94
	Junho	59,30	7,68
	Julho	64,00	7,80
	Agosto	80,00	9,24
	Setembro	84,00	9,23
	Outubro	84,00	8,85
	Novembro	85,00	8,50
	Dezembro	85,00	8,10

1982	Janeiro	85,00	7,70
	Fevereiro	95,00	8,06
	Março	102,00	8,07
	Abril	95,00	7,13
	Mai	95,00	6,72
	Junho	98,00	6,42
	Julho	117,00	7,23
	Agosto	113,00	6,60
	Setembro	135,00	7,60
	Outubro	135,00	7,26
	Novembro	145,00	7,42
	Dezembro	137,00	7,57
1983	Janeiro	180,00	7,96
	Fevereiro	185,00	7,68
	Março	215,00	8,11
	Abril	230,00	7,94
	Mai	280,00	9,06
	Junho	295,00	8,51
	Julho	310,00	7,89
	Agosto	356,00	8,23
	Setembro	540,00	11,06
	Outubro	530,00	9,57
	Novembro	550,00	9,17
	Dezembro	600,00	9,31
1984	Janeiro	735,00	10,38
	Fevereiro	950,00	11,95
	Março	980,00	11,21
	Abril	800,00	8,40
	Mai	850,00	8,20
	Junho	950,00	8,39
	Julho	980,00	7,84
	Agosto	1.200,00	8,68
	Setembro	1.580,00	10,34
	Outubro	1.750,00	10,17
	Novembro	1.550,00	8,20
	Dezembro	1.515,00	7,25
1985	Janeiro	1.830,00	7,78
	Fevereiro	1.950,00	7,14
	Março	1.750,00	5,99
	Abril	1.750,00	5,59
	Mai	1.750,00	5,19
	Junho	2.850,00	7,83
	Julho	3.330,00	8,32



Agosto	3.510,00	7,77
Setembro	3.650,00	7,40
Outubro	4.050,00	7,53
Novembro	5.950,00	9,62
Dezembro	6.950,00	9,93

---

FONTE: Instituto CEPA/SC . 1986.

Deflator. IGP - Índice de Disponibilidade Interna.

FGV - Conjuntura Econômica. Vários anos.

Preços deflacionados para março de 1986.

Por outro lado, a partir de fins dos anos 80 os frigoríficos começaram a alterar a forma de remuneração dos avicultores. Passou-se a remunerar os avicultores com base nas formas empregadas pelas agroindústrias Norte-Americanas. Anteriormente os frigoríficos remuneravam a totalidade da produção, descontando os adiantamentos de insumos. Na nova forma os contratos de parceria rezam que uma porcentagem da produção total pertence ao frigorífico e a parcela restante cabe ao "parceiro criador", remunerada a preço de mercado e sem descontos. Entretanto a parcela que cabe ao produtor não é fixa, variando conforme seus índices individuais de produtividade.

Como que por mágica, os preços do frango pagos ao produtor são deslocados do centro de conflito entre avicultores e frigoríficos. Com esta nova forma de remuneração da produção de frangos, os frigoríficos impõem aos avicultores uma nova lógica. Os preços de frango são estabelecido pelo mercado. Pelo jogo da oferta e da procura, e portanto, as agroindústrias não podem alterá-lo pagando acima dos preços de mercado. Desta forma os frigoríficos puderam continuar pressionando os preços do frango para baixo. Conforme a Tabela 49 podemos ver que os preços continuam caindo, chegando a Cz\$ 5,19 em maio de 1985.

Na nova forma, a remuneração do avicultor vai depender da parcela da produção que lhe cabe e dos preços de mercado praticados. Para cada nível de preços de mercado praticados e para cada nível de produtividade individual corresponde uma determinada parcela da produção total estabelecida em tabelas. As negociações entre ACRAVE e frigoríficos vão se dar então não mais em torno dos preços, mas sim em torno dos percentuais da produção que correspondem aos produtores. Ou seja, vão ser negociados os índices constantes nas tabe

las. Esta nova forma de negociação tende a ideologicamente reforçar o caráter de autonomia do avicultor. Este como parceiro recebe uma parcela da produção, vendendo-a a preço de mercado.

A remuneração segundo uma parcela da produção total tem um efeito desagregador entre os avicultores. Anteriormente se negociavam o preço do frango, uma variável social comum a todos os avicultores. Atualmente se negociam os índices das tabelas que remuneram diferencialmente os produtores segundo seus níveis individuais de produtividade. As negociações da ACRAVE não pretendem obter uma remuneração idêntica para todos os avicultores, mas sim elevar as proporções da produção total que cabem ao avicultor segundo o índice alcançado.

A fórmula de cálculo dos índices atingidos individualmente pelos avicultores diferem de integradora para integradora, da mesma forma que a parcela da produção que cabe a um avicultor com dados índices técnicos varia entre os diversos integrados. Infelizmente, por motivos óbvios, as agroindústrias dificultam o acesso às tabelas e à fórmula de cálculo dos índices. A taxa de conversão alimentar é a principal variável tomada para o cálculo do índice atingido pelo produtor individual. Com base na taxa de conversão alimentar e no peso total do lote de aves chega-se a parcela da produção correspondente ao produtor.

Numa dada integradora a percentagem de produção que cabe ao avicultor é obtida através do cruzamento numa tabela, da taxa de conversão alimentar e do peso médio do lote. A tabela confeccionada com o preço de mercado do frango no mês aponta não a percentagem de produção obtida pelo avicultor, mas sim diretamente a remuneração em cruzados que lhe cabe.



Em outra integradora, a parcela de produção que cabe ao produtor é obtida através de um índice de eficiência econômica, I. E. E., obtido através das variáveis: peso médio do lote, taxa de sobrevivência, idade de abate e conversão alimentar. O índice obtido na tabela determina o que cabe ao produtor. Infelizmente não tivemos acesso aos cálculos que fazem a conversão deste índice em percentagem da produção. Uma terceira integradora emprega o F. E. P - Fator de Eficiência Produtiva - utilizando-se basicamente das mesmas variáveis acima citadas. Conforme cada fórmula particular de cálculo dos índices temos uma distribuição diferente dos rendimentos para o produtor. Algumas agroindústrias premiam de forma mais efetiva os mais produtivos. Outras têm uma distribuição mais equânime, não remunerando muito alto os mais produtivos e, em compensação, não remunerando tão baixo os menos produtivos.

Tomando-se os dados médios possíveis da região teríamos as taxas de conversão alimentar variando entre 1,96<sup>5</sup>:1 a 2,15:1. Convém alertar que taxas de conversão ótimas, entre 1,95:1 a 2,05:1 somente são possíveis quando o frango é abatido com no máximo 45 dias e com peso entre 1,30 a 1,40 kilos. Acima desta idade ultrapassa-se o ponto ótimo de conversão. Frangos abatidos com 50 ou 55 dias são bem mais pesados, entre 1,6 a 1,7 kilos, porém caem as taxas de conversão alimentar. A idade de abate é decidida pelo frigorífico que avisa ao produtor com antecedência de 1 ou 2 dias quando vai recolher a produção. O cronograma de abate dos frigoríficos é definido pelos seus contratos de fornecimento. O mercado árabe de exportação de aves exige frangos menores, em torno de 1,3 kilos, já o mercado latino americano exige frangos maiores, em torno de 1,7 kilos.

Permanecer com frangos por mais tempo, de 50 a 55 dias, significa para o produtor uma menor remuneração pela queda das taxas de conversão alimentar, bem como pelos riscos de doenças ou problemas com temperatura num aviário com 12.000 aves de porte grande.

Tomemos alguns índices de produção médios possíveis: taxa de conversão alimentar variando entre 1,95 a 2,15:1; peso médio de abate entre 1,3 e 1,8 kilos por frango; idade de abate entre 42 e 55 dias; taxa de mortalidade entre 2 a 3%. Com esta variação dos índices e consultando as diversas tabelas dos frigoríficos válidas para o mês de abril de 1986, a remuneração possível de um lote de aves variava de Cz\$ 6.000, para conversão em torno de 2,15:1 e peso médio de 1,3 kilos, até Cz\$ 14.000, para conversão em torno de 2,0:1 e peso médio próximo a 1,75 kilos por frango. Informações de um departamento de fomento estimava a média obtida pelos produtores por lote entre Cz\$ 10.000 e Cz\$ 11.000. No entanto, em cerca de 25 avicultores visitados no município de Chapecô em abril e maio de 1986 a remuneração média por lote girava em torno de Cz\$ 8.000. Isto correspondia a taxas de conversão em torno de 2,10:1 e peso médio por frango próximo a 1,5 kilos, em que o produtor recebia cerca de 6% da produção total do lote. Isto equivale a aproximadamente 800 aves um lote de 12.000 aves terminadas.

Com estes dados médios podemos calcular os custos de produção. Utilizemos como base os custos dos insumos praticados por determinada agroindústria, bem como os dados recolhidos junto aos avicultores. Trabalharemos com o preço pago ao produtor pelo kilo de frango praticado pela mesma agroindústria que forneceu os custos dos insumos.

Conforme a Tabela 50 podemos observar que os custos de produção estão ligeiramente superiores aos preços pa



gos ao produtor pelo kilo de frango. O que chama a atenção na Tabela 50 é o resultado positivo alcançado pelo avicultor, mesmo sendo contratado um trabalhador permanente remunerado com base no salário mínimo. Se analisarmos a evolução dos preços do frango pagos ao produtor de 1980 a 1985, veremos que nestes 72 meses em cerca de 43 meses os preços estiveram acima do patamar de abril de 1986 e em 29 meses os preços estiveram abaixo. Concluímos que este resultado positivo não é fortuito, mas vem permanecendo nos últimos anos, embora tenham havido períodos críticos em 1982 e início de 1983, bem como em quase todo o ano de 1985.

No entanto este resultado positivo é de pequena monta. Nos primeiros 15 dias de vida dos frangos um aviário demanda uma grande quantidade de trabalho, sendo necessário mais de uma pessoa para dar conta de todas as atividades. Computados estes outros gastos com força de trabalho, o resultado positivo teria um razoável decréscimo.

A avicultura se coloca como uma atividade que remunera integralmente os meios de produção e proporciona cerca de 1,5 salários mínimos para remuneração da força de trabalho permanente mensalmente. <sup>no</sup> No obstante, nem por isso deixa de ser uma atividade subsidiada dentro da propriedade familiar. No nosso cálculo dos custos de produção, diluímos o pagamento das instalações e do serviço da dívida por toda a vida útil de um aviário, ou seja, 15 anos ou o equivalente a 90 lotes. No entanto os Bancos financiam apenas 70% do investimento. As parcelas devem ser amortizadas a partir do sexto mês em intervalos trimestrais até o 50º mês.

Um aviário pronto e equipado custa aproximadamente Cz\$ 240.000. Este custo pode ser barateado através do emprego de força de trabalho familiar auxiliado na construção, ou utilizando-se madeira de origem interna. O Banco financia



TABELA 50

CUSTO DE PRODUÇÃO DE UM LOTE DE 12.000 AVES<sup>1</sup>

INSUMOS FORNECIDOS PELO FRIGORÍFICO		A NÍVEL DO PRODUTOR		TOTAL - Cz\$
CUSTOS VARIÁVEIS (A)		CUSTOS VARIÁVEIS (B)		
Pintos	Cz\$ 24.480,00	Maravalha	Cz\$ 630,00	
Ração Inicial	33.618,00	Energia Elétrica	48,00	
Ração Engorda	74.463,00	Lenha	648,00	
Vacinas, Med. e Desinfetante	1.173,00	Força de Trabalho (20% da R.B.)	1.604,00	
FUNRURAL (2,5% R.B.)	3.326,00	FUNRURAL (2,5% R.B.)	179,00	
		Manutenção das Instalações	200,00	
		Despesas Gerais	200,00	
SUB-TOTAL C.V.B.	137.060,00	SUB-TOTAL C. V. B.	3.909,00	140.969,00
		CUSTOS FIXOS		
		Depreciação das Instalações <sup>2</sup>	2.666,00	
		Juros sobre o Capital Fixo <sup>3</sup>	588,00	
		SUB-TOTAL C. FIXO	3.254,00	3.254,00
		CUSTO TOTAL	7.163,00	144.223,00
		RECEITA TOTAL	8.000,00	143.100,00
		RESULTADO R.T. - C.T.	837,00	(1.123,00)

FONTE DE DADOS BÁSICOS: Pesquisa direta . Índices Técnicos, quantidades e preços para Chapecó em maio de 1986.

- 1- Índices Técnicos - Peso médio do lote: 1,5 kg; Conversão Alimentar : 2,10:1; Taxa de Mortalidade: 2%. Idade de abate: 45 dias.
- 2- Depreciação - Valor das Instalações ÷ 90 lotes (vide útil do aviário = 15 anos).
- 3- Juros - Juros agrícolas de 10% ao ano.

70%, ou seja, aproximadamente Cz\$ 170.000. O restante deve ser integralizado pelo avicultor. Decorridos seis meses o aviário entrega o 1º lote de frangos. Iniciam concomitantemente as amortizações. Tivemos oportunidade de analisar um financiamento de um aviário no valor de Cz\$ 173.000. As amortizações trimestrais, em número de 16, eram da importância de Cz\$ 14.281,00. Em um trimestre temos um e meio lote. Isto significa dizer que até o quinto ano cada lote deve proporcionar Cz\$ 9.520,00 para as amortizações.

Como vimos em nossos cálculos na Tabela 50, a depreciações das instalações e os custos financeiros ascendem a apenas Cz\$ 3.254,00. Se juntarmos o saldo positivo de Cz\$ 837,00, teremos Cz\$ 4.091. Faltariam ainda Cz\$ 5.429,00 por lote para cobrir as amortizações. Assim, do início do financiamento até o 50º mês a avicultura deve ser subsidiada por outras atividades da unidade familiar. Isto além de o avicultor ter que bancar com parcela do investimento inicial. Para o avicultor os primeiros cinco anos na atividade são particularmente difíceis. A utilização da cama de aviário — maravalha misturada aos dejetos das aves — como adubo na propriedade ameniza um pouco esse problema, aumentando em muito a produtividade das lavouras.<sup>43</sup> Caso resolva comercializar a cama de aviário, significa um aumento da receita bruta por lote em torno de Cz\$ 500.00.

A partir do quinto ano melhora substancialmente a situação do avicultor, embora aumentem os gastos com a manutenção dos galpões e equipamentos. Por ser uma atividade que possibilita a remuneração integral da força de trabalho em termos de um salário mínimo mensal, vem se tornando comum o emprego de força de trabalho assalariada permanente junto aos avicultores, principalmente após o término das amortizações. Muitos pequenos produtores, após terminarem de pagar

43 - Por ser um adubo seco é de mais fácil transporte. Muitos avicultores relatam aumentos de produtividade em até 100% em terras nunca adubadas.



o primeiro aviário, financiam um segundo, empregando força de trabalho assalariada. O pagamento do segundo aviário fica facilitado em função da produção conjunta de dois aviários. No entanto os frigoríficos desestimulam a construção do 2º ou até mesmo 3º aviário em função do aumento dos riscos sanitários.

Infelizmente não existem estatísticas sobre a utilização da força de trabalho assalariada permanente na avicultura do oeste catarinense. Com base em nossa pesquisa de campo, avaliamos que de 10 a 20% dos avicultores a utilizam. Tal qual na suinocultura, uma parcela dos avicultores é constituída por pequenos comerciantes e profissionais liberais urbanos. Estes se utilizam apenas de força de trabalho assalariada permanente.

O trabalhador assalariado permanente é remunerado com base num percentual da receita bruta de cada lote, normalmente entre 15 e 20%. Num lote com receita bruta em torno de Cz\$ 8.000,00 o trabalhador recebe em torno de um salário mínimo mensal. Normalmente este trabalhador mora com a família junto ao aviário. Esta o auxilia no trabalho com o aviário. O trabalhador assalariado, vulgarmente chamado de agregado, recebe, além de casa, um pequeno pedaço de terra em torno de 1 ha. Cultiva aí uma pequena horta para auxiliar na subsistência familiar.

O avicultor ao contratar o agregado passa a trabalhar quase que exclusivamente na lavoura. Sua atividade no aviário se resume ao controle do lote e ao auxílio do agregado quando os frangos ainda estão menores que 15 dias.

A avicultura no oeste catarinense não vem provocando um processo de diferenciação ascendente. Como vimos, as fases de preços compensadores são entremeados por períodos de preços baixos. Mesmo nas fases de preços mais elevados o



excedente retido mal dá para elevar a remuneração da força de trabalho de um para 1,5 salários mínimos mensais. Por outro lado implica em investimentos pesados para o pequeno produtor, com no mínimo 5 anos de pesadas amortizações. <sup>Não</sup> No obstante os pequenos avicultores familiares encontram-se geralmente em melhores condições que os demais pequenos produtores suinocultores ou produtores de grãos. A avicultura proporciona rendimentos bimensais, remunera isoladamente um trabalhador e fornece adubo para a propriedade. A renda obtida com a avicultura soma-se a renda obtida com as outras atividades da unidade familiar.

Embora não permita uma acumulação de excedentes, a avicultura está proporcionando uma sensível melhora nos níveis de vida da família do avicultor. Passa a dispor de uma casa de alvenaria com diversas utilidades domésticas modernas e talvez um carro de passeio. Usado, é claro.

A melhor situação dos avicultores, cerca de 3.360 em todo o oeste catarinense em 1985, deve-se a duas razões básicas. Primeiramente a produtividade do trabalho na avicultura moderna é espantosa. No custo de produção de um lote de frango, a remuneração da força de trabalho representa apenas 1,4% do total. Se dobrarmos a remuneração da força de trabalho isto representa apenas um acréscimo de 11 centavos por kilo no preço do frango pago ao produtor, ou seja, um acréscimo de apenas 1,4%. O segundo motivo refere-se logicamente a luta dos avicultores. Os avicultores são o único segmento dos pequenos produtores do oeste catarinense organizados de forma efetiva numa associação.

As transformações da agricultura do oeste catarinense quebram continuamente o isolamento dos pequenos produtores. Estas já não merecem mais o atributo de batatas um saco de batatas. A avicultura integrada é uma complexa atividade

de que exige um sincronismo entre centenas de avicultores. A agroindústria planeja e sincroniza a produção de pintos, a data de entrega de pintos aos integrados, o fornecimento de insumos, a data de recolhimento dos lotes, o fornecimento de assistência técnica e etc. Esta atividade é realizada por centros de processamento de dados. Por exemplo, as atividades do Grupo Seara Industrial no oeste catarinense junto aos avicultores integrados é controlada pelo centro de processamento de dados localizado em Gaspar (próximo a Blumenau) junto à sede da empresa.

O avicultor integrado está sincronizado com todo o funcionamento do frigorífico. Está interligado a uma cadeia, a "filieire". Uma vez integrado o avicultor participa de todo o planejamento da empresa. O não funcionamento de um dos elos, seja a incubadora, seja o abatedouro, seja os avicultores integrados, prejudica ou pode parar todo o funcionamento do sistema. A extrema racionalidade do sistema de produção de aves dota os avicultores integrados da possibilidade de parar o funcionamento do sistema, da mesma forma que os operários da unidade de abate ou de produção de pintos de um dia.

Não há possibilidade de formação de estoques de aves para o abate. A produção própria dos frigoríficos visa regularizar o abate, porém é insuficiente para manter o abatedouro funcionando, mesmo num patamar mínimo. Um boicote dos avicultores significa inexoravelmente a paralização da produção de toda a "filieire". A organização dos avicultores representa uma ameaça ao capital. A ACRAVE que, logicamente, surgiu num momento de crise para os avicultores não é obra do acaso, é fruto das próprias relações de subordinação dos avicultores.

Mediada por uma forma específica de produzir e pelo mercado, a relação de subordinação trás consigo a contradição básica do capitalismo. Contradição esta que encontra-se na própria mercadoria no M. P. C.. A contradição entre trabalho e capital.

A forma assumida pela luta de classes entre avicultores e frigoríficos está longe de se colocar de forma mais radical ou conflituosa. Igualmente está longe de se resolver apenas pela manipulação ideológica das grandes agroindústrias. Concretamente tem significado a melhoria das condições de vida dos avicultores. Os frigoríficos tentaram inicialmente destruir a ACRAVE. Não o conseguiram pois ela é fruto das próprias relações de subordinação. Modificaram-se as estratêgias. A política de amenização das relações com a associação dos avicultores vem transformando-a numa entidade corporativista, agindo dentro de limites permitidos pela agroindústria.



### 6.3 - AS ALTERNATIVAS PARA OS NÃO INTEGRADOS

#### 6.3.1 - A PRODUÇÃO DE GRÃOS

O simples funcionamento do mercado, de forma seletiva, e a ação deliberada da agroindústria vem determinando a exclusão de uma parcela crescente dos pequenos produtores, quer da suinocultura, quer da avicultura. O pequeno produtor que se mantém nestas duas atividades, obtém níveis de produtividade iguais, pouco superiores ou inferiores às condições mēdias de produção que regulam o mercado. Portanto obtém uma melhor remuneração para o trabalho familiar e conseqüentemente melhores níveis de vida.

A exclusão deste seleto grupo significa para o pequeno produtor enfrentar dificuldades crescentes para assegurar a reprodução familiar. Como vimos, a diferenciação ascendente no oeste catarinense tem pequena expressão e está conjugado <sup>a</sup> ã atividades comerciais ou industriais de pequena monta. Normalmente a manutenção do pequeno produtor em melhores condições de vida segue o esquema: suinocultor mercantilizado - suinocultor modernizado; e/ou pequeno produtor modernizado - avicultor.

Ao contrário da diferenciação ascendente, a diferenciação descendente ocorre progressivamente com maior intensidade. A diferenciação descendente ocorre principalmente via: suinocultor não modernizado - produtor de grãos (milho, feijão e soja) - produtor de grãos e trabalhador volante - perda dos vínculos com a terra. No entanto, este processo ē mais lento e moroso que se possa imaginar.

As dificuldades que uma unidade familiar enfrenta ao tornar-se apenas produtora de grãos advêm basicamente da baixa produtividade do trabalho familiar e dos mecanismos de

formação dos preços destes grãos. No oeste catarinense os pequenos produtores cultivam basicamente milho, feijão e soja. Vejamos o comportamento dos pequenos produtores ante a estes produtos.

Milho e feijão são culturas que permitem apenas uma mecanização parcial. Dependendo da declividade do solo, as fases de preparo do solo e o plantio podem ser mecanizadas. Porém, as capinas e colheitas apresentam dificuldades. Estes produtos são cultivados <sup>geralmente por pequenos</sup> ~~no Brasil normalmente~~ por produtores. A razão pela qual os grandes produtores geralmente não cultivam estes dois produtos está ligada não aos preços baixos destes produtos, mas também a impossibilidade de obter uma maior produtividade do trabalho com estas culturas.

Por se tratarem de produtos de consumo popular, a política oficial de preços tem mantido os preços do milho e feijão em patamares baixos. Isto reflete não uma alta produtividade do trabalho nestas culturas, mas sim do grau de esforço dos pequenos produtores em manter a sobrevivência familiar.

Com a soja ocorre uma situação diferente. Os preços da soja não apresentaram uma evolução dos preços tão superiores a do milho ou do feijão. Ao contrário, os preços da soja vem se mantendo estáveis e até caindo nos últimos anos. Ocorre, todavia, que no caso da soja houve um crescimento grande da produtividade do trabalho. No caso da soja os preços mais baixos não estão determinados por uma pequena produção super explorada. São determinados sim pela grande produção modernizada com incrementos reais de produtividade. A produção de soja por pequenos produtores com níveis técnicos baixos não chega sequer a influir na fixação dos preços da soja.

Estas questões a Economia Neoclássica trata sim



plesmente como receita marginal do trabalho, sem discutir por que temos curvas diferentes de receita marginal do trabalho para cada produto. A análise destas questões nos levam a determinação social da remuneração da força de trabalho conforme as condições médias de produção vigentes para cada produto e de como estes setores se relacionam com a economia englobante. Estas condições sociais de produção não se referem apenas aos níveis de produtividade, mas também as relações sociais subjacentes a esta produção.

Com níveis tecnológicos baixos e/ou cultivando produtos cujos preços são fixados com base na condições sociais de produção vigente na pequena produção, a primeira conseqüência para a un<sup>idade</sup> e familiar que se torna mera produtora de grãos é uma queda brutal nos níveis de remuneração da força de trabalho familiar. Conforme vimos anteriormente, a subordinação da pequena produção é mediada pelo mercado. A remuneração da força de trabalho familiar está embutida em parcela do valor das mercadorias.

Cada unidade do produto tem uma parcela de valor que destina-se a remuneração da força de trabalho. Esta parcela é determinada socialmente, sofrendo flutuações conforme as variações de padrões sociais médios de produção requeridas para satisfazer determinada demanda.

Os níveis de remuneração da força de trabalho de uma dada unidade familiar serão definidos então por sua escala produtiva. Ante uma limitação desta escala produtiva, quer por uma deficiência de meios de produção, quer por uma deficiência de terras, passa a haver um excedente de força de trabalho familiar que a unidade familiar não consegue remunerar. O progresso técnico individual aumentaria esta remuneração. No entanto, quando este progresso técnico é geral a ponto de alterar as condições médias de produção, ele próprio



eleva ainda mais esta pletora de força de trabalho.

Para colocar a questão de forma bem clara, a sim ples produção de grãos diminui a quantidade de membros fami liares que uma dada unidade familiar consegue sustentar. Con tudo, este fenômeno é comum inclusive aos suinocultores e avi cultores, fortemente pressionados pela ciranda da moderniza ção técnica que torna supérflua quantidades crescentes de for ça de trabalho.

*Ambos* as situações expulsam força de trabalho familiar. Apresentam, entretanto, uma diferença básica. No caso de suinocultores e avicultores a força de trabalho que permanece na unidade familiar acompanha as condições sociais médias de produção de um setor altamente modernizado e, portanto, obtém uma melhor remuneração por seu trabalho mais produtivo. No caso dos produtores de grãos, a expulsão de membros da família implica na manutenção de níveis baixo da remune ração da força de trabalho e aumento da carga de trabalho pa ra os membros da família que permanecem. No oeste catarinense ocorre inclusive um processo de substituição de parte do trabalho familiar por trabalho volante. Voltaremos a este ponto no capítulo seguinte.

Por ora gostaríamos de fixar os porquês das di ficuldades de uma unidade familiar ao se tornar mera produto ra de grãos. Neste sentido os dados da tabela <sup>51</sup> são bas tante esclarecedores. Os dispêndios da força de trabalho por ha. cultivado são amplamente superiores na pequena produção não mecanizada. No caso do trigo e da soja a diferença é bru tal. A grande produção mecanizada dispense cerca de 90% me nos tempo de trabalho para cultivar um ha. de trigo e cerca de 80% menos para cultivar um ha. de soja.

Embora os dados da ACARESC não especifique, <sup>um</sup> a

TABELA 51

TEMPO DE TRABALHO GASTO PARA A PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS  
CULTURAS NO OESTE CATARINENSE<sup>1</sup>

CULTURA	NÃO MECANIZADA - TRAÇÃO ANIMAL			MECANIZADA - TRATOR (55 Hp)			$\frac{B}{A} \times 100$
	ATIVIDADE FORA DO SOLO EM HORAS DE MÃO-DE-OBRA P/ HA	ATIVIDADE NO SOLO HORAS DE TRAÇÃO POR HA	TOTAL A	ATIVIDADE FORA DO SOLO EM HORAS DE MÃO DE OBRA POR HA	ATIVIDADE NO SOLO HORAS DE TRAÇÃO POR HA	TOTAL B	
Milho	240	86	326	145	11	156	47,8
Soja	226	56	282	44	10	54	19,1
Feijão (safra)	206	68	274	176	9,5	188,5	68,8
Trigo	151	60	211	12,5	12,5	25	11,8
Milho+Feijão	300	60	360	270	11,5	281,5	78,2
Milho+Soja	334	118	452	189	11,5	200,5	44,4
Fumo	1.267	82	1.349	-	-	-	-

FONTE: ACARESC - Coordenação de Administração Rural - 1981: cópia xerográfica.

1- Levantamento realizado junto aos agricultores do oeste catarinense em 1981.

313

produção mecanizada de soja e trigo solteiros certamente re-  
fere-se às grandes explorações na fronteira com o Paraná. Nes-  
te aspecto, os diferenciais de dispêndio de tempo de traba-  
lho estão subestimados pois as lavouras de soja e trigo do  
oeste catarinense não são tão modernizadas quanto nas gran-  
des explorações do Paraná e Rio Grande do Sul.

No caso do milho e do feijão vemos que as dis-  
crepâncias são bem menores, principalmente devido a não meca-  
nização das fases de tratamentos culturais (capinas) e colheita.  
De maneira que os menores gastos com equipamentos e insumos  
e a maior fertilidade dos terrenos de encosta tendem a com-  
pensar o maior dispêndio de tempo de trabalho por parte do  
produtor não mecanizado.

De qualquer forma, a grande exploração do oes-  
te catarinense pouco se dedica a produção de milho e feijão.  
Estas lavouras semi-mecanizadas são realizadas normalmente  
por pequenos produtores que desta forma tem uma produtivida-  
de diferencial. As culturas consorciadas de milho e feijão  
e milho e soja igualmente são realizadas por pequenos produ-  
tores. Novamente as mecanizadas obtêm produtividades dife-  
renciais do trabalho.

Ocorre que são exatamente as unidades familia-  
res integradas produtoras de suínos e aves que têm condições  
de adquirir um trator e os demais implementos. Geralmente  
possuem áreas maiores o que facilita o financiamento bancá-  
rio e, principalmente, possuem uma renda familiar maior que  
permite fazer face aos investimentos.

A unidade familiar simples produtora de grãos  
encontra-se em forte desvantagem. Porém, tem uma forte capa-  
cidade de resistência. As causas desta resistência residem  
em diversos fatores, indo desde a produção interna de parce-



la de reprodução familiar, do esforço de trabalho familiar e de seus baixos níveis de consumo. Outrossim, os pequenos produtores têm seus parâmetros de avaliação de suas possíveis condições de vida. O abandono da terra e a migração para as cidades, os colonos bem o sabem, nas atuais condições do oeste catarinense representam mais agruras que soluções. Os colonos relatam com desprezo casos de vizinhos que atraído pelos altos preços da terra e forçados pelas dificuldades venderam tudo e migraram para Chapecô ou Xanxerê. Meses depois voltaram arrependidos. Quando inquiridos sobre se deixariam a terra geralmente respondem: - "Ao menos aqui eu não passo fome".

A pequena produção do oeste catarinense encontra-se pressionada pelo mercado e pelas agroindústrias. Não pela grande exploração. Neste sentido, as encostas servem de proteção impedindo o avanço de uma agricultura mecanizada. Estas mesmas encostas são dadivosas com suas terras mais férteis que as regiões planas da divisa com o Paraná.

Por outro lado, os pequenos produtores acionam uma série de estratégias de manutenção de reprodução familiar. Tivemos o cuidado de visitar diversas localidades onde predominam produtores menos modernizados, como a Linha Pacífico em Itapiranga, São Pedro em Campo Erê e Praia Bonita em Chapecô, dentre outros<sup>a</sup>. Constatamos nestas localidades a sobrevivência de práticas de colaboração vicinal, como troca de dias de serviço, empreitadas conjuntas e troca de alimentos, principalmente carne de suínos abatidos na propriedade.

Os pequenos produtores aproveitam ao máximo a terra disponível, chegando a obter até 3 colheitas na safra de verão. Milho e soja e milho e feijão são plantadas em consórcio. Um pequeno produtor visitado plantava milho no

cedo. Quando o milho estava secando, plantava o feijão e depois novamente o milho. Em outros casos, planta-se milho e feijão consorciado no cedo e após mais uma safra de milho ou ainda, primeiro uma safra de milho e feijão e após planta-se o feijão de safrinha. A terra é aproveitada intensamente. Vejamos um depoimento esclarecedor:

"Por exemplo, um pedaço da área que nem aqui em baixo que tá bem adubado, você planta o milho bem no cedo, né. Começo de setembro. Quando o milho tá secando, bota mais milho ralo dentro e aproveita para plantar feijão. Isso em janeiro. E se a terra é bem adubada, que não dá pra deixar levar a terra! Terra boa dá pra fazer duas, três colheitas. A soja planta junto com o milho. Não dá pra plantar soja pura porque a terra é pouca. Daí aproveita o milho. Eu deixo espaço pra botar só uma carreira de soja. A gente planta soja depois que o milho tá uma alturinha. Daí o milho escapa da sombra da soja. E quando o milho começa a dar pra trás, querendo secar, daí a soja aproveita".

(07, Linha São Paulo - Chapecô).

A grande maioria dos pequenos produtores obtêm duas safras no ano, sendo uma consorciada e uma em solteira. Além da lavoura, invariavelmente um colono tem 1 ou mais vacas de leite em pequenos piquetes, complementando a renda familiar com a renda do leite ou fabricação de queijos.

Supondo um pequeno produtor detendo cerca de 12,5 ha no oeste catarinense. Teria aproximadamente 5 ha aptos para a lavoura. Suponhamos que aproveite estes 5 ha da seguinte maneira: em 2,5 ha plante milho e feijão consorciados e após o feijão de safrinha; nos outros 2,5 ha plante feijão e milho consorciados. Teríamos o seguinte resultado:



TABELA 52

RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE  
UM PEQUENO PRODUTOR

LAVOURA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (sacos) 1	RECEITA BRUTA (Cz\$) * 2	CUSTO DE PRODUÇÃO * 3	RECEITA LÍQUIDA
MILHO/ FEIJÃO	2,5	Milho = 125 Feijão = 37,5	23.125	17.500	5.625
Feijão safrinha	2,5	Feijão = 25	8.750	6.620 <sup>4</sup>	2.130
Milho/ Soja	2,5	Milho = 125 Soja = 37,5	14.500	13.200	1.300
TOTAL	5 ha	Milho = 250 Feijão = 62,5 Soja = 37,5	46.375	37.320	9.055

FONTE: Pesquisa de Campo e CEPA/SC (1986).

Custo de produção calculados para produtores não mecanizados. Com base nos dados da CEPA/SC dos últimos 5 anos, balizados com nossa pesquisa de Campo.

1- Produção por ha segundo médias da região. Fonte CEPA/SC.

2- Preços de março/86. Milho Cz\$ 80,00/saco; Feijão Cz\$ 350,00/saco; Soja Cz\$ 120,00/saco.

3- Inclui remuneração da força de trabalho segundo Tabela . Valor da hora de trabalho = Cz\$ 6,25. Este valor corresponde a remuneração média do trabalho volante na região.

\* Foram considerados os níveis baixos de adubação do solo praticado. Basicamente adubação de cobertura e 1/3 da adubação da NPK recomendada.

4- Considerou-se o custo de produção de safrinha igual a metade do custo de produção de safra, inclusive tempo de trabalho gasto segundo a Tabela



Para obter a produção acima, conforme a tabela 51, foram gastos 2.372 horas de trabalho. Remunerados a Cz\$ 6.25 a hora — remuneração média do trabalhador volante — teremos gastos com força de trabalho em torno de Cz\$ 15.418. Somado com a receita líquida teremos Cz\$ 24.473. Isto corresponde a aproximadamente 2,3 salários mínimos mensais.<sup>44</sup> Parte desta remuneração de força de trabalho, destina-se à remuneração de trabalhadores volantes nas fases de capinas e colheita de feijão e soja.

Caso este produtor obtenha estes níveis elevados de produtividade por área com gastos tão exíguos em insumos, terá como resultado algo em torno de 2 salários mínimos mensais.

Tal quantia destina-se a remuneração da força de trabalho do chefe da família, da esposa e dos filhos,<sup>45</sup> ou seja, à reprodução familiar. A quantidade de pessoas que esta unidade familiar terá condições de sustentar não ultrapassa ao casal e um filho, mesmo assim com baixos níveis de vida.

Analisando a Tabela 52, pode-nos parecer que é totalmente improcedente um pequeno produtor cultivar soja. Esta cultura tem uma baixa produção por ha em relação ao preço da saca. Além disso, demanda uma grande quantidade de força de trabalho, mormente na fase de colheita. No entanto, os pequenos produtores têm seus próprios parâmetros de como administrar a propriedade. A soja é uma cultura com uma menor exigência em fertilidade do solo. Dispensa adubação nitrogenada devido a fixação simbiótica de nitrogênio realizado por micro-organismos inoculados nas sementes. Sendo assim,

44 - Considerando o 13º salário.

45 - Em 1980 o pessoal ocupado em média pelos estabelecimentos agropecuários na MRCOC girava em torno de 3,8 pessoas. Censo Agropecuário de 1980.

melhora a fertilidade dos solos. Exige, pois, um menor investimento em adubação.

A soja resiste melhor a problemas climáticos. Suporta melhor a seca que o milho e o feijão. <sup>D</sup>devido à chuvas na época de colheita ~~X~~ <sup>O</sup>correm perdas por excesso de umidade, porém não ocorre o brotamento dos grãos na vagem, como é comum ocorrer com o feijão.

O cultivo das três culturas se coloca para o pequeno produtor como uma melhor forma de minorar os riscos de produção agrícola e das oscilações de preços de mercado. Da mesma forma, o produtor familiar é comedido em relação a totalidade da adubação recomendada. Se por um lado isto reduz a produtividade, por outro lado diminuem os riscos de perdas elevadas em caso de adversidades climáticas. O PRO-AGRO — seguro feito no Banco quando da realização do empréstimo agrícola — não elimina esta prática, pois reembolsa apenas o valor financiado e este não cobre todos os custos de produção.

Produtores em melhores condições, avicultores e suinocultores, tendem a utilizar mais intensamente a adubação química. Os produtores menores não podem se dar ao luxo de correr tais riscos pois terão maiores dificuldades frente a prejuízos elevados.

Para o pequeno produtor o risco é uma condição objetiva presente a cada safra. Portanto, desenvolvem estratêgias para melhor enfrentá-los. Criam-se parâmetros sociais de administração dos riscos baseados em experiências próprias locais e regionais. Não são fortuitos. Estes parâmetros são forjados na própria dinâmica da subordinação da pequena produção. Este risco, logicamente, é menor para produtores mais modernizados. No entanto, demanda imobilização de "capital" nem sempre acessíveis aos produtores menores.



Para os pequenos produtores de grãos, a administração de risco minora os riscos de ter que vender uma parcela de terra ou a totalidade desta para fazer face às amortizações dos empréstimos.

Retornando a Tabela 52 escolhemos uma propriedade com 12,5 ha por dois motivos. A esmagadora maioria dos pequenos produtores que se dedicam apenas ao cultivo de grãos, têm áreas inferiores a 20 ha e a maior parte dos suinocultores que saíram da atividade localizam-se no estrato de 10 a 20 ha. Por outro lado 12,5 corresponde a parcela atualmente distribuída <sup>aos</sup> "sem terra" assentados nas terras desapropriadas pelo INCRA. Salvo exceções de terras férteis e planas, raras na MRCOC, estas dimensões se mostram insuficientes para sustentar uma família com mais de três membros em níveis baixos de sobrevivência familiar. Com contínuas e rápidas transformações na agricultura da MRCOC, a médio prazo, esta escala produtiva será insuficiente para sustentar uma família, mesmo nestas condições.

Propriedades de tamanho inferior, mesmo entre suinocultores <sup>46</sup> tem se revelado insuficientes para prover uma mais adequada reprodução familiar. Estes caminham para a perda progressiva dos vínculos com a terra, passando inicialmente pelo trabalho acessório junto a outros pequenos produtores em melhores condições.

---

46 - Excetua-se aqui as propriedades menores com empreendimentos avícolas.



### 6.3.2 - OUTRAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO

A entrada de uma unidade familiar em um processo de diferenciação descendente, como vimos, é um processo lento e não linear. Dificuldades momentâneas podem ser sanadas sob conjunturas favoráveis de preços. O rápido aumento do número de trabalhadores volantes no oeste catarinense vem proporcionando força de trabalho abundante e barata em determinados municípios como Chapecô, Xanxerê, São Miguel d'Oeste, etc. Isto possibilita a muitos pequenos produtores aumentar a escala produtiva utilizando-se de trabalhadores volantes para capinas e colheitas.

Os departamentos de fomento de suínos tendem ainda a uma pequena ampliação do número de suinocultores integrados, porém a médio prazo haverá um processo de seletivo dos próprios integrados. Os departamentos de fomento de aves estão em plena expansão do número de integrados, porém a absorção de novos avicultores é muito lenta, mal atingindo 200 ou 300 por ano. O surgimento de frigoríficos de leite na região tendem a beneficiar os pequenos produtores com áreas maiores e disponibilidades para formação de pastos para as vacas.

Mesmo assim estes frigoríficos têm dificuldade em se manter ante uma tamanha pulverização de pequenos produtores com uma baixa produção diária de leite, onerando em muito os custos de transporte.

Entretanto, um fato totalmente novo vem apresentar novas perspectivas para os pequenos produtores em maiores dificuldades no oeste catarinense. Trata-se do reestabelecimento da antiga rota comercial Norte-Sul, entre o extremo oeste catarinense e o Rio Grande do Sul. Dois produtos vem se destacando como alternativas para os pequenos produtores: o fumo e frutas cítricas.

### 6.3.3.1 - A INTEGRAÇÃO DE FUMICULTORES

Santa Catarina e Rio Grande do Sul dividem a primeira colocação nacional em produção de fumo. Em 1984, Santa Catarina produziu 160.055 toneladas de fumo em folha e o Rio Grande do Sul 154.838, para uma produção brasileira de 410.019 toneladas.<sup>47</sup>

A produção de fumo em Santa Catarina está concentrada em 2 conjuntos de micro regiões. O Sul de Santa Catarina formado pelas micro regiões carboníferas, litoral sul catarinense e colonial do sul catarinense, responde por 40,3% da produção estadual. A região do Vale do Rio Itajaí em torno e a oeste de Blumenau, formada pelas micro regiões colonial de Blumenau, colonial de Itajaí Norte, colonial do Alto Itajaí e Planalto de Canoinhas, responde por outros 41% da produção estadual.<sup>48</sup>

Embora estas duas micro regiões sejam grandes produtoras, inexitem em Santa Catarina fábricas de cigarros. As empresas aí localizadas são filiais da Souza Cruz, da R. J. Reynolds, da Philipe Moris ou de outras empresas menores com sede em Santa Cruz do Sul. Estas empresas compram a matéria prima e fazem a classificação, seleção, ressecagem, enfiamento e expurgo. Após estas operações, os fardos são enviados para as unidades de fabricação de cigarros em outros estados, havendo também a exportação de parte da produção.<sup>49</sup>

As relações entre estas agroindústrias e os produtores de fumo são bastante estreitas, a nível de integração

---

47 - Fonte: Instituto CEPA/SC (1986). Vol. 1, p. 128.

48 - Fonte: Instituto CEPA/SC (1986). Vol. 2, p. 177.

49 - Fonte: Instituto CEPA/SC (1986). Síntese Anual, Vol. 1, p. 126.



de produtores. As agroindústrias fornecem todos os insumos, desde a semente até os adubos e agrotóxicos, além da assistência técnica. Ao contrário dos frigoríficos, as empresas de fumo não adiantam os insumos. Estes são vendidos ao fumicultores e pagos mediante empréstimos bancários que estes contraem, avalizados pela própria agroindústria. Ao final da safra, a agroindústria compra toda a produção.<sup>50</sup>

A razão destas agroindústrias optarem por vender insumos parece residir<sup>50</sup> no ciclo mais longo da produção de fumo. Enquanto que no caso de frangos o ciclo dura apenas 2 meses e para os suínos dura cerca de 5 meses, após o registro do lote, na fumicultura entre o início de plantio e o término da comercialização transcorre quase um ano. A agroindústria poderia cobrar os insumos com base nos preços da data de entrega da produção. No entanto, isto significa imobilizar um capital que gira muito mais rapidamente, por exemplo, na ciranda financeira. Utilizando-se do crédito agrícola a agroindústria transfere para os produtores os custos financeiros de produção de fumo retendo concomitantemente um maior capital de giro.

O fumicultor nem toca no dinheiro do empréstimo. A agroindústria faz ela própria a retirada, através das notas de insumos. Da mesma forma ela própria realiza o pagamento dos empréstimos, remetendo o saldo líquido ao fumicultor.

O sul de Santa Catarina pratica a melhor fumicultura do estado. O fumo é secado em estufas, obtendo-se uma secagem mais uniforme e um produto de alta qualidade. Cultiva-se então variedades de alta qualidade como o fumo Amarelinho e Virgínia. As estufas de fumo são a paisagem mais característi

---

50 - Instituto CEPA/SC (1986). Síntese Anual, Vol. 1. 126.



ca da região colonial do sul de Santa Catarina. Aquecidas à lenha, significou a destruição de muitas florestas da região.

No sul de Santa Catarina existe a mais forte e combativa associação de pequenos produtores integrados de Santa Catarina. Anualmente realizam-se negociações entre empresas e fumicultores e os boicotes de entrega da produção são frequentes. Atualmente tendem a ocorrer ações conjuntas entre os fumicultores do sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.<sup>51</sup>

Na região do Vale do Rio Itajaí o fumo é secado em estufas e galpões. Neste último a secagem não é uniforme e obtêm-se um produto de qualidade inferior. Para secagem em galpão cultiva-se as variedades Burley e Comum.<sup>52</sup>

A micro região colonial oeste catarinense em 1985 foi responsável por 5,8% do valor bruto da produção do fumo em Santa Catarina. Salvo raras exceções, a secagem do fumo é feita em galpões.

A produção do fumo no MRCOG vinha decrescendo de importância desde 1940. O censo agropecuário de 1980 revela apenas 3.766 estabelecimentos cultivando fumo, produzindo cerca de 4.670 toneladas. Em 1975 eram 7.991 estabelecimentos e produziam 8.622 toneladas (Vide Tabela 7, pg. 112, Cap. V). A partir de 1980 há uma reversão deste quadro, revelando alterações na fumicultura da região. Entre a safra de 1980/81 e 1984/85 houve uma expansão de 116% da área cultivada, com um aumento de 168% na produção total, indicando

---

51 - Excelente estudo sobre a fumicultura no sul de Santa Catarina encontra-se na Tese de Doutorado de Maria Ignês Paulillo, a ser apresentada brevemente no Programa de Doutorado em Sociologia do Museu Nacional.

52 - CEPA/SC (1986). Vol. 1, p. 125.

do ganhos de produtividade. Concomitantemente o valor bruto da produção expandiu-se em 211%, revelando melhorias no preço e na qualidade do fumo produzido.

Tal expansão não é fruto apenas do aumento dos preços do fumo, mas também do avanço das relações de integração de fumicultores nesta região.

TABELA 53

## EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO NA M. R. C. O. C.

1980 - 1985

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (T)	PRODUTIVIDADE KG/ha	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO Cz\$ 1	VALOR BRUTO P/ha Cz\$
1980 1981	3.057	3.731	1.220	35.054.805	11.467,00
1981 1982	3.507	5.418	1.545	62.876.258	17.929,00
1982 1983	5.846	6.564	1.123	83.484.811	14.281,00
1983 1984	7.850	12.860	1.638	130.710.920	16.651,00
1984 1985	6.618	10.012	1.512	109.120.760	16.504,00

FONTE: Instituto CEPA/SC - 1986.

1- Preços corrigidos para Cz\$/março de 1986. I.G.P.: Conjuntura Econômica set/1986. Disponibilidade Interna.

O cultivo do fumo é uma atividade que demanda uma carga de trabalho muito grande em áreas exíguas de terra. Para se cultivar um ha de fumo, conforme a Tabela 51, são necessários 1.349 horas de trabalho.

Normalmente o cultivo de 1 a 2 ha de fumo absorve toda a força de trabalho familiar. Temos que o valor bruto da produção por ha é bastante elevado quando comparado às outras culturas.

TABELA 54

VALOR BRUTO MÉDIO DOS HA DAS PRINCIPAIS CULTURAS NA M. R. C. O. C.  
SAFRA 1984/1985 - Cz\$/MARÇO DE 1986<sup>1</sup>

CULTURA	MILHO	FEIJÃO	SOJA	MILHO + FEIJÃO 2	MILHO + SOJA 2	FUMO
V.B.M./ha Cz\$	3.277,00	3.866,00	3.120,00	9.250,00	5.800,00	16.504,00

FONTE: Instituto CEPA/SC - 1986

- 1- Conforme 16 p - Conjuntura Econômica set/1986
- 2- Conforme Tabela S2 -. Estes valores não são médias da região, mas calculados com base em produtividades possíveis de serem atingidas na região.

Conforme podemos observar na Tabela 54 o valor bruto da produção média por um ha de fumo na M.R.C.O.C. é cerca de 4 a 5 vezes superior aos valores obtidos com culturas de milho, feijão ou soja solteiros. Com isto o produtor consegue assegurar a sobrevivência familiar, mesmo possuindo áreas exíguas.

Devido à elevada demanda por trabalho, muito dificilmente uma unidade familiar conjuga a produção de fumo com suinocultura ou avicultura.

Um avicultor ser também suinocultor é plenamente possível, desde que contrate um trabalhador permanente ou



disponha de força de trabalho familiar. Entretanto fumo e suínos<sup>e</sup> fumo e aves dificilmente se cruzam. Muito dificilmente uma empresa de fumo conseguirá convencer um suinocultor integrado a deixar esta atividade e iniciar a produção de fumo. Da mesma forma o avicultor.

Os estratos de pequenos produtores possíveis de serem integrados são exatamente aqueles excluídos da suínocultura e avicultura. Ou seja, as unidades familiares simples produtores<sup>a</sup> de grãos. Assim, quando visitamos fumicultores em Chapecô e arredores em nenhum destes havia criação de suínos muito acima de níveis de auto consumo familiar. Da mesma forma as propriedades familiares eram menores, geralmente em torno e abaixo de 10 ha. No sul de Santa Catarina a área total média da propriedade do fumicultor é geralmente maior. Porém lá ocorrem apenas integração de fumicultores e só agora inicia-se a produção integrada de suínos.

Entretanto a suinocultura no sul catarinense não era uma atividade tradicional. Foi implantado na década de 70 pelo Frigorífico Sul Catarinense - FRISULCA. Ao contrário do oeste catarinense, os integrados do FRISULCA são produtores maiores geralmente com mais de 20 criadeiras.

A introdução de uma nova atividade entre os pequenos produtores por uma determinada agroindústria gera um processo de concorrência entre as agroindústrias pela garantia de suprimento de matérias-primas. Este embate entre distintos capitais agroindustriais ameniza o processo de diferenciação descendente dos pequenos produtores.

Estas empresas estão se expandindo rapidamente na região. Em 1980 havia apenas 3.766 estabelecimentos produzindo 4.670 toneladas de fumo. Em 1985 foram realizadas ... 5.988 operações de crédito para fumicultores totalizando o

cultivo de 6.706.52 ha<sup>53</sup>. Neste ano foram produzidos ..... 10.012 toneladas<sup>54</sup> de fumo. Supondo que cada operação de crédito signifique um fumicultor integrado, o que, salvo raríssimas exceções é correto, houve um incremento de 2.222 fumicultores no período.

A área média financiada para cada fumicultor é bastante pequena, em torno de 1,12 ha por estabelecimento, correspondendo a cerca de 11.000 pés de fumo. Esta escala de produção ocupa no mínimo a força de trabalho de duas pessoas adultas. Geralmente trata-se de força de trabalho do chefe da família e da esposa, completado pelos filhos menores. Após a colheita da produção, geral em dezembro, planta-se ainda soja ou milho, aproveitando um pouco da adubação do fumo. No restante das terras, planta-se milho, feijão e se existir espaço, há um pequeno potreiro para vaca de leite.

Em 1986, o valor do financiamento de 1 ha de fumo, cobrindo todos os insumos fornecidos pela empresa, girava em torno de Cz\$ 5.500,00. A juros de 10% ao ano, o fumicultor teria um gasto final próximo aos Cz\$ 6.000 por ha. Supondo que os preços se mantiveram aos níveis de 1985 e a produtividade também, teremos uma renda bruta próxima aos ..... Cz\$ 16.500. Sobraria pois cerca de Cz\$ 10.500 para cobrir os custos fixos e a remuneração da força de trabalho de duas pessoas adultas. Mesmo assim, a fumiicultura avança na região, mormente nas unidades menores. Moral da história: "É preciso antes de tudo sobreviver".

---

53 - Fonte Banco Central. Departamento de Crédito Agrícola. Planilhas municipais de distribuição de crédito agrícola.

54 - Instituto CEPA/SC. Síntese Anual 85/86. Vol. 1, pág. 392.

Até o início da década de 80 a comercialização do fumo produzido na MRCOC era efetuada por comerciantes locais que revendiam a produção em Santa Cruz do Sul. A partir de 1980 temos uma reversão deste quadro. Grandes indústrias de fumo instalam filiais na região. O fumo continua a ser remetido para Santa Cruz do Sul, porém as agroindústrias compram diretamente a produção. E mais, estas agroindústrias estreitam suas relações com os fumicultores através de contratos de integração.

A Tabacos Brasileiros Limitada estabeleceu sua filial no município de Maravilha. A TABRA Exportadora de Tabacos do Brasil mantém uma filial em São Miguel d'Oeste. Além destas duas empresas controladas por capitais norte-americanos, instalou-se em Chapecô uma filial da Souza Cruz.

Além do fumo, há uma firma de Montenegro, Rio G. do Sul, introduzindo a cultura de citros entre os pequenos produtores. Esta fornece as mudas e após compra toda a produção. Esta forma de integração é muito recente e ainda de expressão reduzida na região.



## CAPÍTULO VII

### AS TRANSFORMAÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR OU TENTANDO DESMISTIFICAR ALGUNS MITOS.

A dinâmica das transformações da pequena produção familiar no oeste catarinense envolvem dois níveis de relações. As relações internas e externas à pequena produção conformam uma unidade e para tal devem ser orgânicas, econômica e socialmente compatíveis. Esta compatibilidade é forjada num processo histórico concreto.

Em síntese, as relações de subordinação da pequena produção, que só se tornaram efetivas na década de 70, de forma alguma seriam possíveis nas décadas anteriores por serem incompatíveis com determinadas relações então vigentes. Para aflorarem as relações de subordinação foram necessárias transformações anteriores a nível das condições gerais de reprodução das unidades familiares. Relações de subordinação e a conseqüente acumulação agroindustrial com base nestas relações são, por exemplo, incompatíveis com uma agricultura tradicional ou com instituições como o minorato.

Inexistem paradigmas fechados para a evolução das relações subjacentes à pequena produção. A história é um livro aberto, mas tem seu desenrolar norteado pela evolução passada. A forma assumida pelas transformações da pequena produção obedecem a determinados pressupostos historicamente colocados.

O afloramento das relações de subordinação já estavam em germe, de forma nuclear, na dinâmica da pequena produção do oeste catarinense. Abordamos o afloramento destas relações não como uma fatalidade histórica, mas como a forma concreta, atual, mais desenvolvida das relações entre pequena produção e agroindústria. A partir desta forma mais desenvolvida podemos resgatar a sua gênese histórica e melhor compreender a sua essência.

Antes de prosseguirmos, se faz necessário algumas pontuações como recurso analítico. Primeiramente, definimos como relações internas aquelas que dizem respeito a forma de organização da forma específica do processo de produção na unidade familiar. Como relações externas, a intersecção destas relações internas com a sociedade englobante. Este conjunto forma uma unidade a qual chamamos pela designação geral de relações de produção subjacentes à pequena produção. As duas partes, e conseqüentemente o conjunto, são relações e, portanto, dinâmicas. A forma mais desenvolvida destas relações de produção subjacente à pequena produção no oeste catarinense designamos relações de subordinação.

O conjunto das relações subjacentes vai determinar a forma assumida pela reprodução das unidades familiares. Aqui novamente se faz necessário uma nova pontuação analítica. Definida a reprodução da unidade familiar como o objetivo desta forma de produção, como recurso analítico o decompomos em três componentes de forma alguma excludentes e que se determinam mutuamente.

Em primeiro lugar temos a reprodução familiar, ou seja, o esforço familiar em assegurar aos membros da família um determinado padrão de vida e a busca por elevar este padrão. Visa prover a família de suas necessidades de alimenta

ção e dos confortos da vida moderna.

Por outro lado temos a reprodução dos pressupostos do processo produtivo. Trata-se do esforço em se obter os meios de produção que possibilitarão a continuidade do processo produtivo.

Por último temos a reprodução econômica dos filhos, ou seja, a reprodução de novas unidades familiares. Ocorre um esforço familiar em dotar os filhos adultos que se casam, das condições de sua reprodução econômica, o que nos remete diretamente a questão da terra.

As relações de produção subjacentes à pequena produção determinam concomitantemente os distintos componentes da reprodução da unidade familiar. Dito de outro modo, as condições sociais imperantes para a reprodução de um dos componentes determina como serão as demais e vice e versa. Por exemplo, as condições sob as quais se dá a formação de novas unidades familiares determina e é determinada pelas condições da reprodução familiar e da reprodução dos pressupostos do processo produtivo. São fracos os limites entre estes três componentes que analiticamente decompomos. A alteração de uma das condições sociais, como por exemplo o fechamento da fronteira, irá causar profundas alterações nos diversos níveis da reprodução da unidade familiar.

Com base nas pontuações acima apresentadas temos os recursos analíticos que nos possibilitarão compreender melhor as transformações da pequena produção no oeste catarinense.

## 7.1 - O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO

Nas duas primeiras etapas por que passou a economia do oeste catarinense houve sucessivas tentativas de



inserção de pequena produção na economia globalizante. Terras abundantes, intocadas e baratas facilitavam sobre modo a re produção das unidades familiares, mormente sua multiplicação. O baixo preço da terra era reflexo da reduzida atividade comer cial da região. Não haviam, pois, incompatibilidades entre a praticamente única condição externa, terras abundantes, e a forma de agricultura praticada, basicamente de subsistência e com baixos padrões técnicos.

A produção do excedente era eventual, da mesma for ma que eventuais eram suas possibilidades de comercialização. Nesta fase, o esforço da unidade familiar em assegurar sua reprodução, em termos de padrão de consumo e alívio da peno sidade do trabalho, era tolhido pela inexistência de possibi lidade mercantis mais sistemáticas, embora fosse bastante fa cilitada a formação de novas unidades familiares.

Haviam, pois, reservas na unidade familiar. Reser vas de terra e força de trabalho que não eram utilizadas. Ca so fossem, se elevaria a produção acima das necessidades de consumo familiar sem condições para a comercialização deste excedente. Portanto, uma agricultura basicamente de subsis tência era reflexo de relações externas pouco desenvolvidas. O meio externo era definido basicamente por uma pletora, momen tânea, de terras, terras livres, caboclos a parte. As rela ções subjacentes a pequena produção no oeste catarinense eram então muito menos desenvolvidas que as já experimentadas nas antigas colônias gaúchas.

A gestação local do pequeno capital comercial foi a forma histórica sob a qual iniciou-se a quebra do isolamen to da pequena produção da região. Relações capitalistas come çaram a se desenvolver, não como um enclave, mas como fruto do desenvolvimento das potencialidades da pequena produção. As

fases iniciais deste florescimento mercantil guardam ainda um aspecto primitivo.

Não havia ainda um mercado regional, nem mesmo uma produção sistemática de mercadorias pela pequena produção. Ou seja, não haviam ainda mecanismos gerais de fixação de preços. Estes <sup>variavam entre os</sup> comerciantes segundo seus escrúpulos.

Não obstante já existissem vínculos comerciais, os pequenos produtores eram uma massa amorfa espalhada pelos campos e sem quaisquer padrões sociais de referência. Aqui caberia a formulação de Marx: batatas num saco de batatas. Embora ainda fortuita, havia uma produção de mercadoria, o germe de todas as transformações posteriores da pequena produção. A produção de mercadorias é o primeiro passo na quebra do isolamento da pequena produção, a base primeira da dominação do capital, da manipulação inicial dos preços relativos. Significa também o primeiro passo rumo a preponderância externa na determinação das relações de produção subjacentes à pequena produção.

Com o surgimento do polo comercial de suínos no vale do Rio do Peixe, viabilizado pela ligação ferroviária com São Paulo e pela produção local, inicialmente de subsistência, de suínos, dá-se uma sucessão de fenômenos econômicos, causa e consequência uns dos outros. O crescimento da demanda estimulava a produção familiar de suínos. Esta, por sua vez, estimulava o intercâmbio comercial com São Paulo inserindo a região no mercado nacional. Cria-se no Vale do Rio do Peixe um mercado local de suínos logo alargado pelos anseios de acumulação comercial.

Os frigoríficos surgem apenas quando já ocorre uma maior produção de matéria prima e o mercado de suínos atinja um número tal de pequenos produtores, de forma que haja uma



oferta sistemática e crescente de suínos. Os frigoríficos, eles próprios, passam a estimular este incremento de<sup>a</sup> produ  
ção.

Este fenômeno ocorre concomitantemente ao in  
cremento do afluxo de colonos para o oeste catarinense. O merca  
do de suínos pré-existente estimula os recém chegados a au  
mentarem a produção de suínos já praticada a nível de subsis  
tência.

O polo inicial de comércio e processamento de suí  
nos expande-se à oeste. Finalmente conforma-se um mercado  
regional e o suíno torna-se uma mercadoria por excelência.

O caráter de mercadoria adquirido pelo suíno não  
se dá apenas pelo fato de a pequena produção mercantilizar es  
ta parcela de sua produção, mas principalmente por se confor  
mar um mecanismo de fixação dos preços do suíno. A produção  
e comercialização sistemática de suínos estabelece níveis de  
remunerações desta produção. O preço do suíno não mais é  
fruto da especulação do comerciante local ante uma produção  
fortuita de mercadorias. O comércio de suínos centralizado nos  
frigoríficos determina a fixação de preços que espelham as  
condições sociais médias de produção sob determinadas rela  
ções, ou seja, relações de produção subjacentes à pequena pro  
dução.

Este é o segundo salto qualitativo nas relações  
de produção subjacentes à pequena produção. O primeiro ocor  
reu quando do início da produção, mesmo que fortuita, de mer  
cadorias. E o segundo refere-se à determinação social desta  
produção de mercadorias. Com a formação de um mercado regio  
nal englobando todos os pequenos produtores, estes já não es  
tão isolados entre si. A mercadoria, ou seja, o suíno, rela  
ciona-os todos no mercado. A partir daí se estabelecem os



padrões sociais de produção.

A mercantilização por si só determinou transformações nas unidades familiares. Aumenta grandemente a produção de milho e na esteira do milho a produção e mercantilização do feijão. Por outro lado a criação de suínos era uma atividade restrita aos arredores da habitação. Era pois uma atividade eminentemente feminina. Ao se tornar uma atividade comercial passou a ser atributo do trabalho masculino. Restringe-se também as áreas destinadas às lavouras de subsistência e o tempo livre para o artesão familiar. Temos um assédio maior ao mercado.

A expansão mercantil da unidade familiar atendia a dois objetivos precípuos. Por um lado proporcionava uma melhoria nos padrões de reprodução familiar. A venda de mercadorias permitia ampliar a gama de consumo de unidades familiares e compra de produtos industrializados e meios de produção como arados e bois. Por outro lado, a medida que avançava o processo colonizador do oeste catarinense, a pequena produção necessitava de cada vez mais recursos para fazer face à compra de terras para a reprodução econômica dos filhos.

O grande afluxo de colonos para o oeste catarinense determina uma elevação nos preços da terra, mormente nas áreas próximas aos centros urbanos mais importantes. A ocupação das terras próximas ao rio uruguai já mostrava sinais de esgotamento na década de 50.

As possibilidades de elevação dos padrões de reprodução familiar e a necessidade de uma certa acumulação para a compra de terras serviram de estímulo a mercantilização da pequena produção. Entre 1945 e 1964 a expansão da capacidade produtiva dá-se basicamente via multiplicação e mercantilização das unidades familiares. Este aumento da produção

<sup>tanto</sup> é feito, como vimos, de um rearranjo interno da pequena produção para produzir mercadorias, sem, contudo, ocorrerem alterações nos padrões técnicos de produção. Ou seja, a reprodução dos pressupostos do processo produtivo dava-se quase que exclusivamente a nível de relações internas. Não haviam, pois, maiores divergências quanto aos níveis de produtividade vigentes entre as distintas unidades familiares, a não ser devido à condições naturais.

A instituição do minorato se adequa bem a este período. Há um esforço familiar em prover a cada membro que se torna adulto um pedaço de terra para constituir nova família, herdando o último filho a propriedade paterna.

## 7.2 - O AFLORAMENTO DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO

Em meados da década de 60 se colocou a necessidade histórica das transformações nas relações entre pequena produção e grande capital agroindustrial. A expansão horizontal da capacidade produtiva da pequena produção mostrava sinais de exaustão. Isto num momento em que a acumulação dos capitais agroindustriais locais ~~que~~ permitiam dar um grande salto, reinvestindo os capitais acumulados.

Por um lado o fechamento da fronteira limitou a reprodução de novas unidades familiares. Por outro lado, a reorganização interna das unidades familiares para a produção de mercadorias - suínos - limitava a produção aos níveis das disponibilidades internas de terra, meios de produção e força de trabalho e da tecnologia empregada.

O segredo da rápida acumulação agroindustrial no oeste catarinense residia exatamente em ter em sua base uma pequena produção forcedora de matéria prima sob condições bas



tantes vantajosas para os frigoríficos. A mercantilização da pequena produção gerava quantidades crescentes de excedentes possíveis de serem expropriados.

Gradativamente os frigoríficos passam a introduzir modificações no processo produtivo da pequena produção. Introduzem novas raças, prestam assistência técnica e por fim estreitam suas relações com a pequena produção a nível de relações de integração.

O afloramento das relações de subordinação ocorreu devido a conjugação de três pressupostos históricos.

As relações da subordinação impõem modificações, no processo produtivo da pequena produção. Esta tecnologia deveria estar disponível ao pequeno produtor. Por um lado tivemos na década de 60 a efetiva implantação de um parque agroindustrial brasileiro produtor de máquinas e implementos e insumos modernos.

A política do Estado para com a agricultura, principalmente o crédito agrícola, atendeu basicamente a grande exploração voltada para exportação. Embora no oeste catarinense fosse praticada uma agricultura de moldes familiares, atendia basicamente os objetivos da política estatal. O crédito agrícola aí aplicado beneficiava a acumulação de capitais agroindustriais e os frigoríficos locais mostraram-se bastante agressivos no comércio internacional, exportando inicialmente carne suína e depois também frangos congelados.

O crédito agrícola permitia, pois, o acesso da pequena produção às tecnologias mais modernas. No entanto isto ainda é insuficiente para o afloramento das relações de subordinação.

É necessário que a pequena produção tenha estimu



los à modernização. Não sō que ela queira a modernização, mas que também seja forçada a esta modernização. Neste ponto inroduzimos dois outros pressupostos histōricos.

Com o fechamento da fronteira agrīcola do oeste catarinense eleva-se ainda mais o preço da terra, que jã vinha subindo apōs a intensificação do fluxo migratōrio. As possibilidades de emigração do oeste catarinense também estavam limitadas. O Sudoeste do Paranā foi colonizado concomitantemente ao oeste catarinense. Pouco mais ao norte havia a expansão cafeeira paulista invadindo as terras "roxas" paranaenses. As possibilidades de migração para o Centro-Oeste era uma aventura assaz arriscada e distante. Sō iniciou na dēcada de 70, sempre com <sup>a</sup>os colonizadores <sup>a</sup>à frente.

O encarecimento dos preços da terra aumentou em muito a necessidade de acumulação de recursos por parte dos pequenos produtores para prover a reprodução de uma nova unidade familiar. Isto exigia um aumento da capacidade produtiva da pequena produção. Exigia que a unidade familiar retirasse da terra que possuía uma quantidade maior de produção.

O outro pressuposto histōrico refere-se ao mecanismo de remuneração da produção nas unidades familiares. Neste reside a possibilidade econōmica da implantação de relações de subordinação. Na mercantilização da pequena produção, estāo em germes as relações de subordinação. Ao se mercantilizar a produção familiar passa a ser socialmente determinada. A preços de mercado sāo fixados segundo as condiçōes mēdias de produção, condiçōes mēdias sociais do processo produtivo sob determinadas relações sociais de produção.

Com a mercantilização hā um processo de concorrência entre os pequenos produtores. Produtores com melhores productividades do trabalho - quer devido à condiçōes naturais ,

quer devido a uma modernização do processo produtivo - se destacam das condições sociais média de produção e retêm uma maior parcela do valor da produção.

A modernização da pequena produção se coloca como uma estratégia possível para o aumento da renda familiar. Para a melhoria de seus padrões de vida e para a compra de terras. Este processo de modernização, fruto da própria ação do mercado dominado pelas agroindústrias passa a ser fomentado pelos próprios frigoríficos através de seu departamento de fomento.

A partir daí a pequena produção entra numa espiral da qual não consegue mais sair. Premida pela necessidade de aumentar sua capacidade produtiva, a pequena produção moderniza-se. Ao contrário de melhorar-lhe a sorte e possibilitar-lhe a reprodução de novas unidades familiares, a modernização a joga na dependência do grande capital que a subordina.

Até meados da década de 60 a expansão da capacidade produtiva da pequena produção pouco alterava os padrões sociais médios, pois o aumento da capacidade produtiva se dava via mercantilização e entradas de novos produtores no mercado com os mesmos níveis técnicos. A partir daí esta expansão se dá via elevação dos níveis de produtividade da pequena produção. Se a nível individual esta elevação da produtividade é benéfica, para o conjunto das unidades familiares não o é, pois elevam-se os padrões sociais médios de produção e, conseqüentemente, caem os preços dos produtos. Portanto, se uma dada unidade familiar deseja manter-se em condições relativas superiores, precisa elevar constantemente seus níveis de produtividade. Melhoras temporárias são de forma cada vez mais rápida equacionadas na média.



Portanto, as estratégias individuais são de forma cada vez mais enfática determinadas pelo conjunto. As determinações externas tornam-se o polo dominante das relações de produção subjacentes à pequena produção. As transformações históricas ocorridas no oeste catarinense e na sua vinculação com a economia nacional e internacional determinam a transformação das relações subjacentes à pequena produção.

Estas novas relações se dão a nível interno e externo a pequena produção, sendo que as relações externas se colocam de forma dominante. Como vimos, estas relações não podem ser incompatíveis. O predomínio das relações externas na determinação do conjunto das relações de produção <sup>subjacentes</sup> subcentes à pequena produção exige uma adequação das relações internas à pequena produção. Há uma necessidade de reorganização da produção desta forma específica de produção.

A pequena produção adquire, então, novas especificidades. Modificam-se pois as relações da pequena produção com a natureza, com o trabalho familiar, com as relações de herança, com o trabalho volante etc.

Concluimos que a relação de subordinação não é apenas uma relação mercantil, interfere diretamente no processo de produção da unidade familiar. É também subordinação da produção familiar, inclusive a nível de processo produtivo. Esta subordinação tem no mercado a sua manifestação aparente. Sua essência reside na subordinação do processo de produção da unidade familiar.

Os preços continuam a espelhar as condições sociais médias de produção, porém estes padrões são impostos pelo capital através da ação do mercado dominado pela agroindústria, da manipulação dos preços pela agroindústria e da ação deliberada dos departamentos de fomento.



Ou seja, a agroindústria determina que condições médias de produção remunera, além de pressionar a remuneração das condições sociais médias para baixo. Determina, pois, o montante do excedente possível de ser expropriado e, portanto a remuneração da força de trabalho segundo a capacidade produtiva de uma unidade familiar.

### 7.3 - AS TRANSFORMAÇÕES A NÍVEL DA UNIDADE FAMILIAR SOB AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO

A partir de meados da década de 60 as possibilidades de uma unidade familiar prover a sua reprodução mais não eram possíveis a partir de um simples aumento de sua intensidade mercantil. A venda de mercadorias - intensidade II em Te picht - estava limitada pela capacidade produtiva da unidade familiar e esta, por sua vez, encontrava-se limitada pela disponibilidade interna de força de trabalho, terra e demais meios de produção (capital, em sentido restrito).

A uma dada base técnica, a pequena produção da MRCOC encontrava-se no limite de sua capacidade produtiva e, portanto, no limite de sua capacidade mercantil, de realizar venda de mercadorias.

Premida pela necessidade de reprodução da unidade familiar, a pequena produção mergulha na ciranda da modernização técnica. Tal torna-se um imperativo. A modernização técnica torna-se uma condição da reprodução da pequena produção.

As novas relações de subordinação vem acompanhadas por modificações nas relações internas a pequena produção compatibilizando-as com as novas relações externas. A nível do processo produtivo duas novas questões se colocam à pequena produção. Primeiramente ocorre uma perda crescente do domínio

do processo produtivo por parte do pequeno produtor. A agroindústria impõe gradativamente novos padrões técnicos, ritmo e intensidade do trabalho mais elevados.

O "como" e o "com o que produzir" são definidos a partir de padrões estabelecidos socialmente na relação de subordinação. Assim, a remuneração da produção familiar segundo as condições médias de produção implica na adoção de determinados patamares técnicos. No processo de concorrência entre produtores e de pressão das agroindústrias, estes patamares se elevam gradativamente.

Como consequência reduz-se o espectro de atividades da força de trabalho familiar, limitando-se apenas ao cultivo de vegetais e atividades criatórias. Parcela significativa dos pressupostos do processo produtivo são supridos externamente. Por um lado, a pequena produção tece relações com uma multitude de capitais agroindustriais fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos... e crédito. Por outro lado, o emprego de meios de produção modernos pressupõe determinada racionalidade em sua utilização. Portanto, o pequeno produtor fica a mercê da assistência técnica dos departamentos de fomento. Outrora reticentes aos técnicos, as nossas entrevistas revelam que o pequeno produtor coloca-os atualmente como uma de suas reivindicações.

O aumento da escala de produção como estratégia para prover a reprodução familiar provoca uma grande elevação da intensidade do trabalho e de jornada de trabalho do produtor familiar. Tal situação agrava-se com a redução da parcela de valor que a pequena produção consegue reter para remunerar a força de trabalho familiar, o que implica na redução do número de membros da família que compõe uma unidade familiar.

TABELA 55

## PRODUTORES SEGUNDO HORAS DE TRABALHO

PRODUTORES	HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO						TOTAL	
	1 - 8		9 - 12		13 - 16		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
INTEGRADOS	22	11,9	58	31,4	105	56,8	185	93,9
NÃO INTEGRADOS	2	16,7	7	58,3	3	25,0	12	6,1
TOTAL	24	12,2	65	33,0	108	54,8	197	100

FONTE: CEAG/SC (1978)



A segunda questão que se colocou para pequena produção é o nível do processo produtivo refere-se a limitação da modernização a determinadas fases do processo produtivo. Com a expansão vertical da capacidade produtiva da pequena produção, a partir de meados da década de 60 há uma alteração qualitativa das relações da pequena produção no tocante à força de trabalho.

Ocorreram basicamente dois fenômenos. Há uma reavaliação do trabalho familiar e um recurso sistemático ao trabalho assalariado volante, tornando-se este um componente orgânico à pequena produção. Este ponto requer maiores reflexões.

Definida a remuneração da produção familiar segundo as condições sociais médias de produção que se materializam no preço da mercadoria, em cada unidade da mercadoria há uma parcela correspondente a remuneração da força de trabalho. O total do valor retido para a remuneração da força de trabalho será, portanto, determinado pela capacidade produtiva da unidade familiar.

O processo técnico sob relações de subordinação determina um decréscimo constante nesta parcela do valor da mercadoria destinado à remuneração da força de trabalho. Sob estas condições, o aumento da capacidade produtiva não significa, necessariamente, a retenção de uma parcela total maior de valor para a remuneração da força de trabalho, na medida em que melhoras individuais são rapidamente equacionadas pela média. Concretamente, há uma tendência à diminuição do número de membros da família que uma unidade familiar consegue sustentar.

Conforme a tabela 56, o número de membros da família por estabelecimento gira em torno de 3,5 pessoas. Compu

tando-se apenas os membros com idade superior a 14 anos, teria uma média de 2,8 pessoas por estabelecimento. Em nossa pesquisa de campo dificilmente encontramos propriedade familiares integrados com mais de três pessoas adultas, incluindo a esposa.

A modernização reduz também a demanda por força de trabalho na unidade familiar, de forma a provocar uma ociosidade de parte da força de trabalho nas unidades fâmiliares mais numerosas. Nas unidades familiares mais modernizadas observamos, então, uma reavaliação do trabalho familiar. Geralmente o trabalho feminino fica restrito aos limites da residência familiar e arredores, sendo praticamente nula a intersecção com o trabalho masculino na lavoura. Estas unidades em melhores condições econômicas tendem a proporcionar um melhor nível de estudo aos filhos, enviando-os para escolas nos centros urbanos mais próximos. Constatamos inclusive alguns casos de filhos de pequenos produtores que atingiram formação universitária.<sup>2</sup>

Nas unidades familiares mais precárias, a força do trabalho familiar excedente geralmente se assalaria como trabalhadore volante.

Em ambos os casos, a reprodução econômica dos filhos esta cada vez mais dissociada do acesso à terra. A brutal elevação dos preços da terra torna-a inacessível a um pequeno produtor cuja renda monetária líquida quando muito atinge um salário mínimo mensal. Uma propriedade com cerca de

---

2 - Nestes casos, geralmente o filho realiza seus estudos secundários em algumas das escolas agrícolas existentes no oeste catarinense. Um colégio agrícola funciona em regime de internato e é gratuito. Após, estes alunos se dirigem a uma escola superior. Os cursos de Agronomia do Sul do Brasil registram diversos destes casos em seu quadro discente.

TABELA 56

## COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR NA M.R.C.O.C. - 1980

Nº DE ESTABELECIMENTOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL		
	MAIORES DE 14 ANOS	MENORES DE 14 ANOS	MAIORES DE 14 ANOS	MENORES DE 14 ANOS	MAIORES DE 14	MENORES DE 14	TOTAL
65.977	102.490	27.258	80.990	20.829	183.480	48.087	231.567
MÉDIA POR ESTABELECIMENTO	1.5	0.4	1.2	0.3	2.8	0.7	3.5

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980.



12,5h a (área utilizada nos assentamentos do INCRA) atualmente alcançam valores nunca inferiores a Cz\$ 250.000,00<sup>3</sup>

Frente a esta situação, boa parte dos jovens ao atingirem idade adulta vão tentar a vida nos centros urbanos da região. Muitos se tornam trabalhadores nas agroindústrias, outros na construção civil. Um dado pequeno produtor revelou ter auxiliado seu filho na montagem de uma pequena oficina de serralharia. Em alguns casos o pequeno produtor que reside próximo a centros urbanos mantém o filho na escola, trabalhando meio período ou estudando a noite. Não obstante, uma grande parcela não são de jovens, mas também de famílias inteiras que "abandonam" o campo, vão se localizar "nas pontas de ruas".

Nos cinturões da pobreza que envolvem a maioria das cidades médias da região, são recrutados os trabalhadores volantes. Durante quatro ou cinco meses no ano os volantes tem ocupação no campo. No restante do ano passam por privações e realizam "bicos" no mercado de trabalho informal urbano.

A existência de trabalhadores volantes no oeste catarinense constitui um dos fatores que permitiram a rápida expansão da capacidade produtiva da pequena produção da região. Estes trabalhadores volantes são frutos da própria transformação das relações entre a pequena produção e a agroindústria. As relações de subordinação implicam na modernização crescente da pequena produção tornando supérflua quantidades crescentes de força de trabalho. Segundo diversos depoimentos, o surgimento dos cinturões de pobreza no oeste catarinense é fenômeno recente, tendo iniciado nos últimos 10 anos.

---

3 - A preços de março de 1986.

O censo de 1980 revela 4.734 estabelecimentos com tratores na M.R.C.O.C. Embora não dispomos de estatísticas mais recentes, seguramente este número se elevou nos últimos 6 anos. Calculamos grosseiramente com base em nossa pesquisa de campo que de 10 a 15% dos estabelecimentos da M.R.C.O.C possuem tratores. Geralmente um proprietário de trator presta serviços ou aluga seu trator a vizinhos. Em alguns casos o trator é comprado em conjunto por 4 ou 5 produtores. Em outros casos as prefeituras têm patrulhas rurais que prestam serviços aos pequenos produtores.

Assim, uma boa parcela da pequena produção do oeste catarinense utiliza tração mecânica no preparo do solo, e outras atividades. Logicamente trata-se dos estratos de produtores mais modernizados, com estreitas ligações com a agroindústria. A mecanização reduz em muito a demanda por trabalho nas fases de preparo do solo e plantio. Igualmente possibilita um aumento de área cultivada, desde que haja terras disponíveis. A mecanização, conjugada com outras práticas como adubação, controle de pragas e etc, aumenta a capacidade de produção de grãos de uma unidade familiar e, por extensão, de sua transformação em suínos.

Há, porém, um senão. O aumento da produção de grãos implica em maior demanda por força de trabalho nas fases de capina e colheita. De forma geral as unidades familiares reduzem a área plantada segundo a disponibilidade interna de força de trabalho. Com a modernização ocorre uma diminuição da demanda por força de trabalho em determinadas fases e, por outro lado, um aumento desta demanda em outras fases do processo produtivo.

Premida pela necessidade de ampliar sua capacidade produtiva e estimulada pelo crescimento da oferta de for



ça de trabalho a baixo custo, parcelas crescentes da pequena produção recorrem sistematicamente ao emprego desta força de trabalho.

Ocorre, pois, um fenômeno bastante interessante na M.R.C.O.C. A relação de subordinação torna supérflua parte da força de trabalho familiar. Há, portanto, um processo de expulsão de membros da família, principalmente dos primeiros filhos que se tornam adultos. A simples queda das taxas de crescimento demográfica da população rural a níveis próximas a zero - e acreditamos que atualmente sejam negativas - atestam este fenômeno.

Por outro lado, o aumento da escala produtiva implica em maiores demandas por força de trabalho em determinadas épocas do ano. Esta demanda passa a ser suprida por trabalhadores volantes. Tal ocorre tanto nas unidades familiares modernizadas quanto nos mais atrasados.

O Censo Agropecuário de 1980 revela 12.035 estabelecimentos que se utilizam de força de trabalho temporário. Isto equivale a 18% do total dos estabelecimentos. Todavia acreditamos que este dado esteja subestimado. Em nossa pesquisa de campo a quase totalidade dos entrevistados revelou recorrer ao trabalho volante, principalmente para as fases de capinas e colheita.

Nos deparamos com um processo de substituição do trabalho familiar por trabalho volante. A permanência de um filho adulto na propriedade paterna assemelha-se a manutenção de um trabalhador permanente para o qual a unidade familiar não oferece nem condições de sustentar, nem ocupação durante o ano todo. Entretanto não se pode falar em "expulsão" desta parcela da força de trabalho familiar. Ocorre efetivamente uma busca por parte do filho adulto de melhores



oportunidades em outras regiões e nos centros urbanos. Assim, o fato da pequena produção recorrer de forma crescente ao trabalho assalariado volante é também reflexo da diminuição de membros da família.

As dificuldades enfrentadas pela pequena produção em sua reprodução sob relações de subordinação modificam inclusive antigas instituições como o minorato. A não possibilidade de uma unidade familiar de dotar cada filho adulto de uma nova parcela de terra vem alterando os processos de herança.

Em muitos casos a terra é subdividida entre os filhos em parcelas cujas dimensões são insuficientes para sustentar uma família, mesmo pequena. Este processo de minifundiarização pode ser percebido através da tabela 3 (capítulo II). Em 1950 os estabelecimentos menores de 10ha somavam 7,6% do total e ocupavam 1,6% da área total da M.R.C.O.C. Em 1980 estes números se elevam para 40,7% dos estabelecimentos e ocupam 11,5% da área total. Por outro lado, a área média destes estabelecimentos cai de 6,1ha em 1950 para 5,3ha em 1980.

O processo de herança no meio rural passa, gradativamente, a seguir os moldes do direito urbano. Inclusive a mulher adquire direitos sobre a partilha. Em muitos casos não ocorre um processo de minfundiarização. Como alguns dos filhos já exercem atividades fora do meio rural, geralmente o filho que permanece na terra assume o estabelecimento e paulatinamente compra o restante da propriedade junto aos irmãos. Este tipo de partilha determina fortes dificuldades ao filho que assume o estabelecimento, porém é facilitado pela compra sucessiva de pequenas parcelas em intervalos longos de tempo sem a interferência de processos bancários.

O conjunto destas transformações a nível de unida

de familiar se colocam como estratégias possíveis frente a do minação das agroindústrias. As recentes pesquisas visando ge rar tecnologias "adaptadas" a pequena produção vem operando al gumas transformações a nível de processo produtivo.

No caso da criação de suínos, vem se desenvolvendo no oeste catarinense a fabricação interna de concentrado. O concentrado comprado junto ao frigorífico é uma mistura balan ceada de soja, milho e complementos protêicos, vitamínicos e de sais minerais visando fornecer ao suíno uma alimentação ade quada a seu estágio de crescimento.

A partir do momento em que a tecnologia de con ção da soja torna-se acessível ao pequeno produtor, é possí vel a fabricação interna do concentrado e ração, comprando-se somente o complemento protêico, vitamínico e de sais minerais.

Desenvolve-se também as tecnologias de emprego do adubo orgânico de suínos e aves, adubação verde e etc.

Contudo estas novas tecnologias não se colocam co mo um retorno ao domínio técnico do processo produtivo por parte dos pequenos produtores. Utilizando-se os termos de Tepicht, trata-se de um aumento de intensidade II, porém como tentativa de amenizar o aumento anterior da intensidade I. Ou seja, ante aos gastos elevados na compra de meios de produ ção, estas tecnologias reduzem a compra de insumos através do aumento da produção interna de meios de produção intermediá rios.

Tal pode significar melhorias individuais. No en tanto, tendem a ser equacionadas na média social quando da generalização destas práticas. Novamente a agroindústria tor nar-se-á a beneficiária final, já que não se alteraram as re lações de produção subjacentes a pequena produção.

Entretanto, estas práticas, por serem mais acessí



veis em pequena escala, melhoram as condições de concorrência da pequena produção ante a produção capitalista.

As chamadas "agricultura natural" e "agricultura biológica" são mais acessíveis em pequena escala e se colocam como uma alternativa de desenvolvimento tecnológico possível para a agricultura. Porém, ao contrário do que muitos propagam, não significa a redenção da pequena produção frente ao capital caso não se alterem as relações de produção subjacentes. Abstraindo-se das melhorias ambientais e no valor biológico dos produtos, significa no máximo o estabelecimento de relações entre a pequena produção e novos capitais, substituindo outros capitais.

#### 7.4 - O PROCESSO DE LUTA DE CLASSES SOB AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÕES.

Como não poderia deixar de ser, o processo de luta política dos pequenos produtores é marcado por suas relações econômicas com os frigoríficos.

As relações econômicas subjacentes à pequena produção são bastantes fetichizadas. Aparentemente o pequeno produtor é um empreendedor autônomo. A perda desta é constantemente devolvida ao pequeno produtor na forma ideologizada do discurso burguês, que reforça o seu caráter de produtor independente com possibilidades de ascensão social.

A mediação do mercado reforça este caráter de autonomia do produtor acobertando as relações de subordinação, de expropriação de um excedente camponês.

Contudo, a agroindústria ao estreitar suas relações com o pequeno produtor, retira-o de seu isolamento econômico e político, relaciona-o com diversos outros também pe



pequenos produtores. Nos estágios mais avançados das relações de subordinação, como no caso da integração de avicultores, os véus que encobrem as verdadeiras feições destas relações de produção ficam mais transparentes.

As relações de subordinação não geraram apenas pequenos produtores modernizadores. Na outra face da moeda estão pequenos produtores em diferenciação descendente, bem como uma massa de agricultores "sem terra", trabalhadores volantes, posseiros e etc.

A luta política da pequena produção no oeste catarinense passa então, por dois níveis. Primeiramente temos a luta dos pequenos produtores por uma melhor remuneração de sua produção, uma luta pelos preços de seus produtos. E também, a luta pela terra, pela reforma agrária, por parte dos trabalhadores "sem terra", volantes, posseiros, parceiros e proprietários de áreas exíguas.

O acirramento das contradições entre pequenos produtores e as agroindústrias nos últimos anos, bem como o agravamento das pressões sobre a terra no oeste catarinense determinou uma retomada do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Os sindicatos assistencialistas e atrelados ao Estado vem sendo assediados por um novo sindicalismo mais autêntico e combativo. A estes se soma a atuação de associações de produtores como a ACRAVE.

A ação dos grandes frigoríficos passa a enfrentar resistências entre os produtores organizados. Estabelece-se pois uma correlação de forças testadas em inúmeras situações. A título de exemplo, a atual direção do sindicato dos trabalhadores rurais de Chapecô, um dos mais combativos da M.R.C.O.C, em 1985 foi eleita por esmagadora maioria. Derrotou então a chapa II apoiada, entre outros, pelos grandes frigoríficos

locais.

A organização de pequenos produtores em sindicatos e associações se coloca como a forma atual de contraposição de pequena produção aos interesses do grande capital agroindustrial. A luta política dos pequenos produtores se coloca como um dos norteadores dos desdobramentos futuros das relações entre pequena produção e a agroindústria.

PARTE V

CONCLUSÃO



## CONCLUSÃO

### I

A Micro Região Colonial Oeste Catarinense constitui um excedente substrato para o estudo da dinâmica assumida pela pequena produção familiar no quadro capitalista. A velocidade das transformações e a riqueza das relações sociais oferecem oportunidades ímpares de pesquisa. Nem por isso constitui tarefa das mais fáceis empreender este trabalho.

São muitas as armadilhas que a realidade concreta nos prepara. Muitas vezes nos deparamos com obstáculos de difícil transposição e que exigem elaborações teóricas mais ousadas. O perigo reside exatamente em desprender-se da realidade concreta e flutuar no mundo das abstrações ou, por outro lado, abandonar esta "demarche" e deixar o real envolto em seus véus. Enigmático e intocado. Mas o pesquisador tem suas armas.

A proposta de uma ontologia do campesinato foi nossa principal arma. Ao partirmos da forma mais desenvolvida e resgatarmos sua gênese e desdobramentos posteriores, julgamos termos nos mantido no caminho certo, na busca da essência dos fenômenos atuais, sem nos desviarmos por viéses empiricistas ou demasiado abstratos e idealistas.

Justificamos, assim, a ousadia em determinadas elaborações já que não perdemos de vista seu caráter ontológico e sustentamos a ontologia do campesinato com uma metodologia com amplos recursos, de forma alguma esgotados neste trabalho.

## II

A colonização do oeste catarinense não foi um mero processo de ocupação de terras por pequenos produtores familiares. Pelo contrário, se inscreve num movimento mais amplo da expansão econômica colonial do sul do Brasil. A economia colonial mostrou forte dinamismo econômico e desde logo revelou-se como uma alternativa possível de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo no sul do Brasil a partir de uma base colonial de pequenos produtores não se deu de forma autônoma, estando sempre integrado, inicialmente à expansão cafeeira e, em seguida, a expansão industrial do sudeste brasileiro.

A colonização do oeste catarinense é, pois, resultado do caráter dinâmico e expansivo da economia capitalista no sul do Brasil com uma base colonial de pequenos produtores. A economia colonial gaúcha gestou, desde logo, excedentes populacionais camponeses e formas de acumulação de capital tendo por base a pequena produção familiar. As primeiras colônias logo esgotaram as possibilidades de dar vazão a esta expansão. O alto Uruguai Gaúcho e posteriormente o oeste catarinense e o sudeste paranaense, conformaram os sucessivos espaços econômicos de uma expansão que hoje estende seus tentáculos ao centro-oeste, Amazônia (Rondônia) e inclusive ao Paraguai.

## III

As atividades das colonizadoras no oeste catarinense constituem os primeiros tentáculos da expansão desta economia colonial.

Começado o processo de colonização da M.R.C.O.C. a pequena produção local desde logo iniciou um processo de buscas de oportunidades mercantis que a retirasse de seu isolamento econômico. A pequena produção do oeste catarinense já tinha experimentado uma agricultura comercial nas antigas colônias e a volta a uma agricultura de subsistência representou um retrocesso em suas condições gerais de reprodução.

Desta forma, o surgimento de relações capitalistas na região, inicialmente com atividades comerciais e após com a criação de frigoríficos, se colocou não como um enclave, mas sim como fruto do próprio desenvolvimento das potencialidades da pequena produção. A integração econômica e desenvolvimento de relações capitalistas na região transcorreu através do estabelecimento de relações econômicas progressivamente mais complexas entre o capital nacional e os capitais localmente gestados. Portanto, o desenvolvimento de relações capitalistas não é fruto apenas do relacionamento da economia regional com o grande capital nacional. É também, e de forma bastante determinante, fruto das próprias potencialidades da pequena produção local. Assim, a gênese de relações capitalistas e a mercantilização da pequena produção se confundem, estão organicamente ligadas. Logo, a análise ontológica do desenvolvimento da pequena produção no oeste catarinense resgata concomitaneamente a gênese e evolução do capital agroindustrial local.



## IV

As primeiras atividades comerciais no oeste catarinense, inicialmente com o estrativismo de madeira e ervamate e apõs com a cultura do fumo, se revelaram incapazes de dotar a regiãõ de efetivas e sistemáticas relaçoẽs comerciais que permitissem o desenvolvimento tanto da pequena produçãõ quanto das formas de acumulaçãõ de capital com base na primeira.

A comercializaçãõ de suĩnos, viabilizada pela ligaçãõ ferroviária com os mercados paulista e fluminense, firmou-se na dẽcada de 30 como uma atividade econõmica rentável. A partir daĩ tivemos uma sãrie de fenõmenos econõmicos que se determinaram mutuamente. A concentraçãõ de capitais comerciais deu origem às primeiras agroindústrias locais. O suĩno torna-se uma mercadoria por excelẽncia e passou a encarnar a possibilidade do estabelecimento de relaçoẽs comerciais sistemáticas para a pequena produçãõ.

A multiplicaçãõ das unidades familiares e sua expansãõ geográfica, a mercantilizaçãõ destas mesmas unidades familiares e a expansãõ dos grandes frigoríficos, deram a tônica do desenvolvimento econõmico do oeste catarinense da dẽcada de 40 até meados da dẽcada de 60. Tivemos pois, um processo de expansãõ horizontal de pequena produçãõ que por sua vez sustentava uma forte acumulaçãõ agroindustrial.

Com o fechamento da fronteira agrícola do oeste catarinense em meados da dẽcada de 60 e a impossibilidade de aumento da capacidade produtiva da pequena produçãõ com bases nos nĩveis tecnológicos até entãõ praticados, dá-se o esgotamento das possibilidades de prosseguimento desta expansãõ horizontal e coloca-se a necessidade histõrica de profundas alterações na economia do oeste catarinense. Ocorrem,

pois, transformações qualitativas nas relações entre a pequena produção e a agroindústria.

O afloramento das novas relações de subordinação da pequena produção permitiu aos capitais agroindustriais locais empreenderem um vigoroso processo de expansão. Nas décadas de 70 e 80 estes capitais se firmaram como grandes conglomerados de expressão nacional, diversificando suas atividades e expandindo sua base geográfica.

Há pois uma interdependência entre a expansão destes grandes conglomerados agroindustriais processadores de matéria-prima e a capacidade de expansão produtiva da pequena produção familiar.

## V

A mercantilização constitui o germe das relações de subordinação da pequena produção. A entrada da pequena produção do oeste catarinense no ciclo mercantil significou o início da preponderância externa nas relações de produção subjacentes à pequena produção.

Esta forma particular de fixação dos preços das mercadorias produzidas nas unidades familiares constitui o mecanismo econômico pelo qual os frigoríficos expropriavam o excedente gerado na pequena produção até meados da década de 60.

Esgotadas as possibilidades de acumulação ampliada sob esta forma de extração de excedentes da pequena produção, dá-se uma alteração qualitativa nas relações entre a pequena produção e agroindústria.

Transformaram-se as relações internas e externas à pequena produção. O processo de produção da pequena produção é transformado atendendo às necessidades de acumulação



ampliada do capital. A dominação comercial passa a ser a forma aparente, fenomenológica, da subordinação da forma específica de produção da pequena produção familiar. O capital agroindustrial subordina, portanto, a força de trabalho envolvido nas relações de produção subjacentes à pequena produção.

A ingerência do capital agroindustrial no processo produtivo da pequena produção elevou em muito a produtividade do trabalho e a capacidade produtiva das unidades familiares modernizadas. Consequentemente, também a quantidade do excedente expropriado pelo capital.

As relações de subordinação possibilitaram um aumento da capacidade produtiva da pequena produção e constituem a base da expressiva acumulação de capital agroindustrial no oeste catarinense nos últimos 20 anos.

## VI

No quadro das relações de produção subjacentes à pequena produção, as relações externas se colocam gradativamente de forma dominante determinando transformações internas à pequena produção.

Subordinada ao capital, a pequena produção experimenta uma série de transformações internas. A pequena produção em seu processo de produção consegue reter apenas a remuneração da força de trabalho familiar e dos pressupostos do processo produtivo definidos socialmente.

As agroindústrias impõem padrões sociais de produção em patamares cada vez mais elevados. No oeste catarinense vem diminuindo a quantidade de pessoas que uma unidade familiar consegue sustentar. Ocorre pois, uma reavaliação do trabalho familiar, restringindo o trabalho feminino ao espaço



residencial e concomitantemente a reprodução econômica dos filhos torna-se dissociada do acesso à terra. A manutenção dos filhos na escola se coloca como uma estratégia para a reprodução econômica destes. As unidades sem condições de manter seus filhos em escolas, acabam gerando trabalhadores volantes.

Por outro lado, o trabalho volante assalariado passa a ser orgânico às unidades familiares modernizadas como um dos pressupostos para a manutenção de uma elevada capacidade produtiva.

A remuneração da produção familiar passa a ser avaliada socialmente contemplando uma determinada combinação de trabalho familiar e volante.

Ocorre uma perda do domínio técnico do processo produtivo pela pequena produção, onde o próprio trabalho familiar é reavaliado em sua subordinação ao capital agroindustrial. O trabalho familiar não é mais avaliado isoladamente nesta relação, mais sim combinado ao trabalho volante assalariado. Há, pois, uma perda de domínio da pequena produção sobre a totalidade e qualidade da força de trabalho utilizado em seu processo produtivo. Assistimos a um processo de substituição de parte da força de trabalho familiar por força de trabalho assalariado volante, tornado imperativo pela relação de subordinação ao capital agroindustrial. A própria relação de subordinação gera esta massa de trabalhadores volantes e "sem terras".

A nível do conjunto da pequena produção ocorre um processo de modernização seletiva de uma parcela dos pequenos produtores.

A parcela de produtores que não atingem os padrões impostos pela dominação do capital entra em processo de diferenciação descendente. Este processo é freiado pela entrada no oeste catarinense de novos capitais agroindustriais. Estabelece-se um processo de concorrência entre distintos capitais agroindustriais, visando assegurar-se de fontes de ma

téria-prima e do excedente de valor gerado pela pequena produção.

## VII

O fato de a agroindústria se colocar de forma dominante, subordinando a pequena produção, não significa dizer que ela determine de forma completa as relações de produção subjacente à pequena produção. O capital agroindustrial local não prescinde desta forma de produção, de suas especificidades internas. No entanto, o capital agroindustrial impõe transformações a nível de relações internas à pequena produção. O estreitamento das relações entre a agroindústria e a pequena produção gera formas de organização e luta política desta última.

A organização da pequena produção em sindicatos e associações de produtores aponta para um acirramento das contradições entre esta e o capital agroindustrial. Tal dará a tônica dos desdobramentos futuros das relações de subordinação da pequena produção.

## BIBLIOGRAFIA

- ACRAVE - **Estatutos Sociais**. Chapecô, 1971, p.1.
- AIDAIR, A.C. Kfourri e PEROSA S.; R. Mario. **Espaços e Limites das Empresas Capitalistas na Agricultura**. São Paulo, revista de Economia Política, vol. nº 3, julho-setembro, 1981.
- ALTMANN, Rubens. "**Analyse de La Filière de Viande Porcine Dans L'Etat de Santa Catarina**". Thèse de 3<sup>ème</sup> cycle. Montpellier Faculte de Droit et des Sciences Economiques, 1979. Cópia mimeo.
- AMIR, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- Associação da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina**. Boletins anuais de abate, 1970 a 1984.
- BARTRA, Roger. **Estruturas Agrárias y Classes Sociales en México**. México D.F. Ediciones Era, 1978.
- BELATO, Dinarte. **Os Camponeses integrados**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História na Universidade Estadual de Campinas. 1985, mimeo.
- BREVES, Wenceslau. **O Chapecô que Eu Conheci: Florianópolis**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 6, 1985.
- BURBACH, Roge e FLYNN, Patrícia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, Editora Lourdes, 1970.



CEAG/SC. **Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em Suínos em Santa Catarina.** Florianópolis, CEAG/SC, 1978, mimeo.

CHAYANOV, Alexander. **Sobre a Teoria de Sistemas Econômicos não Capitalistas.** In: *A Questão Agrária.* Org.: José da Silva. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** São Paulo. Ícone Editora, 1985.

DICKINSON, J. e MANN, S. "Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture". *The Journal of Peasant Studies*, vol. 5, nº 4, 1978.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria.** 9<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil.** Setembro 1920. Rio de Janeiro, 1924.

ENTRES, Alberto (Editor). **Guia do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1927.

\_\_\_\_\_ **Guia do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1935.

\_\_\_\_\_ **Guia do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1941.

EVARD .P; HASAN D.; VIAC C. "**Petite Agriculture et Capitalisme**". *Cahiers D'Economic Politique.* Paris, P.U.F., 1977.

FAURE, Claude. "**Agriculture et Capitalisme**". Paris. Editions Anthropos, 1978.

FAUSTO; Ruy. **Marx - Lógica e Política.** Tomo I. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

FIBGE - **Anuário Estatístico do Brasil,** 1985. Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_ - Censo Agropecuário de Santa Catarina 1970. Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_ - Censo Agropecuário de Santa Catarina 1975. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_ - Censo Agropecuário de Santa Catarina 1980. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_ - Censo Demográfico de Santa Catarina 1970. Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_ - Censo Demográfico de Santa Catarina 1980. Rio de Janeiro, 1983.

FONTANA, Atílio. História de Minha Vida. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

GARCIA, Afrânio. Terra de Trabalho - Trabalho Família do Pequeno Produtor. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

GODINHO, Ruth; MONTALI, Lília e CAMARGO, C.P. Ferreira de. Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul. São Paulo. CEBRAP, vol. VI, 1980. Cópia mimeo.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

IBGE - Censo Demográfico e Econômico de Santa Catarina 1940. Rio de Janeiro, 1952.

\_\_\_\_\_ - Censo Demográfico de Santa Catarina 1950. Rio de Janeiro, 1955.

\_\_\_\_\_ - Censo Demográfico de Santa Catarina 1960. Rio de Janeiro, 1968.

\_\_\_\_\_ - Censo Agropecuário de Santa Catarina 1970. Rio de Janeiro, 1973.

IBGE - Censo Agrícola de Santa Catarina 1940. Rio de Janeiro, 1952.

\_\_\_\_\_ - Censo Agrícola, Estado de Santa Catarina, 1950. Rio de Janeiro, 1956.

\_\_\_\_\_ - Censo Agrícola 1960 - Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1965.

\_\_\_\_\_ - Cadastro Industrial de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1938.

\_\_\_\_\_ - Censo Comercial de Santa Catarina 1940. Rio de Janeiro, 1952.

\_\_\_\_\_ - Censo Industrial de Santa Catarina 1940. Rio de Janeiro, 1952.

Instituto Técnico de Economia e Planejamento. Diagnóstico da Economia Catarinense. Florianópolis, 1980.

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. 1981/82. Florianópolis, Instituto CEPA/SC, 1982.

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. 1985/86. Florianópolis, Instituto CEPA/SC, 1986.

JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classe: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. Revista Raízes, Campina Grande, UFPB, 1982.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.



KERBLAY, Basile. "Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy". In: Peasants and Peasants and Societies - Teodor Shanin (Ed.) Middlesex, England, Penguin Education, 1973.

LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: Dimensões e Perspectiva. Florianópolis, UFSC, 1978.

LÊNIN, V.I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_ - O Programa Agrário. São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_ - O Capitalismo e a Agricultura nos Estados Unidos. Coleção Alicerces, Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.

LIEDKE, Elida Rubini. Capitalismo e Camponeses: Relações entre Indústria e Agricultura na Produção de Fumo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais e Instituto de Ciências Humanas da UNB, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1980.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Livro III, vol. VI, cap. XXXVII, p. 705.

\_\_\_\_\_ - CAPÍTULO VI Inédito de O Capital: Resultado do Processo de Produção Imediata. São Paulo, Editora Moraes, 1985.

MILEIKOVSKI, A.G. et alli. Economia Política no Marxista Atual: Uma Análise Crítica. Moscou Editorial Progresso, 1977.

MULLER, Geraldo. Agricultura - Industrialização do Campo Brasileiro. São Paulo, Revista de Economia Política, vol. 2/2 nº 6, abril, junho/1982.

NAKANO, Yoshiaky. A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura. São Paulo, Revista de Economia Política, vol. 1, nº 2, julho - setembro/1981.

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981.

PALERM, Angel. Sobre a Fórmula M.D.M. Mimeo. S. Ref.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, UFSC, 1978.

\_\_\_\_\_ - A Colonização de Santa Catarina. Florianópolis, BRDE, 1982.

PINHEIRO, A.C.A; TACAMANI, D.J.; PROTAS, J.F: Eficiência Econômica e Economias de Escala e Suinocultura, o caso de Santa Catarina. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, 20 (1): 7 - 14, janeiro, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Editora - Brasiliense, 1966.

SADIA - Relatório Anual- 1985.

SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Capitalismo. São Paulo, Editora Polis, 1980.

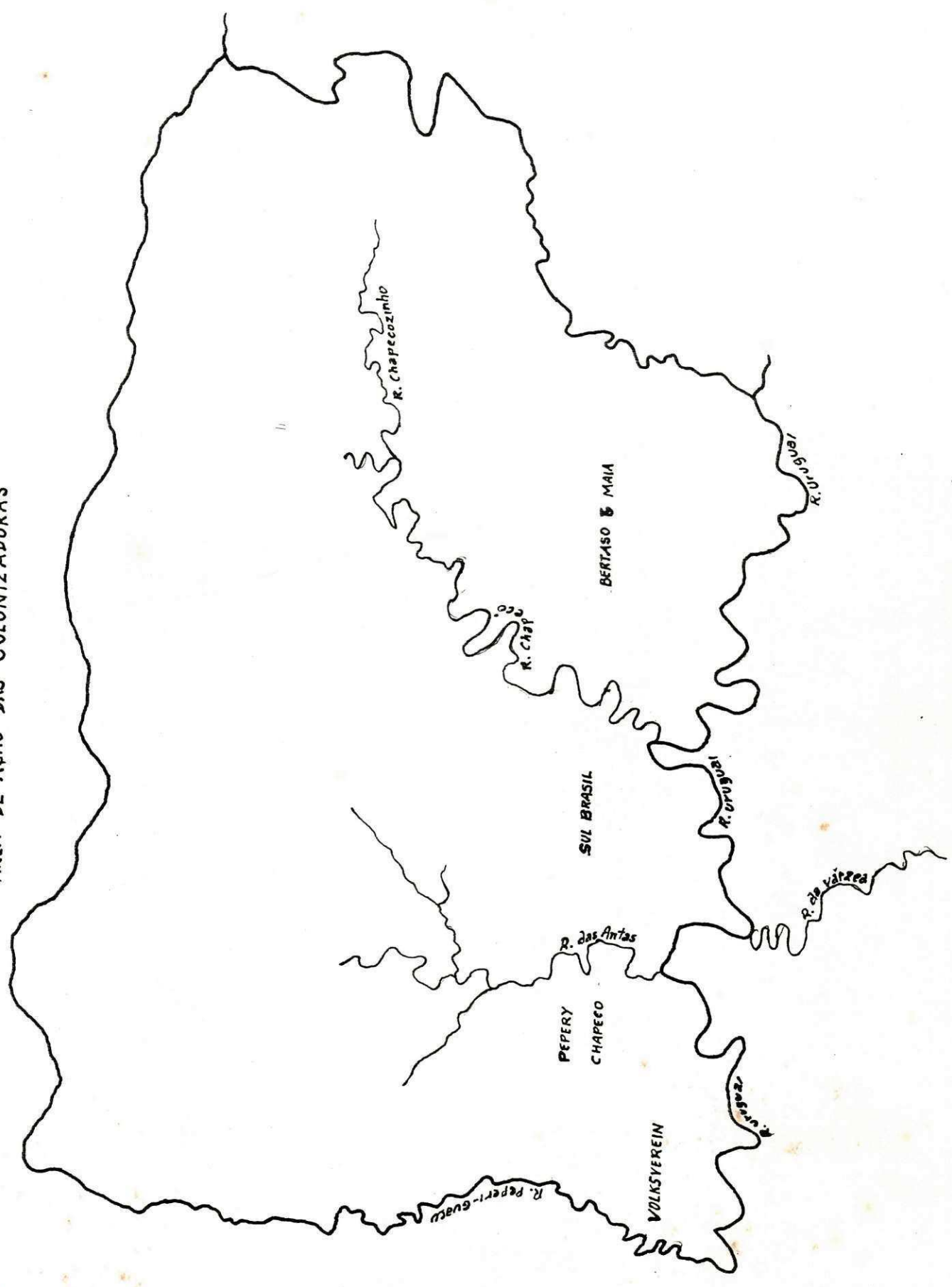
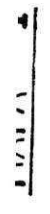
SANTOS, José Vicente Tavares dos. Os Colonos do Vinho, 2ª ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_ - Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, Ícone Editora, 1985.

- SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. In: Trabalho e Dominação. Estudos CEBRAP, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.
- SORJ Bernard ; GOODMAN, D.G.; WILKINSON, J. Agroindústrias, Políticas Públicas e Estruturas Sôcio Rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. Revista de Economia Política, vol. 5, nº 4, outubro - dezembro/1985.
- SORJ, B.; POMPEMEYER, M.J.; CORADINI, L.C. Camponeses e Agroindústria. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.
- TEPICHT, Jerzy. 'Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais.' Paris, Librairie Armand Colin, 1973.
- TOPALOV, Christian. Estruturas Agrárias Brasileiras. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1978.
- VISÃO. Quem é Quem na Economia Brasileira. São Paulo, Bloch Editora, agosto de 1985.
- WANDERLEY, M.N.B. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. São Paulo, mimeo, 1979.
- WILKINSON, John. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo, Editora Hucitec, CEPA/BA, 1986.
- WOLF, Eric R. Guerras Camponesas no Século XX. São Paulo, Global Editora, 1984.



ÁREA DE AÇÃO DAS COLONIZADORAS



MAPA 2  
OS TRÊS CORTES



MAPA 3

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FRIGORÍFICOS

